TCEPR

SUMÁRIO

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO 1
STP - Pautas 1
STP - Atas 1
STP - Acórdãos 1
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA 18
1ªSECAM - Pautas 18
1ªSECAM - Atas 19
1ªSECAM - Acórdãos 20
SECRETARIA DA 2ª CÂMARA 20
2ªSECAM - Pautas 20
2ªSECAM - Atas 20
2ªSECAM - Acórdãos 20
ATOS DE RELATORIA 32
Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 32
Conselheiro IVAN LELIS BONILHA 32
Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL 33
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO 35
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES 36
Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 36
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI 36
Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA 42
Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO 42
Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA 42
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO 43
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA 43
Conselheira Substituta MURYEL HEY 43
Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO 43
CORREGEDORIA-GERAL 43
Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar 43
OUVIDORIA DE CONTAS 43
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS 44
ATOS DIVERSOS 44
Resenhas de Distribuição 44
Editais 45
Despachos 45
Informações 48
Atos de Alerta Municipais 48
COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO 48
ATOS NORMATIVOS 48
GABINETE DA PRESIDÊNCIA 48
GP - Despachos 48
GP - Termo de Ajuste de Gestão 50
GP - Portarias 50
LICITAÇÕES E CONTRATOS 50
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2025/2026 51
Tribunal Pleno 51
Primeira Câmara 51
Segunda Câmara 51
Corregedoria-Geral 51
Ministério Público de Contas 51
Conselheiros – Diretores de Gabinete 51
Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete 51
Inspetorias de Controle Externo 51
Administrativo 51

TCEPR

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

As sessões por **videoconferência** do Tribunal Pleno serão realizadas às 14h das quartas-feiras. A parte interessada em realizar sustentação oral deverá seguir as orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>, ou peticionar requisitando o link de acesso ao Zoom, para sustentar "ao vivo".
Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas **alternadas** com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

STP - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

STP - Atas

Sem publicações

STP - Acórdãos

PROCESSO Nº:-581119/24
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MARUMBI
INTERESSADO:-1ª VARA DO TRABALHO DE APUCARANA, ADHEMAR FRANCISCO REJANI, MUNICÍPIO DE MARUMBI
RELATOR:-CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
ACÓRDÃO Nº 1823/25 - TRIBUNAL PLENO
Recurso de Revisão. Artigo 486, inciso IV, do Regimento Interno. Inexistência de identidade fática e jurídica entre os acórdãos confrontados. Não conhecimento. Irregularidades constatadas e não sanadas. Manutenção da sanção administrativa. Não provimento do recurso interposto.
I – RELATÓRIO VOTO VENCEDOR (CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES)
Cuidam os autos de Recurso de Revisão interposto por Adhemar Francisco Rejani, com fundamento no art. 486, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em face do Acórdão n.º 2084/24 - Tribunal Pleno, que negou provimento ao Recurso de Revista anteriormente manejado, mantendo inalterado o teor do Acórdão n.º 3165/23 - Tribunal Pleno, que julgou parcialmente procedente a Representação formulada em decorrência de documentação remetida pela Justiça do Trabalho, por meio do Ofício nº 491/2023.
Na decisão recorrida, esta Corte entendeu pela ocorrência de irregularidades administrativas consistentes em comprovada situação de desvio de função de servidores, bem como na concessão de férias fora do prazo legal, em desconformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
Diante dessas constatações, foi aplicada multa administrativa ao Recorrente, nos

termos do artigo 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, e determinada a remessa dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização para averiguação de outras possíveis ilegalidades, como pagamento de remuneração sem contraprestação laboral e contratação de pessoal sem concurso público.
Inconformado, o Recorrente busca reformar tal entendimento, alegando que haveria divergência de entendimento jurisprudencial interno a justificar o manejo da presente via revisional, apontando como paradigma o Acórdão n.º 286/23, proferido pelo Tribunal Pleno, em que se teria afastado a aplicação de sanção a gestor municipal diante de quadro que, segundo ele, apresenta similitude fática com o caso ora em exame, notadamente por também versar sobre desvio de função.
O Recurso foi recebido por meio do Despacho nº 1239/24- GCILB, em alusão ao artigo 477 do Regimento Interno do Tribunal de Contas.
Submetido à análise técnica, a Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n.º 6222/24, concluiu pela improcedência do pedido revisional, sob o argumento de que o Recorrente não logrou demonstrar a necessária identidade entre os casos confrontados, tampouco apresentou justificativas plausíveis quanto à suposta divergência entre os acórdãos citados.
No mais, destacou que, para o conhecimento do Recurso de Revisão com fundamento em divergência jurisprudencial, não basta a simples citação de julgados pretensamente semelhantes, sendo imprescindível que se demonstre com clareza a ocorrência de decisões conflitantes proferidas em hipóteses idênticas, com argumentos que evidenciem o nexo lógico e jurídico entre os casos analisados.
O Ministério Público de Contas, por sua vez, corroborou a análise técnica, acrescentando que a ausência de correlação fática e jurídica entre os acórdãos apontados impede o conhecimento do presente recurso com base na hipótese legal invocada, devendo sua admissibilidade se restringir às hipóteses expressamente previstas no Regimento Interno, o que não se verifica no caso sob exame.
Ressaltou, nesse aspecto, que o paradigma indicado pelo Recorrente, Acórdão nº 286/23, tratou de denúncia relacionada a suposta ascensão funcional irregular entre cargos de natureza distinta, em que a irregularidade foi sanada de ofício pela Administração, o que permitiu a adoção de medida mais branda em virtude da boa-fé demonstrada pelo gestor.
Em contrapartida, no caso em análise, consignou que o Acórdão ora combatido concluiu de modo inequívoco pela ocorrência de desvio de função de servidores do Município e pela ausência de concessão de férias a servidor em desconformidade com a legislação trabalhista, não restando demonstrado a regularização de tais apontamentos pelo gestor municipal em tempo oportuno.
Por fim, opinou pelo não conhecimento do Recurso e, subsidiariamente, por seu não provimento, em razão das irregularidades identificadas no presente feito e a ausência de zelo do gestor com a coisa pública.
II – FUNDAMENTAÇÃO E VOTO VENCEDOR (CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES)
O Recurso de Revisão, nos termos do art. 486 do Regimento Interno desta Corte, possui natureza excepcional e está sujeito a hipóteses de cabimento específicas, exigindo para sua admissibilidade, quando fundado em divergência de entendimento no âmbito do Tribunal de Contas (inciso IV), a demonstração clara das decisões conflitantes, proferidas frente a situações fáticas e jurídicas substancialmente idênticas.
No caso em apreço, o Recorrente alega, superficialmente, que o Acórdão ora recorrido diverge do entendimento adotado no Acórdão n.º 286/23 – Tribunal Pleno, apontado como paradigma. Sustenta que em ambos os casos se discutiu desvio de função de servidor público municipal, mas que, na decisão invocada, optou-se por não aplicar sanção ao gestor, enquanto no presente processo foi imposta multa administrativa.
Entretanto, a simples invocação de outro julgamento que, aparentemente, resultou em desfecho diferente, não basta para a caracterização da divergência jurisprudencial prevista no dispositivo citado, sendo imprescindível que se demonstre, de forma clara e documentada, a existência de similitude fática e jurídica entre os casos comparados, além de ser necessária a explicitação do ponto de dissenso interpretativo, de modo a evidenciar que o órgão julgador adotou conclusões diferentes ou até mesmo incompatíveis diante de contextos idênticos.
Na hipótese dos autos, tal demonstração não foi evidenciada e, conforme bem registrado pelo Ministério Público de Contas, o paradigma apresentado pelo Recorrente refere-se a situação claramente distinta da ora examinada, notadamente pela irregularidade apontada, ter sido no caso invocado, corrigida pela Administração Municipal oportunamente, o que justificou o abrandamento da medida sancionatória, sendo convertida em ressalva.
Já no presente feito, as irregularidades, quais sejam, o desvio de função e a concessão de férias em desacordo com a legislação trabalhista, foram constatadas a partir de documentação oficial encaminhada pela Justiça do Trabalho, sem que houvesse qualquer ação corretiva, tempestivamente, por parte do gestor. Pelo contrário, restou demonstrado no caso que se aprecia que a situação perdurou ao longo do tempo, sem justificativas plausíveis ou medidas para adequação à legislação vigente, reforçando a materialidade da irregularidade.
Nesse cenário, verifica-se que os fatos levantados em cada caso não são comparáveis e os fundamentos jurídicos que embasaram as decisões também são distintos, o que impede o conhecimento do presente Recurso de Revisão, inexistindo nos autos demonstração de dissídio jurisprudencial nos moldes exigidos pela norma regimental.
Não obstante o não conhecimento do Recurso de Revisão pelas razões já expostas, em respeito ao princípio da primazia do julgamento de mérito, o qual orienta o máximo aproveitamento dos atos processuais quando possível, passo a resolução de fundo da questão apresentada, visando o desfecho do caso perante esta Corte, a fim de proporcionar solução definitiva à controvérsia posta, garantindo a efetividade da jurisdição de contas.
Ao adentrar na análise de mérito, constata-se que o Recurso de Revisão também não merece provimento. Isso porque, além de não atender aos requisitos de admissibilidade, o Recorrente tampouco apresentou fundamentos jurídicos ou fáticos consistentes que pudessem infirmar a correção da decisão recorrida.
Conforme detidamente apurado nos autos originários, restou evidenciado que o Recorrente praticou condutas que violam frontalmente princípios constitucionais que regem a Administração Pública. A realocação de servidor para função diversa daquela para a qual foi originalmente admitido mediante concurso público – sem respaldo legal, normativo ou funcional – configura desvio de função e compromete a regularidade da gestão de pessoal.
Some-se a isso a concessão de férias fora do período legal, em evidente desconformidade com a CLT. Tal prática representa afronta não apenas à norma trabalhista, mas ao próprio princípio da legalidade, que impõe ao administrador público o dever de agir conforme o ordenamento jurídico, e não segundo conveniências administrativas ou decisões unilaterais sem amparo legal.
É igualmente relevante observar que o Recorrente, em nenhuma das oportunidades em que foi instado a se manifestar nos autos, apresentou elementos novos que justificassem o afastamento das irregularidades apontadas. Ao contrário, manteve postura inerte quanto à adoção de providências corretivas ou esclarecimentos objetivos.
Na peça recursal interposta, limitou-se a realizar transcrições parciais de trechos do acórdão recorrido, do Regimento Interno desta Corte e de jurisprudência interna, sem articular, de forma lógica e fundamentada, como tais elementos poderiam alterar o desfecho do julgamento anterior.
Além disso, não houve qualquer refutação específica quanto à sua responsabilidade pelas irregularidades constatadas. Os argumentos apresentados foram genéricos e desprovidos de respaldo documental ou fático, caracterizando essa ausência de impugnação precisa e técnica, postura de desídia e descumprimento do ônus argumentativo mínimo que se impõe a quem busca a reforma de decisão sancionatória.
Como bem assinalaram tanto a Coordenadoria de Gestão Municipal quanto o Ministério Público de Contas, as alegações ora ventiladas pelo Recorrente são insuficientes para os fins aqui debatidos, pois não abordou (tampouco solucionou) as ilegalidades relativas à gestão de pessoal municipal, objeto específico da Representação originária.
Diante disso, verifica-se que a penalidade imposta ao Recorrente se encontra amparada em adequado conjunto probatório, sendo proporcional à gravidade das condutas praticadas. Ademais, a sanção administrativa aplicada atende aos princípios da razoabilidade, da coerência e da supremacia do interesse público.
Assim, o não provimento do Recurso de Revisão é medida que se impõe, devendo o Acórdão n.º 2084/24 - Tribunal Pleno ser mantido em sua integralidade.
Em face de todo o exposto, voto pelo não conhecimento do Recurso de Revisão interposto por Adhemar Francisco Rejani, nos termos do artigo 486, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, por ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre casos fática e juridicamente semelhantes.
III – FUNDAMENTAÇÃO E VOTO VENCIDO (CONSELHEIRO FÁBIO DE SOUZA CAMARGO)
Trata-se de Recurso de Revisão interposto por Adhemar Francisco Rejani, em face do Acórdão n.º 2084/24 – STP (peça 36), por meio do qual o Pleno desta Corte decidiu por conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso de Revista manejado, mantendo inalterado o teor do Acórdão n.º 3165/23 – STP (peça 20), pelo qual o Tribunal julgou parcialmente procedente a Representação formulada com base em documentação encaminhada pela 1ª Vara do Trabalho de Apucarana, por meio do Ofício n.º 491/2023, proferindo a seguinte decisão:
Diante do exposto, VOTO pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da representação em razão do desvio de função do sr. Ademilson Barbosa, bem como da ausência de concessão de férias no período legal.
Proponho, diante da irregularidade perpetrada, a aplicação de multa do art. 87, inciso IV, alínea g, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, ao sr. ADHEMAR FRANCISCO REJANI, gestor municipal.
O Excelentíssimo Relator, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, vota pelo não conhecimento do presente Recurso de Revisão, diante da ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre casos fática e juridicamente semelhantes e, por conseguinte, pela manutenção integral da decisão consubstanciada no Acórdão n.º 2084/24 - S2C.
Com a devida vênia aos bem lançados fundamentos do voto condutor, ouso divergir da proposta ora apresentada, especialmente quanto ao não conhecimento do recurso em tela, bem como quanto à aplicação da multa administrativa ao Sr. Adhemar Francisco Rejani, Prefeito do Município de Marumbi, em razão de desvio de função e da não concessão de férias no período legal, com fundamento no que passo a expor.
Preliminarmente, compreendo que o presente Recurso de Revisão merece conhecimento, considerando estarem preenchidos os requisitos previstos pelo art. 486, incisos III e IV, do Regimento Interno deste Tribunal[1].
Como passarei a expor, a aplicação da multa prevista no art. 87 da Lei Orgânica ao Sr. Adhemar Francisco Rejani configura inobservância à vigência da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, especialmente ao disposto no artigo 28.
Além disso, o interessado demonstrou a existência de divergência de entendimento jurisprudencial no âmbito desta Corte, apontando precedente que afastou multa e aplicou ressalva quando configurado desvio de função de servidor municipal.
Ressalto que a divergência de entendimento jurisprudencial apresentada pelo Recorrente não precisa, necessariamente, ser integralmente análoga ao caso em tela, mas deve versar sobre o mesmo assunto alegado nos autos. No presente caso, o Acórdão aduzido pela parte aborda, efetivamente, a tese por ele defendida (não aplicação de multa por aproveitamento de servidor em cargo com atribuições de investidura incompatíveis com o anteriormente ocupado), restando, assim, preenchido o requisito contido no inciso IV do art. 486 do Regimento Interno. Portanto, verifico que estão preenchidos os requisitos para o conhecimento do presente Recurso de Revisão.
Ademais, acerca da multa aplicada ao Recorrente, em razão das irregularidades apontada em sede de Representação – desvio de função de servidor público municipal e ausência de concessão de férias no período legal –, entendo que esta merece ser afastada.
Isso porque verifico que a multa aplicada em razão do desvio de função do Sr. Ademilson Barbosa, bem como da ausência de concessão de férias no período legal, deve ser afastada, uma vez que não restou configurada má-fé ou dolo por parte do gestor municipal, além do entendimento de que as multas previstas no art. 87 da Lei Orgânica têm, de forma predominante, um efeito moral e educativo – e menos um efeito financeiro ou punitivo propriamente dito.
Dessa forma, o Sr. Adhemar Francisco Rejani, na qualidade de Prefeito Municipal à época dos fatos, não deve ser responsabilizado automaticamente em decorrência de sua condição de gestor. Embora o gestor municipal tivesse discernimento mínimo para coibir eventuais atos imprudentes e optar por meios mais adequados aos preceitos normativos, compreendo que a responsabilidade pelo desígnio de função e controle de férias não é de competência direta do Prefeito, de modo que as sanções administrativas deveriam recair sobre o setor competente, que não necessariamente

corresponde ao gestor municipal.
Nesse sentido, compartilho o entendimento de que, muito embora se reconheçam falhas na gestão do responsável, não há elementos que comprovem dolo ou erro grosseiro em sua conduta, conforme estabelecido pelo art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro[2]. Isso porque a norma exige que a responsabilização de agentes públicos ocorra apenas em casos de conduta dolosa ou erro grave, o que não observo no presente caso.
Sendo assim, em consonância com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, as sanções aplicadas devem guardar correspondência com a gravidade da conduta do agente. No caso em análise, não é possível atribuir ao Sr. Adhemar Francisco Rejani responsabilidade direta pela irregularidade apontada na Representação, uma vez que a sua eventual responsabilização se fundamenta unicamente na função que ocupa, sem a devida comprovação de seu envolvimento direto nos fatos. Diante disso, entendo que a aplicação de multa ao interessado configura medida desproporcional e excessiva, com potencial para ensejar penalidade injusta, sobretudo porque não há evidência de que tenha contribuído diretamente para o fato gerador da infração.
À vista disso, entendo que a responsabilidade administrativa deve ser atribuída com base na conduta efetiva e na participação direta no ato infracional, devendo tal responsabilização estar devidamente fundamentada em sua respectiva matriz de responsabilização, a fim de evitar que o gestor seja penalizado indistintamente em razão da hierarquia de seu cargo.
Portanto, não considero coerente atribuir ao Prefeito total responsabilidade pelo ocorrido, já que o fato de ser gestor municipal não o torna, necessariamente, o agente responsável pela irregularidade configurada. Assim, com máxima vênia, divirjo do Ilustre Relator para propor o conhecimento do recurso e o afastamento da multa disposta no art. 87, inciso IV, alínea “g”, da Lei Orgânica deste Tribunal, ao Sr. Adhemar Francisco Rejani.
Em face do exposto, VOTO pelo conhecimento e, no mérito, pela PARCIAL PROCEDÊNCIA do Recurso de Revisão, a fim de reformar o Acórdão n.º 2084/24-STP, para afastar a multa prevista no art. 87, inciso IV, alínea “g”, da Lei Orgânica, decorrente da irregularidade apontada em sede de Representação.
Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro, nos termos do artigo 175-L, inciso I, do Regimento Interno[3].
Em seguida, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento dos autos, com fundamento no art. 398, § 1º, e art. 168, inciso VII, do Regimento Interno[4].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por maioria absoluta, em:
Não conhecer o Recurso de Revisão interposto por Adhemar Francisco Rejani, nos termos do artigo 486, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, por ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre casos fática e juridicamente semelhantes.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES (voto vencedor), IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Os Conselheiros FABIO DE SOUZA CAMARGO (vencido), MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, apresentaram voto pelo provimento parcial.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 17 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 13.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 486. Cabe Recurso de Revisão, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, para o Tribunal Pleno, contra acórdãos por ele proferido, nos seguintes casos:
[...]
III - negativa de vigência de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais;
IV - divergência de entendimento no âmbito do Tribunal de Contas ou dissídio jurisprudencial demonstrado analiticamente.
__2__. Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.
__3__. Art. 175-L. Compete à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções:
I – manter o registro atualizado, o controle e o acompanhamento individualizado das sanções, de que trata o art. 85, da Lei Complementar nº 113/2005, bem como os apontamentos, as ressalvas, determinações, recomendações e todas as comunicações relativas às decisões exaradas, executando as respectivas deliberações;
__4__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.
Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo:
[...]
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio.

PROCESSO Nº:-132217/24
ASSUNTO:-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ENTIDADE:-FUNDO ESPECIAL DO CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANA
INTERESSADO:-FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 1840/25 - TRIBUNAL PLENO
Execução Orçamentária. Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Fevereiro de 2024. Regularidade.
RELATÓRIO
Versam os autos sobre prestação de contas da execução orçamentária do Fundo Especial de Controle Externo deste Tribunal de Contas referente ao mês de fevereiro de 2024, encaminhada pela Diretoria de Finanças, em atendimento ao contido na Resolução n.º 09/2007 e no artigo 523 do Regimento Interno da Corte.
O Conselho de Administração do Fundo avaliou em seu parecer que as despesas executadas têm convergência com a previsão contida no Plano de Aplicação e que os recursos do Fundo foram aplicados de acordo com as normas legais de ordem financeira e orçamentária, posicionando-se ao final pela regularidade das contas (peça 26).
A Controladoria Interna, por meio da Informação n.º 41/24 (peça 27), observou os aspectos previstos no artigo 5º da Instrução de Serviço n.º 11/2009[1] e considerou que os relatórios analisados representam adequadamente os fatos administrativos da execução orçamentária e financeira do Fundo Especial do Controle Externo deste Tribunal no período.
A Coordenadoria de Gestão Estadual, por sua vez, após a verificação da documentação e dos demonstrativos orçamentário/financeiros, concluiu que as operações foram efetuadas atendendo aos requisitos legais, razão pela qual opinou pela sua regularidade. Sugeriu, ao final, que o presente processo seja anexado à prestação de contas anual do Presidente do Tribunal de Contas, nos termos do parágrafo único do artigo 523 do Regimento (Instrução n.º 297/24, peça 28).
Na sequência, o Ministério Público de Contas (Requerimento n.º 30/24-PGC, peça 29) pleiteou o sobrestamento dos presentes autos em virtude de Recurso de Revisão apresentado em face do Acórdão n.º 19/24-STP, por entender que a conclusão lá adotada poderia influenciar na apreciação do presente processo, o que foi acolhido pelo Relator à época (Despacho n.º 658/24-GCIZL, peça 30).
Posteriormente, o motivo para sobrestamento dos presentes autos deixou de existir em virtude da homologação do pedido de desistência do referido Recurso de Revisão (Processo n.º 486015/23, Despacho n.º 2272/25-GP, peça 126), retornando os autos ao seu regular trâmite.
No Parecer n.º 144/25-PGC, o Ministério Público de Contas consignou que: Homologado o pedido de desistência do Recurso de Revisão interposto por este Ministério Público de Contas no âmbito do processo nº 486015/23; esta Procuradoria-Geral opina pelo levantamento do sobrestamento dos presentes autos, e, no mérito, pela regularidade das operações orçamentárias e financeiras realizadas pelo FETC/PR no mês de fevereiro de 2024, em consonância com o opinativo técnico objeto da Instrução n.º 297/24-CGE (peça 28).
É o breve relato.
FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
Compulsando os autos, verifico que as manifestações das unidades técnicas e do órgão ministerial foram uniformes pela regularidade das contas no período.
Conforme se extrai dos elementos trazidos ao processo, a execução orçamentária em epígrafe do Fundo Especial deste Tribunal revela-se regular.
Diante do exposto, acompanho os opinativos da CGE e do Ministério Público de Contas e VOTO pela regularidade do presente demonstrativo de execução orçamentária do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, referente ao mês de fevereiro de 2024.
Após o trânsito em julgado e certificado o cumprimento integral da decisão, determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo (DP), para fins do art. 523, parágrafo único, do Regimento Interno.
É o voto.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Julgar a regularidade do presente demonstrativo de execução orçamentária do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, referente ao mês de fevereiro de 2024.
II. Após o trânsito em julgado e certificado o cumprimento integral da decisão, determinar o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo (DP), para fins do art. 523, parágrafo único, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 17 de julho de 2025 – Sessão Virtual nº 13.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 5° Nos processos de execução orçamentária a Unidade de Controle Interno se manifestará, conforme fluxograma em anexo, relativamente a: I - existência e vinculação das despesas a programa, projeto, atividade, metas físicas e indicadores; II - legalidade das alterações orçamentárias; III - conciliações bancárias e sua qualidade; IV - avaliar as baixas de contas do passivo financeiro quanto a sua pertinência; V - avaliar a existência de saldo de recursos consignados em folha de pagamento – diversos credores; VI - avaliar o sistema de controle feito com as despesas inscritas em restos a pagar.

PROCESSO Nº:-805793/24
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
INTERESSADO:-ALDRIAN FERNANDO CORTES MATOSO, ELOIZE MINATOWICZ PISKA, MARGARIDA MARIA SINGER, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, SINDICATO DAS EMPRESAS DE REF COL DO ESTADO DO PARANA
ADVOGADO / PROCURADOR-ANDRE FELIPE PEDROSA PEREIRA LIMA, BRUNO OLIVEIRA BRAULE PINTO, CAMILA COSTA GARRIDO, CAROLINE PEREIRA DE CARVALHO, CLAUDIO SOCCOLOSKI, EGON BOCKMANN MOREIRA, ENILSON LUIZ WILLE, EVERSON LUIZ DA SILVA, FERNANDO HENRIQUE BASSAN PEIXOTO, GABRIEL JAMUR GOMES, GISELE JAQUES BASTOS, GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI, HELOISA CONRADO CAGGIANO, IVERSON DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA, JAIME PEREIRA JÚNIOR, KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA, LINA CLARICE DA ROCHA LOEWENSTEIN, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, LUIZA HEY TOSCANO DE OLIVEIRA, MAITÊ CHAVES NAKAD MARREZ, MARCUS VINICIUS SPOSITO, MATHEUS FERRI, NAHOMI HELENA DE SANTANA, NELSON CASTANHO MAFALDA, PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK, SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS, THAIS BAZZANEZE, VIVIAN MACHADO GARCIA
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL

ACÓRDÃO Nº 1841/25 - TRIBUNAL PLENO

Recurso de revista. Contratação de empresa para fornecimento de alimentação escolar. Dispensa de Licitação. Emergência fabricada. Conhecimento e não provimento.

I. RELATÓRIO

Encerram os presentes autos Recurso de Revista (peça 127) interposto por Aldrian Fernando Matoso em face do Acórdão n.º 2128/24-STP (peça 114), mantido em Embargos de Declaração (Acórdão n.º 3559/24-STP, peça 123), o qual julgou parcialmente procedente Representação em virtude de irregularidade no Processo de Dispensa n.º 995/2023 do Município de São José dos Pinhas, referente à prestação de serviços de fornecimento de alimentação escolar pelo prazo de 180 dias, no valor estimado e R$ 24.103.896,95, além da aplicação da multa prevista no art. 87, IV, d, da Lei Complementar nº 113/2005 em face de Aldrian Fernando Cortes Matoso e Margarida Maria Singer, em razão da ausência de diligência na condução do processo licitatório para a contratação do fornecimento de alimentação escolar, acarretando a contratação direta emergencial, bem como a expedição de determinação ao Município para conclusão tempestiva do Pregão eletrônico n.º 248/2023, para contratação de empresa para o fornecimento de alimentação escolar, evitando o prolongamento da situação de emergência fabricada.

Inconformado com a manutenção da decisão positivada no Acórdão n.º 2128/24-STP, o interessado, Secretário Municipal de Educação à época dos fatos, apresentou o presente recurso, no qual alegou em suma: (i) o atraso na contratação não foi de sua responsabilidade; (ii) ausência de individualização da conduta; (iii) ausência de dolo ou erro grosseiro; (iv) legalidade da contratação emergencial.

Por fim, pugnou pelo provimento do presente Recurso de Revista, reformando-se a decisão recorrida para afastar a sanção aplicada ao recorrente e, sucessivamente, caso assim não se entenda, a anulação do acórdão recorrido para determinar o retorno dos autos à origem, a fim de possibilitar o exercício do contraditório substancial.

O pleito foi admitido, conforme Despacho n.º 2100/24-GCMRMS (peça 128), e remetido à Diretoria de protocolo para redistribuição.

Em atenção à tramitação regimental, pelo Despacho 1635/24-GCDA (peça 131), determinei a remessa dos autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e, na sequência, ao Ministério Público de Contas.

A Coordenadoria de Gestão Municipal se manifestou na Instrução nº 690/25 (peça 134) e, de início, repudiou a alegação de que a contratação emergencial realizada pelo Município se deu de forma regular, pois, no caso em apreço, ainda que houvesse uma situação emergencial, a causa que deu ensejo à dispensa não era legítima, uma vez que nos casos em que a emergência decorre da omissão, inércia, falha, desídia ou falta de planejamento do gestor público, verifica-se a ocorrência de emergência "fabricada".

Acrescentou que, no caso concreto, a situação emergencial verificada decorreu da falta de planejamento da Administração ao conduzir de forma morosa o processo licitatório voltado à prestação dos serviços.

Além disso, observou que o Processo Administrativo n.º 666/2022 foi instaurado em 13/07/2007 (peça 31, fl.01) e, após tramitar quase um ano e meio junto à Secretaria Municipal de Administração sem a devida conclusão, culminou com a necessidade de realização de contratação emergencial em 09/11/2023 (peça 7, fls. 01/03). E que durante o trâmite do procedimento administrativo, a controladora interna do Município comunicou por três vezes a Secretaria Municipal de Educação acerca do longo período de duração do procedimento, que já estava há 18 meses em sua fase interna.

A CGM asseverou que as justificativas[1] apresentadas pelo recorrente no que tange à escolha da contratação emergencial não podem ser invocadas como autorização para contratação emergencial, pois são resultantes da morosidade e falta de planejamento na condução do processo licitatório.

No que concerne à individualização da conduta, a CGM rememorou o contido na instrução n.º 1250/24 – CGM (peça 109): "Era do interesse e incumbência da Secretaria de Educação acompanhar o desenrolar do procedimento licitatório. Dado que não foi demonstrado o seu engajamento ou comprometimento nesse acompanhamento, cabe responsabilizá-la na pessoa do Sr. Aldrian pela falha. Afinal, o Secretário detém a responsabilidade primordial de garantir que os processos licitatórios referentes à Educação transcorram de maneira adequada e dentro dos prazos estipulados, mormente em relação a um dos principais contratos da pasta, o fornecimento de merenda escolar. A ausência de diligência do Secretário contribuiu para a não conclusão tempestiva do processo licitatório".

E complementou que, embora o recorrente não tenha agido com dolo, a sua omissão na condução do procedimento licitatório é suficiente para a caracterização do erro grosseiro em virtude de sua negligência.

Por último, salientou que não merece prosperar a justificativa no sentido de que a adaptação necessária à implementação das novas regras de alimentação e nutrição escolar não ocorreram em tempo oportuno em razão da pandemia de Covid-19, posto que o recorrente não apresentou evidência material capaz de comprovar qual foi o impacto da pandemia no regular funcionamento da Secretaria Municipal da Educação e, ainda que assim o fizesse, tal fato não seria capaz de justificar sua omissão, à medida que o recorrente teve o prazo razoável de aproximadamente dois anos (2020/2021) para a implementação das medidas.

Diante do exposto, opinou pelo não provimento do recurso, devendo ser mantida inalterada a decisão vergastada.

O Ministério Público de Contas (Parecer n.º 217/25-5PC, peça 135) acompanhou o opinativo técnico pelo não provimento do recurso, com a manutenção do Acórdão n.º 2128/24 STP em integral teor.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Preliminarmente observo que o presente recurso foi manejado no prazo regimental, encontrando-se fundamentado em expressa hipótese de cabimento (art. 484, caput, do RI), por parte dotada de interesse e legitimidade recursal (art. 474, caput, do RI). Logo, encontram-se presentes os pressupostos de admissibilidade, necessários à ratificação do juízo de recebimento provisório da irresignação.

Assim, merece conhecimento e enfrentamento o recurso.

No que tange ao mérito, comungo com os entendimentos uniformes da unidade técnica e do órgão ministerial pelo não provimento do Recurso de Revista.

Em suas razões o interessado alega, em resumo, que não é o responsável pelo atraso na contratação, que sua conduta não foi individualizada para fins e responsabilização, que não incorreu em dolo ou culpa e que a contratação emergencial foi legal.

Pois bem.

De início, verifico que o recorrente argumenta que não pode ser responsabilizado pela demora na tramitação do procedimento que deu azo à contratação emergencial, posto que não houve inércia ou qualquer conduta omissiva de sua parte. Sustenta que o procedimento licitatório foi instaurado pela Secretaria de Educação no tempo oportuno (13/07/2022), mas as dificuldades enfrentadas pela Divisão de Merenda Escolar no que tange às respostas das solicitações de orçamentos, os questionamentos realizados pela Secretaria de Licitação e Finanças acerca da planilha de composição de preços, bem como as dificuldades enfrentadas em virtude da pandemia de Covid-19 para adaptação as novas regras de alimentação e nutrição escolar, ocasionaram a demora na tramitação do PA 666/2022. Argumenta que todas essas circunstâncias foram alheias a sua vontade e relacionadas aos trâmites essenciais da licitação, que não poderiam ter sido ignorados, de modo que sua responsabilização seria desproporcional, não havendo motivos para se falar em emergência fabricada pela inércia do poder público. Nada obstante, os argumentos apresentados pelo recorrente não merecem prosperar.

No que tange às dificuldades enfrentadas pela Divisão de Merenda Escolar para o recebimento dos orçamentos solicitados, verifico que durante o período de tramitação do processo administrativo a unidade, que é vinculada à Secretaria Municipal de Educação, solicitou propostas de orçamentos em três momentos diferentes, o que obviamente corroborou para atrasos na tramitação processual.

Quanto à solicitação da Secretaria de Licitação e Finanças acerca da planilha de composição de preços, entendo que uma situação pontual não pode ser utilizada como justificativa para o atraso considerável na tramitação, sobretudo considerando a pertinência da demanda realizada pela referida Secretaria.

Em relação ao argumento de que a pandemia de Covid-19 dificultou a adaptação às novas regras de alimentação e nutrição escolar e, consequentemente, gerou a demora na tramitação do PA 666/2022, também não vejo razão para que seja acolhida, posto que, apenas na peça 31, fls. 7-9, quando da solicitação da abertura do processo licitatório, foi possível verificar menção a dificuldades enfrentadas em virtude da implementação das novas normas estabelecidas na Resolução n.º 06[2], de 08 de maio de 2020 do Ministério da Educação. Ou seja, quando foi solicitada a abertura do processo de contratação, as referidas mudanças já haviam sido analisadas pela unidade requisitante e, portanto, não podem ser apontadas como causa da longa tramitação do processo licitatório.

No que tange à suposta ausência de individualização da conduta do recorrente, acompanho a manifestação da CGM no sentido de que a responsabilização o recorrente se deu em virtude de ser o titular da pasta responsável pela contratação, qual seja, a Secretaria Municipal de Educação, mas não somente por isso.

No Acórdão recorrido observou-se o seguinte em relação à responsabilização dos gestores:

Também entendo que os gestores devem ser responsabilizados, pois não promoveram o procedimento licitatório em tempo hábil, mesmo após alertados, ensejando a contratação irregular em apreço.

É de responsabilidade do gestor público determinar os prazos para a realização completa de um processo licitatório, de modo que eventuais falhas durante esse procedimento podem resultar em situações reais de emergência.

Ora, como gestor responsável pela Secretaria solicitante da licitação, o recorrente participou de todo o curso processual, tinha pleno conhecimento de que o processo não estava seguindo o fluxo natural e que isso obviamente acarretaria o atraso da tramitação. Entretanto, não consta nos autos do P.A. 666/2022 qualquer intervenção do interessado com a finalidade de cobrar celeridade das unidades a ele subordinadas, portanto, não há como afastar sua responsabilização pela situação que conduziu à contratação emergencial.

Nessa toada, mesmo ausentes nos autos elementos indicativos de dolo por parte do recorrente, noto a incidência ao menos de erro grosseiro, na modalidade negligencia, na medida em que deixou de adotar medidas necessárias para o escorreito deslinde temporal do processo de contratação, o que teria evitado a situação emergencial.

Em relação à legalidade da contratação emergencial, observo que a jurisprudência é predominante no sentido de que a situação de emergência verificada não convalida a ausência de planejamento ou inércia administrativa do gestor que contribuiu para a causa:

É possível a contratação por dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993, ainda que a emergência decorra da falta de planejamento, inércia administrativa ou da má gestão dos recursos públicos, sem prejuízo da responsabilização dos gestores que não providenciaram, tempestivamente, o devido processo licitatório. (Acórdão 1842/2017-TCU-Plenário)

A dispensa de licitação também se mostra possível quando a situação de emergência decorrer da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos púbicos, pois a inércia do gestor, culposa ou dolosa, não pode vir em prejuízo de interesse público maior tutelado pela Administração. Nessas situações, contudo, o reconhecimento da situação de emergência não implica convalidar ou dar respaldo jurídico à conduta omissiva do administrador, a quem cabe a responsabilidade pela não realização da licitação em momento oportuno. (Acórdão 2240/2015-TCU-Primeira Câmara)

Em relação ao pedido de a anulação do acórdão recorrido para determinar o retorno dos autos à origem, a fim de possibilitar o exercício do contraditório substancial, percebo que durante a demanda foi assegurado ao recorrente o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, inclusive com apresentação de memoriais antes do julgamento do processo originário, motivo pelo qual não verifico motivos para tal medida.

Ante o exposto, acompanhando as manifestações da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas, VOTO pelo conhecimento e não provimento do Recurso de Revista interposto pelo sr. Aldrian Fernando Matoso em face do Acórdão n.º 2128/24-STP (peça 114), mantido em Embargos de Declaração (Acórdão n.º 3559/24-STP, peça 123).

Após o trânsito em julgado, encaminhar o feito à Diretoria de Protocolo, para que, conforme o artigo 32, § 3º[3], do Regimento Interno, promova a inversão do processo ao Relator originário.

É o voto.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de RECURSO DE REVISTA

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:

I. Conhecer e negar provimento ao Recurso de Revista interposto pelo sr. Aldrian Fernando Matoso em face do Acórdão n.º 2128/24-STP (peça 114), mantido em Embargos de Declaração (Acórdão n.º 3559/24-STP, peça 123).
II. Após transitada em julgado a decisão, encaminhar os autos à Diretoria de Protocolo para a inversão dos processos e posterior remessa ao Relator originário, competente para a execução nos termos do § 3º do art. 32 do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 17 de julho de 2025 – Sessão Virtual nº 13.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. (i) impossibilidade de prorrogação de prazo dos contratos administrativos vigentes (serviços que já estavam sendo prestados sob a égide da excepcionalidade prevista no § 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/93); (ii) pelo procedimento licitatório ordinário que não seria finalizado a tempo do término dos contratos; (iii) pelo entendimento da Procuradoria-Geral do Município pela inviabilidade de pagamentos por indenização e direcionamento para a contratação emergencial via dispensa de licitação e; (iv) pela necessidade de alimentação escolar para os dias letivos seguintes ao encerramento dos contratos.
__2__. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
__3__. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro:
§ 3º O Relator do processo originário será também competente para a execução, exceto quando houver modificação da decisão em grau de recurso, hipótese em que essa será de competência do Relator do recurso. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO Nº:-35483/25
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL
INTERESSADO:-BALABUCH TRANSPORTES LTDA, JOSIANE FOLLE, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, NILSON ANTONIO FEVERSANI
ADVOGADO / PROCURADOR-CILMAR FRANCISCO PASTORELLO, PATRIQUE MATTOS DREY
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 1842/25 - TRIBUNAL PLENO

Recurso de Revista. Acórdão n.º 3782/24-STP. Pelo recebimento e, no mérito, pelo não provimento.

1. RELATÓRIO

Trata-se de recurso de revista interposto pelo Município de Bom Sucesso do Sul, em conjunto com Nilson Antônio Faversani e Josiane Folle, em face do Acórdão n.º 3782/24-STP, responsável por julgar parcialmente procedente a representação da lei de licitações de autoria de Balabuch Transportes Ltda., em virtude de supostas irregularidades detectadas no Pregão Presencial n.º 78/2023 lançado pelo Município de Bom Sucesso do Sul, para o fim aplicar a multa prevista no artigo 87, inciso III, alínea "d", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 à Sra. Josiane Folle, diante da violação ao princípio da publicidade.
Como resultado do acolhimento de embargos de declaração posteriormente opostos, o Acórdão n.º 4499/24-STP incluiu na decisão guerreada sanção pecuniária também em relação a Nilson Antônio Feversani, em razão da não disponibilização, em tempo real, da íntegra dos processos licitatórios no Portal de Transparência do Município.
Das razões recursais, extrai-se argumentos de que (i) houve a republicação do edital, quando da supressão da exigência de atestado de capacidade técnica (experiência anterior no transporte), portanto não houve violação ao princípio da publicidade (art. 21, §4º, da Lei n.º 8.666/93); e (ii) a íntegra do processo licitatório, sempre foi publicado no site do Município, portanto, à disposição de toda a sociedade, em tempo real (peça n.º 59).
O pleito foi devidamente recebido pelo Despacho n.º 121/25-GCILB (peça n.º 60) e então submetido ao crivo da Coordenadoria de Gestão Municipal que, em sua Instrução n.º 828/25 (peça n.º 66), a partir da reavaliação dos documentos integrantes da instrução processual, visto que nada de novo foi ofertado, concluiu pelo seu não provimento.
Igualmente se posicionou o Ministério Público de Contas, consoante se dessume do Parecer n.° 275/25-1PC (peça n.º 67).
É o relato.

2. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Após uma detida análise dos autos digitais, repiso que merece conhecimento o recurso de revista em apreço, restando atendidos os pressupostos recursais de tempestividade e adequação procedimental (artigo 73 da LC n.º 113/05), bem como de legitimidade e interesse (artigo 66 da LC n.º 113/05).
Quanto ao mérito, tal qual frisado pela unidade técnica e pelo Parquet de Contas, não foram trazidos novos elementos de prova que viabilizem o acolhimento de assertivas esparsas no sentido de que se deu pleno atendimento ao princípio da publicidade.
Ressalto que o exame realizado teve como suporte os documentos constantes das peças n.os 33/40, assim, depois de nova e minuciosa apreciação, confirmou-se que, do que consta dos autos, portanto, percebe-se que não há qualquer evidência de quando os documentos relativos aos arquivos que estão no site do município foram de fato publicados, não podendo haver qualquer comprovação de que o princípio da publicidade tenha sido de fato cumprido, conforme instrução probatória no curso do processo até o presente recurso.
Destarte, inalterado o panorama fático e jurídico que permeou a fundamentação da decisão combatida, nego provimento ao pleito recursal.
Ante o exposto, VOTO pelo conhecimento e não provimento do recurso de revista em voga, permanecendo incólume, por conseguinte, o decisum consubstanciado no v. Acórdão n.º 3784/24-STP.
Certificado o trânsito em julgado, encaminhe-se o feito à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro e acompanhamento do cumprimento da decisão.

3. VOTO DIVERGENTE (Conselheiro Fabio de Souza Camargo)

Trata-se de Recurso de Revista interposto pelo Município de Bom Sucesso do Sul, em conjunto com dois agentes públicos, o Prefeito Municipal Nilson Antônio Feversani e a Pregoeira Josiane Folle, em face do Acórdão n.º 3782/24 – STP, pelo qual este Tribunal julgou parcialmente procedente a representação da lei de licitações de auditoria de Balabuch Transportes Ltda., em razão de supostas irregularidades detectadas no Pregão Presencial n.º 78/2023 lançado pelo Município de Bom Sucesso do Sul, para o fim de aplicar a multa prevista no artigo 87, inciso III, alínea "d", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 à Sra. Josiane Folle, diante da violação ao princípio da publicidade.
Posteriormente, com o acolhimento de embargos de declaração, a decisão foi complementada pelo Acórdão n.º 4499/24 – STP, pelo qual este Tribunal estendeu a penalidade também ao Sr. Nilson Antônio Feversani, em razão da ausência de publicação tempestiva da documentação do certame.
No recurso, os interessados sustentam que a republicação do edital afastaria qualquer ofensa ao princípio da publicidade, e que os documentos do processo licitatório estiveram integralmente disponíveis no site do Município durante toda a tramitação. Os recorrentes alegaram, também, que: "todas as fases geradas, são imediatamente publicadas pelo Setor de Licitações, no site do Município de Bom Sucesso do Sul, até a fase final de homologação." (peça 59, fl. 4).
Apesar das afirmações, a Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n.º 828/25 – CGM (peça 66), e o Ministério Público de Contas, pelo Parecer n.º 275/25 – 1PC (peça 67), opinaram pelo não provimento do recurso, diante da ausência de novos elementos que infirmem o entendimento anterior. Segundo os entendimentos uniformes, a alegada publicidade não pôde ser verificada nos autos, tampouco foi possível aferir a data exata em que os documentos foram publicados no portal eletrônico municipal. Sem essa comprovação concreta, o princípio da publicidade continuava violado.
Dessa forma, o Relator, Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, votou pelo conhecimento do recurso, uma vez que foram atendidos os pressupostos de admissibilidade – como tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse – mas, no mérito, pelo seu não provimento, mantendo-se a decisão anterior com as sanções impostas.
Com a devida vênia, divirjo quanto à aplicação da multa ao senhor Nilson Antônio Feversani e à senhora Josiane Folle, conforme fundamento a seguir.
De acordo com as razões recursais, a responsabilidade pela publicidade dos atos licitatórios caberia ao gestor do Portal da Transparência do Município, servidor incumbido de receber o processo licitatório em meio físico, digitalizá-lo e disponibilizá-lo integralmente no sítio eletrônico oficial, após o encerramento do certame (peça 59, fl. 4). Tal alegação mostra-se verossímil, especialmente em se tratando de ente público de pequeno porte, onde é comum a estrutura administrativa não contemplar, de forma integral e tempestiva, a digitalização automática e contínua de todos os processos licitatórios. Assim, a atribuição da falha a agente específico com competência delimitada afasta, neste ponto, a responsabilidade direta do Prefeito Municipal e da Pregoeira.
No caso do Prefeito, importa ressaltar que, conforme os próprios acórdãos indicam, a multa ao Chefe do Executivo foi motivada exclusivamente pela ausência de disponibilização "em tempo real" da íntegra do processo no Portal da Transparência, sem qualquer indício de má-fé ou de desídia pessoal. Em municípios de pequeno porte, como o caso de Bom Sucesso do Sul, a estrutura administrativa é comumente limitada, e a digitalização integral em tempo real, apesar de exigida pela Lei Estadual n.º 19.581/2018, nem sempre é viável de maneira automatizada ou simultânea à prática dos atos.
A Constituição da República, em seu art. 37, estabelece os princípios que regem a Administração Pública, entre os quais se destacam os da legalidade, publicidade, moralidade e eficiência. Embora, no direito administrativo, haja hipóteses de responsabilização administrativa, civil e penal de agentes públicos, tal responsabilização deve ser individualizada e fundamentada em conduta dolosa, culposa ou com erro grosseiro. Não se mostra razoável, portanto, a imputação de responsabilidade a gestores por atos que não praticaram diretamente ou por omissões das quais não tinham conhecimento ou controle, especialmente quando houver delegação regular de competências a outros servidores.
Além disso, ressalta-se que não há nos autos nenhum indício de dolo ou má-fé por parte dos recorrentes. Logo, nos termos do art. 22[1] da Lei n.º 13.655/2018, regulamentado pelo Decreto n.º 9.830/2019[2], o agente público não deve ser responsabilizado quando ausente comprovação de erro grosseiro ou descumprimento deliberado de norma jurídica. A responsabilidade deve ser analisada com base no contexto da atuação administrativa, considerando os meios disponíveis, os recursos da administração, os limites fáticos e a conduta dos agentes à época dos fatos.
No mesmo sentido, não se evidencia nos autos conduta dolosa ou erro grosseiro imputável à Sra. Josiane Folle, pregoeira designada, especialmente considerando que as atividades relativas à publicação dos atos do certame estavam, segundo informado, sob a responsabilidade de setor específico da municipalidade. Além disso, não se demonstrou que a pregoeira tenha sido alertada formalmente da ausência de publicidade ou que tenha agido em desacordo com os procedimentos internos vigentes à época. Assim, a meu juízo, a ausência de comprovação de falha direta ou má-fé da agente implica, igualmente, a revisão da penalidade que lhe foi imposta.
Além disso, no caso da Sra. Josiane Folle, a penalidade teve por fundamento específico a ausência de publicação da retificação do edital após a retirada de cláusula relevante (item 10.1.4, "g", do edital original). No entanto, a justificativa apresentada nos autos, de que a retificação teria sido publicada no site, ainda que sem registro formal do ato de publicação, indica, no mínimo, ausência de dolo e erro grosseiro, falha que não gerou prejuízo concreto demonstrado nem significou descumprimento intencional das normas aplicáveis.
Diante do exposto, entende-se que a condenação à multa tanto do Prefeito Municipal quanto da Pregoeira não seria proporcional, uma vez que não restou demonstrada atuação direta ou omissão dolosa ou com erro grosseiro por parte de quaisquer dos dois agentes na falha apontada. Considerando que havia servidor designado para a inserção dos documentos no Portal da Transparência, e que não há evidência de má-fé ou descumprimento deliberado do dever de publicidade, entendo que as penalidades aplicadas devem ser afastadas, em observância aos princípios da individualização da conduta e da segurança jurídica.
Por fim, em consonância com o princípio da proporcionalidade, entendo que este Tribunal deve adotar uma postura pedagógica e orientativa, em vez de meramente punitiva, contribuindo para o aprimoramento da atuação administrativa, especialmente daqueles entes de pequeno porte – sendo, neste caso, mais necessário e adequado expedir recomendação para que o Município adote

providências visando regulamentar internamente, de forma clara e objetiva, os prazos e as rotinas administrativas referentes à publicação tempestiva de todos os atos dos procedimentos licitatórios, em atendimento ao princípio da publicidade e às normas da Lei de Acesso à Informação.
Por essas razões, VOTO pelo PARCIAL PROVIMENTO do Recurso de Revista, reconhecendo a procedência parcial da Representação, a fim de que este Tribunal:
1) afaste a aplicação das multas impostas ao Sr. Nilson Antônio Feversani (Prefeito do Município) e à Sra. Josiane Folle (Pregoeira); e
2) recomende ao Município de Bom Sucesso do Sul que:
2.1. atente-se à publicidade tempestiva dos atos em todos os futuros procedimentos licitatórios;
2.2. institua regulamento interno disciplinando os prazos, as responsabilidades e os fluxos procedimentais para a publicação de atos nos meios eletrônicos, de modo a garantir plena observância ao princípio da publicidade e à Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011).
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de RECURSO DE REVISTA
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por maioria absoluta, em:
I. Conhecer e negar provimento ao recurso de revista em voga, permanecendo incólume, por conseguinte, o decisum consubstanciado no v. Acórdão n.º 3784/24-STP.
II. Após transitada em julgado a decisão, encaminhar os autos à Diretoria de Protocolo para a inversão dos processos e posterior remessa ao Relator originário, competente para a execução nos termos do § 3º do art. 32 do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI. (voto vencedor)
O Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO votou pelo parcial provimento do Recurso de Revista, reconhecendo a procedência parcial da Representação, afastando a aplicação das multas impostas ao Sr. Nilson Antônio Feversani (Prefeito do Município) e à Sra. Josiane Folle (Pregoeira), com recomendações ao Município de Bom Sucesso do Sul, nos termos da proposta de voto divergente (item 3), sendo acompanhado pelo Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES. (voto vencido)
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 17 de julho de 2025 – Sessão Virtual nº 13.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Art. 22. O agente público somente poderá ser responsabilizado pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.
2. Decreto n.º 9.830/2019: Regulamenta dispositivos da Lei n.º 13.655/2018, que altera a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, dispondo sobre segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público.

PROCESSO Nº:-76864/25
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, JOSÉ DE SOUZA OLIVEIRA, MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO, PARANAPREVIDÊNCIA
ADVOGADO / PROCURADOR-ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, CLOVIS ALBERTO BERTOLINI DE PINHO, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSÉ CARLOS NEGRI JUNIOR, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA DOS SANTOS, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OTÁVIO OLIVEIRA DE SOUZA, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, RICARDO DE PAULA FEIJO, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, YARA MARIA MIRANDA
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 1843/25 - TRIBUNAL PLENO
Recurso de Revista de Tomada de Contas Extraordinária. Apuração de eventuais responsabilidades e recomposição ao erário. Determinação para instauração de processo administrativo. Conhecimento e não provimento.
RELATÓRIO
Encerram os presentes autos Recurso de Revista (peça 116) interposto pela Sra. Marcia Carla Pereira Ribeiro em face do Acórdão n.º 2339/24-STP (peça 81), mantido em Embargos de Declaração (Acórdão n.º 4560/24-STP, peça 112), que julgou procedente a Tomada de Contas Extraordinária, com o julgamento pela irregularidade das contas, mas sem aplicação de sanção, por ausência de prova de conduta irregular por parte da Diretora Geral à época, e sem determinar a devolução de valores, mas com a expedição de determinação à SEAP para que no prazo de 90 (noventa) dias instaure, processo administrativo sancionatório, a fim de apurar os fatos ora narrados, seja em relação a perda do processo administrativo no órgão, conforme certificado na peça 51, seja em relação ao descumprimento da orientação jurídica proferida pela PGE, com a identificação e penalização dos responsáveis.
A Tomada de Contas Extraordinária foi instaurada por força do Acórdão n.º 767/22-S1C (Ato de Inativação) e teve por objeto a apuração de eventuais responsabilidades e recomposição ao erário em virtude de benefício irregularmente concedido.
Inconformada com a decisão proferida no Acórdão n.º 2339/24-STP, a interessada apresentou o presente recurso, no qual alegou, em suma, que as contas foram julgadas irregulares, sem que houvesse comprovação de dolo, culpa grave ou erro grosseiro e, em concomitância, reconheceu que não cabia a devolução de valores, posto que foram pagos ao servidor de boa-fé. Afirma que também não houve imputação de qualquer sanção a ora interessada, mesmo assim foi determinada a instauração de processo administrativo sancionatório para averiguar supostas omissões, criando um cenário de manifesta incoerência.
Aduziu que a recorrente foi Secretária de Administração e Previdência do Estado do Paraná entre 18/10/2016 e 13/06/2017, mas o enquadramento irregular ocorreu em 2010 e o ato de inativação do servidor ocorreu apenas em 2018, quando já não era a Secretária da pasta, portanto, não participou da concessão dos benefícios e não possuía competência direta sobre a revisão do enquadramento do servidor.
Acrescentou que o Mandado de Segurança n.º 0005441-60.2022.8.16.0004, cujo trânsito em julgado já se operou, reconheceu que o pagamento indevido ao servidor JOSÉ DE SOUZA OLIVEIRA decorreu de erro da própria Administração Pública e que não havia fundamento para responsabilização pessoal do servidor ou de qualquer outro gestor. Consignou que a referida decisão transitou em julgado e, portanto, a decisão impugnada afrontou a coisa julgada e deve ser reformada para adequação ao entendimento judicial, com aprovação das contas da recorrente ainda que com ressalvas.
Por fim, pugnou pelo provimento do presente Recurso de Revista para reformar o Acórdão n.º 2339/24 e julgar as contas regulares com ressalvas, afastando qualquer responsabilização pessoal, nos termos do artigo 28 da LINDB.
O pleito foi admitido, conforme Despacho n.º 204/25-GCMRMS (peça 117), e remetido à Diretoria de protocolo para redistribuição.
Em atenção à tramitação regimental, pelo Despacho 158/25-GCDA (peça 121), determinei a remessa dos autos à Coordenadoria de Gestão Estadual e, na sequência, ao Ministério Público de Contas.
A Coordenadoria de Gestão Estadual – CGE se manifestou na Instrução n.º 226/25 (peça 123) pelo não provimento do recurso, devendo ser mantida inalterada a decisão combatida. Inicialmente, afastou qualquer violação à coisa julgada na medida em que a decisão judicial foi em relação ao servidor e não em relação aos fatos imputados à recorrente.
Acrescentou que, no tocante ao mérito, o Acórdão recorrido apenas determinou à SEAP que instaurasse processo administrativo sancionatório a fim de apurar os fatos ora narrados, seja em relação à perda do processo administrativo no órgão, seja em relação ao descumprimento da orientação jurídica proferida pela PGE, com a identificação e penalização dos responsáveis.
Por fim, concluiu que não assiste razão à recorrente, na medida em que não há decisão sobre sua responsabilização, apenas a constatação de que a SEAP falhou ao deixar de abrir processo administrativo para apurar a situação.
O Ministério Público de Contas (Parecer n.º 496/25-3PC, peça 125) acompanhou o opinativo técnico pelo não provimento do recurso, posto que não foram apresentados argumentos ou provas novas que ensejassem eventual reforma da decisão.
Por fim, o Parquet de Contas acrescenta que o interesse recursal da recorrente seria discutível, pois não lhe foi imputada nenhuma responsabilidade ou sanção, porquanto o Acórdão recorrido expediu determinação direcionada à SEAP, não cabendo à ex-gestora a adoção de qualquer medida para atender a ordem.
É o relatório.
FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
Preliminarmente observo que o presente recurso foi manejado no prazo regimental, encontrando-se fundamentado em expressa hipótese de cabimento (art. 484, caput, do RI), por parte dotada de interesse e legitimidade recursal (art. 474, caput, do RI). Logo, encontram-se presentes os pressupostos de admissibilidade, necessários à ratificação do juízo de recebimento provisório da irresignação.
Assim, merece conhecimento e enfrentamento o recurso.
No que tange ao mérito, comungo com os entendimentos da Coordenadoria de Gestão Estadual e do Órgão Ministerial pelo não provimento do Recurso de Revista. Compulsando os autos, verifico que a recorrente busca a reforma do Acórdão n.º 2339/24-STP para que as contas sejam julgadas regulares com ressalvas e sua responsabilização pessoal seja afastada, nos termos do art. 28 da LINDB.
Pois bem.
No que tange ao argumento de que as contas foram julgadas irregulares sem que houvesse comprovação de dolo ou culpa por parte da recorrente, percebo que o acórdão combatido é cristalino quanto à ausência de provas que permitam concluir a responsabilidade da ora recorrente pela conduta irregular. Nada obstante, as contas foram consideradas irregulares em virtude da SEAP ter deixado de cumprir a orientação jurídica da Procuradoria Geral do Estado, o que deu azo ao dano ao erário decorrente da transposição irregular de servidor.
Nessa toada, apesar das contas serem julgadas irregulares, reforço que não foi imputada qualquer responsabilização ou sanção à Sra. Marcia Carla Pereira Ribeiro, tanto que no voto objeto do presente recurso o Conselheiro Relator foi claro ao consignar que: “Assim, entendo não haver como se concluir pela responsabilização da Sra. Marcia Carla Pereira”, o que afasta qualquer penalidade à recorrente, inclusive a inclusão de seu nome na lista de gestores responsáveis por contas julgadas irregulares.
A ausência de aplicação de sanção não impede que as contas sejam julgadas irregulares, na medida em que restaram constatadas as impropriedades no que tange ao enquadramento do servidor, ao descumprimento da orientação realizada pela Procuradoria de Geral do Estado, assim como o extravio do processo administrativo referente à aposentadoria do servidor. O que não foi possível, de fato, foi estabelecer o agente responsável pela ação ou omissão que deu causa às irregularidades.
Do mesmo modo, não percebo qualquer incoerência na determinação para instauração de processo administrativo. Ainda que não tenha havido aplicação de sanção à ora recorrente no âmbito desta Corte de Contas, sendo reconhecida a ausência de prova de conduta irregular por parte da Diretora Geral à época, as irregularidades quanto à perda do processo administrativo no órgão e ao descumprimento da orientação jurídica proferida pela PGE foram constatadas. Dessa forma, a determinação voltada à SEAP para o fim de instaurar o devido processo administrativo sancionatório visa a identificação e responsabilização dos possíveis envolvidos.

Outro ponto que merece consideração diz respeito à Decisão Judicial (peça 88) relacionada ao Mandado de Segurança impetrado pelo Sr. José de Souza Oliveira, a qual, mesmo apontando a irregularidade do enquadramento do servidor, reconheceu que o pagamento indevido ao servidor decorreu de erro da própria Administração e que não havia fundamento para responsabilização pessoal do servidor, portanto não caberia a imposição de devolução de valores pelo impetrante. Vejamos:
Assim, em linha com o entendimento fixado no Tema 531 do STJ e com a jurisprudência do STF sobre o tema, considerando que o pagamento a maior de verba de natureza alimentar decorreu de erro de interpretação atribuível à Administração, não restando demonstrada a má-fé do impetrante (a qual não se presume), descabe impor a devolução dos valores.
Vota-se para DEFERIR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA ao impetrante e, no mérito, CONCEDER PARCIALMENTE A SEGURANÇA, confirmando a medida de urgência concedida no mov. 65.1, apenas para reconhecer o direito do impetrante de não ter descontado de seus proventos de aposentadoria os valores já recebidos. (Processo nº 0005441-60.2022.8.16.0004 - Ref. mov. 108.1)
Diversamente do que sustenta a recorrente, a citada decisão judicial não faz qualquer menção à impossibilidade de responsabilização de outro servidor ou gestor em razão das irregularidades observadas por esta Corte de Contas.
Por fim, corroboro a manifestação do D. Ministério Público de Conta no sentido de que não foi imputada nenhuma responsabilidade ou sanção à recorrente, pois a determinação efetuada no Acórdão vergastado foi direcionada à SEAP não cabendo à recorrente a adoção de qualquer providência visando ao atendimento da ordem.
Ante o exposto, acompanhando as manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Estadual e do Ministério Público de Contas, VOTO pelo conhecimento e não provimento do Recurso de Revista interposto pela Sra. Marcia Carla Pereira Ribeiro, mantendo-se inalterada a decisão consubstanciada no Acórdão n.º 2339/24-STP.
Após o trânsito em julgado, encaminhar o feito à Diretoria de Protocolo, para que, conforme o artigo 32, § 3º[1], do Regimento Interno, promova a inversão do processo ao Relator originário.
É o voto.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de RECURSO DE REVISTA
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Conhecer e negar provimento ao Recurso de Revista interposto pela Sra. Marcia Carla Pereira Ribeiro, mantendo-se inalterada a decisão consubstanciada no Acórdão n.º 2339/24-STP.
II. Após transitada em julgado a decisão, encaminhar os autos à Diretoria de Protocolo para a inversão dos processos e posterior remessa ao Relator originário, competente para a execução nos termos do § 3º do art. 32 do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 17 de julho de 2025 – Sessão Virtual nº 13.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro:
§ 3º O Relator do processo originário será também competente para a execução, exceto quando houver modificação da decisão em grau de recurso, hipótese em que essa será de competência do Relator do recurso. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO Nº:-314777/25
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-ALESSANDRO AFFORNALI, AMAURI MEDEIROS CAVALCANTI, ANTONIO RENATO HOINSKI, CARLOS RESQUETTI CERQUEIRA, CIRO MACEDO RIBAS JUNIOR, DARLAN DE PAIVA SANTANA, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ, EDSON LUIZ AMARAL, ELBIO GONÇALVES MAICH, ELIZETE CARDOSO BOARETTO, ERALDO CORDEIRO SILVESTRE, FABIO DE SOUZA, GILBERTO PEREIRA LOYOLA, GISLAINE MARIA ESTEVAO BATISTA, HAMILTOM LUIZ BOING, HEITOR DUTRA DA SILVA FILHO (FALECIDO(A) EM 2021), IRAN SABATINI MOREIRA FILHO, JOAO LUIZ GOLTZ DE ALMEIDA, JORGE AKISHINO, LEANDRO JORGE RICANELI, LUIZ CARLOS DE CRISTO, MARCUS VINICIUS TALAMINI, MARIA LUCIA SANCHES, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, NAGMA LUCY BARROS, NELSON FARHAT (FALECIDO(A) EM 2021), NELSON LEAL JÚNIOR, OCTAVIO JOSE SILVEIRA DA ROCHA, OSMAR LOPES FERREIRA, PAULO MONTES LUZ, PAULO ROBERTO MELANI, RENATA JULIANA BERTOL BASEGGIO, SANDRA SELETE FERRI DUTRA DA SILVA, SERGIO LUIS FERRARI, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, VICTOR EDUARDO ANTUNES
ADVOGADO / PROCURADOR-ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA, JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, JOAO RICARDO BORBA GONCALVES, LORENZO FINARDI, LUCIANO ROCHA WOISKI, MARIA LUCIA SANCHES, RUBENS CESAR TELES FLORENZANO, YVONE DA SILVA ANDRADE
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 1844/25 - TRIBUNAL PLENO
Embargos de Declaração. Acórdão que julgou Tomada de Contas Extraordinária e aplicou multas aos responsáveis diante da confirmação de achados levantados em trabalho de auditoria. Embargos interpostos pelos envolvidos com alegação de litispendência em relação a outros processos em tramitação na Corte. Conhecimento e não provimento. Embargos interpostos pelo Ministério Público de Contas com alegação de falta de apreciação de requerimento formulado em seu parecer. Conhecimento e parcial provimento, com efeitos modificativos.
RELATÓRIO
Os senhores Alessandro Affornali, Amauri Medeiros Cavalcanti, Fábio de Souza, Hamilton Luiz Boing, João Luiz Goltz de Almeida, Leandro Jorge Ricaneli, Luiz Carlos de Cristo, Octavio Jose Silveira da Rocha e Sergio Luis Ferrari e o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas interpuseram Embargos de Declaração frente ao Acórdão n.º 1019/25 proferido pelo Tribunal Pleno no processo n.º 385897/20, o qual julgou Tomada de Contas Extraordinária e aplicou multas aos responsáveis diante da confirmação de achados levantados em trabalho de auditoria realizada no Subprograma CREMEP do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná[1].
Os primeiros buscam esclarecimento considerando litispendência com o objeto dos processos n.os 614560/20, 747764/20, 747772/20 e 747802/20 em trâmite nesta Corte.
Já o Órgão Ministerial sustentou ocorrência de omissão no julgado, uma vez que inexistiu pronunciamento acerca dos pedidos manifestados em seu parecer visando encaminhamento de cópia da decisão colegiada ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual e inscrição dos responsáveis na lista de agentes com contas irregulares.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade, os recursos foram recebidos conforme Despacho n.º 534/25-GCDA.
ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO
Analisando-se o contexto fático-jurídico descortinado, há de se reconhecer que razão assiste em parte ao representante ministerial e também aos primeiros recorrentes (mas nesse caso não para efeitos de provimento dos embargos manejados).
Iniciando pela consulta das matérias versadas nos autos n.os 614560/20, 747764/20, 747772/20 e 747802/20 (todos de Tomada de Contas Extraordinária), é possível sintetizar o seguinte quadro:
- autos n.o 614560/20: trata especificamente da execução do Contrato n° 223/2012-DER/DT, no qual foram constatados os achados 1) execução, aceite e pagamento de serviços de má qualidade e em desconformidade com as normas do DER/PR, 2) pagamento indevido por serviços de remendo e 3) jogo de planilha;
- autos n.o 747764/20: trata especificamente da execução do Contrato n.° 139/2012-DER/DT, no qual foram constatados os achados 1) execução, aceite e pagamento de serviços de má qualidade e em desconformidade com as normas do DER/PR, 2) pagamento indevido por serviços de remendo e 3) jogo de planilha;
- autos n.o 747772/20: trata especificamente da execução do Contrato n.° 265/2012-DER/DT, no qual foram constatados os achados 1) execução, aceite e pagamento de serviços de má qualidade e em desconformidade com as normas do DER/PR, 2) pagamento indevido por serviços de remendo e 3) jogo de planilha;
- autos n.o 747802/20: trata especificamente da execução do Contrato n.° 245/2012-DER/DT, no qual foram constatados os achados 1) execução, aceite e pagamento de serviços de má qualidade e em desconformidade com as normas do DER/PR e 2) pagamento indevido por serviços de remendo.
E compulsando-se o teor das respectivas peças exordiais formuladas pela 4ª Inspetoria de Controle Externo bem como dos Acórdãos n.os 1399/21-TP, 1400/21-TP, 1401/21-TP e 1402/21-TP, os quais negaram os pedidos de medida cautelar deduzidos, nota-se que, realmente, as causas de pedir, se não idênticas, são muito próximas da narrativa e do objeto dos achados de auditoria suscitados nos autos n.º 385897/20 contemplando os mesmos contratos.
À época em que se encontrava encarregada de fiscalizar o Departamento de Estradas de Rodagem, a 4ª ICE deflagou perante esta Casa inúmeras Tomadas de Contas Extraordinárias dirigidas frente à autarquia, ocorrendo em algumas situações repetição de demandas, como a ora verificada.
De acordo com a técnica processual, no entanto, a argumentada litispendência deverá ser avaliada pontualmente na ocasião em que cada um dos 4 processos acima referidos, ainda em tramitação, for julgado, e não no âmbito da Tomada de Contas Extraordinária n.º 385897/20, pois em estágio já mais avançado, com acórdão proferido.
Portanto, nesse aspecto não há qualquer omissão a ser sanada.
Em relação ao recurso do Ministério Público de Contas, por sua vez, de fato o Acórdão n.º 1019/25 não tratou dos requerimentos apontados, pelo que passo a analisá-los.
O encaminhamento de cópia da decisão colegiada ao Ministério Público Federal ou ao Ministério Público Estadual não é necessário, na medida em que os envolvidos não foram responsabilizados por condutas de improbidade administrativa ou que configurassem infração penal - confira-se o teor dos achados -, tampouco se cogitou de dano ao erário, de modo que pudesse merecer atuação de referidos órgãos.
Por outro lado, a inscrição dos responsáveis na lista de agentes com contas irregulares é decorrência direta da conclusão pela irregularidade das contas tomadas, nos termos dos arts. 170 da Lei Orgânica e 515 e 516 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, pelo que procede o pleito do embargante.
Finalmente, apesar de se tratar de medida excepcional relacionada ao acolhimento dos embargos de declaração, cumpre anotar que a atribuição de efeitos infringentes ou modificativos mostra-se como devida para a escorreita solução do caso presente.
VOTO
Ante o exposto, VOTO pelo conhecimento e
a) não provimento dos Embargos de Declaração interpostos por Alessandro Affornali, Amauri Medeiros Cavalcanti, Fábio de Souza, Hamilton Luiz Boing, João Luiz Goltz de Almeida, Leandro Jorge Ricaneli, Luiz Carlos de Cristo, Octavio Jose Silveira da Rocha e Sergio Luis Ferrari;
b) parcial provimento dos Embargos de Declaração interpostos pelo Ministério Público de Contas, atribuindo-lhes efeito modificativo para os fins de acrescentar na parte dispositiva do Acórdão n.º 1019/25-TP a inclusão do nome dos responsáveis pelas irregularidades apontadas nos achados n.os 4, 5, 6, 7 e 9 na lista de agentes com contas julgadas irregulares.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Conhecer e negar provimento dos Embargos de Declaração interpostos por Alessandro Affornali, Amauri Medeiros Cavalcanti, Fábio de Souza, Hamilton Luiz Boing, João Luiz Goltz de Almeida, Leandro Jorge Ricaneli, Luiz Carlos de Cristo, Octavio Jose Silveira da Rocha e Sergio Luis Ferrari;
II. Conhecer dar parcial provimento dos Embargos de Declaração interpostos pelo Ministério Público de Contas, atribuindo-lhes efeito modificativo para os fins de

acrescentar na parte dispositiva do Acórdão n.º 1019/25-TP a inclusão do nome dos responsáveis pelas irregularidades apontadas nos achados n.os 4, 5, 6, 7 e 9 na lista de agentes com contas julgadas irregulares.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 17 de julho de 2025 – Sessão Virtual nº 13.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Achado 4 - incompatibilidade entre cronograma físico-financeiro, projeto básico e planos de trabalho, Achado 5 - avaliação anual das condições das rodovias estaduais com elevada subjetividade e contradição, Achado 6 - subcontratação irregular de serviços contratados, Achado 7 - falhas na fiscalização e no acompanhamento da execução contratual e Achado 9 - celebração de Aditivos sem justificativa válida e em valores superiores ao limite legalmente previsto, referentes a atos irregulares praticados durante a execução contratual, verificados nos contratos nos 139/2012-DER/DT, 223/2012-DER/DT, 245/2012- DER/DT e 265/2012-DER/DT.

PROCESSO Nº:-369628/25
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ENTIDADE:-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
INTERESSADO:-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ, FERNANDO YUJI RIBEIRO SUZUKI, WILSON BLEY LIPSKI
ADVOGADO / PROCURADOR-ADRIANO MARCOS MARCON, ANA CLAUDIA GRIGGIO, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS, BARBARA DE SOUZA FENLEY KRAUSE, ELIZABET NASCIMENTO POLLI, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTTO SILVESTRIN, FERNANDA BENDER COLLODEL, FERNANDO BLASZKOWSKI, FERNANDO MASSARDO, FILIPE EMANUEL NEVES DA SILVA, FRANCYANE HANSEN FERREIRA, GIANNY VANESKA GATTI FELIX, INÁCIO HIDEO SANO, IVO KRAESKI, IZABELI DOMBROSKI, JANCELINE LABEGALINI SOARES, JOAO PAULO DE PAULA KIRSCH, JOELMA SILVIA SANTOS PINTO, JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA, JOSIANE BECKER, JULIANA FAGUNDES KRINSKI, JULIANA MORAIS, KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, LARISSA RAMOS PONTONI, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, LUCIANO SILVA DE LIMA, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, MARIA LUCIA DEMETRIO SPARAGA, MARIELZA FORNACIARI BLOOT, MARINA ELISE COSTA DAL LIN, MAURICI ANTONIO RUY, MAYRA DE SOUZA SCREMIN, MOEMA REFFO SUCKOW, RAFAEL STEC TOLEDO, RAQUEL CANCIO FENDRICH TESSARI, RUBIA MARA CAMANA, SAMIR WINTER
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 1845/25 - TRIBUNAL PLENO
Embargos de Declaração. Contradição não configurada. Mero inconformismo com o resultado do julgamento. Pretensão de rediscutir a causa. Recurso conhecido e não provido.
RELATÓRIO
Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR (peça 76) em face do Acórdão n.° 1179/25-STP (peça 72), por meio do qual este Tribunal Pleno negou provimento ao Recurso de Revista manejado pela embargante para manter na íntegra a decisão consubstanciada no Acórdão n.º 287/25-STP.
A embargante aduz que o Acórdão embargado foi contraditório na medida em que a decisão proferida entendeu cabível a aplicação da Lei Estadual n.º 20.656/2021 para determinar que deve ser facultada a apresentação de recurso administrativo também em processos de reequilíbrio econômico-financeiro em contradição ao disposto no § 2º do art. 1º do referido diploma legal, que afasta a sua aplicação quando esta já gozar de disposição específica.
Segundo a peticionante, a inexistência de previsão no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SANEPAR acerca de recurso administrativo nos processos de reequilíbrio não deve atrair a aplicação subsidiária da Lei Estadual. Deste modo, pugna pelo provimento dos presentes Embargos, atribuindo-lhes efeitos infringentes a fim de julgar pela improcedência da demanda, garantir a prevalência do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios/RILC nos procedimentos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados pela Embargante, bem como seja declarada a inaplicabilidade da Lei Estadual n.º 20.656/2021 nos casos controvertidos neste feito.
Os Embargos foram recebidos pelo Despacho n.° 681/25-GCDA (peça 80).
É o breve relato.
FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
O recurso interposto foi manejado tempestivamente (artigo 490 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná - RITCEPR), por parte legítima (artigo 474 do RITCEPR), detentora de interesse de recorrer, encontrando-se presentes os pressupostos de admissibilidade. Contudo, no mérito, observo que não merece prosperar.
De início, destaco que os Embargos de Declaração têm como finalidade essencial aclarar decisão, ao afastar possíveis obscuridades, dúvidas ou contradições, ou ainda suprimir eventuais omissões, conforme dispõe o art. 490 do Regimento interno: "Art. 490. Cabem Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito suspensivo, quando a decisão:
I - contiver obscuridade, dúvida ou contradição; ou
II - omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar -se."
O objetivo principal dos Embargos de Declaração não é a alteração do julgamento, mas sim promover ajustes e esclarecimentos a fim de sanar obscuridades, contradições ou omissões sobre ponto relevante do decisum.
No caso dos presentes autos, a embargante apenas repisa parte dos argumentos já apresentados em sede de recurso de revista e busca a atribuição de efeitos infringentes à decisão embargada com o fim de alterar a decisão vergastada.
A suposta contradição apontada pela recorrente, em verdade, representa sua insatisfação com os fundamentos da decisão combatida, não cabendo tal análise em sede de embargos de declaração.
Nessa toada, constatada a inexistência de qualquer obscuridade, dúvida, contradição ou omissão suscetível de correção pela via dos declaratórios, os Embargos devem ser rejeitados.
Ante o exposto, VOTO pelo conhecimento e não provimento dos Embargos de Declaração opostos pela SANEPAR, permanecendo inalterado o Acórdão n.º 1179/25-STP.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
Conhecer e negar provimento aos Embargos de Declaração opostos pela SANEPAR, permanecendo inalterado o Acórdão n.º 1179/25-STP.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 17 de julho de 2025 – Sessão Virtual nº 13.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-756601/24
ASSUNTO:-PEDIDO DE RESCISÃO
ENTIDADE:-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
INTERESSADO:-SALETE PAULINA MACHADO SIRINO
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 1846/25 - TRIBUNAL PLENO
Pedido de rescisão. Ato de Admissão. Registros com expedição de determinação para encerramento dos contratos no prazo de seis meses. Contratações que encontram legitimidade na legislação estadual e normativas do Estado. Parcial procedência do pedido para o fim de excluir a determinação do Acórdão rescindendo.
I. RELATÓRIO
Trata-se de Pedido de Rescisão, com pleito de liminar, formulado pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR em face do Acórdão n.° 557/24- S2C, exarado no protocolo de Admissão de Pessoal n.° 424184/23, cujo julgamento se deu pela legalidade e registro dos atos de admissão de pessoal referentes ao Processo Seletivo Simplificado – Edital n.º 21/2023 de 28/06/2023 –, bem como por expedir determinação ao ente para a realização de concurso público, com consequente término das contratações temporárias examinadas, no prazo de 06 (seis) meses, sob pena de apuração das responsabilidades e aplicação das sanções cabíveis nos termos dos itens 1 e 4 da Instrução n.º 13899/23-CAGE.
Além disso, constaram as seguintes recomendações: (a) especificação da qualificação técnica e/ou profissional dos membros no ato de designação da comissão organizadora, em atendimento ao princípio da publicidade e em obediência ao art. 11, inciso I, alínea 'a' da IN 142/2018 deste Tribunal; e (b) para que atendam aos prazos previstos nas instruções normativas deste Tribunal quanto ao envio dos dados quanto a todas as fases dos processos de seleção de pessoal da entidade.
A UNESPAR aduziu que foi surpreendida quando, a partir de 23/09/2024, venceu o prazo para comprovação do cumprimento da determinação contida no Acórdão, passando a pendência a impedir a emissão online da Certidão Liberatória. Afirmou que a situação não teria ocorrido se tivesse a ciência prévia e a oportunidade de tomar decisão e apresentar contraditório, sustentando que a UNESPAR não foi citada e intimada pelo Portal e-Contas Paraná, não tendo sido localizada a publicação da Informação n.° 1644/24 da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX quanto ao prazo estabelecido no julgado.
Alegou que não houve a citação/intimação pelo Portal e-Contas Paraná ou mesmo a comunicação eletrônica, afirmando que jamais deixou de atender às comunicações do Tribunal de Contas quando regularmente citada/intimada e que esperava uma comunicação eletrônica com fundamento no art. 54 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas. Mencionou o "princípio da não surpresa", previsto no art. 10 do Código de Processo Civil, em que o juiz não pode decidir com base em fundamento sobre o qual não se tenha dado a oportunidade de contraditório.
Requereu a declaração de nulidade do trânsito em julgado do Acórdão, oportunizando novos prazos recursais, bem como a concessão de medida cautelar, sustentando a existência de prova inequívoca do direito e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
Insurgiu-se contra os termos da determinação, ao argumento de que a contratação temporária não se dá com recorrência. Afirmou que que não foram analisados os documentos anexados pela entidade à peça 43 do feito. Salientou:
Demonstrado que a UNESPAR/Recorrente está cumprindo todas as determinações legais, emanadas de uma Lei específica (Lei Estadual 20.933/2021), regulamente sancionada, regulamentada (Decreto Estadual n º10.824/2022), com planejamento e orientações dos órgãos competentes (Portaria n.º 55/2022-SETI - Portaria Conjunta SETI/SEAP Nº 001/2022), o "consequente término das contratações temporárias em comento - no prazo de 06 (seis) meses" não se justifica, pois, vale frisar: inexiste fundamento para que se afirme que as contratações são recorrentes, se foram e estão sendo feitas nos exatos temos da lei, conforme Portaria n.º 55/2022-SETI, acima destacada, com publicação feita no DIOE nº 11176, de 16/05/2022.
Aduziu a inviabilidade de rescisão dos contratos no prazo de seis meses para abertura e convocação de concursos públicos e afirmou que as contratações temporárias fazem parte de planejamento amplo e necessário de reposição, com base nas leis e regulamentos já referenciados.
Retomou a tramitação do feito, a fim de demonstrar a ausência de intimação eletrônica e/ou pelo Portal e-Contas Paraná e salientou a impossibilidade fática, material e legal para atendimento da determinação.
Por fim, combateu argumentos das instruções processuais, afirmando que não foram identificadas quaisquer contrariedades em relação aos fundamentos legais e afirmou: [...] o presente recurso, mesmo sustentado por fundamentos legais e de fato, aproxima-se de uma súplica, por restar demonstrada a ausência da citação/intimação na forma a oportunizar à Recorrente um contraditório tempestivo; e, diante de PROVA INEQUÍVOCA DO DIREITO ALEGADO - FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO, que certamente, se improcedente, comprometerá o prosseguimento da missão maior da Instituição, na prestação dos

serviços essenciais, ao Estado do Paraná: se impedida de contratar e, em especial, manter as contratações e/ou suas eventuais renovações, em razão do Teste Seletivo promovido pelo Edital 021/2023, visando contratação de agentes universitários, utilizando o quantitativo autorizado para o primeiro ano do quadriênio da Portaria nº 55, com base na Lei Geral das Universidades - Lei nº 20.933/21.
Aditada a petição inicial (peça n.º 17), tal qual autorizado pelo Despacho n.º 56/25-GCDA (peça n.º 18), seguiu o expediente à Coordenadoria de Gestão Estadual que, por meio da Instrução n.º 74/25 (peça n.º 19), concluiu pelo deferimento da concessão do pedido cautelar, a fim de que sejam suspensos os efeitos da decisão rescindenda, especificamente a 2ª parte da determinação: "e consequente término das contratações temporárias em comento - no prazo de 06 (seis) meses", tendo em vista a prova inequívoca do direito alegado e o perigo da demora.
Na mesma senda se deu o posicionamento do Ministério Público de Contas, consoante se extrai do Parecer n.º 80/25-1PC (peça n.º 21).
A cautelar foi concedida para o fim de determinar a suspensão da decisão rescindenda, consubstanciada no Acórdão n.º 557/24-S2C, notadamente em relação à determinação nele expressa (Acórdão 438/25 – STP).
Ao final, a Coordenadoria de Gestão Estadual - CAGE compreendeu que a UNESPAR está cumprindo a Lei Estadual n° 20.933/21 e o Decreto Estadual 10.824/2022, com planejamento e orientações dos órgãos competentes, inexistindo fundamento legal para o término das contratações temporários no prazo de 06 meses consoante outrora determinado. Assim, concluiu pela violação a literal dispositivo de lei, com exclusão de determinação do acordão rescindendo (Instrução 283/25 – 1PC, peça 25).
O Ministério Público de Contas acompanhou a instrução e se manifestou pela procedência do Pedido de Rescisão (Parecer 383/25 – 1PC, peça 26).
É o relatório.
II. VOTO
Consoante relatado, pretende a UNESPAR a rescisão da ordem constante no Acórdão que determinou a realização de concurso público, com consequente término das contratações temporárias examinadas, no prazo de 06 (seis) meses, sob pena de apuração das responsabilidades e aplicação das sanções cabíveis nos termos dos itens 1 e 4 da Instrução n.º 13899/23-CAGE
O fundamento do pedido rescisório estaria contemplado pelo art. 77, inciso V, da Lei Orgânica deste Tribunal, que dispõe sobre a violação de literal disposição de lei, conforme se depreende do aditamento da inicial de peça 17.
No mérito, ainda que não prospere a alegação de que a Universidade não foi intimada da decisão proferida no Acórdão rescindendo, eis que a intimação se operou nos termos do que prevê o Regimento Interno deste Tribunal, o argumento de que a determinação então expedida não encontra respaldo na legislação ressoa na espécie.
Isso porque, analisando os argumentos trazidos na peça 17, exsurge que, como meio de sanear o histórico de defasagem no número de docentes na Universidade, a Lei Estadual n° 20.933/21 criou para a Unespar, 445 vagas, das quais 80% Efetivas e 20% para Contratação Temporária, conforme a seguir: Efetivas: 342 vagas; 114 vagas de Nível Superior; 228 vagas de Nível Médio; Temporárias: 103 vagas; 33 vagas de Nível Superior; e, 70 vagas de Nível Médio.
Além disso, esclareceu a peticionante:
Pela Portaria 55/2022 SETI, fundamentada na LGU, para as vagas autorizadas foram abertos concurso público e PSS, num período de transição de 4 anos, em 2022, 2023, 2024 e 2025. 25.
A LGU autorizou 342 vagas Efetivas, que com a realização de Concursos em 4 anos, foram nomeados 246 Agentes, sendo que, em andamento, um novo concurso para 59 vagas, caminhando para o total de vagas efetivas (80%) aprovadas.
Se a lei autorizou 103 vagas temporárias (20%) do total das 445 vagas aprovadas, a determinação do acórdão de rescisão dos contratos temporários, não procede, uma vez que estão dentro da Lei, é arbitrária, fere a lei.
Desta forma, o Acórdão rescindendo, especialmente no que tange à determinação do compulsório encerramento das contratações em prazo inferior ao contido na Lei n.° 20933/21[1] e Portaria n.° 55/2022-SETI[2], que normatiza a aludida legislação estadual, vem de encontro à legislação aplicável.
Ressalte-se que contratações de servidores efetivos para as Universidades ainda que idealizadas, como corolário da legalidade e segurança jurídica, há de prevalecer a legislação vigente.
De tal modo, diante da ausência de fundamento legal para a manutenção da determinação "ao ente para a realização de concurso público, com consequente término das contratações temporárias examinadas, no prazo de 06 (seis) meses", a procedência desta parte do pedido rescisório, para efeito de exclusão da respectiva determinação, é medida que se impõe.
Assim, em consonância com a Instrução 240/25 da Coordenadoria de Gestão Estadual e com o Parecer n.° 283/25-1PC, VOTO por conhecer do presente Pedido de Rescisão e, no mérito, por sua parcial procedência para o fim de excluir a determinação ao ente para a realização de concurso público, com consequente término das contratações temporárias examinadas, no prazo de 06 (seis) meses.
III. MANIFESTAÇÃO (Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva)
Diante da fundamentação adotada pelo relator, Conselheiro Durval Amaral, que conheceu e deu parcial procedência ao Pedido de Rescisão, considerei adequado expressar fundamentação própria, embora, no mérito, acompanhe a conclusão do relator quanto à rescisão da determinação contida no acórdão rescindendo.
Pois bem, não é possível concluir que falta fundamento legal ao acórdão rescindendo, que contém determinação à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) para que promovesse o término de contratações temporárias em comento e para que promovesse a realização de concurso público, já que o dever de realizar concurso público e o caráter excepcional da contratação temporária decorre das disposições da Constituição Federal, art. 37, II e IX, Constituição Estadual, art. 27, II e IX, e da Lei Complementar Estadual 108/05.
Além disso, é competência do Tribunal de Contas assinar prazo para que a entidade adote providências para cumprir a lei, conforme art. 75, IX, da Constituição Estadual. Do mesmo modo, não constatei que tenha ocorrido ofensa ao art. 22 da Lei Estadual 20.933/21, até porque o acórdão rescindendo, de número 557/24, proferido nos autos de admissão de pessoal 424184/23, examina a realização pela UNESPAR de teste seletivo para agentes universitários, enquanto o citado dispositivo legal versa a respeito da contratação de docentes.
Assim, a rescisão da determinação contida no acórdão não pode ser fundamentada no argumento de que a Lei Estadual 20.933/21 teria o efeito de desobrigar a realização de concursos públicos, e de que a realização de contratações por tempo determinado não precisaria mais ser realizada nos termos da Lei Complementar 108/05.
Ao contrário, a Lei 20.933/21 apenas estabelece limites e índices estatísticos para as contratações por tempo determinado, devendo ser aplicada em conformidade com a Lei Complementar 108/05. Assim dispõe o art. 21 da Lei 20.933/21:
Art. 21. As Universidades Públicas Estaduais poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nas hipóteses e condições estabelecidas pela Lei Complementar nº 108, de 18 de maio de 2005, observados os limites estabelecidos nesta Lei.
Portanto, permanece vigente o dever de contratar servidores públicos efetivos por concurso, admitindo-se a contratação por temo determinado somente nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público.
Nesse sentido, devem as unidades técnicas do Tribunal, no âmbito de suas competências e de acordo com o planejamento de suas atividades, exercer a fiscalização operacional e de gestão dos jurisdicionados com vistas a verificar a observância do critério do concurso público para a contratação de servidores efetivos, bem como de que as contratações por tempo determinado sejam restritas às hipóteses da Lei Complementar 108/05.
Assim, por discordar dos fundamentos adotados pelo relator, passo a expor fundamentos próprios que me conduzem a convergir, no mérito, com o seu voto.
No caso ora em análise, considerando que estão em andamento providências para o atendimento aos índices da Lei Estadual 20.933/21, nos termos da informação prestada na página 6 da petição inicial do Pedido de Rescisão (peça 3), e, ainda, diante do caráter inespecífico da impropriedade constatada na instrução do processo de admissão de pessoal 424184/23 (peça 58), onde foi lançada a conclusão da unidade técnica de que as contratações temporárias em comento não se referem às "reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios ou de contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal", sem, contudo, apresentar circunstâncias do caso em análise que fundamentem a conclusão, o que contraria o princípio do contraditório e ampla defesa e do devido processo legal, bem como exorbita a competência do Tribunal na expedição de determinações, que devem ocorrer quando verificada ilegalidade concreta, concluo ser cabível a rescisão da determinação expedida.
Assim, sem afastar o dever da entidade de atender às disposições constitucionais e legais aplicáveis, acompanho o relator para julgar parcialmente procedente o pedido de rescisão e excluir a determinação ao ente para que "promova a realização de concurso público - e consequente término das contratações temporárias em comento - no prazo de 06 (seis) meses", o que faço por não ter constatado, no caso concreto, elementos que demonstrem a ilegalidade das contratações por tempo determinado.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de PEDIDO DE RESCISÃO
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
Conhecer do presente Pedido de Rescisão e, no mérito, por sua parcial procedência para o fim de excluir a determinação ao ente para a realização de concurso público, com consequente término das contratações temporárias examinadas, no prazo de 06 (seis) meses.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 17 de julho de 2025 – Sessão Virtual nº 13.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Art. 22. A contratação de docentes por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por Universidade Pública Estadual, não poderá ultrapassar o limite de 20% (vinte por cento) da carga horária total dos cargos que lhe forem atribuídos na forma desta Lei.
2. Art. 1º - Estabelecer os quantitativos anuais durante o período de transição de quatro anos para concursos públicos de Docentes e de Agentes Universitários efetivos e para testes seletivos para Agentes Universitários a serem contratados por tempo determinado nas IEES, conforme os quadros descritos no anexo I.

PROCESSO Nº:-399507/25
ASSUNTO:-PROCESSO DE MEMBRO DO TRIBUNAL
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 1847/25 - TRIBUNAL PLENO
Processo de Membro do Tribunal. Conversão em pecúnia de licença especial. Manifestações uniformes. Deferimento.
RELATÓRIO
Trata-se de requerimento formulado pelo Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa, matrícula 52397-6, em que requer a conversão em pecúnia de licença especial referente ao 3° quinquênio de função pública, completado em 26/09/2021 (peça 02).
A Diretoria de Gestão de Pessoas, na Informação n.° 341/25-DGP (peça 5), atestou que o requerente não usufruiu a licença especial atinente a seu 3º quinquênio de labor público e que o valor da indenização, nos termos da Lei nº 21.007/2022, corresponde a R$ 88.465,22 (oitenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte e dois centavos).
A Diretoria Jurídica, por meio do Parecer n.° 178/25-DIJUR (peça 6), destacou que o Plenário deste egrégio Tribunal assentou posicionamento reconhecendo o direito à conversão em pecúnia de licenças especiais a Conselheiros Substitutos na ativa, direito fundado no artigo 73, § 4º, da Constituição da República, no artigo 131 da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, no artigo 49 do Regimento Interno desta Corte, no artigo 89, VI, da Lei Estadual n.º 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná), no artigo 2º da Lei Estadual n.º 21.007/2022 e no artigo 4º do Decreto Judiciário n.º 605/22-TJPR. Também observou que: (i) a metodologia de cálculo da indenização encontra respaldo no artigo 4º, parágrafo

único, do referido Decreto Judiciário n.º 605/22[1]; (ii) a contagem da prescrição quinquenal relativa à conversão em pecúnia de licença prêmio tem como termo a quo apenas a data em que ocorrer a aposentação, o que não é o caso, por se tratar de Conselheiro Substituto em atividade. Ao final, opinou pelo deferimento do pedido.
O Ministério Público de Contas, do mesmo modo, manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pedido (Parecer n.° 182/25-PGC, peça 7).
É o relatório.
FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
Nos termos do Acórdão n.° 963/23 – STP (Processo 561410/22), esta Corte de Contas reconheceu o direito de seus membros, Conselheiros e Conselheiros Substitutos, converterem em pecúnia as licenças especiais a que tenham direito, conforme cálculos a serem elaborados pela Diretoria de Gestão de Pessoas e à disponibilidade orçamentário-financeira desta Corte.
Assim, reconhecida a equiparação constitucional dos Conselheiros e Conselheiros Substitutos deste Tribunal aos magistrados paranaenses, a eles são estendidos, nos termos do art. 2º da Lei Estadual 21.007/2022, o direito à conversão pecuniária no máximo de 2/3 (dois terços) do saldo ainda não gozado da licença especial.
Diante disso, considerando os opinativos uniformes, VOTO pelo deferimento do pedido de conversão em pecúnia referente ao 3º quinquênio, limitada a 2/3, nos termos da Lei Estadual n.° 21.007/2022, em favor do Conselheiro Substituto Lívio Fabiano Sotero Costa, observando o cálculo elaborado pela Diretoria de Gestão de Pessoas e a disponibilidade orçamentário-financeira desta Corte.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de PROCESSO DE MEMBRO DO TRIBUNAL
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
Deferir o pedido de conversão em pecúnia referente ao 3º quinquênio, limitada a 2/3, nos termos da Lei Estadual n.° 21.007/2022, em favor do Conselheiro Substituto Lívio Fabiano Sotero Costa, observando o cálculo elaborado pela Diretoria de Gestão de Pessoas e a disponibilidade orçamentário-financeira desta Corte.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 17 de julho de 2025 – Sessão Virtual nº 13.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Parágrafo único. De cada período de licença especial adquirida de magistrados e magistradas, servidores e servidoras que estão na ativa, poderá ser convertido em pecúnia até 2/3 (dois terços) do saldo ainda não gozado, desprezada a parte decimal do quociente.

PROCESSO Nº:-813342/23
ASSUNTO:-CONSULTA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE TERRA ROXA
INTERESSADO:-IVAN REIS DA SILVA
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 1848/25 - TRIBUNAL PLENO
Consulta. Contratação de serviços de instituição financeira para gerenciamento de folha de pagamento de servidores públicos municipais. Viabilidade da adoção do pregão eletrônico com o critério denominado "pregão invertido".
I. RELATÓRIO
Trata-se de consulta formulada pelo Munícipio de TERRA ROXA, por seu Prefeito Municipal, Sr. Ivan Reis da Silva, em que, após expor a situação fática que ensejou a propositura do presente expediente, apresenta a este Tribunal os seguintes questionamentos relacionados à contratação de serviços de venda de folha de pagamento à instituição financeira:
1. Poderá o Município promover Licitação na Modalidade Concorrência?
2. Poderá o Município promover Licitação na Modalidade Pregão?
3. Estabelecida a modalidade adequada, poderá o Município abrandar a legalidade, adotando critérios de julgamento de Maior Lance ou Oferta?
4. Diante da impossibilidade técnica do Sistema COMPRASNET, decorrente da falta de previsão legal para adoção critérios de julgamento de maior lance ou oferta, poderá o Município promover o certame de Forma Presencial?
A Consulta foi admitida (Despacho 1589/23, peça 07) e, após, encaminhada para a manifestação da Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca que informou não ter encontrado decisão específica sobre os quesitos, colacionando, todavia, decisões com efeito normativo que abordaram o tema similar (Informação n.º 4/24, peça n.º 09).
A Coordenadoria-Geral de Fiscalização identificou que a resposta à Consulta afetará a atividade fiscalizatória, sugerindo o retorno dos autos à unidade após a prolação de decisão, tendo em vista a eventual necessidade de ciência ou atualização de orientações às equipes de fiscalização (Despacho 108/24 – peça 13).
Por sua vez, a Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Informação n.º 853/24 (peça n.º 15), constatou a ausência de Parecer Jurídico que trate especificamente do tema, retornando os autos a este Gabinete que possibilitou a emenda da inicial pelo Município (Despacho 1005/24, peça 15).
Parecer Jurídico respondendo aos quesitos foi anexado à peça 20.
Em sua análise, a Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM aduziu que as duas primeiras indagações estariam prejudicadas porquanto a legislação em vigor considera o objeto para a definição da modalidade de licitação, dividindo-o em comum e especial. Nesse interim, asseverou que "[...] a Lei n.º 14.133/21 não somente fez do procedimento previsto para o pregão a regra para todas as modalidades, como tornou obrigatório o pregão para a contratação de bens e serviços comuns".
Ressaltou que a definição do que seria "bem e serviço comum" é a mesma anteriormente definida na Lei n.° 10520/2002 e afirmou que a contratação de instituição financeira para gerenciamento da folha de pagamento de servidores se enquadra em serviço comum, que pode ser definido no edital com base em especificações utilizadas pelas instituições financeiras, para o qual a lei previu a utilização da modalidade Pregão.
Na sequência, ressaltou que definida a modalidade adequada, não haverá que se falar em abrandamento da legalidade a fim de adotar critérios de julgamento de maior lance ou oferta, mas sim de se encontrar na legislação as soluções possíveis.
Assim, salientou a pertinência da dúvida, uma vez que "pretende contratar serviços de gerenciamento da folha de pagamento com contraprestação pecuniária, e o Pregão se utiliza do critério de julgamento de menor preço ou maior desconto, ambos incompatíveis quando se busca, de um lado, contratar serviços e, de outro, que o contrato gere algum tipo de receita para a Administração Pública".
Desta forma, encontrou na construção jurisprudencial a solução, especialmente no que se denomina "pregão negativo ou pregão invertido", o qual prevê como critério de julgamento a maior oferta ou maior lance, mesmo diante da ausência de previsão expressa a respeito da adoção desses critérios.
Realçou o contexto em que essas soluções foram inseridas na jurisprudência, qual seja, a necessidade de disciplinar contratos que gerem receita para a Administração e, à luz dos precedentes do TCU e deste TCE, disse:
A utilização do Pregão "com critério de julgamento na maior oferta, não constitui utilização de critério de julgamento não previsto por lei, mas, sim, a utilização do critério legalmente estabelecido e plenamente adequado ao objeto do certame, com a utilização do instrumento legal mais especialmente pertinente para os objetivos da Administração".
No tocante à possibilidade de o certame ser presencial em face da impossibilidade técnica do Sistema COMPRASNET, atualmente substituído pelo compras.gov, afirmou que a sistemática não impede a utilização do pregão eletrônico nos casos em que se utiliza o pregão negativo, sendo possível criar fórmula de conversão de menor preço para maior oferta.
Neste jaez, afirmou que a resposta ao quesito poderia ser encontrada na própria lei, que adota preferencialmente a forma eletrônica e, de maneira motivada, a forma presencial.
Por fim, respondeu aos quesitos da seguinte maneira:
Para as licitações que tenham por objeto a contratação de serviços de instituição financeira para gerenciamento de folha de pagamento de servidores com previsão de contraprestação pecuniária a ser paga pela instituição ao erário, deve ser utilizada a modalidade Pregão, por ser essa modalidade obrigatória para contratação de serviços comuns, não podendo ser utilizada a concorrência.
É possível, nesse caso, adotar o chamado pregão negativo, definindo-se critérios de "maior lance" ou "maior oferta", dando sempre a preferência pelo pregão eletrônico conforme previsto na Lei nº 14.133/21 e, na impossibilidade de utilizar o pregão eletrônico, a utilização do pregão presencial deve ser adequadamente justificada conforme determina a Nova Lei de Licitações. (Instrução 348/25, peça 21).
O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer n.º 35/25-PGC (peça n.º 22), retomou que a Lei n.° 14.133/21 modificou a forma de seleção da modalidade licitatória, dando ênfase à característica do objeto licitado mediante a classificação em bens e "serviços comuns" e "bens e serviços especiais". Afirmou que diante do contido na aludida legislação, a modalidade Pregão obrigatoriamente deve ser a adotada.
No tocante ao critério de julgamento, aduziu que a legislação prevê "menor preço" ou "maior desconto". Contudo, sem que represente abrandamento ou burla aos princípios da Administração Pública, a ausência de previsão normativa específica permitiu a construção doutrinária e jurisprudencial do "pregão negativo" ou "pregão invertido".
Salientou que a matéria se assemelha ao debatido recentemente por este Tribunal quanto à possibilidade de adoção de taxas negativas em processos licitatórios envolvendo a contratação de empresas especializadas na gestão e fornecimento de auxílio alimentação por meio de cartões ou instrumentos congêneres.
Assim, citou o Prejulgado 34, em que foi entendido que a vedação à adoção de taxa negativa deveria se restringir aos órgãos e entidades da Administração Pública cujo quadro de pessoal seja formado por empregados públicos, submetidos ao regime celetista. Quanto aos demais entes que concedem tal benefício, com base em previsão estatutária, não seria aplicável a restrição contida na Lei n.º 4.442/22, admitindo-se a taxa de administração negativa nas respectivas licitações para este objeto.
Além disso, destacou que "os Tribunais têm trabalhado em inúmeros casos em que, ao contrário da lógica tradicional, é o particular quem remunera a Administração Pública pela gestão de um ativo especial intangível a ela pertencente e passível de exploração econômico-financeira, sem que haja, por si só, irregularidade em tal prática".
Ressaltou as palavras do jurista JOEL DE MENEZES NIEBURH acerca do chamado "pregão invertido" ou "pregão negativo", sendo conceituado como "aquele em que a disputa alcança ou parte do preço zero, dispondo-se os licitantes a pagarem para a Administração Pública pela execução do contrato. Sucede que, quando a Administração deixa de pagar e passa a receber, o que interessa a ela já não é mais o menor preço, e sim o maior lance ou oferta".
Aduziu que a utilização de tal sistemática é admitida pelo TCU, em entendimento que vem se consolidando desde a Lei n.° 10.520/2002 (Lei do Pregão), não se subsumindo em utilização de critério não previsto, mas sim em utilização de critério legalmente estabelecido e adequado ao certame, de modo a viabilizar a maior vantagem à Administração.
Assim, defendeu a possibilidade de utilização do "pregão negativo", eis que se trata de critério utilizado pela Administração Pública e aceito pelos Tribunais de Contas.
No tocante à utilização do sistema COMPRASNET (atual compras.gov.br), corroborou os fundamentos da CGM no sentido de que a "fórmula de conversão de menor preço para maior oferta" viabiliza a realização da licitação.
Disse que em pesquisa ao mencionado site, foram encontrados editais com características semelhantes em utilização, de modo que entende pela viabilidade de inserção da fórmula de conversão, a comportar o pregão "invertido", pelo que reputou inadequado o pregão presencial com base na suposta impossibilidade técnica de sua realização por meio do site.
Salientou o art. 17 da Lei n.° 14.133/21, que determina seja a forma eletrônica preferencialmente utilizada e a presencial, admitida mediante motivação, em sessão pública registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, para posterior juntada.
Ao final, respondeu aos quesitos da seguinte forma:
1. Poderá o Município promover Licitação na Modalidade Concorrência?
2. Poderá o Município promover Licitação na Modalidade Pregão?

Conforme definido no inciso XXXVIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133/2021, a modalidade concorrência destina-se à contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços de engenharia, enquanto o inciso XLI do mesmo artigo, estabelece que o pregão é a modalidade obrigatória para a contratação de bens e serviços comuns, na qual se encaixa a "contratação de instituição financeira para a prestação de serviços de pagamento de vencimentos dos servidores com contraprestação pecuniária" ("licitação de folha de pagamento").
3. Estabelecida a modalidade adequada, poderá o Município abrandar a legalidade, adotando critérios de julgamento de Maior Lance ou Oferta?
Não há um "abrandamento da legalidade", mas a mera adequação dos critérios existentes de forma a viabilizar a contratação pretendida.
A construção de precedentes para utilização do "pregão negativo" aponta que essa modalidade "não constitui utilização de critério de julgamento não previsto por lei, mas, sim, a utilização do critério legalmente estabelecido e plenamente adequado ao objeto do certame, com a utilização do instrumento legal mais especialmente pertinente para os objetivos da Administração, objetivando conquistar a maior vantagem à Administração no processo de disputa", conforme Acórdão nº 2.844/2010 do Plenário do TCU.
4. Diante da impossibilidade técnica do Sistema COMPRASNET, decorrente da falta de previsão legal para adoção critérios de julgamento de maior lance ou oferta, poderá o Município promover o certame de Forma Presencial?
Quanto a este quesito, restou didaticamente demonstrado que há forma de se realizar pregão "invertido" ou "negativo" no site COMPRAS.GOV.BR, devendo, para tanto, o licitante desenvolver "fórmula" adequando os dispositivos editalícios de forma a comportar critério de maior lance ou oferta.
Por tal razão, entende-se inadequada a utilização de pregão presencial com base tão somente na suposta impossibilidade técnica do sistema (insubsistente, repise-se), salientando-se que a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 17, §2º6 prevê que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica.
A forma presencial é admitida, porém deverá ser motivada, além de que, necessariamente, deverá a sessão pública ser registrada em ata e gravada e áudio e vídeo, para posterior juntada aos autos do processo (§ 5º)7
É o breve relato.
II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
Inicialmente, satisfeitas as exigências arroladas no art. 311 do Regimento Interno, conheço da presente consulta e passo à análise do seu mérito.
O Município de Terra Rica formulou a consulta visando respostas quanto à escolha da modalidade e do critério de julgamento a ser adotado na contratação de serviços de gerenciamento de folha de pagamento de servidores públicos municipais.
Conforme relatado, para definir a modalidade de licitação a ser adotada, a nova lei de licitações passou a prestigiar as características dos bens e serviços a serem contratados, subdividindo-os em comuns e especiais.
No art. 6°, incisos XIII, XIV, e XLI, da Lei nº 14.133/21, encontram-se os seguintes conceitos que interessam ao feito:
XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;
XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;
XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: [...]
XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
Assim, partindo dos conceitos trazidos pela própria legislação de regência, numa conjugação entre o juízo de subsunção da hipótese à norma e de exclusão, porquanto o serviço objeto da consulta não se trata de serviço de engenharia, resta evidente que a modalidade Pregão é a adequada para o serviço de contratação de gerenciamento de folha de pagamento de servidores públicos municipais.
Já no tocante ao critério de julgamento, a legislação prevê o de "menor preço" ou de "maior desconto". Contudo, tratando-se de um ativo a gerar receita à Administração, esses critérios não se mostram viáveis.
Neste contexto, a jurisprudência se mostra relevante para o completo entendimento da matéria, franqueando a transcrição de excertos de algumas decisões já conhecidas deste Plenário e que também serviram de lastro para a Instrução da CGM e Parecer do Ministério Público de Contas:
TCU. Consulta nº 030.658/2008-0. Acórdão 3042/2008 – Plenário. Relator Ministro Augusto Nardes. Julgado em 10.12.2008
(...)
9.1.1. o direito de um ente público, no caso o INSS, de contratar instituições financeiras para prestar serviços financeiros necessários à consecução de suas atividades de auto-administração e implementação de ações governamentais, como a gestão da folha de pagamentos previdenciários, pode ser considerado um ativo especial intangível e, nesta condição, pode ser ofertada sua exploração econômico - financeira ao mercado, por meio de licitação. Este bem ou direito não pode ser, no entanto, objeto de alienação;
9.1.2. a adoção de critério de julgamento de propostas não previsto na legislação do Pregão, do tipo maior valor ofertado para o objeto mencionado no item anterior, somente seria admissível, em princípio, em caráter excepcional, tendo em vista o relevante interesse público da aplicação deste critério alternativo para o atingimento dos objetivos institucionais do ente público e como mecanismo concretizador do princípio licitatório da seleção da oferta mais vantajosa para a Administração. Tal especificidade deve obrigatoriamente ser motivada e justificada pelo ente público no Processo relativo ao certame, além de ter demonstrada sua viabilidade mercadológica.
(...) (grifei)
TCU. Representação nº 011.355/2010 – 7. Acórdão nº 2844/2010 – Plenário. Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues. Julgado em 27.10.2010
A legislação sobre contratações públicas volta-se essencialmente para os contratos que geram dispêndios, ou seja, contratos de aquisição de bens e serviços, havendo pouca disciplina sobre os ajustes que geram receitas para a Administração Pública.
Daí por que, em se tratando de contratos de geração de receita, a utilização da legislação em vigor não prescinde da analogia.
No caso concreto, a licitação na modalidade pregão, com critério de julgamento na maior oferta, não constitui utilização de critério de julgamento não previsto por lei, mas, sim, a utilização do critério legalmente estabelecido e plenamente adequado ao objeto do certame, com a utilização do instrumento legal mais especialmente pertinente para os objetivos da Administração.
Incabível, na hipótese, a aplicação da lei de concessões, em confronto com o pregão, como pretende a representante, uma vez que o objeto licitado não é delegação de serviço público e a hipótese está expressamente prevista no Regulamento de Licitações da Infraero.
É desnecessário repetir aqui, novamente, as inúmeras vantagens comparativas da modalidade pregão para a Administração Pública em termos de proporcionar maior eficiência, transparência e competitividade.
Assim, sob a ótica da consecução do interesse público, os procedimentos licitatórios adotados pela Infraero para a concessão de uso de áreas aeroportuárias se mostram especialmente louváveis, porque concretizam os princípios da eficiência, isonomia, impessoalidade, moralidade, dentre outros.
Nesse sentido, há inúmeros precedentes, na utilização do pregão para a concessão de áreas públicas, por parte de diversos órgãos da Administração, como os Tribunais Regionais Federais (Pregão 07/2008, TRF da 1ª Região), o Ministério Público Federal (Pregão 41/2007) e a Procuradoria da República no Distrito Federal (Pregão 01/2008).
A adoção do critério de julgamento pela maior oferta, em lances sucessivos, nada mais é que a adequada aplicação da lei ao caso concreto, ajustando-a à natureza do objeto do certame, restando assegurada a escolha da proposta mais vantajosa que, conjuntamente com a isonomia de todos os interessados, constituem as finalidades primeiras de todo procedimento licitatório.
Para a concretização dos imperativos constitucionais da isonomia e da melhor proposta para a Administração, a Infraero deve evoluir dos pregões presenciais, para a modalidade totalmente eletrônica, que dispensa a participação física e o contato entre os interessados.
(...) (grifo nosso)
TCU. Consulta nº 033.466/2013. Acórdão nº 1940/2015 – Plenário. Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues. Julgado em 05.08.2015.
(...)
5. Havendo interesse de a Administração Pública Federal promover prévio procedimento licitatório para contratação de prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, com a previsão de contraprestação pecuniária por parte da contratada, deverá a contratante, além de franquear acesso ao certame tanto das instituições financeiras públicas como das privadas, adotar as seguintes medidas:
5.1. estimar o orçamento base da contrapartida financeira a ser paga pela futura contratada com fundamento em estudo ou avaliação de mercado, em cumprimento à finalidade da condição prevista no artigo 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/1993;
5.2. realizar licitação na modalidade pregão, prevista na Lei 10.520/2001, preferencialmente sob forma eletrônica, conforme exige o artigo 4º, § 1º, do Decreto 5.450/2005, tendo por base critério "maior preço", em homenagem ao princípio da eficiência, insculpido no caput do artigo 37 da Constituição Federal e da seleção proposta mais vantajosa para a Administração Pública, inserto no caput do artigo 3º da Lei 8.666/1993;
6. A receitas públicas advindas de contraprestação pecuniária ao contrato de prestação, em caráter de exclusivo, dos serviços de gestão financeira da folha de pagamento e de outros serviços similares integram o Orçamento Geral da União, devendo, assim, serem recolhidas à conta única do Tesouro Nacional e estarem previstas na Lei Orçamentária, em respeito aos princípios da universalidade orçamentária e da unicidade de caixa, presentes nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 4.320/64.
(grifo nosso)
TCU. Representação nº 019.436/2014-9. Acórdão nº 478/2016 – Plenário. Relator Ministro Marcos Bemquerer. Julgado em 02.03.2016.
(...)
Especificamente no tocante ao novo certame a ser realizado pelo 23º Batalhão de Caçadores do Exército/CE para cessão de uso de imóvel para funcionamento de lanchonete, há que se ressaltar que a jurisprudência deste Tribunal é no sentido de que a modalidade de licitação que melhor se coaduna à situação em tela é a realização de pregão, não devendo o órgão se valer, indevidamente, de certames na modalidade convite para aquisição de bens e serviços comuns, por se tratar de um meio que permite viabilizar o direcionamento dos resultados nesses certames licitatórios.
16.Acerca desse entendimento, transcrevo a seguir trecho do Voto do Ministro Walton Alencar Rodrigues que embasou o Acórdão n. 2.050/2014 – Plenário:
(...)
Importa notar que a jurisprudência do Tribunal recomenda a utilização de pregão para a concessão remunerada de uso de bens públicos. O tema foi exaustivamente discutido na apreciação de representação acerca de possível irregularidade no uso dessa modalidade para concessão áreas comerciais em aeroportos (TC 011.355/2010-7).
Na ocasião, concluiu o Tribunal ser 'plenamente legal a utilização da modalidade pregão para licitação destinada à outorga de concessões de uso de áreas comerciais em aeroportos' (Sumário aprovado pelo Acórdão 2.844/2010 – Plenário).
Os fundamentos desse entendimento, plenamente aplicável à concessão de áreas comerciais em mercados públicos, tal qual o entreposto paulistano, encontram-se assentados no voto condutor Acórdão 2.844/2010 – Plenário, que transcrevo, no essencial:
(...)
Por essas razões, aconselhável que a Ceagesp licite a concessão de áreas comerciais por meio de pregão eletrônico, nos termos assentados na ordem jurídica em vigor.
A impossibilidade de utilização de pregão dos tipos melhor técnica e técnica e preço não pode ser interpretada, entretanto, como vedação ao estabelecimento de requisitos de habilitação dos licitantes, porque, encerrada a fase de apresentação de lances, caberá ao pregoeiro verificar o 'atendimento das condições fixadas no edital' para habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar (art. 4º, inciso XII, da Lei 10.520/2002).
Essa habilitação, em sentido amplo, compreende o atendimento dos requisitos

atinentes à habilitação jurídica, às qualificações técnica e econômico-financeira e à regularidade fiscal e trabalhista (arts. 4º, inciso XIII, da Lei 10.520/2002, e 27 da Lei 8.666/1993). (grifos acrescidos)" 17.
Diante desse contexto, faz-se necessário que este Tribunal determine ao 23º Batalhão de Caçadores do Exército/CE que, ao realizar nova licitação com o mesmo objeto do Convite n. 03/2014, utilize a modalidade pregão, em consonância com entendimento jurisprudencial desta Corte de Contas.
Mais recentemente, relatei a Consulta 7595/22, cuja ementa assim apregoa:
TCE/PR - ACÓRDÃO Nº 1657/23 - Tribunal Pleno Consulta. Pregão negativo, invertido ou por maior lance. Concessão de uso de bem público. Pela viabilidade.
Como visto, assim como quando da Consulta 7595/22, é possível concluir que a construção da figura do pregão por maior lance, negativo ou invertido, encontra integral suporte nas condições construídas pela sólida jurisprudência e doutrina acerca do tema que, ao longo dos anos, perfilhou conceitos, hipóteses e condicionantes para a sua correta estruturação e implementação nos casos práticos pertinentes e, ainda que haja a omissão legislativa quanto ao pregão negativo – tanto no sentido de prevê-lo quanto no de vetá-lo –, deve prevalecer, notadamente por força da segurança jurídica a ser resguardada, todo o acima exposto e bem sintetizado pela unidade técnica no seguinte sentido:
Dessa forma, a solução que pode atender os interesses da Administração está na construção jurisprudencial que foi se formando em torno do chamado pregão negativo ou pregão invertido, que é aquele que prevê como critério de julgamento a maior oferta ou maior lance (em vez do "menor preço" ou "maior desconto"), ainda que não haja previsão legal expressa a respeito da adoção desses critérios de julgamento.
Nota-se que, em geral, quando há análise da presente matéria, enaltece-se a adequação do critério tendo em vista o objetivo legal da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, o que corrobora para conformação legal do critério em detrimento da tese de "abrandamento da legalidade". A esse respeito, transcrevo o Parecer do Parquet:
A construção de precedentes para utilização do "pregão negativo" realizada pelo TCU aponta que "não constitui utilização de critério de julgamento não previsto por lei, mas, sim, a utilização do critério legalmente estabelecido e plenamente adequado ao objeto do certame, com a utilização do instrumento legal mais especialmente pertinente para os objetivos da Administração, objetivando conquistar a maior vantagem à Administração no processo de disputa" [...]
Por tais razões, esta Procuradoria-Geral de Contas se posiciona pela possibilidade de utilização do "pregão negativo", não se vislumbrando modificação das bases legais no novo texto em confronto com os fundamentos que permitiram sua utilização quando da vigência da Lei nº 8666/93 e Lei nº 10520/02, tratando-se de critério amplamente utilizado pela Administração Pública e aceito pelos Tribunais de Contas, conforme restou demonstrado.
Desse modo, a adoção do pregão negativo ou invertido é admissível nas situações em que se mostrar condizente com as diretrizes trazidas na jurisprudência acima destacada.
Prosseguindo, quanto à utilização do sistema COMPRASNET, substituído pelo compras.gov, as premissas de que partiu a consulente foram desconstituídas pela CGM que logrou afirmar que a utilização da fórmula de conversão de menor preço para maior oferta viabiliza a realização da licitação, situação inclusive validada pelo Parquet em consulta ao sistema em questão.
Ressalte-se que a preferência pela forma eletrônica é imposição do art. 17 da Lei n.° 14.133/2021, não se olvidando que a forma presencial do certame deverá ser motivada em obediência das formalidades do § 5° do mesmo artigo[1].
Sobre o assunto, este Tribunal também possui entendimento consolidado no sentido de que a preferência é pela modalidade pregão na sua forma eletrônica, devendo ser devidamente justificada a opção pela forma presencial, conforme se denota do Acórdão n.° 2605/18 – Tribunal Pleno, proferido em sede de consulta com força normativa (Consulta n.º 800781/17):
[...]
a) Observada a legislação municipal, que deve previamente regulamentar a matéria, deve o gestor observar que, por regra, o pregão, na sua forma eletrônica, consiste na modalidade que se mostra mais adequada para a aquisição de bens e serviços comuns, podendo, contudo, conforme o caso em concreto, ser preterido a forma presencial, desde que devidamente justificado, a amparar a maior vantagem à Administração e observância aos demais princípios inerentes às licitações, nos exatos termos dos arts. 3º, I, da Lei n.º 10.520/2002 e 50 da Lei n.º 9.784/99;
b) A opção pelo pregão presencial em detrimento do eletrônico sempre deverá ser amparada por justificativa, nos termos dos arts. 3º, I, da Lei n.º 10.520/2002 e 50 da Lei n.º 9.784/99. [...]" (Acórdão 2605/2018).
Estabelecidas essas premissas, passo a responder aos questionamentos:
1. Poderá o Município promover Licitação na Modalidade Concorrência?
Resposta: Não. Nos termos do art. 6°, inciso XXXVIII, da Lei 14.133.2021, a modalidade concorrência é direcionada à contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, para os quais a contratação de serviços de instituição financeira para gerenciamento de folha de pagamento não se enquadra.
2. Poderá o Município promover Licitação na Modalidade Pregão?
Resposta: Sim. Nos termos do art. 6°, incisos XIII e XLI, da Lei 14.133.2021, os bens e serviços comuns se submetem ao pregão, conceito para o qual a contratação de serviços de instituição financeira para gerenciamento de folha de pagamento se amolda.
3. Estabelecida a modalidade adequada, poderá o Município abrandar a legalidade, adotando critérios de julgamento de Maior Lance ou Oferta?
Resposta: A Jurisprudência admite a adoção dos critérios pregão negativo ou pregão invertido quando for adequado ao objetivo legal da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sendo viáveis, portanto, para a contratação de serviços de instituição financeira para gerenciamento de folha de pagamento.
4. Diante da impossibilidade técnica do Sistema COMPRASNET, decorrente da falta de previsão legal para adoção de critérios de julgamento de maior lance ou oferta, poderá o Município promover o certame de Forma Presencial?
Resposta: A utilização da fórmula de conversão de menor preço para maior oferta viabiliza a realização da licitação no sistema compras.gov e a adoção do pregão presencial, quando devidamente motivado, deve observância às formalidades do art. 17, da Lei n° 14133/2021.
Após o trânsito em julgado, encaminhem-se o feito à Coordenadoria-Geral de Fiscalização.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de CONSULTA
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Conhecer da presente Consulta e responder aos questionamentos nos seguintes termos:
1. Poderá o Município promover Licitação na Modalidade Concorrência?
Resposta: Não. Nos termos do art. 6°, inciso XXXVIII, da Lei 14.133.2021, a modalidade concorrência é direcionada à contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, para os quais a contratação de serviços de instituição financeira para gerenciamento de folha de pagamento não se enquadra.
2. Poderá o Município promover Licitação na Modalidade Pregão?
Resposta: Sim. Nos termos do art. 6°, incisos XIII e XLI, da Lei 14.133.2021, os bens e serviços comuns se submetem ao pregão, conceito para o qual a contratação de serviços de instituição financeira para gerenciamento de folha de pagamento se amolda.
3. Estabelecida a modalidade adequada, poderá o Município abrandar a legalidade, adotando critérios de julgamento de Maior Lance ou Oferta?
Resposta: A Jurisprudência admite a adoção dos critérios pregão negativo ou pregão invertido quando for adequado ao objetivo legal da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sendo viáveis, portanto, para a contratação de serviços de instituição financeira para gerenciamento de folha de pagamento.
4. Diante da impossibilidade técnica do Sistema COMPRASNET, decorrente da falta de previsão legal para adoção de critérios de julgamento de maior lance ou oferta, poderá o Município promover o certame de Forma Presencial?
Resposta: A utilização da fórmula de conversão de menor preço para maior oferta viabiliza a realização da licitação no sistema compras.gov e a adoção do pregão presencial, quando devidamente motivado, deve observância às formalidades do art. 17, da Lei n° 14133/2021.
II. após a publicação da decisão no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas, determinar as seguintes medidas:
a) Encaminhar os autos à Coordenadoria Geral de Fiscalização - CGF para conhecimento;
b) Em seguida, à Supervisão de Jurisprudência, Biblioteca e Arquivo para registros pertinentes;
c) posteriormente, à Diretoria de Protocolo para o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 17 de julho de 2025 – Sessão Virtual nº 13.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. § 5° Na hipótese excepcional de licitação sob a forma presencial a que refere o § 2º deste artigo, a sessão pública de apresentação de propostas deverá ser gravada em áudio e vídeo, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento.

PROCESSO Nº:-533513/24
ASSUNTO:-DENÚNCIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ
INTERESSADO:-AGNALDO CARVALHO GUIMARAES, MARCIO HENRIQUE DE PAULA, MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ, SIDNEI PEREIRA GOULART JUNIOR
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 1850/25 - TRIBUNAL PLENO
Denúncia. Processo Seletivo Simplificado (PSS). Recurso apresentado fora do prazo previsto em edital. Inexistência de competência do Tribunal de Contas para substituir a Comissão Especial de Processo Seletivo (CEPS) na avaliação dos títulos apresentados pelos candidatos. Ausência de irregularidade na nomeação para cargo comissionado de candidato que não atendeu à convocação para o PSS. Improcedência.
I. RELATÓRIO
Tratam os autos de denúncia formulada por Marcio Henrique de Paula, em face do Município de São Jorge do Ivaí, noticiando supostas impropriedades ocorridas no âmbito do Processo Seletivo Simplificado n.º 05/2024 (peça 6), que visa à contratação de pessoal por tempo determinado, com previsão de 1 (uma) vaga para o cargo de "Operador de Pá Carregadeira e Rolo Compactador".
Suscintamente, o denunciante relata que foi classificado em segundo lugar no processo seletivo. No dia 29/04/2025, mediante o Edital de Convocação n.º 032/2024 (peça 9), foi convocado o primeiro lugar para o cargo supracitado.
Entretanto, o primeiro colocado não foi contratado por meio do processo seletivo, mas por nomeação para o cargo em comissão "Assessor II" da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, por meio do Decreto n.º 153/2024 (peça 12), em suposto desvio de função.
Diante da sua não convocação e insatisfeito com a pontuação obtida, apresentou petição direcionada ao Chefe do Poder Executivo, contestando a pontuação atribuída e a habilitação do primeiro colocado, bem como os pontos atribuídos a sua própria declaração de aptidão (peça 10). Como resposta, o Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo limitou-se a informar que o prazo de recurso se esgotou em 10/05/2024, fundamentando-se no item 3 do regulamento geral do Processo (peça 11).
Assim, pede por providências deste Tribunal de Contas, para responsabilização das autoridades responsáveis, pois compreende que houve o cometimento de atos de improbidade administrativa.
Por meio do Despacho n.° 1.179/24 (peça 30), após a manifestação preliminar do município (peças 28/29), recebi a denúncia para melhor apuração dos fatos, oportunidade na qual determinei a citação do município.

Em sede de contraditório (peças 48/56), o Município de São Jorge do Ivaí relatou que o Processo Seletivo Simplificado n.° 05/2024 seguiu dentro da legalidade, cumprindo com os requisitos previstos em Lei. Em relação à pontuação atribuída ao denunciante, não haveria qualquer erro, pois foi seguido o item 4.1 do edital. De igual forma, a pontuação atribuída ao primeiro colocado também estaria correta.
Sobre a nomeação do primeiro colocado para o cargo em comissão "Assessor II" da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, informa que o servidor não está desempenhando qualquer atividade relacionada ao Processo Seletivo Simplificado, mas sim às atribuições de assessoria, cargo este que é de livre nomeação.
Apontado também que o recurso apresentado pelo denunciante, em face da classificação do PPS n.° 05/2024, aconteceu após dois meses do prazo fixado no edital e após todos os trâmites legais terem sido devidamente validados.
Por fim, disponibilizou link de acesso ao processo seletivo no portal da transparência, bem como anexou cópia integral do referido documento e do parecer do controle interno municipal.
Pela Petição Intermediária n.° 9.993/25 (peças 57/58), o denunciante reforçou que a lisura do processo seletivo é questionável, na medida em que não foi concretizado o chamamento do primeiro colocado para o cargo ao qual foi classificado, mas sim sua nomeação para cargo em comissão. Alega que há suspeitas de que o primeiro colocado não apresentou os documentos para sua habilitação, de forma que a contratação não se concretizou. Também reitera que a pontuação que lhe foi atribuída não se sustenta, pois participou de novo processo seletivo, com idênticos critérios de pontuação, sendo-lhe atribuída pontuação muito superior, quando apresentou apenas alguns novos cursos que concluiu. Portanto, pede novamente pela responsabilização dos envolvidos.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n.° 1.111/25 (peça 60), manifestou-se pela improcedência da denúncia, em face do seguinte: "(i) pontuação do Denunciante atribuída em conformidade com critérios editalícios; (ii) recurso administrativo apresentado fora do prazo, legitimamente indeferido; (iii) candidato convocado não compareceu, razão da não contratação temporária; (iv) posterior investidura em cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, restrito a funções de assessoramento, sem indícios de exercício de atribuições operacionais".
O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer n.° 406/25 – 5PC (peça 61), corroborou com o entendimento técnico pela improcedência da denúncia, por entender que inexistiram as irregularidades narradas na denúncia.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
De acordo com o contido na denúncia, existiriam supostas irregularidades na condução do Processo Seletivo Simplificado n.º 05/2024 (peça 6), decorrentes de: (i) erro na pontuação atribuída ao primeiro e segundo colocados; (ii) suposto não chamamento do primeiro colocado para o exercício do cargo, tendo este sido nomeado para cargo em comissão, em desvio de função; (iii) a não análise pelo Poder Executivo Municipal do recurso apresentado pelo denunciante.
Cumpre esclarecer, inicialmente, que os Processos Seletivos Simplificados (PSS) têm como finalidade possibilitar contratações temporárias, de forma célere e com menos formalidades do que aquelas exigidas nos concursos públicos, visando atender necessidades excepcionais, transitórias e/ou urgentes da Administração Pública, conforme autorizado pelo inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal[1].
Eles não garantem estabilidade aos aprovados, bem como não conferem direito subjetivo à nomeação, suprindo a necessidade temporária mediante vínculo jurídico precário e por tempo determinado. Apesar disso, não admitem a adoção de critérios subjetivos ou discricionários para seleção de pessoal, devendo ser respeitados os parâmetros previamente estabelecidos em edital. Tal exigência decorre da necessidade de resguardar os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da isonomia, que informam a atuação administrativa em qualquer de suas manifestações, inclusive nas contratações temporárias.
Feitos esses esclarecimentos, no caso em análise, o PSS n.° 05/2024, autorizado pelo Decreto n.° 084/2024 (peça 50, fl. 1), tinha como objetivo a seleção de candidatos para contratações por tempo determinado.
Para o cargo pretendido pelo denunciante (operador de pá carregadeira e rolo compactador), estava prevista 01 (uma) vaga, destinada à substituição de servidor afastado, com duração do contrato por 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais. Também estava previsto o cadastro de reserva, para eventual contratação temporária que se enquadrasse nos termos da Lei n.° 14/2021 (peça 50, fls. 4/5):

CARGO 01		Operador de Pá Carregadeira e rolo compactador
FINALIDADE		atuar na secretaria municipal de serviços públicos e obras
VAGA(s)		01[2]
CADASTRO RESERVA	DE	sim[3]
CARGA	HORÁRIA	44 horas semanais

[2] Substituir servidor afastado.
[3] Visando eventual contratação temporária que se enquadre nos termos da lei nº 14/2021, durante a vigência do PSS.

Para o preenchimento da vaga, foi estabelecido como critério a contagem de títulos, cuja pontuação se baseou no aperfeiçoamento e na experiência para o cargo (peça 50, fl. 9):

6 – DOS TITULOS

6.1. Contará em favor do candidato, a seguinte pontuação, considerando os critérios de escolaridade, aperfeiçoamento e experiência no cargo ou na área respectiva:

CRITÉRIO	NÍVEL (EXCETO O REQUISITO MÍNIMO)	PONTUAÇÃO
Aperfeiçoamento	Curso/capacitação na área - mínimo de 20 (vinte) horas (por título).	01
Experiência	Experiência na área (por ano).	03

6.2. Não será exigida pontuação mínima para classificação.

Com o resultado provisório das classificações, no dia 07 de maio de 2024, os interessados poderiam apresentar recurso até o dia 13 (treze) daquele mesmo mês (peça 50, fl. 19):

A Comissão Especial de Processo Seletivo (CEPS), designada para condução do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2024, **TORNA PÚBLICO** as seguintes alterações do edital nº 001/2024, que dispõe sobre o regulamento geral do PSS nº 005/2024:

1. O item 3.1 do Edital nº 001/2024, integrante do PSS nº 005/2024, passa a viger com a seguinte redação:

3.1. O presente PSS será realizado, obedecendo o seguinte cronograma de realização:

Descrição do ato	Prazo
Recurso contra disposições do Edital	Até 03/05/2024
Inscrições	De 22/04 a 03/05/2024
Homologação das Inscrições e resultado provisório	09/05/2024
Recurso	Até 13/05//2024
Resultado final	16/05/2024

Respeitado o cronograma e não tendo sido apresentado recurso quanto às pontuações atribuídas aos candidatos, foi publicado o resultado final do processo seletivo:

CARGO: OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA

CANDIDATO	CPF	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
Antonio Marcio Piacenti	024.491.469-97	15	1º
Márcio Henrique de Paula	023.096.139-83	3	2º
Rogério Pedroso da Silva	040.671.729-07	1	3º
Leandro Bispo Pereira	041.388.539-95	0	4º

Em relação à pontuação atribuída aos candidatos, ainda que se reconheça a minuciosa análise feita pela Coordenadoria de Gestão Municipal (peça 10, fls. 10/11 e 14/15), que indicou que a pontuação está correta, é preciso destacar que não cabe a este Tribunal de Contas substituir a Comissão Especial de Processo Seletivo (CEPS) na avaliação dos títulos apresentados pelos candidatos, por se tratar de juízo que demanda critérios técnicos, de expertise própria da Administração (e não juízo de legalidade ou legitimidade).
A prerrogativa de revisar as notas atribuídas cabe exclusivamente à referida comissão, no exercício de sua autotutela administrativa, e desde que respeitados os prazos previstos de forma objetiva e expressa no edital que rege o certame. Contudo, conforme informado pelo próprio denunciante, seu recurso foi apresentado no dia 05 de julho de 2024 (peça 10), ou seja, muito após a homologação do resultado final do processo seletivo, não havendo que se falar na revisão das pontuações.
Nesse contexto, a não análise, pelo Poder Executivo Municipal, do recurso apresentado pelo denunciante encontra respaldo na estrita observância às normas editalícias, as quais vinculam tanto a Administração quanto os candidatos, em respeito aos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e segurança jurídica.
Portanto, quanto a estes dois pontos, entendo que a denúncia deve ser julgada improcedente.
Quanto ao não chamamento do primeiro colocado para o exercício do cargo, com posterior nomeação do interessado para cargo em comissão, em suposto desvio de função, também não merece prosperar a denúncia.
Conforme se observa da documentação acostada ao processo, no dia 29 de maio de 2024, o primeiro colocado, Antônio Marcio Piacente, foi convocado (Edital de Convocação n.º 032/2024) para apresentar os documentos atinentes à nomeação (peça 54, fl. 73), no entanto não apresentou a documentação solicitada, deixando de atender à convocação (peça 54, fl. 77).
Nos meses seguintes, pelo Decreto n.º 153/2024, o interessado foi nomeado para o cargo de provimento em comissão de Assessor II, símbolo CC-2, no âmbito da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SEMUSP), a partir do dia 22 de julho de 2024 (peça 12).
Quanto aos fatos expostos, inicialmente, reitero que o objetivo do processo seletivo simplificado é atender a necessidade de contratação temporária da Administração Pública. Neste sentido, caso não seja atendida à convocação para a vaga, a Administração pode chamar o próximo candidato aprovado no cadastro de reservas (dentro do prazo de vigência do PSS), caso persista sua necessidade, mas não existe obrigação de que o faça.
A aprovação do denunciante no cadastro de reserva não lhe gerou direito subjetivo, mas apenas uma expectativa de direito à nomeação. Assim, não identifico irregularidade por parte da Administração Pública, sobretudo porque não existem provas de que tenha havido convocação de candidatos fora da ordem de classificação, contratação de terceiros para o exercício da mesma função, abuso de poder ou desvio de finalidade.
De igual modo, ressalto que não existe impedimento legal para que pessoa aprovada em processo seletivo simplificado, ou mesmo em concurso público, que não tenha atendido à convocação para vaga, seja nomeado para um cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
Em relação ao "desvio de função" arguido pelo denunciante, também não se verifica a ocorrência de tal irregularidade, uma vez que não há provas ou indícios que indiquem qualquer relação entre o cargo para o qual o servidor foi nomeado e aquele para o qual foi aprovado em processo seletivo, mas cuja convocação não foi atendida.
Por todo exposto, corroboro o entendimento uniforme exarado pela unidade técnica e pelo Ministério Público de Contas, de que inexistiu irregularidade na condução do processo seletivo simplificado, razão pela qual a presente denúncia deve ser julgada improcedente.
III. VOTO

Diante do exposto, VOTO pela improcedência desta Denúncia, considerando a inexistência de irregularidade na condução do Processo Seletivo Simplificado n.º 05/2024.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias, para anotações, e, na sequência, à Diretoria de Protocolo, para arquivamento.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
I - Julgar improcedente esta Denúncia, considerando a inexistência de irregularidade na condução do Processo Seletivo Simplificado nº 05/2024;
II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Coordenadoria de Medidas Executórias, para anotações, e, na sequência, à Diretoria de Protocolo, para arquivamento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 17 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 13.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020).

PROCESSO Nº:-125296/24
ASSUNTO:-CONSULTA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA
INTERESSADO:-MARCELO LEITE
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 1851/25 - TRIBUNAL PLENO

Consulta. Município de Guamiranga. Questionamento quanto à possibilidade do pagamento parcelado de adicional por tempo de serviço retroativo. Parcelamento mediante previsão em legislação municipal. Princípio da autotutela administrativa.
I. RELATÓRIO
Trata-se de Consulta formulada pelo Município de Guamiranga, por meio da qual se pretende obter esclarecimentos relativos à realização de pagamento de indenização a título de adicional por tempo de serviço aos servidores municipais estatutários, referente aos 5 (cinco) anos anteriores.
A municipalidade expôs que pretende realizar tais pagamentos “de forma parcelada, sendo uma única parcela anual no mês de junho de cada ano, logo, seriam pagos no exercício de 2024 referente a indenização de 2023, 2025 referente a 2022, 2026 referente a 2021, 2027 referente a 2020 e 2028 referente a 2019, com as devidas correções” (peça 3, fl. 3).
Ao final, submete os seguintes questionamentos a este Tribunal:
1) Quanto a esta pretensão de parcelamento anual, qual seria o posicionamento deste órgão?
2) A pretensão de parcelamento anual, poderia ser realizado mediante legislação específica?
Conhecida a Consulta, encaminhei os autos à Escola de Gestão Pública, mediante o Despacho n.º 265/24 – GCFSC (peça 8), cuja Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca informou a inexistência de acórdãos com força normativa que tratam especificamente do tema ora questionado. Não obstante, colacionou julgado que poderia auxiliar no deslinde deste expediente[1], nos termos da Informação n.º 40/24 - SJB (peça 10).
Por meio do Despacho n.º 480/24 – GCFSC (peça 11), remeti os autos para manifestações técnica e ministerial, as quais elucidarei a seguir.
Nesse ínterim, a Coordenadoria-Geral de Fiscalização, Despacho n.º 377/24 (peça 14), manifestou que o tema abordado na presente Consulta impacta na atividade de fiscalização; assim, sugere que, após o julgamento, os autos retornem à referida unidade técnica, considerando eventual necessidade de ciência e atualização das orientações às equipes de fiscalização.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, Instrução n.º 5811/24 (peça 15), apontou que não consta no presente expediente parecer jurídico ou técnico emitido pela municipalidade, não estando cumprido o requisito previsto no inciso IV, art. 311, do Regimento Interno[2].
Consignando, ainda, que o Memorando/Informativo n.º 03/2024 (peça 4): “limita-se a informar que a municipalidade pretende efetuar o pagamento parcelado das verbas atinentes ao adicional por tempo de serviço devido aos servidores públicos do Município, bem como, que esse fato gerará impactos financeiros ao erário.” (peça 15, fl. 2), a unidade técnica opinou pela intimação do Município para emenda à inicial, a fim de que seja juntado parecer jurídico ou técnico acerca da matéria em comento.
Ato contínuo, o Ministério Público de Contras, Parecer n.º 371/24 – PGC (peça 16), corroborou com a necessidade de intimação do Consulente, “ocasião em que não devera descurar de observar eventuais impactos no índice de gastos com pessoal, bem como, quanto às implicações do art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.” (peça 16, fl. 5).
Isso considerado, por entender que assistia razão à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas, determinei a intimação do Município Consulente, pelo Despacho n.º 1648/24 – GCFSC (peça 17), oportunizando a emenda à petição inicial para a juntada de parecer jurídico ou técnico opinativo, ressaltando a necessidade de que estes se debruçassem sobre eventuais impactos no índice de gastos com pessoal e sobre o disposto no art. 21 da Lei Complementar n.º 101/2000, para fins de preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 311 do Regimento Interno deste Tribunal.
Instado, o Município de Guamiranga acostou ao expediente Parecer Jurídico (peça 22), discorrendo, em suma, sobre as razões que levaram o Poder Executivo a adotar providências para a implementação e pagamento retroativo do adicional por tempo de serviço por meio de legislações municipais[3].
Após, encaminhei os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e, em seguida, ao Ministério Público de Contas, para suas respectivas manifestações, conforme Despacho n.º 70/25 – GCFSC (peça 23).
A Coordenadoria de Gestão Municipal, nos termos da Instrução n.º 648/25 (peça 24), concluiu que não há impedimentos para que o Município realize administrativamente o pagamento parcelado de verbas retroativas atinentes ao adicional por tempo de serviço não pago aos servidores públicos efetivos em momento oportuno.
Todavia, a unidade ressaltou que devem ser observados os dispositivos constitucionais e legais referentes à responsabilidade fiscal, bem como a existência de previsão e disponibilidade orçamentária e financeira, além da observância aos limites de despesas com pessoal, em consonância com o artigo 163 da Constituição Federal e os artigos 21 a 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Em conclusão, sugeriu as seguintes respostas aos questionamentos formulados nesta Consulta (peça 24, fl. 9):
1. Quanto a esta pretensão de parcelamento anual, qual seria o posicionamento deste órgão?
Resposta: Pode o Município realizar administrativamente o pagamento parcelado de verbas retroativas referente ao adicional por tempo de serviço não pago aos servidores públicos efetivos no momento oportuno, desde que restem observados os dispositivos constitucionais e legais relativos à responsabilidade fiscal, existência de previsão e disponibilidade orçamentária e financeira e observância aos limites de despesas com pessoal, a exemplo do artigo 163, §1º da Constituição Federal e artigos 21 a 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
2. A pretensão de parcelamento anual, poderia ser realizado mediante legislação específica?
Resposta: A pretensão de parcelamento anual deve ser regulamentada por meio de lei específica em observância ao artigo 37, inciso X da Constituição Federal.
Por sua vez, pelo Parecer n.º 57/25 – PGC (peça 24), o Ministério Público de Contas destacou, preliminarmente, que a consulta versa sobre caso concreto, de modo que seu conhecimento encontra óbice nas disposições regimentais desta Corte, as quais exigem formulação em tese[4].
Por outro lado, apontou a perda de objeto da Consulta, uma vez que, após sua formulação, foi editada a Lei Municipal n.º 1058/2024, autorizando expressamente o pagamento retroativo do ATS, bem como o Decreto Municipal n.º 26/2025, que regulamentou o parcelamento desses valores para o período de 2025 a 2028.
Por fim, em caso de não reconhecimento da perda de objeto, o Ministério Público de Contas apresentou as seguintes respostas aos questionamentos (peça 24, fl. 8):
1. Quanto a esta pretensão de parcelamento anual, qual seria o posicionamento deste órgão?
Resposta: É possível ao Município realizar administrativamente o pagamento parcelado de verbas retroativas referentes ao adicional por tempo de serviço não pago aos servidores públicos efetivos no momento oportuno, desde que em rigorosa observância da previsão legal e que restem observados os dispositivos constitucionais e legais relativos à responsabilidade fiscal, à existência de previsão e disponibilidade orçamentária e financeira e à observância aos limites de despesas com pessoal, a exemplo do artigo 169, § 1º da Constituição Federal e do artigo 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
2. A pretensão de parcelamento anual, poderia ser realizado mediante legislação específica?
Resposta: Sim, desde que que os pagamentos observem a disponibilidade orçamentária e financeira do ente federativo.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Preliminarmente, destaco que, não obstante a consulta decorra de caso concreto, a resposta, formulada em tese, contribuirá para o esclarecimento da matéria, qual seja, a possibilidade de parcelamento anual de valores decorrentes de adicional por tempo de serviço, mediante edição de lei municipal específica.
Da mesma forma, ainda que se cogite a perda de objeto da presente consulta – tendo em vista que o Município de Guamiranga editou (i) lei específica autorizando expressamente o pagamento retroativo do ATS, bem como (ii) o Decreto Municipal n.º 26/2025, que regulamentou o parcelamento desses valores para o período de 2025 a 2028 –, entendo que a resposta ao questionamento supracitado poderá servir como instrumento orientativo aos demais municípios que eventualmente enfrentem situação semelhante.
A principal indagação do consulente cinge-se à possibilidade de pagamento parcelado das verbas de natureza remuneratória relativas ao adicional por tempo de serviço não pago aos servidores públicos municipais em exercícios pretéritos.
No caso do Município de Guamiranga, o ATS estava previsto nos artigos 91 e 92 da Lei Municipal n.º 139/2002, nos seguintes termos:
Art. 91. Além do vencimento poderão ser pagos os seguintes adicionais:
I - adicional por tempo de serviço;
Art. 92. O adicional por tempo de serviço será concedido aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, à razão de um por cento, não cumulativo, para cada ano, contínuo ou não, de efetivo exercício sob o regime estatutário de valor correspondente de seu cargo efetivo, até o limite de trinta anuênios.
§ 1º O adicional por tempo de serviço é devido a partir do dia imediato àquele em que o servidor completar o tempo de serviço exigido.
§ 2º O pagamento do adicional por tempo de serviço incidirá somente sobre o vencimento básico do cargo.
§ 3º Na concessão do adicional por tempo de serviço considerar-se-á somente o tempo de efetivo exercício, desconsiderando-se o tempo de ex-servidor, seja no Regime Estatutário deste ou outro Município, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, da contratação temporária ou em quaisquer outras formas.
§ 4º O servidor que exercer cumulativamente mais de um cargo público, terá direito ao adicional calculado na correspondência do tempo exercido e cada cargo.
Posteriormente, o art. 34 da Lei Municipal n.º 223/2005 excluiu o aludido adicional, embora não tenha revogado o art. 92 da Lei Municipal n.º 139/2002, in verbis:
Art. 34. Além do vencimento básico poderão ser atribuídas ao servidor as vantagens definidas na lei 139/2002, excluindo-se o Adicional por Tempo de Serviço e a Indenização de Transporte e incluindo-se a gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva e plantão médico.
[...]
Art. 64. Ficam revogados: o inciso I do art. 57, o art. 58 em sua íntegra, o inciso I do

art. 91, o art 130, 162,163,164 e 165 em sua íntegra da lei 139/2002 e, em sua totalidade a Lei nº 23/97.
Nesse contexto, em razão da omissão na redação do dispositivo legal supracitado, ocorreu a propositura de ações judiciais pelos servidores públicos municipais visando à reivindicação do pagamento do adicional por tempo de serviço, as quais lograram êxito em suas demandas.
Assim, em face das reiteradas decisões judiciais que impunham ao Município o pagamento dos valores retroativos aos servidores públicos municipais, a municipalidade implementou o referido adicional em janeiro de 2024, por meio dos Decretos n.º 18/2024 e n.º 56/2024, e pretende realizar o pagamento dos valores retroativos de forma parcelada, mediante uma única parcela anual a ser paga no mês de junho de cada ano.
Importante destacar que o direito ao adicional por tempo de serviço, uma vez previsto em legislação específica e devidamente incorporado à remuneração dos servidores públicos, constitui obrigação de natureza salarial.
Dessa maneira, por incorporar verbas de natureza salarial, os valores pagos como gratificação por adicional por tempo de serviço têm, igualmente, natureza alimentar, e, portanto, estão amparados de proteção constitucional, conforme se depreende do § 1º, art. 100, da Constituição Federal[5]. No entanto, essa natureza alimentar não impede, por si só, a adoção de medidas de parcelamento dos valores devidos, desde que exista acordo entre as partes, observado os princípios da legalidade e da moralidade administrativa.
No caso em análise, verifica-se que o Município de Guamiranga editou legislação específica com o propósito de estabelecer o pagamento retroativo dos valores do ATS em parcelas anuais, de modo que será paga uma única parcela no mês de junho de cada ano. Logo, seriam pagos, no exercício de 2024, os valores referentes à indenização de 2023; em 2025, os referentes a 2022; em 2026, os referentes a 2021; em 2027, os referentes a 2020; e em 2028, os referentes a 2019, todos com as devidas correções, de forma a garantir a quitação do passivo reconhecido (peça 3, fl. 3).
Tal planejamento foi adotado diante da dificuldade financeira enfrentada pelo ente municipal, que, para respeitar a disponibilidade orçamentária e a limitação imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal, buscou assegurar o equilíbrio das contas públicas.
Nesse sentido, compreendo assistir razão ao Município quanta à possiblidade de pagamento parcelado dos valores retroativos pagos a título de gratificação por adicional por tempo de serviço.
Esse entendimento encontra respaldo no princípio da autotutela que a Administração Pública detém, isto é, do poder-dever de rever seus próprios atos quando estes se revelarem ilegais, inoportunos ou inconvenientes.
Portanto, entendo que o princípio da autotutela atribui à Administração Pública o poder-dever de controlar seus próprios atos, revisando-os e anulando-os quando forem praticados com ilegalidade. Tal princípio fundamenta-se no princípio da legalidade, que impõe à Administração o dever de agir estritamente conforme a norma jurídica vigente. Assim, caso seus atos estejam eivados de ilegalidade, torna-se necessária sua revisão ou anulação, a fim de evitar a perpetuação de vícios incompatíveis com o ordenamento jurídico.
No âmbito do presente questionamento, o Município, ao identificar a irregularidade decorrente da ausência de pagamento do ATS previsto expressamente na legislação municipal aos seus servidores públicos, detém o poder-dever de rever sua omissão até então existente, adotando as medidas necessárias para assegurar a implementação do direito ao pagamento do mencionado adicional.
Além disso, como ressaltei inicialmente, tendo em vista que o adicional por tempo de serviço compõe a remuneração dos servidores públicos, é imprescindível que qualquer regulação relativa à sua forma de pagamento, inclusive no que tange à possibilidade de parcelamento, seja formalizada por meio de lei específica. Essa exigência decorre diretamente do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, que condiciona a fixação e a modificação da remuneração dos servidores públicos à observância do regramento legal, nos termos seguintes:
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
[...]
X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
À vista disso, ao reconhecer a necessidade de implementar o adicional aos seus servidores, bem como de efetuar o pagamento parcelado dos valores retroativos não atingidos pela prescrição, a municipalidade acaba por fixar ou alterar a remuneração vigente, o que, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal, exige a edição de lei específica, a qual foi devidamente editada, em estrita observância à norma.
No que se refere à viabilidade de pagamentos retroativos, o art. 37 da Lei n.º 4.320/1964 admite a inclusão, no orçamento, de Despesas de Exercícios Anteriores, desde que decorrentes de compromissos legalmente constituídos e reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, devendo, para tanto, ser consignada dotação orçamentária específica; vejamos:
Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.
À vista do regramento supracitado, é perceptível que, desde que não prescritos, os compromissos referentes a exercícios anteriores podem ser objeto de pagamento administrativo, ainda que, à época do advento do direito, não houvesse previsão orçamentária.
No caso do adicional por tempo de serviço, observa-se que, à época dos fatos geradores, não havia como o Município prever tal despesa em sua previsão orçamentária, pois o direito ao pagamento somente foi reconhecido posteriormente, por meio da fixação do entendimento de que o art. 92 da lei n.º 139/2002 ainda se encontra vigente.
Portanto, em tese, diante de eventual reconhecimento retroativo, o pagamento correspondente deverá também ser efetuado de forma retroativa.
Dessa forma, ainda que o adicional por tempo de serviço não tenha sido previsto no orçamento dos exercícios anteriores, isso não impede o Município de efetuar o pagamento administrativo das parcelas vencidas, desde que respeitadas as condições estabelecidas no art. 37 da Lei n.º 4.320/1964, notadamente a existência de dotação específica no orçamento vigente e, “sempre que possível, a ordem cronológica”.
Nesse mesmo sentido, o art. 26 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro admite a celebração de compromissos entre a Administração Pública e os interessados com vistas à superação de irregularidades, inclusive aquelas relativas a obrigações reconhecidas extemporaneamente. Tal previsão abrange, portanto, o reconhecimento e o pagamento de valores retroativos que, embora devidos, não foram oportunamente incluídos na execução orçamentária:
Art. 26. Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.
§ 1º O compromisso referido no caput deste artigo:
I - buscará solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais;
II – (VETADO);
III - não poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral;
IV - deverá prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento.
Ademais, como bem colocado pela Coordenadoria de Gestão Municipal (peça 24), cabe ao gestor público avaliar a viabilidade prática e jurídica da quitação dos valores retroativos devidos aos servidores, observando, sobretudo, as disposições relativas à responsabilidade fiscal. Tal análise deve contemplar a existência de previsão e disponibilidade orçamentária e financeira, bem como o respeito aos limites legais de despesa com pessoal.
Nesse contexto, o art. 169, § 1º, da Constituição Federal[6] estabelece que a concessão de qualquer vantagem, aumento de remuneração, criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira somente poderá ocorrer mediante prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, assim como em observância aos limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000).
Diante do exposto, conclui-se que, embora o adicional por tempo de serviço componha a remuneração dos servidores públicos e deva, em regra, ser pago integralmente, a inexistência de disponibilidade orçamentária e financeira suficiente para a quitação imediata dos valores retroativos autoriza, excepcionalmente, o seu parcelamento.
Ressalto que o parcelamento, desde que devidamente fundamentado, formalizado por meio de lei específica e amparado em dotação orçamentária compatível com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, não implica afronta ao direito dos servidores nem configura vedação à retroatividade indevida, pois, ao contrário, viabiliza o cumprimento da obrigação de forma responsável e juridicamente segura.
Por fim, a adoção de tal medida encontra respaldo nos princípios da razoabilidade e da economicidade, especialmente quando quitação integral e imediata do valor devido comprometeria as finanças municipais, o equilíbrio fiscal e a continuidade da prestação dos serviços públicos. Tais aspectos devem ser observados pelo gestor público, em especial diante das implicações relacionadas às despesas com pessoal, conforme as disposições no art. 21 a 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal[7].
Portanto, entendo ser admissível, com fundamento nos princípios da autotutela, da legalidade e da prudência administrativa, a adoção do pagamento parcelado dos valores retroativos, como instrumento de conciliação entre a efetivação dos direitos dos servidores e o cumprimento dos deveres de responsabilidade e equilíbrio fiscal impostos à Administração Pública.
III. VOTO
Diante do exposto, VOTO pelo CONHECIMENTO da presente Consulta e, no mérito, pela RESPOSTA aos questionamentos, nos seguintes termos:
Pergunta: Quanto a esta pretensão de parcelamento anual, qual seria o posicionamento deste órgão?
Resposta: É juridicamente possível ao Município realizar, de forma administrativa, o pagamento parcelado de verbas retroativas referentes ao adicional por tempo de serviço não adimplido no momento oportuno aos servidores públicos efetivos.
Tal possibilidade, no entanto, está condicionada à observância dos dispositivos constitucionais e legais aplicáveis à gestão fiscal, especialmente quanto à existência de previsão e disponibilidade orçamentária e financeira, bem como ao respeito aos limites de despesa com pessoal, conforme disposto no art. 169, § 1º, da Constituição Federal e nos arts. 21 a 23 da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Além disso, a adoção do parcelamento deve estar fundamentada na incapacidade do referido ente público de realizar o pagamento integral em uma única competência, sob pena de comprometer o equilíbrio fiscal. Ressalte-se, por fim, que a medida, quando adotada com planejamento, viabiliza o cumprimento da obrigação sem representar afronta ao direito dos servidores, preservando a responsabilidade na gestão das finanças públicas.
Pergunta: A pretensão de parcelamento anual poderia ser realizada mediante legislação específica?
Resposta: A pretensão de parcelamento anual dos valores retroativos relativos ao adicional por tempo de serviço deve ser formalizada mediante edição de lei específica, conforme determina o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, a qual exige que a fixação e a alteração da remuneração dos servidores públicos se deem exclusivamente por meio de lei em sentido formal.
Tal exigência aplica-se inclusive a situações excepcionais em que o ente público reconhece, posteriormente, valores devidos e busca parcelar o pagamento de forma cronológica, conforme disposto no art. 37 da Lei n.º 4.320/1964. A edição de norma legal própria confere segurança jurídica ao procedimento, assegura transparência e submete a matéria à deliberação do Poder Legislativo local, o que está em consonância com a responsabilidade fiscal e os princípios da legalidade e moralidade.
Na sequência, remetam-se os autos ao Ministério Público de Contas para ciência

desta decisão.
Decorrido o trânsito em julgado, encaminhem os autos à Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca, para os registros pertinentes, no âmbito de sua competência definida no art. 175-D, § 2º, do Regimento Interno[8] e, após, à Coordenadoria-Geral de Fiscalização para adoção dos encaminhamentos necessários, conforme solicitado no Despacho n.º 377/24 – CGF (peça 14).
Cumpridas as formalidades legais, com fulcro no art. 398, § 1º, do Regimento Interno[9], determino o encerramento do processo, remetendo os autos à Diretoria de Protocolo para que promova o arquivamento.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
I – CONHECER a presente Consulta, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade e, no mérito, pela RESPOSTA aos questionamentos, nos seguintes termos:
Pergunta: Quanto a esta pretensão de parcelamento anual, qual seria o posicionamento deste órgão?
Resposta: É juridicamente possível ao Município realizar, de forma administrativa, o pagamento parcelado de verbas retroativas referentes ao adicional por tempo de serviço não adimplido no momento oportuno aos servidores públicos efetivos.
Tal possibilidade, no entanto, está condicionada à observância dos dispositivos constitucionais e legais aplicáveis à gestão fiscal, especialmente quanto à existência de previsão e disponibilidade orçamentária e financeira, bem como ao respeito aos limites de despesa com pessoal, conforme disposto no art. 169, § 1º, da Constituição Federal e nos arts. 21 a 23 da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Além disso, a adoção do parcelamento deve estar fundamentada na incapacidade do referido ente público de realizar o pagamento integral em uma única competência, sob pena de comprometer o equilíbrio fiscal. Ressalte-se, por fim, que a medida, quando adotada com planejamento, viabiliza o cumprimento da obrigação sem representar afronta ao direito dos servidores, preservando a responsabilidade na gestão das finanças públicas.
Pergunta: A pretensão de parcelamento anual poderia ser realizada mediante legislação específica?
Resposta: A pretensão de parcelamento anual dos valores retroativos relativos ao adicional por tempo de serviço deve ser formalizada mediante edição de lei específica, conforme determina o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, a qual exige que a fixação e a alteração da remuneração dos servidores públicos se deem exclusivamente por meio de lei em sentido formal.
Tal exigência aplica-se inclusive a situações excepcionais em que o ente público reconhece, posteriormente, valores devidos e busca parcelar o pagamento de forma cronológica, conforme disposto no art. 37 da Lei n.º 4.320/1964. A edição de norma legal própria confere segurança jurídica ao procedimento, assegura transparência e submete a matéria à deliberação do Poder Legislativo local, o que está em consonância com a responsabilidade fiscal e os princípios da legalidade e moralidade.
II – encaminhar os autos ao Ministério Público de Contas para ciência desta decisão;
III – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca, para os registros pertinentes, no âmbito de sua competência definida no art. 175-D, § 2º, do Regimento Interno[10] e, após, à Coordenadoria-Geral de Fiscalização para adoção dos encaminhamentos necessários, conforme solicitado no Despacho n.º 377/24 – CGF (peça 14);
IV – determinar, cumpridas as formalidades legais, com fulcro no art. 398, § 1º, do Regimento Interno[11], o encerramento do processo, remetendo os autos à Diretoria de Protocolo para que promova o arquivamento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 17 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 13.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. *Processo n.º 518820/08.*
2. *Art. 311. A consulta formulada ao Tribunal de Contas, conforme o disposto no Título II, Capítulo II, Seção VII, da Lei Complementar nº 113/2005, deverá atender aos seguintes requisitos:*
[...]
IV - ser instruída por parecer jurídico ou técnico emitido pela assessoria técnica ou jurídica do órgão ou entidade consulente, opinando acerca da matéria objeto da consulta;
3. *Lei Municipal n.º 1058/2024. Ementa: Autoriza o Poder Executivo e Legislativo a proceder o pagamento retroativo do Adicional Por Tempo de Serviço e dá outras providencias.*
Decreto Municipal n.º 26/2025. Ementa: Dispõe sobre a regulamentação da forma de pagamento dos valore retroativos do Adicional Por Tempo de Serviço e dá outras providências.
4. *Art. 311. A consulta formulada ao Tribunal de Contas, conforme o disposto no Título II, Capítulo II, Seção VII, da Lei Complementar nº 113/2005, deverá atender aos seguintes requisitos:*
V - ser formulada em tese.
5. *Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.*
§ 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo.
6. *Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar.*
§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:
I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
7. *Art. 21. É nulo de pleno direito:*
I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:
a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e
b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo;
II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20;
III - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20;
IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando:
a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou
b) resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.
§ 1º As restrições de que tratam os incisos II, III e IV:
I - devem ser aplicadas inclusive durante o período de recondução ou reeleição para o cargo de titular do Poder ou órgão autônomo; e
II - aplicam-se somente aos titulares ocupantes de cargo eletivo dos Poderes referidos no art. 20.
§ 2º Para fins do disposto neste artigo, serão considerados atos de nomeação ou de provimento de cargo público aqueles referidos no § 1º do art. 169 da Constituição Federal ou aqueles que, de qualquer modo, acarretem a criação ou o aumento de despesa obrigatória.
Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.
Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:
I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
II - criação de cargo, emprego ou função;
III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6o do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.
Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4o do art. 169 da Constituição.
§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.
§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.
§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão referido no art. 20 não poderá:
I - receber transferências voluntárias;
II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
§ 4º As restrições do § 3o aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.
§ 5º As restrições previstas no § 3º deste artigo não se aplicam ao Município em caso de queda de receita real superior a 10% (dez por cento), em comparação ao correspondente quadrimestre do exercício financeiro anterior, devido a:
I – diminuição das transferências recebidas do Fundo de Participação dos Municípios decorrente de concessão de isenções tributárias pela União; e
II – diminuição das receitas recebidas de royalties e participações especiais.
§ 6º O disposto no § 5º deste artigo só se aplica caso a despesa total com pessoal do quadrimestre vigente não ultrapasse o limite percentual previsto no art. 19 desta Lei Complementar, considerada, para este cálculo, a receita corrente líquida do quadrimestre correspondente do ano anterior atualizada monetariamente.
8. *Art. 175-D.*
§ 2º Compete à Área de Jurisprudência:
I - compilação, montagem, classificação, redação, edição, publicação e divulgação de periódicos informativos;
II - organizar a jurisprudência no âmbito do Tribunal, procedendo à indexação, inclusive dos atos normativos;
III - manter atualizados os atos normativos e jurisprudência na intranet e no sítio do Tribunal;
IV - constituir acervo mediante política de seleção, aquisição e destinação de documento, em qualquer suporte informacional, promovendo o seu registro e controle;
V - prestar informações nos processos de consultas, no prazo de 2 (dois) dias, e demais processos, dentro de sua área de competência;
VI - pesquisar e sistematizar a legislação dos entes jurisdicionados e decisões dos Tribunais Judiciários ou de Contas que interessem ao Tribunal, disponibilizando em meio eletrônico;
VII - subsidiar os trabalhos das diversas áreas do Tribunal, fornecendo suporte informacional mediante o atendimento às pesquisas solicitadas, de natureza doutrinária, jurisprudencial, legislativa e documental, em base de dados internas ou externas, utilizando os diversos recursos disponíveis para a recuperação da informação, bem como do serviço de disseminação seletiva da informação;
VIII - acompanhar publicações no Diário Oficial da União e do Estado nos atos de interesse do Tribunal.
9. *Art. 398. [...]*
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.
10. *Art. 175-D.*
§ 2º Compete à Área de Jurisprudência:
I - compilação, montagem, classificação, redação, edição, publicação e divulgação de periódicos informativos;
II - organizar a jurisprudência no âmbito do Tribunal, procedendo à indexação, inclusive dos atos normativos;
III - manter atualizados os atos normativos e jurisprudência na intranet e no sítio do Tribunal;
IV - constituir acervo mediante política de seleção, aquisição e destinação de documento, em qualquer suporte informacional, promovendo o seu registro e controle;
V - prestar informações nos processos de consultas, no prazo de 2 (dois) dias, e demais processos, dentro de sua área de competência;
VI - pesquisar e sistematizar a legislação dos entes jurisdicionados e decisões dos Tribunais Judiciários ou de Contas que interessem ao Tribunal, disponibilizando em meio eletrônico;
VII - subsidiar os trabalhos das diversas áreas do Tribunal, fornecendo suporte informacional mediante o atendimento às pesquisas solicitadas, de natureza doutrinária, jurisprudencial, legislativa e documental, em base de dados internas ou externas, utilizando os diversos recursos disponíveis para a recuperação da informação, bem como do serviço de disseminação seletiva da informação;
VIII - acompanhar publicações no Diário Oficial da União e do Estado nos atos de interesse do

Tribunal.
***11**. Art. 398. [...]*
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.

PROCESSO Nº:-166484/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ
INTERESSADO:-LAURECI SCHMITZ
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 1856/25 - TRIBUNAL PLENO

Prestação de Contas Anual. Colégio Estadual do Paraná. Exercício Financeiro de 2024. CGE e MPC pela regularidade. Regularidade.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de contas anual do Colégio Estadual do Paraná – CEP, vinculado à Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício financeiro de 2024, da responsabilidade de Laureci Schmitz, Diretora Geral no período de 01/01/2024 a 31/12/2024.

A 2ª Inspetoria de Controle Externo apresentou o Relatório de Fiscalização (peça 25), informando que não foram identificados achados no curso da inspeção e salientou:

Os trabalhos foram conduzidos em conformidade com o ordenamento constitucional, em leis que regem a matéria, normas regimentais e demais atos normativos desta Corte de Contas, bem como procedimentos de fiscalização adotados por esta Inspetoria de Controle Externo. (peça 25, fl.12)

No entanto, destacou ainda que "o objetivo da fiscalização realizada pela Inspetoria é o acompanhamento das atividades do ente jurisdicionado. Salienta-se, entretanto, que referida fiscalização não avalia as contas anuais, não fornece parecer sobre as demonstrações contábeis, temas estes afetos a outras unidades do Tribunal." (peça 25, fl. 13)

A Coordenadoria de Gestão Estadual – CGE, por meio da Instrução n.º 301/25-CGE (peça 26), nos termos do art. 175-J do Regimento Interno[1], apreciou o relatório de fiscalização elaborado pela 2ª Inspetoria de Controle Externo (peça 25) e os documentos encaminhados pela Entidade para análise das contas (peças 3-23), diante disso, concluiu pela regularidade das contas do Colégio Estadual do Paraná – CEP, exercício 2024, destacando:

(...) as conclusões aqui expostas não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas, não validam divergências em informações de caráter declaratório não detectadas na análise, e nem eximem anomalias levantadas em outras espécies de procedimentos fiscalizatórios. (peça 26, fl. 19)

O Ministério Público de Contas, por sua vez, lançou o Parecer n.º 452/25-5PC (peça 27) corroborando o opinativo técnico pela regularidade das contas.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, observo que a constituição do processo da prestação de contas anual do Colégio Estadual do Paraná atendeu ao disposto na Instrução Normativa nº 190/2024[2].

Ademais, consoante relatado, a Coordenadoria de Gestão Estadual emitiu opinativo técnico pela regularidade das contas, cuja análise esteve cingida nos assuntos e escopo previstos para o exercício de 2024, assim como o Ministério Público de Contas em seu Parecer.

Desta forma, acompanho os opinativos convergentes da unidade técnica e do Ministério Público de Contas.

III. VOTO

Ante o exposto, com fundamento no artigo 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005[3], VOTO pela REGULARIDADE da prestação de contas anual da Colégio Estadual do Paraná – CEP, referente ao exercício financeiro de 2024, da responsabilidade de Laureci Schmitz, Diretora Geral no período correspondente.

Transitada em julgado a decisão, com fulcro no art. 398, § 1º, do Regimento Interno[4], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[5].

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:

I – Julgar com fundamento no artigo 16, inciso I, da Lei Complementar nº 113/2005[6], REGULAR a prestação de contas anual da Colégio Estadual do Paraná – CEP, referente ao exercício financeiro de 2024, da responsabilidade de Laureci Schmitz, Diretora Geral no período correspondente;

II – determinar, após o trânsito em julgado, com fulcro no art. 398, § 1º, do Regimento Interno[7], o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[8].

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 17 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 13.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

***1**. Art. 175-J. Compete à Coordenadoria de Gestão Estadual: (Incluído pela Resolução n° 64/2018)*
I – instruir as contas anuais no âmbito da administração estadual, do Tribunal de Contas e do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; (Incluído pela Resolução n° 64/2018)

***2**. Ementa: Dispõe sobre o encaminhamento e estabelece o escopo de análise das Prestações de Contas das Entidades Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, relativas ao exercício de 2024, nos termos dos arts. 220 a 223 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências.*

***3**. Art. 16. As contas serão julgadas:*
I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;

***4**. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)*
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
***5**. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)*
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
***6**. Art. 16. As contas serão julgadas:*
I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;
***7**. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)*
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
***8**. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)*
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO Nº:-310941/25
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO:-BACHIR ABBAS, HILTON SANTIN ROVEDA, MARIA EMILIA DE SIQUEIRA, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
ADVOGADO / PROCURADOR:-ANA CAROLINE SIBUT STERN, JEAN MARCOS BECKER
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO TIAGO ALVAREZ PEDROSO
ACÓRDÃO Nº 1873/25 - TRIBUNAL PLENO

Embargos de declaração. Ausência de obscuridade, contradição ou omissão. Conhecimento e não provimento.

RELATÓRIO

Em exame os embargos de declaração opostos pela senhora Maria Emilia de Siqueira Luczka em face do Acórdão nº 955/25-STP (peça 73), que, reformando parcialmente o Acórdão nº 176/24-S1C, reconheceu que a interessada preenche o requisito de tempo mínimo de serviço em condição especial para requerer sua inativação com base na Súmula Vinculante nº 33 do STF, mas manteve a negativa de registro do benefício, em razão de outras irregularidades, as quais não foram questionadas pela embargante em seu recurso de revista:

[...] Todavia, ainda persistem outras irregularidades, apontadas pela CAGE na Instrução nº 14856/23 (peça 36):

Conforme apontado em Instrução anterior, à peça 29, a Entidade deixou de realizar o lançamento dos valores já proporcionalizados das verbas transitórias (peça 35, fls. 07) diretamente no campo Verbas Transitórias Incorporadas, do sistema (peça 34, fls. 04).

Assim, constata-se que o montante lançado, relativo à última remuneração, restou equivocadamente inferior.

Ademais, ainda que alertado quando a necessidade de emitir novo Ato concessório retificado, visto que houve a correção do cálculo da média e dos proventos (peças 28 e 35), o Ente previdenciário deixou de atender à solicitação.

Neste aspecto, verifica-se que os dados consignados à peça 34, fls. 02, permaneceram incorretos, assim como o valor registrado no Ato concessório, peças 11 e 12.

Tais irregularidades, que também constaram como fundamento para a negativa de registro de aposentadoria na decisão recorrida, não foram objeto do recurso em análise, razão pela qual a negativa de registro deve ser mantida. Porém, o provimento do recurso permitirá a emissão de novo ato de aposentadoria pelo município sob o mesmo fundamento legal, desde que livre das irregularidades apontadas.

Acrescento que os dados disponíveis da folha de pagamento no sistema SIAP indicam que o valor dos proventos da servidora não foi corrigido, apesar da informação diversa prestada pelo município nestes autos. Ou seja, a questão não se trata de mera irregularidade formal, que eventualmente poderia ensejar outra medida saneadora em substituição à negativa de registro. (Acórdão nº 955/25-STP, p. 12/13)

Em síntese, a embargante alegou que a decisão incorreu em contradição/omissão ao prover o recurso anteriormente manejado, mas manter a negativa de registro do ato de aposentadoria com base em falhas formais atribuídas à Administração Pública.

Defendeu que os vícios no preenchimento do Sistema-SIAP e na emissão de novo ato retificador se referem a aspectos formais e operacionais que competem exclusivamente à Administração Pública, não sendo razoável imputar à servidora qualquer penalidade decorrente de falhas administrativas alheias à sua conduta, sendo desproporcional a negativa de registro, que obrigaria a embargante a retornar abruptamente ao exercício de suas funções.

Por fim, apresentou julgados de atos de inativação desta Corte que afirmam que servidores não podem ser penalizados por obrigação ou falhas formais de responsabilidade do município.

Desta forma, requereu o provimento dos embargos de declaração, com efeitos infringentes, de modo que seja reconhecida a legalidade do ato de aposentadoria, com o consequente registro, ou, não sendo este o entendimento, que seja determinada ao ente a regularização das inconsistências formais constatadas, sob pena de aplicação de multa ao gestor responsável e instauração de tomada de contas extraordinária para apuração de eventual responsabilidade administrativa.

Por intermédio do Despacho nº 75/25-GCSTAP (peça 78), os embargos foram recebidos para processamento.

É o relatório.

VOTO

Preliminarmente, ratifico o recebimento do recurso, pois presentes os pressupostos de admissibilidade.

No mérito, os embargos não merecem acolhimento, uma vez que não há nenhuma contradição ou omissão no acórdão atacado.

A decisão embargada reformou parcialmente o Acórdão nº 176/24-S1C (peça 40), reconhecendo que a embargante possui o tempo mínimo de serviço em condição especial para requerer sua inativação, nos termos da Súmula Vinculante nº 33 do STF.

Contudo, manteve-se a negativa de registro, haja vista a presença de outras irregularidades, em especial dos valores dos proventos informados e a ausência do ato concessório retificado que estabeleça o valor do benefício com base na média das 80% maiores remunerações (R$ 2.440,68).

Embora o ente relate que em outubro de 2022 corrigiu o valor da aposentadoria pela média (peças 19/20 e 28), em consulta aos dados disponíveis da folha de pagamento no Sistema-SIAP[1], constata-se que não houve correção nos valores dos proventos da embargante.



Assim, a presente questão não se trata de mera irregularidade formal, que eventualmente poderia ensejar outra medida saneadora em substituição à negativa de registro, uma vez que há um relevante pagamento irregular acima do valor do benefício que a embargante faria jus com as respectivas recomposições inflacionárias.

Vale ressaltar que a negativa de registro de aposentadoria não se assemelha à penalidade aplicada à embargante, como alegado, tampouco obrigaria a servidora a retornar à atividade.

Conforme o artigo 303 do Regimento Interno do TCE-PR, após cumprida a decisão de negativa de registro, a autoridade administrativa responsável poderá emitir novo ato de aposentadoria, desde que afastada a ilegalidade verificada.

Mais do que uma faculdade da administração, como faz parecer a redação daquele dispositivo, a emissão de um novo ato de aposentadoria mediante a solicitação do interessado, após a anulação do ato ilegal, é uma verdadeira obrigação legal do ente, desde que presentes os requisitos legais para a concessão do benefício.

Desse modo, a negativa de registro não implicará obrigatoriamente a necessidade de retorno da servidora à atividade, nem deve causar-lhe qualquer prejuízo além da necessária correção do valor do benefício.

Por último, não merece acolhimento o pedido subsidiário de converter o julgamento da negativa em diligência com determinação ao ente, pois já foram dadas diversas oportunidades ao município para sanar os vícios anteriormente apontados, sem nenhum êxito. Além disso, haveria o iminente risco de a futura análise deste benefício restar prejudicada, pois o prazo decadencial deste expediente se encerrará em 15/12/2025.

Ante o exposto, ausente qualquer omissão ou contradição, proponho o voto pelo conhecimento dos embargos declaratórios para, no mérito, negar-lhes provimento.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO, por unanimidade, em:

CONHECER, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, e no mérito, ausente qualquer omissão ou contradição, NEGAR PROVIMENTO aos embargos declaratórios opostos.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 17 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 13.

TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. https://luna.tce.pr.gov.br/relatorios/powerbi/producao/pessoal/SIAP%20Folha%20CPF?rs:embed=true
Acessado em 25/6/2025.

PROCESSO Nº:-260561/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA - FUNPAR
INTERESSADO:-CLAUDIO STABILE, HERALDO ALVES DAS NEVES, VINICIUS JOSE ROCHA
ADVOGADO / PROCURADOR-CAMILE CLAUDIA HEBESTREIT, DEBORA ASSUR DA SILVA, FABRICIO JOSE BABY, LUCIANE DE OLIVEIRA TESSARO, MIECIO AVILA TEZELLI, TATIANY ZANATTA SALVADOR FOGAÇA
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 1879/25 - TRIBUNAL PLENO

Prestação de Contas Anual. Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura. Exercício de 2024. Art. 16, I, da LC n.º 113/05. Regularidade das Contas.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos de Prestação de Contas Anual do Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura - FUNPAR, referente ao exercício de 2024, de responsabilidade do Sr. Heraldo Alves das Neves e do Sr. Vinicius José Rocha, Presidentes do Fundo, respectivamente, nos períodos de 01/01/2024 a 01/08/2024 e de 02/08/2024 a 31/12/2024.

Após distribuição, a 5ª Inspetoria de Controle Externo (peça 49) informou que no exercício de 2024 não foram realizadas fiscalizações no FUNPAR, que resultassem em achados encaminhados como recomendação, representação ou tomada de contas extraordinária.

Na sequência, a Coordenadoria de Gestão Estadual, atual Coordenadoria de Contas (Instrução 285/25 - CGE, peça 50), informou que o FUNPAR constou na LOA de 2024, porém ainda necessitava de regulamentação por Decreto Estadual. Como não iniciou suas atividades, não houve execução orçamentária e financeira no exercício de 2024.

Desse modo, amparada nas constatações relatadas e na regularidade dos itens analisados na instrução, a unidade técnica concluiu que a presente Prestação de Contas pode ser considerada regular.

O Ministério Público de Contas (Parecer 531/25-3PC, peça 55) opinou pela regularidade das contas do Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura, referentes ao exercício financeiro de 2024.

É o breve relato.

II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Em vista do contido nos presentes autos, em consonância com as Instruções da 5ª Inspetoria de Controle Externo, da Coordenadoria de Gestão Estadual e o Parecer do Ministério Público de Contas, proponho julgamento pela regularidade das contas.

Ante o exposto, nos termos do art. 16, I, da Lei Complementar n.º 113/2005, VOTO pela regularidade da prestação de contas do Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura - FUNPAR, referente ao exercício de 2024, de responsabilidade do Sr. Heraldo Alves das Neves e do Sr. Vinicius José Rocha, respectivamente, nos períodos de 01/01/2024 a 01/08/2024 e de 02/08/2024 a 31/12/2024.

Após o trânsito em julgado, certificado o cumprimento integral da decisão, encerrem-se os autos, nos termos do art. 398 do Regimento Interno.

É o voto.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:

I. Julgar pela regularidade da prestação de contas do Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura - FUNPAR, referente ao exercício de 2024, de responsabilidade do Sr. Heraldo Alves das Neves e do Sr. Vinicius José Rocha, respectivamente, nos períodos de 01/01/2024 a 01/08/2024 e de 02/08/2024 a 31/12/2024.

II. Após o trânsito em julgado, determinar o encerramento dos autos, nos termos do art. 398 do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI e os Conselheiros Substitutos SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA e CLÁUDIO AUGUSTO KANIA.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Sala das Sessões, 23 de julho de 2025 – Sessão Ordinária nº 26.

JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

TCEPR
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

1ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

1ªSECAM - Atas

PRIMEIRA CÂMARA
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 11,
REALIZADA NO PERÍODO ENTRE 7 E 10 DE JULHO DE 2025

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco (07/07/2025), com início ao meio-dia (12:00hs), realizou-se a Décima Primeira Sessão Ordinária Virtual da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob a Presidência do Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, com a presença dos Conselheiros JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL e MAURICIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, bem como dos Conselheiros Substitutos LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, MURYEL HEY e JOSÉ MAURICIO DE ANDRADE NETO. Participou, como representante do Ministério Público de Contas, a Procuradora KATIA REGINA PUCHASKI. A Secretaria da Sessão foi exercida pela Secretária da Primeira Câmara, Mariana Amaral Porto. Ausente o Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO, em razão de férias. O Senhor Presidente, Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, submeteu à homologação do Plenário Virtual a Ata de nº 10, referente a Sessão Virtual da Primeira Câmara, realizada entre os dias 23 e 26 de junho de 2025, a qual foi homologada. O Senhor Presidente concedeu a oportunidade para as Comunicações previstas no inciso II do art. 436 e para inclusão em pauta dos processos de que tratam o art. 429, § 4º, ambos do Regimento Interno, bem como, no artigo 10 da Resolução 77/2020, as quais foram registradas ciência, por unanimidade. Foi trazido em mesa para a inclusão na pauta de julgamento do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral o Processo de Certidão Liberatória nº: 353624/25, do Município de Xambrê.

Foi devolvido o Processo nº: 180149/24, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, pelo Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva. Foram comunicadas as prorrogações de sobrestamento dos Processos nºs: 695285/23 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 913/25 - GCILB, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 803819/23 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 914/25 - GCILB, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 333093/24 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 915/25 - GCILB, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 804068/23 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 923/25 - GCILB, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 806923/23 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 924/25 - GCILB, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, da relatoria do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 376710/24 - Revisão de Pensão, conforme Despacho nº 699/25 – GCDA, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 334502/24 - Revisão de Proventos, conforme Despacho nº 720/25 – GCDA, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 803860/23 - Revisão de Proventos, conforme Despacho nº 719/25 – GCDA, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 334545/24 - Revisão de Proventos, conforme Despacho nº 722/25 – GCDA, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 334529/24 - Revisão de Proventos, conforme Despacho nº 721/25 – GCDA, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 806834/23 - Revisão de Proventos, conforme Despacho nº 756/25 – GCDA, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 803835/23 - Revisão de Proventos, conforme Despacho nº 755/25 – GCDA, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, da relatoria do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral; 800771/23 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 1107 - GCMRMS, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, da relatoria do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 694963/23 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 62/25 – GALFSC, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 552980/23 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 81/25 – GALFSC, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, da relatoria do Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa; nº 323388/23 - Revisão de Pensão, determinada por meio do Despacho nº 64/25 - GCSMH, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 803827/23 - Revisão de Proventos, determinada por meio do Despacho nº 66/25 - GCSMH, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 333212/24 - Revisão de Proventos, determinada por meio do Despacho nº 67/25 - GCSMH, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 346578/24 - Revisão de Proventos, determinada por meio do Despacho nº 68/25 – GCSMH, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 346586/24 - Revisão de Proventos, determinada por meio do Despacho nº 69/25 - GCSMH, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 806915/23 - Revisão de Proventos, determinada por meio do Despacho nº 70/25 - GCSMH, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 804041/23 - Revisão de Proventos), determinada por meio do Despacho nº 71/25 - GCSMH, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 577614/23 - Revisão de Proventos, determinada por meio do Despacho nº 72/25 - GCSMH, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal -COAP, 553456/23 - Revisão de Proventos, determinada por meio do Despacho nº 73/25 - GCSMH, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal -COAP, da relatoria da Conselheira Substituta Muryel Hey; 694947/23 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 137/25 - GCSTBC, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 415452/23 – Ato de Inativação – conforme Despacho nº 140/25 - GCSTBC, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 334626/24 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 143/24 - GCSTBC, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 346780/24 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 144/25 - GCSTBC, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 363936/24 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 145/25 - GCSTBC, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 363901/24 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 146/25 - GCSTBC, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 334537/24 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 147/25 - GCSTBC, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 800879/23 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 148/25 - GCSTBC, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 806737/23 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 151/25 - GCSTBC, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 800860/23 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 153/25 - GCSTBC, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 694866/23 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 154/25 - GCSTBC, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 804009/23 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 155/25 - GCSTBC, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, comunicou a Conselheira Substituta Muryel Hey, em substituição ao Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro; 694890/23 - Revisão de Pensão, conforme Despacho nº 117/25 - GCSJMAN, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 553367/23 - Revisão de Proventos, conforme Despacho nº 122/25 - GCSJMAN, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 576936/23 - Revisão de Proventos, conforme Despacho nº 121/25 - GCSJMAN, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, da relatoria do Conselheiro José Maurício de Andrade Neto. Foram julgados os Processos nºs: 817348/23 (Irregularidade das contas com aplicação de multa e determinações), 258191/22 (Registro com recomendações), 741728/24 (Registro com recomendações), 380761/25 (Encerramento), 822051/24 (Deferimento), 212926/23 (Parecer prévio pela regularidade com ressalvas), 216526/24 (Parecer prévio pela irregularidade), 157523/25 (Regular), 157787/25 (Regular), 165909/25 (Regular), 171445/25 (Regular com recomendações), 173669/25 (Regular) , 178725/25 (Regular), 182110/25 (Regular) , 187147/25 (Regular), 189468/25 (Regular), da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 157569/23 (Irregularidade com multa com determinação), 370350/19 (Irregularidade das contas com recomendações e determinações), 539700/22 (Negativa de Registro), 525553/24 (Registro com recomendações), 353624/25 (Deferimento), 118001/24 (Parecer prévio pela regularidade com ressalvas), 189375/24 (Parecer prévio pela regularidade com ressalvas), 190012/24 (Parecer prévio pela regularidade com ressalvas), 194930/24 (Parecer prévio pela irregularidade com ressalvas), 210900/24 (Parecer prévio pela regularidade com ressalvas), 145959/25 (Regular), 175670/25 (Regular com recomendações), 178199/25 (Regular) , da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 46185/21 (Parcialmente Procedente a Tomada de Contas Extraordinária pela irregularidade das contas de responsabilidade Claudiney Taconi, com restituição, multa administrativa e proibição de contratação), 204692/25 (Deferimento), 120847/24 (Parecer prévio pela regularidade com ressalvas), 168238/24 (Parecer prévio pela regularidade com ressalvas), 207705/24 (Parecer prévio pela regularidade com ressalvas), 211494/24 (Parecer prévio pela regularidade com ressalvas), 225029/24 (Parecer prévio pela regularidade com ressalvas), 114646/25 (Regular), 118692/25 (Regular), 125737/25 (Regular), 148869/25 (Regular), 151797/25 (Regular), 153242/25 (Regular), 153803/25 (Regular com recomendações), 157132/25 (Regular), 159046/25 (Regular com recomendações), 163337/25 (Regular), 165615/25 (Regular), 166336/25 (Regular), 172018/25 (Regular), 175734/25 (Regular), 180894/25 (Regular), 181688/25 (Regular), 181882/25 (Regular), 183559/25 (Regular), 187996/25 (Regular), 191683/25 (Regular), 192280/25 (Regular), 193600/25 (Regular), 193821/25 (Regular), 194003/25 (Regular), 197193/25 (Regular), da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 166654/25 (Regular), da pauta do Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa; 323396/23 (Registro com recomendações e determinações), 675608/23 (Registro com aplicação de multa, recomendações e determinações), 112941/24 (Registro com recomendações), 306029/24 (Registro com determinações), 150286/25 (Encerramento), da pauta do Conselheiro Substituto Jose Mauricio de Andrade Neto. O Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral apresentou voto divergente no processo nº 212926/23, de relatoria do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, para emitir parecer prévio pela regularidade das contas com ressalvas, acompanhado pelo Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, sendo o Conselheiro Ivan Lelis Bonilha vencido no voto de irregularidade das contas com ressalvas. O processo foi redistribuído. O Conselheiro Ivan Lelis Bonilha apresentou voto divergente no processo nº 189375/24, de relatoria do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, para emitir parecer prévio pela irregularidade das contas, sendo vencido, já que o Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva acompanhou o voto do relator para emitir parecer prévio pela regularidade das contas com ressalvas. O Conselheiro Ivan Lelis Bonilha apresentou voto divergente no processo nº 210900/24, de relatoria do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, para emitir parecer prévio pela irregularidade das contas, sendo vencido, já que o Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva acompanhou o voto do relator para emitir parecer prévio pela regularidade das contas com ressalvas. O Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral apresentou voto parcialmente divergente no processo nº 46185/21, de relatoria do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, para afastamento da multa proporcional ao dano aplicada, de forma exclusiva, ao então gestor, Sr. Claudiney Taconi, acompanhando os demais termos do voto do relator, sendo acompanhado pelo Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, e vencido o Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva no item da multa proporcional ao dano. Foi concedido o pedido de vista ao Processo nº: 723300/20, da pauta do Conselheiro Substituto Jose Mauricio de Andrade Neto, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva. Mantiveram-se com vista os Processos nºs: 143618/24, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 213942/24, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 294172/25, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 580473/12, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro; 140370/25, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 212180/24, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 724032/21, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 579530/24, da pauta do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 409092/22, da pauta do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 561505/23, da pauta da Conselheira Substituta Muryel Hey, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 302724/24, da pauta da Conselheira Substituta Muryel Hey, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva. Foram adiados os Processos nºs: 180149/24 (Adiado para análise de voto divergente), da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 359151/16 (Adiado para análise de voto divergente), da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 120544/21 (Adiado aguardando proposta de voto do relator), 306126/24 (Adiado aguardando proposta de voto do relator), 330990/24 (Adiado aguardando proposta de voto do relator), da pauta do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro. Manteve-se adiado o Processo nº: 968185/14 (Adiado por devolução pós-vista), da pauta do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro. Transcorrida a fase de julgamento às quinze horas (15:00hs) do dia 10 de julho de dois mil e vinte e cinco, o Senhor Presidente encerrou a Décima Primeira Sessão Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, convocando a próxima Sessão Ordinária Virtual deste Colegiado para realização entre os dias 21 e 24 de julho de dois mil e vinte e cinco, no horário previsto na Resolução n° 77/2020. E para constar, lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Secretária da Primeira Câmara, Mariana Amaral Porto e pelo Presidente deste Colegiado, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA.**********

1ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações



Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

2ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

2ªSECAM - Atas

Sem publicações

2ªSECAM - Acórdãos

PROCESSO Nº:-186912/18
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MARIA HELENA
INTERESSADO:-ADRIANE NASCIMENTO SILVA CUSTODIO, ELIAS BEZERRA DE ARAUJO, FERNANDA PIRES VIEIRA, MARLON RANCER MARQUES, MUNICÍPIO DE MARIA HELENA
RELATOR:-CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
ACÓRDÃO Nº 1919/25 - SEGUNDA CÂMARA
Admissão de pessoal – Concurso público regido pelo edital n° 002/2014 – Registro – Determinação.
RELATÓRIO
Versa o expediente acerca da análise, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal realizados pelo Município de Maria Helena, mediante Concurso Público para provimento de emprego público para os cargos de Assistente Social, Nutricionista e Psicólogo, que irão compor a estrutura administrativa do Ente, regulamentado pelo Edital n° 002/2014, publicado em 19/02/2014.
A Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP (Instrução nº 4214/25 – COAP, peça 57) manifestou-se pela legalidade e registro dos atos de admissão deste expediente com a aposição das seguintes determinações:
a) Para que a Entidade passe a publicar o edital do certame em veículo de grande circulação, e em outros meios de grande alcance, em nome dos princípios da publicidade e amplo acesso aos cargos públicos, conforme previsto no art. 37, caput da Constituição Federal.
b) Nas próximas oportunidades, elabore termo de referência.
O Ministério Público de Contas (Parecer nº 557/25 – 6PC, peça 60) manifestou-se pela legalidade das contratações e registro das admissões ora sob análise, não se opondo à expedição das determinações ao Município, nos termos propostos pelo Setor Técnico.
FUNDAMENTAÇÃO
Inicialmente, cumpre destacar que foram cumpridos os requisitos legais para fins de registro dos atos de admissão de pessoal realizados pelo Município de Maria Helena, mediante Concurso Público para provimento de emprego público, regulamentado pelo Edital n° 002/2014, já citado. Contudo, conforme apontou o Setor Técnico, não houve comprovação de efetiva publicidade do edital em veículo de comunicação eficiente, de grande circulação na região, bem como em outros meios de comunicação de grande alcance (como a internet, rádio, etc.), desrespeitando-se, assim, os princípios da publicidade e da ampla divulgação, tendo sido verificada a publicação apenas no Diário Oficial do Município. Vale frisar que o concurso em tela foi realizado em 2014.
Oportunizado o contraditório, o Ente não apresentou resposta aos questionamentos, mas tão somente a juntada de documentos, por meio das peças 33 a 56.
Analisando os fatos e os documentos constantes dos autos, extrai-se que, apesar das falhas apontadas e do lapso temporal transcorrido, não havendo prejuízo efetivo às partes, e considerando a boa-fé dos inscritos, bem como o fato de o Ente ter cumprido os ditames do concurso público, entende-se por razoável registrar as admissões, com a aposição das determinações propostas pelo Setor Técnico, para que se proceda às adequações futuras.
Assim, tendo sido cumprido os requisitos legais e considerando os documentos acostados aos autos, bem como a observância dos pertinentes dispositivos, acompanho o entendimento exarado pelo Parquet no sentido de que deve o feito ser registrado, porém, com emissão de determinações.
Em face de todo o exposto, voto:
- Pela determinação do registro dos atos de admissão, realizado pelo Município de Maria Helena, mediante Concurso Público para provimento de emprego público, regulamentado pelo Edital n° 002/2014, com aposição de determinações, visando alcançar e corrigir futuramente as falhas aqui apontadas;
- Pela emissão de determinação para que nos próximos certames o Ente Municipal passe a publicar o edital do certame em veículo de grande circulação, e em outros meios de grande alcance, conforme previsto no art. 37, caput da CF/88, bem como sejam elaborados os devidos termos de referência que permitam aferir a qualificação técnica da instituição/empresa a ser contratada para realização de concurso/teste seletivo;
- Pela determinação, após o trânsito em julgado da decisão, da adoção das seguintes medidas:
a) encaminhamento à Coordenadoria de Medidas Executórias - CMEX para as anotações nos registros competentes, na forma da LC/PR nº 113/05 e do RITCE/PR;
b) adotadas e cumpridas todas as medidas pertinentes, com fulcro no disposto no art. 398, § 1°, do RITCE/PR, o encerramento do presente expediente e seu arquivamento junto à Diretoria de Protocolo.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade, em:
Julgar pelo registro dos atos de admissão, realizado pelo Município de Maria Helena, mediante Concurso Público para provimento de emprego público, regulamentado pelo Edital n° 002/2014, com aposição de determinações, visando alcançar e corrigir futuramente as falhas aqui apontadas.
Emitir determinação para que nos próximos certames o Ente Municipal passe a publicar o edital do certame em veículo de grande circulação, e em outros meios de grande alcance, conforme previsto no art. 37, caput da CF/88, bem como sejam elaborados os devidos termos de referência que permitam aferir a qualificação técnica da instituição/empresa a ser contratada para realização de concurso/teste seletivo.
Determinar, após o trânsito em julgado da decisão, da adoção das seguintes medidas:
a) encaminhar à Coordenadoria de Medidas Executórias - CMEX para as anotações nos registros competentes, na forma da LC/PR nº 113/05 e do RITCE/PR;
b) adotadas e cumpridas todas as medidas pertinentes, com fulcro no disposto no art. 398, § 1°, do RITCE/PR, encerrar o presente expediente e seu arquivo junto à Diretoria de Protocolo.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-213720/21
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-ADEILSON LUZ DE OLIVEIRA, ADLER BATISTA OLIVEIRA NOBRE, AFONSO MARINHO CATISTI DE ANDRADE, ANA MARIA CHALUB DE AQUINO, ANA MARIA ORTEGA FONSECA, ANDREI JOSE DE CAMPOS, CAROLINA BRAGA PAIVA, CAROLINE GAZZOLA SUBTIL DE OLIVEIRA, DAVI KASSICK FERREIRA, DEBORA NASCIMENTO SILVA FRAZAO, ERIC BORTOLETTO FONTES, FRANCIELE PEREIRA DO NASCIMENTO, GABRIEL HENRIQUE ANTONIO PAIVA LEOCADIO, GABRIELA RODRIGUES DE PAULA, GABRIELA SOUTIER FONTANELLA, GIANLUCCA DANIEL DA MATTA SILVA, GUILHERME BARROS DOMINATO, ITAMAR MAZZO SCHMITZ, JEAN RODRIGUES, JESSICA LOURENCO DE SA SANTOS, JONATHAN CASSOU DOS SANTOS, JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO, KAMILA PEREIRA MARTINS, LEONARDO DE SOUZA SANTOS, LEONARDO MUSSIN DE FREITAS, LETICIA VIANA BARATO, LIDIA MATIKO MAEJIMA, LUIS RICARDO CATTA PRETA SILVA FULGONI, LUIZA HEY TOSCANO DE OLIVEIRA, MARCIO CARNEIRO DE MESQUITA JUNIOR, MATEUS BRAGA DE CARVALHO, MILENA KELLY DE OLIVEIRA, PEDRO ERNESTO RAMOS, PEDRO HENRIQUE VALDEVITE AGOSTINHO, PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE, PHILIPPE JEUNON GOMES DA CUNHA, PRISCILA GABRIELY JORGE, TAILAN TOMIELLO COSTA, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, WILLIAM OLIVEIRA TAVEIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
ACÓRDÃO Nº 1920/25 - SEGUNDA CÂMARA
Admissão de pessoal – Concurso público regido pelo edital n° 1/2021 – Registro – Recomendação.
RELATÓRIO
Versa o expediente acerca da análise, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal realizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante Concurso

Público, para o provimento do cargo de juiz substituto, regulamentado pelo Edital n° 1/2021, publicado em 02/06/2021.
A Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP (Instrução nº 6798/25 – COAP, peça 108) manifestou-se pela legalidade e registro dos atos de admissão deste expediente com a aposição da seguinte determinação:
- Observar os prazos fixados na IN nº 142/2018, para envio da documentação referente às fases da admissão.
O Ministério Público de Contas (Parecer nº 463/25 – 2PC, peça 111) manifestou-se pela legalidade das contratações e registro das admissões ora sob análise, não se opondo à expedição de determinação ao Ente, nos termos propostos pelo Setor Técnico.
FUNDAMENTAÇÃO
Inicialmente, cumpre destacar que foram cumpridos os requisitos legais para fins de registro dos atos de admissão de pessoal realizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante Concurso Público, para o provimento do cargo de juiz substituto, regulamentado pelo Edital n° 1/2021, já citado. Contudo, conforme apontou o Setor Técnico, o encaminhamento dos dados referentes à fase 4 do processo de seleção de pessoal não respeitou o prazo de 5 dias úteis, contados da data final do prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, iniciado com a data de exercício do primeiro candidato admitido após o envio inicial da quarta fase, com início do prazo de envio em 27/09/2022, conforme determina o contido na IN nº 42/2018, pois a fase foi enviada apenas em 25/04/2025.
Oportunizado o contraditório, a douta Corte de Justiça apresentou resposta por meio da peça 107, alegando em síntese que:
"O Departamento da Magistratura, novamente, com o intuito de sanar as irregularidades apontadas, procedeu às retificações cabíveis no sistema SIAP, conforme Recibo de Petição Intermediária nº 304879/25. Em complementação às informações encaminhadas pelo Departamento da Magistratura, a Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade, por meio da Informação nº 11775686, relacionou as ações adotadas até o presente momento para mitigar os riscos no processo de trabalho que visa o fornecimento de informações ao Sistema Integrado de Atos de Pessoal – SIAP.
(...)
A colaboração entre as unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Paraná envolvidas nas atividades relacionadas ao SIAP tem sido um fator determinante para promover a eficiência e a conformidade desse processo. Por meio da instituição de mecanismos de controle, como a criação de equipe própria, estabelecimento de tarefas, reuniões periódicas e a implementação de um normativo próprio, o Tribunal de Justiça busca garantir o correto e tempestivo cumprimento de suas obrigações (accountability) perante os órgãos de controle."
Ressalte-se que todas essas ações foram adotadas em período posterior ao descumprimento do prazo para envio das admissões apontado na Instrução nº 2243/2025, o que indica que, desde então, este Tribunal de Justiça instituiu mecanismos sólidos de controle, que buscam garantir que os prazos da Instrução Normativa nº 142/2018 sejam rigorosamente observados em todos os processos de admissão de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
Destaque-se, por fim, que a excepcional intempestividade no encaminhamento dos dados não representou qualquer prejuízo à transparência ou lesão a interesse público, vez que não foram verificadas irregularidades nos dados apresentados, o que demonstra que o TJPR vem atuando de forma diligente desde a instauração do concurso até a admissão dos aprovados".
Analisando os fatos e os documentos presentes nos autos, extrai-se que o atraso no encaminhamento dos dados é capaz de provocar prejuízos tanto ao processo quanto ao erário, pois pode vir a impedir que esta Corte analise e faça os apontamentos em tempo de o jurisdicionado corrigir os equívocos e evitar a anulação de certames. Entretanto, seguindo o entendimento consolidado desta Corte, mostra-se salutar a emissão de recomendação ao Ente para que, nos próximos certames, se atente aos prazos, devendo enviar as informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal em tempo, cumprindo, assim, a IN nº 142/2018.
Assim, tendo sido cumprido os requisitos legais e considerando os documentos acostados aos autos, bem como a observância dos pertinentes dispositivos, acompanho o entendimento exarado pelo Parquet no sentido de que deve o feito ser registrado, porém, com emissão de recomendação.
Em face de todo o exposto, voto:
- Pelo registro dos atos de admissão realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante Concurso Público, regulamentado pelo Edital n° 1/2021, com aposição de recomendação, visando corrigir futuramente a falha aqui apontada;
- Pela expedição de recomendação ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para que nos próximos certames se atente aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na IN nº 142/2018;
- Pela determinação para que, após o trânsito em julgado da decisão, as seguintes medidas sejam adotadas:
a) Encaminhamento à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as anotações nos registros competentes, bem como à Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, na forma da LC/PR 113/05 e do RITCE/PR;
b) adotadas e cumpridas todas as medidas pertinentes, com fulcro no disposto no art. 398, § 1°, do RITCE/PR, seja dado o encerramento do presente expediente e seu arquivamento junto à Diretoria de Protocolo.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade, em:
Julgar pelo registro dos atos de admissão realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante Concurso Público, regulamentado pelo Edital n° 1/2021, com aposição de recomendação, visando corrigir futuramente a falha aqui apontada.
Expedir recomendação ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para que nos próximos certames se atente aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na IN nº 142/2018.
Determinar para que, após o trânsito em julgado da decisão, as seguintes medidas sejam adotadas:
a) Encaminhar à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as anotações nos registros competentes, bem como à Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, na forma da LC/PR 113/05 e do RITCE/PR;
b) adotadas e cumpridas todas as medidas pertinentes, com fulcro no disposto no art. 398, § 1°, do RITCE/PR, encerrar o presente expediente e seu arquivo junto à Diretoria de Protocolo.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-285676/25
ASSUNTO:-PROCESSO DE SERVIDOR DO TRIBUNAL
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-ELIANE MARIA COMPARIM SANTOS, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, PARANAPREVIDÊNCIA
RELATOR:-CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
ACÓRDÃO Nº 1922/25 - SEGUNDA CÂMARA
Requerimento Interno – Processo de servidor – Abono de permanência – Deferimento.
RELATÓRIO
Versa o expediente sobre requerimento formulado pela Auditora de Controle Externo Eliane Maria Comparim Santos, matrícula nº 511161, por meio do qual solicita o abono de permanência, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, conforme previsto no art. 5º, da EC nº 45/2019.
Encaminhado à Diretoria de Gestão de Pessoas (Instrução nº 15/25, peça 05), esta concluiu que a servidora preencheu todos os requisitos necessários ao abono de permanência a partir de 03/05/2025 em observância ao previsto no art. 5º, da EC nº 45/2019.
A Diretoria Jurídica (Parecer 125/25, peça 06) opina pelo deferimento do pedido, considerando que foram cumpridos os requisitos legais.
O Ministério Público de Contas (Parecer 200/25 - PGC, peça 17) manifesta-se pelo deferimento do pedido, considerando os fundamentos já expostos na instrução, não se opondo à concessão do abono de permanência em favor da servidora requerente.
FUNDAMENTAÇÃO
Em análise ao feito, verifica-se que estão presentes os requisitos legais previstos art. 40, § 19, da CF/88 e no art. 5º, da EC nº 45/2019, estando, assim, o requerimento em condições de deferimento, corroborando os posicionamentos exarados pela Diretoria Jurídica e pelo Ministério Público de Contas, com a finalidade de conceder o abono de permanência à servidora Eliane Maria Comparim Santos.
Em face de todo o exposto, voto:
- Pelo deferimento do pedido da servidora Eliane Maria Comparim Santos, com o fim de conceder o abono de permanência pleiteado, nos termos do art. 40, § 19, da CF/88 e no art. 5º, da EC nº 45/2019, a partir de 03 de maio do corrente;
- Pelo encaminhamento do feito à Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP, para as anotações competentes e, posteriormente, pelo encerramento, após o trânsito em julgado da decisão.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade, em:
Deferir o pedido da servidora Eliane Maria Comparim Santos, com o fim de conceder o abono de permanência pleiteado, nos termos do art. 40, § 19, da CF/88 e no art. 5º, da EC nº 45/2019, a partir de 03 de maio do corrente.
Encaminhar o feito à Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP, para as anotações competentes e, posteriormente, encerrar, após o trânsito em julgado da decisão.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-87912/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE VERÊ
INTERESSADO:-ANGELO ANTONIO BALDISSERA, SUELI TERESINHA CECAGNO STANGUERLIN
RELATOR:-CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
ACÓRDÃO Nº 1923/25 - SEGUNDA CÂMARA
Prestação de contas de Presidente de Câmara Municipal – Contas regulares.
1. RELATÓRIO
Versa o presente expediente acerca da prestação de contas do Sr. Angelo Antonio Baldissera como Presidente da Câmara de Verê no exercício de 2024.
Em primeira análise, a Coordenadoria de Contas (Instrução 55/25 – Peça 07) opinou pela regularidade das contas.
O Ministério Público de Contas (Parecer 413/25-2PC – Peça 09) acolheu integralmente o posicionamento da Unidade Técnica.
2. FUNDAMENTAÇÃO
Considerando os documentos acostados aos autos e os pertinentes dispositivos legais, endosso o entendimento esposado pela Coordenadoria de Contas, bem como pelo Parquet, e voto:
- pela regularidade das contas do Sr. Angelo Antonio Baldissera como Presidente da Câmara de Verê, no exercício de 2024, com base no disposto no art. 16, I, da LC/PR 113/05;
- pelo encerramento do Processo, após o trânsito em julgado da decisão.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade, em:
Julgar pela regularidade das contas do Sr. Angelo Antonio Baldissera como Presidente da Câmara de Verê, no exercício de 2024, com base no disposto no art.

16, I, da LC/PR 113/05.
Encerrar o Processo, após o trânsito em julgado da decisão.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-172697/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES
INTERESSADO:-ADILSON JOSE KULAKOWSKI, JOSE CARLOS CORREA LEAO (FALECIDO(A) EM 2024)
RELATOR:-CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
ACÓRDÃO Nº 1924/25 - SEGUNDA CÂMARA
Prestação de contas de Presidente de Câmara Municipal – Contas regulares – Recomendação.
1. RELATÓRIO
Versa o presente expediente acerca da prestação de contas do Sr. Adilson José Kulakowski como Presidente da Câmara de Coronel Domingos Soares no exercício de 2024.
Em primeira análise, a Coordenadoria de Contas (Instrução 216/25 – Peça 07) opinou pela regularidade das contas.
O Ministério Público de Contas inicialmente opinou pela realização de diligência para apresentação de comprovantes de que a Controladoria Interna da Câmara vem participando de cursos de capacitação/atualização nos últimos 60 meses (Parecer 580/25-6PC – Peça 08). Havendo a diligência sido indeferida (por ausência de potencial para alterar a conclusão quanto ao mérito da prestação de contas – v. Despacho 945/25 – Peça 09), o Parquet opinou pela aprovação das contas (Parecer 588/25-6PC – Peça 10).
2. FUNDAMENTAÇÃO
Com base na ausência de comprovação de participação da Controladora Interna da Câmara em cursos de capacitação ou atualização nos últimos 60 meses, conforme apontado pelo Ministério Público de Contas no Parecer 580/25-6PC, e considerando a relevância do tema para o aprimoramento da atividade de controle interno, é possível a expedição de recomendação à Câmara para que incentive a capacitação dos servidores incumbidos de tal mister. Tal iniciativa contribui para o fortalecimento institucional e para a melhoria da qualidade dos trabalhos desenvolvidos pela Controladoria.
Considerando os documentos acostados aos autos e os pertinentes dispositivos legais, endosso o entendimento esposado pela Coordenadoria de Contas, bem como pelo Parquet, e voto:
- pela regularidade das contas do Sr. Adilson José Kulakowski como Presidente da Câmara de Coronel Domingos Soares, no exercício de 2024, com base no disposto no art. 16, I, da LC/PR 113/05;
- pela expedição de recomendação à Câmara para que incentive a capacitação dos servidores incumbidos dos trabalhos de Controle Interno;
- pelo encerramento do Processo, após o trânsito em julgado da decisão.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade, em:
I. Julgar pela regularidade das contas do Sr. Adilson José Kulakowski como Presidente da Câmara de Coronel Domingos Soares, no exercício de 2024, com base no disposto no art. 16, I, da LC/PR 113/05;
II. expedir recomendação à Câmara para que incentive a capacitação dos servidores incumbidos dos trabalhos de Controle Interno;
III. encerrar o Processo, após o trânsito em julgado da decisão.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-172727/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE
INTERESSADO:-CRISTIANO RODRIGO WEBER, NEIMAR JOSÉ KRONE
ADVOGADO / PROCURADOR:-VILSON JOSE MALDANER
RELATOR:-CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
ACÓRDÃO Nº 1925/25 - SEGUNDA CÂMARA
Prestação de contas de Presidente de Câmara Municipal – Contas regulares.
1. RELATÓRIO
Versa o presente expediente acerca da prestação de contas do Sr. Neimar José Krone como Presidente da Câmara de Entre Rios do Oeste no exercício de 2024.
Em primeira análise, a Coordenadoria de Contas (Instrução 173/25 – Peça 07) opinou pela regularidade das contas.
O Ministério Público de Contas (Parecer 524/25-5PC – Peça 08) acolheu integralmente o posicionamento da Unidade Técnica.
2. FUNDAMENTAÇÃO
Considerando os documentos acostados aos autos e os pertinentes dispositivos legais, endosso o entendimento esposado pela Coordenadoria de Contas, bem como pelo Parquet, e voto:
- pela regularidade das contas do Sr. Neimar José Krone como Presidente da Câmara de Entre Rios do Oeste, no exercício de 2024, com base no disposto no art. 16, I, da LC/PR 113/05;
- pelo encerramento do Processo, após o trânsito em julgado da decisão.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade, em:
I - Julgar pela regularidade das contas do Sr. Neimar José Krone como Presidente da Câmara de Entre Rios do Oeste, no exercício de 2024, com base no disposto no art. 16, I, da LC/PR 113/05;
II - determinar o encerramento do Processo, após o trânsito em julgado da decisão.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-186400/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
INTERESSADO:-TIAGO VARIZA
RELATOR:-CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
ACÓRDÃO Nº 1926/25 - SEGUNDA CÂMARA
Prestação de contas de Presidente de Câmara Municipal – Contas regulares.
1. RELATÓRIO
Versa o presente expediente acerca da prestação de contas do Sr. Tiago Variza como Presidente da Câmara de Santa Maria do Oeste no exercício de 2024.
Em primeira análise, a Coordenadoria de Contas (Instrução 1502/25 – Peça 06) opinou pela regularidade das contas.
O Ministério Público de Contas (Parecer 546/25-3PC – Peça 08) acolheu integralmente o posicionamento da Unidade Técnica.
2. FUNDAMENTAÇÃO
Considerando os documentos acostados aos autos e os pertinentes dispositivos legais, endosso o entendimento esposado pela Coordenadoria de Contas, bem como pelo Parquet, e voto:
- pela regularidade das contas do Sr. Tiago Variza como Presidente da Câmara de Santa Maria do Oeste, no exercício de 2024, com base no disposto no art. 16, I, da LC/PR 113/05;
- pelo encerramento do Processo, após o trânsito em julgado da decisão.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade, em:
I - Julgar pela regularidade das contas do Sr. Tiago Variza como Presidente da Câmara de Santa Maria do Oeste, no exercício de 2024, com base no disposto no art. 16, I, da LC/PR 113/05;
II - determinar o encerramento do Processo, após o trânsito em julgado da decisão.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-196057/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO
INTERESSADO:-ELIZEU DE ALMEIDA, VALDIR ALVES DE OLIVEIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
ACÓRDÃO Nº 1927/25 - SEGUNDA CÂMARA
Prestação de contas de Presidente de Câmara Municipal – Contas regulares.
1. RELATÓRIO
Versa o presente expediente acerca da prestação de contas do Sr. Valdir Alves de Oliveira como Presidente da Câmara de Quarto Centenário no exercício de 2024.
Em primeira análise, a Coordenadoria de Contas (Instrução 233/25 – Peça 06) opinou pela regularidade das contas.
O Ministério Público de Contas (Parecer 467/25-2PC – Peça 07) acolheu integralmente o posicionamento da Unidade Técnica.
2. FUNDAMENTAÇÃO
Considerando os documentos acostados aos autos e os pertinentes dispositivos legais, endosso o entendimento esposado pela Coordenadoria de Contas, bem como pelo Parquet, e voto:
- pela regularidade das contas do Sr. Valdir Alves de Oliveira como Presidente da Câmara de Quarto Centenário, no exercício de 2024, com base no disposto no art. 16, I, da LC/PR 113/05;
- pelo encerramento do Processo, após o trânsito em julgado da decisão.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade, em:
I - Julgar pela regularidade das contas do Sr. Valdir Alves de Oliveira como Presidente da Câmara de Quarto Centenário, no exercício de 2024, com base no disposto no art. 16, I, da LC/PR 113/05;
II - determinar o encerramento do Processo, após o trânsito em julgado da decisão.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-154443/25
ASSUNTO:-CERTIDÃO LIBERATÓRIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE GUARATUBA

INTERESSADO:-MAURICIO LENSE, MUNICÍPIO DE GUARATUBA
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 1929/25 - SEGUNDA CÂMARA

Certidão Liberatória. Município de Guaratuba. Possibilidade de concessão excepcional. Pendências no cumprimento da Agenda de Obrigações e no envio das cópias das certidões de inscrição em dívida ativa. Princípio da proporcionalidade e da razoabilidade. Deferimento.

I. RELATÓRIO

Trata-se de pedido de Certidão Liberatória formulado pelo Município de Guaratuba, os quais retornaram para deliberação quanto ao mérito, após a conversão do feito em diligência, nos termos do Acórdão n.º 1181/25 – Pleno (peça 33), motivo pelo qual o feito foi redistribuído a este Relator, conforme Termo de Redistribuição n.º 16/25 (peça 32).

Instado, o Município de Guaratuba apresentou manifestação (peça 36) realçando que adotou as providências que estavam ao seu alcance para sanar as pendências do Município diante deste Tribunal de Contas.

A Coordenadoria de Contas, nos termos da Instrução n.º 337/25 (peça 45), opinou pelo indeferimento do pleito, em razão da: "pendência no cumprimento da Agenda de Obrigações, situação que impede a emissão da Certidão, nos termos do art. 289, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal, e IN 68/12-TCE-PR." (peça 45, fl. 06).

Na sequência, Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, Instrução n.º 2615/25 (peça 46), informou que o ente não apresenta pendências relativas à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, encontrando-se, portanto, apta à emissão da Certidão Liberatória pleiteada.

Ato contínuo, a Coordenadoria de Medidas Executórias, Informação n.º 3919/25 (peça 47), destacou 06 (seis) pendências registradas na unidade, no entanto, manifestou-se pelo indeferimento da certidão apenas em razão da "constatada omissão quanto ao envio das cópias das certidões de inscrição em dívida ativa, pendências estas dispostas no Processo n. 153509/15" (peça 50, fls. 04/05).

Por fim, o Ministério Público de Contas, Parecer n.º 588/25 – 1PC (peça 49), opinou pelo indeferimento, considerando as razões apresentadas pela Coordenadoria de Medidas Executórias.

Nos termos do Despacho n.º 785/25 – GCFSC (peça 50), considerei que a manifestação do Município (peça 36) esclareceu a restrição à emissão da certidão pleiteada — relacionada às pendências no cumprimento da Agenda de Obrigações, conforme informado pela Coordenadoria de Contas (peça 45) —, permanecendo pendente apenas o esclarecimento quanto à restrição relativa à ausência de envio das cópias das certidões de inscrição em dívida ativa referentes ao processo n.º 153509/15, conforme apontado pela Coordenadoria de Medidas Executórias. Diante disso, determinei nova intimação do Município de Guaratuba a fim de que comprovasse o cumprimento da referida pendência nos autos mencionada, mediante a juntada das informações e documentos solicitados, nos termos das Informações n.º 3919/25 (peça 47) e n.º 3950/25 (peça 186 dos autos n.º 153509/15), ambas emitidas pela Coordenadoria de Medidas Executórias.

Em nova manifestação (peça 54), o Município destacou que "o acolhimento da diligência e o registro do novo prazo excluiu as três pendências do Município em relação ao cumprimento de Decisões dessa Egrégia Corte" (peça 54, fl. 02), resultando, assim, na certificação de que o ente "não possui pendências nesta data", conforme se depreende do documento constante na peça 55. Nesse contexto, a municipalidade sustenta que, em atendimento ao Despacho n.º 785/25 – GCFSC, restou comprovado o cumprimento da diligência requisitada pela unidade técnica no âmbito do processo n.º 153509/15, com a consequente baixa do nome do Município da lista de pendências, encontrando-se, portanto, o Ente Federativo em dia com o cumprimento das decisões deste Tribunal.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Conforme já venho me posicionando em casos semelhantes relatados neste Tribunal[1], entendo que os motivos indicados pelas unidades técnicas e pelo Órgão Ministerial para impedir que o Município de Guaratuba obtenha a certidão liberatória mostram-se insuficientes.

Constata-se, da análise dos autos, que a Coordenadoria de Contas, por meio da Instrução n.º 337/25 (peça 45), manifestou-se pelo indeferimento da certidão, com base em pendências na Agenda de Obrigações do SIM-AM.

Contudo, conforme explicado pelo Poder Público de Guaratuba, tais pendências decorrem de obstáculos materiais e estruturais — necessidade de substituição de empresa para adequação do sistema, visto que a municipalidade teve que "rescindir o contrato administrativo celebrado com a pessoa jurídica causadora dos referidos problemas técnicos e a contratação de nova empresa para adequação do SIM AM, sendo inclusive requisitada a priorização da alimentação do referido sistema, com a formação de cronograma para resolução" (peça 36, fl. 02) —, estando em curso esforços efetivos de regularização por parte da municipalidade, o que é comprovado ao se comparar o cronograma constante da peça 36 (fl. 3) com as pendências remanescentes indicadas pela Coordenadoria de Contas.

Ademais, a Coordenadoria de Medidas Executórias, Informação n.º 3919/25 (peça 47), opinou pelo indeferimento da certidão pleiteada, em razão das pendências nos autos de n.º 153509/15, especificamente a ausência de envio das cópias das certidões de inscrição em dívida ativa referentes ao referido processo. No entanto, a municipalidade apresentou documentação comprobatória visando demonstrar o cumprimento da obrigação; para tanto, foi anexado documento datado de 16 de julho de 2025, constante na peça 55, no qual consta que a entidade "não possui pendências nesta data", o que atesta o comprometimento do Município em regularizar suas pendências diante deste Tribunal.

Nesse sentindo, observo que o ente está diligenciando as medidas necessárias para atender as demandas referentes aos processos em aberto no âmbito desta Corte, bem como apresentou esclarecimentos e justificativas acerca das medidas corretivas adotadas para sanar as pendências.

Dessa forma, trata-se de mero impedimento de natureza formal, cuja resolução é iminente, não se justificando, sob o aspecto substancial, a negativa do documento ora pleiteado.

A jurisprudência deste Tribunal tem reiteradamente reconhecido a possibilidade de concessão excepcional da certidão liberatória, com fundamento no art. 296, § 1º, do Regimento Interno, desde que demonstrados esforços concretos para a regularização e a ausência de dolo ou má-fé por parte do gestor, circunstâncias que restam evidenciadas no caso em tela.

Acrescente-se que, em atenção à supremacia do interesse público, a negativa da certidão importaria em severos prejuízos à coletividade local, em razão da suspensão de transferências voluntárias. Além disso, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), em seu art. 20, preceitua que "Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem considerar as consequências práticas da decisão", sendo vedado ao intérprete desprezar os efeitos concretos da decisão sobre o interesse público primário.

Dessa maneira, ressalto o perigo de dano reverso, uma vez que o indeferimento da certidão poderia acarretar a interrupção de políticas públicas essenciais e de serviços básicos. Isso porque a impossibilidade de emissão da Certidão Liberatória impede o ente municipal de firmar convênios e acessar recursos públicos de alta relevância, o que resultaria em prejuízo significativo à população local.

Por fim, relembro que a função precípua desta Corte é o controle orientador, colaborativo e pedagógico, não se coadunando com decisões de natureza punitiva quando ausente má-fé ou omissão dolosa do gestor, em especial diante do cumprimento substancial das exigências legais e do atendimento das obrigações.

Sendo assim, e considerando que as manifestações da municipalidade foram capazes de elucidar os fatos (peças 36 e 54), entendo pelo deferimento do pedido, com fundamento nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

III. VOTO

Ante o exposto, VOTO pelo DEFERIMENTO do pedido, para que seja expedida a Certidão Liberatória ao MUNICÍPIO DE GUARATUBA, com o prazo de validade estabelecido pelo art. 1º da Lei Estadual n.º 16.987/2011[2].

Com a publicação do respectivo Acórdão, encaminhem-se os autos à Diretoria-Geral para fins do art. 297, § 4º, do Regimento Interno[3].

Após a emissão da certidão, à Secretaria para controle do prazo de trânsito em julgado.

Com o trânsito em julgado da decisão, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Contas para ciência.

Por fim, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo e arquivamento, com fundamento no art. 398, § 1º, e art. 168, VII, do Regimento Interno[4].

4. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

"Apesar de concordar com a conclusão do voto do Relator, pelo deferimento do pedido de emissão de certidão liberatória, dissinto da fundamentação do voto.

Com as devidas vênias, considero que a proteção ao interesse público também justifica, em determinadas situações, o indeferimento da certidão quando evidenciada a omissão do ente no cumprimento de suas obrigações legais. Ademais, a alegação de eventual interrupção de políticas públicas essenciais, conquanto relevante, apresenta-se de forma genérica, sem a devida identificação de áreas específicas que poderiam ser afetadas.

No que tange às pendências apontadas pela Coordenadoria de Contas, relacionadas aos atrasos no encaminhamento dos módulos do SIM-AM, há de se reconhecer que se tratar de questão de resolução complexa e gradual. Ademais, restou comprovada a adoção de medidas concretas e eficazes por parte da Administração, com o envio de diversos módulos nos últimos meses, o que resultou na expressiva redução do número de pendências mensais.

Diante da demonstração de que a situação vem sendo progressivamente regularizada, ainda que sua plena normalização demande algum tempo adicional, entendo que a conduta diligente da Administração deve ser valorada, afastando-se, assim, o apontamento como óbice à emissão da certidão.

Quanto aos impedimentos indicados pela Coordenadoria de Medidas Executórias, verifico que, na presente data (23 de julho), encontram-se devidamente baixados.

Dessa forma, ainda que por fundamentos diversos, acompanho o voto do Relator pelo deferimento do pedido".

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:

DEFERIR o pedido, para que seja expedida a Certidão Liberatória ao MUNICÍPIO DE GUARATUBA, com o prazo de validade estabelecido pelo art. 1º da Lei Estadual n.º 16.987/2011.

Com a publicação do respectivo Acórdão, encaminhar os autos à Diretoria-Geral para fins do art. 297, § 4º, do Regimento Interno.

Após a emissão da certidão, à Secretaria para controle do prazo de trânsito em julgado.

Com o trânsito em julgado da decisão, encaminhar os autos à Coordenadoria de Contas para ciência.

Por fim, encaminhar os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo e arquivamento, com fundamento no art. 398, § 1º, e art. 168, VII, do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.

Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

---

1. Certidão Liberatória dos autos n.º 111074/24.

2. Art. 1°. A certidão que atesta o cumprimento das condições previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso IV, do parágrafo 1º do artigo 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, com as alterações da Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009, terá validade e eficácia de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua emissão.

3. Art. 297. Na hipótese de não emissão da certidão liberatória pelo sistema informatizado, o interessado poderá pleiteá-la mediante requerimento devidamente protocolado, que será autuado, distribuído a Relator e após a sua instrução, submetido ao órgão julgador competente, observando, se for o caso, o disposto no art. 429, § 4º, V.

§ 4º Deferida a certidão liberatória pelo órgão colegiado ou por decisão definitiva monocrática, ela será disponibilizada eletronicamente ao requerente no portal do Tribunal de Contas na internet, após a emissão da decisão assinada no respectivo processo.

4. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.

§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.

Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo:
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio.

PROCESSO Nº:-119176/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZMALTINA
INTERESSADO:-CELSO AUGUSTO MACIEL, RICARDO VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO / PROCURADOR:-JEFERSON RIBEIRO
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 1930/25 - SEGUNDA CÂMARA

Prestação de Contas Anual. CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZMALTINA. Exercício financeiro de 2024. CGM pela regularidade. MPC pela regularidade com determinação. Voto pela REGULARIDADE das contas com DETERMINAÇÃO.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de Cruzmaltina, referente ao exercício financeiro de 2024, da responsabilidade de Ricardo Vieira da Silva, Presidente da Câmara Municipal no período de 01/01/2024 a 31/12/2024.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n.º 1062/25-CGM (peça 7), após análise da documentação apresentada, manifestou-se pela regularidade das contas.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas juntou aos autos o Parecer n.º 361/25-6PC (peça 8) corroborando o opinativo apresentado pela unidade técnica, pela regularidade das contas, contudo, com a expedição da seguinte 6determinação à Câmara Municipal de Cruzmaltina: "publique, no seu Portal da Transparência, o relatório completo do controle interno ao final de cada exercício financeiro." (peça 8, fl. 1)

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, observo que a constituição do processo da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de Cruzmaltina atendeu ao disposto na Instrução Normativa n.º 189/2024[1].

Ademais, consoante relatado, a Coordenadoria de Gestão Municipal emitiu opinativo técnico pela regularidade das contas, cuja análise esteve cingida nos assuntos e escopo previstos para o exercício de 2024, nos termos da Instrução supracitada, assim como o Ministério Público de Contas em seu Parecer opinando pela regularidade das contas com determinação.

De modo que, entendo pela regularidade das contas em análise com expedição de determinação. Explico.

A obrigatoriedade de disponibilização pública dos relatórios do controle interno pelos órgãos legislativos municipais decorre diretamente da incidência de normas constitucionais e legais que impõem à Administração Pública o dever de assegurar a transparência ativa de seus atos, dados e documentos, especialmente aqueles relacionados à gestão de recursos públicos.

A Constituição da República, ao prever os princípios da publicidade e da transparência administrativa (art. 5º, inciso XIV; art. 37, caput; e art. 163-A[2]), estabelece um mandamento de eficácia plena e aplicabilidade imediata, impondo às entidades públicas a obrigatoriedade de promover, em meio eletrônico de amplo acesso, a divulgação de informações contábeis, fiscais e orçamentárias. Tais informações devem ser completas, comparáveis, rastreáveis e atualizadas.

Por essa razão, entendo que a ausência de norma infralegal específica não tem o condão de afastar esse dever.

No âmbito fiscal, a Lei Complementar n.º 101/2000 também privilegia a transparência e publicidade de atos, dados e documentos, nos termos do art. 48 da Lei[3], adicionalmente, a Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) consolida esse dever ao estipular que é obrigação do Estado divulgar ativamente informações de interesse coletivo, inclusive por meio de sítios oficiais na internet, com linguagem acessível e atualizada.[4] Os relatórios de controle interno, por sua natureza e conteúdo, integram o rol de documentos de interesse coletivo e fiscalizatório, sendo instrumentos fundamentais para o controle social e a responsabilização da gestão pública.

Por fim, como a omissão na publicação de relatório de controle interno compromete a transparência e não cumpre preceitos constitucionais e legais, mostra-se necessário que este Tribunal determine ação corretiva em face da Câmara Municipal. Ou seja, a determinação de publicação desses documentos nos portais da transparência não constitui inovação normativa, mas simples exigência de cumprimento das normas constitucionais e legais vigentes.

III. VOTO

Ante o exposto, com fundamento no artigo 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005[5], VOTO pela REGULARIDADE das contas do Poder Legislativo do Município de Cruzmaltina, referente ao exercício financeiro de 2024, da responsabilidade de Ricardo Vieira da Silva, com a expedição da seguinte DETERMINAÇÃO:

(i) para que a Câmara Municipal de Cruzmaltina publique, ao final de cada exercício financeiro, no seu no Portal da Transparência, o relatório completo do controle interno.

Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias – CMEX, para as providências cabíveis.

Transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[6], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[7].

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:

Julgar pela REGULARIDADE das contas do Poder Legislativo do Município de Cruzmaltina, referente ao exercício financeiro de 2024, da responsabilidade de Ricardo Vieira da Silva, com a expedição da seguinte DETERMINAÇÃO:

(i) para que a Câmara Municipal de Cruzmaltina publique, ao final de cada exercício financeiro, no seu no Portal da Transparência, o relatório completo do controle interno.

Encaminhar os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias – CMEX, para as providências cabíveis.

Transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno, determinar o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.

Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. *Ementa: Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2024, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, e dá outras providências. <https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/TramiteWeb/Assinatura/GetPdf?idE cmArquivo=9-zlyuyi1aebfdli6a>*

2. *Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*
[...]
XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]
Art. 163-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público

3. *Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.*
§ 1o A transparência será assegurada também mediante:
[...]
II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e
[...]

4. *Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.*
Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:
I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
[...]
§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).
§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:
[...]
VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

5. *Art. 16. As contas serão julgadas:*
I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;

6. *Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)*
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

7. *Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)*
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO Nº:-197410/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
INTERESSADO:-ELCIO JOSUE COLACO, ODAIR PEREIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 1941/25 - SEGUNDA CÂMARA

Prestação de Contas Anual. CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO. Exercício financeiro de 2024. CGM pela regularidade. MPC pela regularidade com determinação. Voto pela REGULARIDADE das contas com DETERMINAÇÃO.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de Rio Negro, referente ao exercício financeiro de 2024, da responsabilidade de Elcio Josué Colaço, Presidente da Câmara Municipal no período de 01/01/2024 a 31/12/2024.

A Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM, por meio da Instrução n.º 1459/25-CGM (peça 6), após análise da documentação apresentada, manifestou-se pela regularidade das contas.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas juntou aos autos o Parecer n.º 499/25-7PC (peça 7) corroborando o opinativo apresentado pela unidade técnica, pela regularidade das contas, contudo, com a expedição da seguinte determinação à Câmara Municipal de Rio Negro: "ao final de cada exercício, divulgue, em seu Portal da Transparência, o competente Relatório de Controle Interno Anual abrangendo todas as ações empreendidas e áreas objeto de acompanhamento, detalhando a formação acadêmica do respectivo Controlador, para o ulterior fim de oportunizar aos cidadãos e a este órgão de controle externo o amplo acesso às informações relativas à conformidade, eficiência e legalidade da gestão administrativa e financeira." (peça 7, fl. 1)

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, observo que a constituição do processo da prestação de contas anual do Poder Legislativo do Município de Rio Negro atendeu ao disposto na Instrução Normativa n.º 189/2024[1].
Ademais, consoante relatado, a Coordenadoria de Gestão Municipal emitiu opinativo técnico pela regularidade das contas, cuja análise esteve cingida nos assuntos e escopo previstos para o exercício de 2024, nos termos da Instrução supracitada, assim como o Ministério Público de Contas em seu Parecer opinando pela regularidade das contas com determinação.
De modo que, entendo pela regularidade das contas em análise com expedição de determinação. Explico.
A obrigatoriedade de disponibilização pública dos relatórios do controle interno pelos órgãos legislativos municipais decorre diretamente da incidência de normas constitucionais e legais que impõem à Administração Pública o dever de assegurar a transparência ativa de seus atos, dados e documentos, especialmente aqueles relacionados à gestão de recursos públicos.
A Constituição da República, ao prever os princípios da publicidade e da transparência administrativa (art. 5º, inciso XIV; art. 37, caput; e art. 163-A[2]), estabelece um mandamento de eficácia plena e aplicabilidade imediata, impondo às entidades públicas a obrigatoriedade de promover, em meio eletrônico de amplo acesso, a divulgação de informações contábeis, fiscais e orçamentárias. Tais informações devem ser completas, comparáveis, rastreáveis e atualizadas.
Por essa razão, entendo que a ausência de norma infralegal específica não tem o condão de afastar esse dever.
No âmbito fiscal, a Lei Complementar n.º 101/2000 também privilegia a transparência e publicidade de atos, dados e documentos, nos termos do art. 48 da Lei[3], adicionalmente, a Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) consolida esse dever ao estipular que é obrigação do Estado divulgar ativamente informações de interesse coletivo, inclusive por meio de sítios oficiais na internet, com linguagem acessível e atualizada.[4] Os relatórios de controle interno, por sua natureza e conteúdo, integram o rol de documentos de interesse coletivo e fiscalizatório, sendo instrumentos fundamentais para o controle social e a responsabilização da gestão pública.
Por fim, como a omissão na publicação de relatório de controle interno compromete a transparência e não cumpre preceitos constitucionais e legais, mostra-se necessário que este Tribunal determine ação corretiva em face da Câmara Municipal. Ou seja, a determinação de publicação desses documentos nos portais da transparência não constitui inovação normativa, mas simples exigência de cumprimento das normas constitucionais e legais vigentes.
III. VOTO
Ante o exposto, com fundamento no artigo 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005[5], VOTO pela REGULARIDADE das contas do Poder Legislativo do Município de Rio Negro, referente ao exercício financeiro de 2024, da responsabilidade de Elcio Josué Colaço, com a expedição da seguinte DETERMINAÇÃO:
(i) para que a Câmara Municipal de Rio Negro publique, ao final de cada exercício financeiro, no seu no Portal da Transparência, o relatório completo do controle interno.
Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias – CMEX, para as providências cabíveis.
Transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[6], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[7].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
Julgar pela REGULARIDADE das contas do Poder Legislativo do Município de Rio Negro, referente ao exercício financeiro de 2024, da responsabilidade de Elcio Josué Colaço, com a expedição da seguinte DETERMINAÇÃO:
(i) para que a Câmara Municipal de Rio Negro publique, ao final de cada exercício financeiro, no seu no Portal da Transparência, o relatório completo do controle interno.
Encaminhar os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias – CMEX, para as providências cabíveis.
Transitada em julgado a decisão, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno, determinar o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. Ementa: Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2024, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, e dá outras providências. <https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/TramiteWeb/Assinatura/GetPdf?idE cmArquivo=9-zlyuyi1aebfdli6a>
__2__. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
[...]
XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]
Art. 163-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público
__3__. Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
§ 1o A transparência será assegurada também mediante:
[...]
II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e
[...]
__4__. Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:
I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
[...]
§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).
§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:
[...]
VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
__5__. Art. 16. As contas serão julgadas:
I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;
__6__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
__7__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO Nº:-149822/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE PEABIRU
INTERESSADO:-IRINEU MANFRIN, LUCAS MANOEL PRUDENCIO DE BRITO
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 1945/25 - SEGUNDA CÂMARA
Prestação de Contas Anual. Referente ao exercício financeiro de 2024. Instrução da Unidade Técnica e Parecer do Ministério Público de Contas pela regularidade. Pela Regularidade das contas prestadas.
1. RELATÓRIO
Tratam os autos de Prestação de Contas da CÂMARA MUNICIPAL DE PEABIRU, referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do gestor Sr. LUCAS MANOEL PRUDENCIO DE BRITO.
Após devido exame, a Coordenadoria de Contas (CCONTAS) destacou que procedida a análise técnico-contábil da Prestação de Contas, referente ao exercício financeiro de 2024 e à luz das constatações relatadas, as contas não apresentam restrições, sendo possível o julgamento no sentido da Regularidade, conforme disposto na Instrução n.º 142/25 – CGM (peça 6).
Partindo da presunção de legitimidade das informações e da análise técnico-contábil empreendida pela Coordenadoria de Contas – CCONTAS, diante da inexistência de impropriedades capazes de maculá-las, o Ministério Público de Contas (MPC), por intermédio da 5ª Procuradoria de Contas (5ª PC), manifestou-se igualmente pela regularidade das contas em exame, consoante Parecer n.º 516/25 - 5PC (peça 7).
É o breve relatório.
2. FUNDAMENTAÇÃO
No que se refere aos requisitos formais, o processo se encontra regular para o devido processamento, uma vez que atendeu ao disposto na Instrução Normativa n.º 189/2024[1] e se encontra tempestiva, conforme prazo estipulado no art. 225[2] do Regimento Interno.
No mérito, considerando a documentação constante dos autos, bem como o teor da Instrução n.º 142/25 – CCONTAS, que instruiu o feito em exame, depreende-se que a prestação de contas apresentada observou os parâmetros dispostos na Instrução Normativa n.º 189/2024, assim como os demais critérios técnicos e legais aplicáveis, não resultando em apontamentos, recomendações ou restrições.
Em virtude da simetria na manifestação da unidade técnica, aliada ao Parecer do Parquet de Contas, adota-se o entendimento manifestado por esses órgãos, pois estão presentes elementos suficientes para o convencimento do voto a ser proferido.
3. VOTO
Ante o exposto, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005, VOTO pela REGULARIDADE da Prestação de Contas da CÂMARA MUNICIPAL DE PEABIRU, referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. LUCAS MANOEL PRUDENCIO DE BRITO.
Nestes termos, com o trânsito em julgado do presente, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
Julgar pela REGULARIDADE da Prestação de Contas da CÂMARA MUNICIPAL DE PEABIRU, referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. LUCAS MANOEL PRUDENCIO DE BRITO.
Nestes termos, com o trânsito em julgado do presente, remeter os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA

REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. Dispõe sobre o encaminhamento e estabelece o escopo de análise das Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2024, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, e dá outras providências.
2. Art. 225. O prazo final de encaminhamento da Prestação de Contas Anual é 31 de março, relativo ao exercício financeiro anterior, para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo, compreendendo este último às administrações direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações e fundos especiais. Parágrafo único. Para as sociedades de economia mista, empresas públicas, consórcios intermunicipais e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público municipal, o prazo final será 30 de abril, relativo ao exercício financeiro anterior.

PROCESSO Nº:-150995/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE
INTERESSADO:-EDEGAR SCHMIDT PROENÇA, LEO MENIN
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 1946/25 - SEGUNDA CÂMARA

Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Santa Tereza do Oeste. Referente ao exercício financeiro de 2024. Instrução da Unidade Técnica e Parecer do Ministério Público de Contas pela regularidade com recomendação de atualização do SICAD. Pela Regularidade das contas prestadas com recomendação.

1. RELATÓRIO

Tratam os autos de Prestação de Contas apresentada pela CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE, referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. LEO MENIN.

Após devida análise, a Coordenadoria de Gestão Municipal – (CGM) destacou que, a instrução tem por finalidade reportar as demonstrações da execução orçamentária, financeira, patrimonial e de resultados relativos ao período abrangido pelo processo e verificar o atendimento dos aspectos legais a que estão sujeitos os atos de gestão, nos termos da Constituição Federal, art. 31, da Lei Complementar nº 113/2005 e do Regimento Interno - Resolução nº 01/2006 e atualizações, o exame realizado no processo deteve-se na verificação da observância de procedimentos aplicáveis à Administração Pública e na avaliação de pontos de controle atinentes ao cumprimento de princípios constitucionais e de normas pertinentes, especialmente a Lei Complementar nº 101/00.

Efetivado o exame da prestação de contas, as demonstrações da execução orçamentária, financeira, patrimonial relativa ao exercício financeiro de 2024, e de resultados relativos ao período abrangido pelo processo e verificar o atendimento dos aspectos legais a que estão sujeitos os atos de gestão, as contas não apresentam restrições, sendo possível o julgamento no sentido da Regularidade, com a recomendação que o cadastro do responsável pela contabilidade da entidade seja atualizado junto ao Sistema de Cadastro de Entidades do Tribunal (SICAD), a fim de que passe a constar também o número do seu registro profissional junto ao CRC, conforme disposto na Instrução n.º 1507/25 – CCONTAS[1].

Sem objeções, o Ministério Público de Contas (MPC), por intermédio da 7ª Procuradoria de Contas, subsidiado pela análise técnico-contábil da unidade técnica deste Tribunal de Contas, constatado a inexistência de quaisquer restrições, nada tem a opor manifestando-se igualmente pela regularidade das contas em exame, inclusive no que se refere à expedição de recomendação para que o cadastro do responsável pela contabilidade da entidade seja atualizado junto ao Sistema de Cadastro de Entidades do Tribunal (SICAD), a fim de que passe a constar também o número do seu registro profissional junto ao CRC, consoante Parecer n.º 506/25 - 7PC[2].

É o breve relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

No que se refere aos requisitos formais, o processo se encontra regular para o devido processamento, uma vez que atendeu ao disposto na Instrução Normativa n.º 189/2024[3] e se encontra tempestiva, conforme prazo estipulado no caput do art. 225[4] do Regimento Interno.

No mérito, considerando a documentação constante dos autos, bem como o teor da Instrução nº 1507/25 - CGM, que instruiu o feito em exame, depreende-se que a prestação de contas apresentada observou os parâmetros dispostos na Instrução Normativa n.º 189/2024, assim como os demais critérios técnicos e legais aplicáveis, não resultando em apontamentos, recomendações ou restrições.

Em virtude da simetria na manifestação da unidade técnica, aliada ao Parecer do Parquet de Contas, cinjo-me ao entendimento entabulado por estes órgãos, posto que, fazem-se presentes elementos suficientes para o convencimento do voto a ser proferido.

Conclui-se, portanto, uma vez que não foram verificadas restrições que a presente Prestação de Contas Anual deve ser aprovada e considerada regular, a Coordenadoria de Contas observou a ausência do número do CRC do contador da Câmara Municipal de Santa Tereza do Oeste no SICAD, razão pela qual acolho o opinativo da unidade e do Parquet de Contas, no que diz respeito a expedição de recomendação ao Ente para que o cadastro do responsável pela contabilidade da entidade seja atualizado junto ao Sistema de Cadastro de Entidades do Tribunal (SICAD), a fim de que passe a constar também o número do seu registro profissional junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

3. VOTO

Ante o exposto, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005, VOTO pela REGULARIDADE da Prestação de Contas apresentada pela CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE, referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. LEO MENIN, Presidente da Câmara Municipal à época, e pela expedição de recomendação ao Ente para que o cadastro do responsável pela contabilidade da entidade seja atualizado junto ao Sistema de Cadastro de Entidades do Tribunal (SICAD), a fim de que passe a constar também o número do seu registro profissional junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

Nestes termos, com o trânsito em julgado do presente, remetam-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para os devidos registros e, na sequência, à Diretoria de Protocolo para encerramento, nos moldes dos artigos 398, § 1º e 168, VII, do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:

Julgar pela REGULARIDADE da Prestação de Contas apresentada pela CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE, referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. LEO MENIN, Presidente da Câmara Municipal à época, e pela expedição de recomendação ao Ente para que o cadastro do responsável pela contabilidade da entidade seja atualizado junto ao Sistema de Cadastro de Entidades do Tribunal (SICAD), a fim de que passe a constar também o número do seu registro profissional junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

Nestes termos, com o trânsito em julgado do presente, remeter os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para os devidos registros e, na sequência, à Diretoria de Protocolo para encerramento, nos moldes dos artigos 398, § 1º e 168, VII, do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.

Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. Peça n.º 06.
2. Peça n.º 07.
3. Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2024, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, e dá outras providências.
4. Art. 225. O prazo final de encaminhamento da Prestação de Contas Anual é 31 de março, relativo ao exercício financeiro anterior, para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo, compreendendo este último às administrações direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações e fundos especiais.

PROCESSO Nº:-166433/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
INTERESSADO:-MARCOS RAVANELI, VALDECIR BALDESSAR
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 1948/25 - SEGUNDA CÂMARA

Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Salto do Lontra. Referente ao exercício financeiro de 2024. Instrução da Unidade Técnica e Parecer do Ministério Público de Contas pela regularidade. Pela Regularidade das contas prestadas.

1. RELATÓRIO

Tratam os autos de Prestação de Contas apresentada pela CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA, referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. VALDECIR BALDESSAR.

Após devida análise, a Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) destacou que a instrução tem por finalidade reportar as demonstrações da execução orçamentária, financeira, patrimonial e de resultados relativos ao período abrangido pelo processo e verificar o atendimento dos aspectos legais a que estão sujeitos os atos de gestão, nos termos da Constituição Federal, art. 31, da Lei Complementar nº 113/2005 e do Regimento Interno - Resolução nº 01/2006 e atualizações, o exame realizado no processo deteve-se na verificação da observância de procedimentos aplicáveis à Administração Pública e na avaliação de pontos de controle atinentes ao cumprimento de princípios constitucionais e de normas pertinentes, especialmente a Lei Complementar nº 101/00.

Efetivado o exame da prestação de contas, as demonstrações da execução orçamentária, financeira, patrimonial relativa ao exercício financeiro de 2024, e de resultados relativos ao período abrangido pelo processo e verificar o atendimento dos aspectos legais a que estão sujeitos os atos de gestão, as contas não apresentam restrições, sendo possível o julgamento no sentido da Regularidade, conforme disposto na Instrução n.º 1474/25 – CGM[1].

Sem objeções, o Ministério Público de Contas (MPC), por intermédio da 7ª Procuradoria de Contas, subsidiado pela análise técnico-contábil da unidade técnica deste Tribunal de Contas, constatado a inexistência de quaisquer restrições, manifestou-se igualmente pela regularidade das contas em exame, consoante Parecer n.º 501/25 - 7 PC[2].

É o breve relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

No que se refere aos requisitos formais, o processo se encontra regular para o devido processamento, uma vez que atendeu ao disposto na Instrução Normativa n.º 189/2024[3] e se encontra tempestiva, conforme prazo estipulado no caput do art. 225[4] do Regimento Interno.

No mérito, considerando a documentação constante dos autos, bem como o teor da Instrução nº 1474/25 - CGM, que instruiu o feito em exame, depreende-se que a prestação de contas apresentada observou os parâmetros dispostos na Instrução Normativa n.º 189/2024, assim como os demais critérios técnicos e legais aplicáveis, não resultando em apontamentos, recomendações ou restrições.

Em virtude da simetria na manifestação da unidade técnica, aliada ao Parecer do Parquet de Contas, cinjo-me ao entendimento entabulado por estes órgãos, posto que, fazem-se presentes elementos suficientes para o convencimento do voto a ser proferido.

Conclui-se, portanto, que a presente Prestação de Contas Anual deve ser aprovada e considerada regular.

3. VOTO

Ante o exposto, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005, VOTO pela REGULARIDADE da Prestação de Contas apresentada pela CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. VALDECIR BALDESSAR.

Nestes termos, com o trânsito em julgado do presente, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento, nos moldes dos artigos 398, § 1º e 168, VII, do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
Julgar pela REGULARIDADE da Prestação de Contas apresentada pela CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. VALDECIR BALDESSAR.
Nestes termos, com o trânsito em julgado do presente, remeter os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento, nos moldes dos artigos 398, § 1º e 168, VII, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. Peça n.º 06.
2. Peça n.º 07.
3. Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2024, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, e dá outras providências.
4. Art. 225. O prazo final de encaminhamento da Prestação de Contas Anual é 31 de março, relativo ao exercício financeiro anterior, para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo, compreendendo este último às administrações direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações e fundos especiais.

PROCESSO Nº:-172620/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO:-ANDERSON CRIPA LUIS CARDOSO, VALDECIR JOSÉ RATKO
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 1949/25 - SEGUNDA CÂMARA
Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de União da Vitória. Referente ao exercício financeiro de 2024. Instrução da Unidade Técnica e Parecer do Ministério Público de Contas pela regularidade. Pela Regularidade das contas prestadas.
1. RELATÓRIO
Tratam os autos de Prestação de Contas apresentada pela CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA, referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. VALDECIR JOSÉ RATKO.
A Coordenadoria de Contas (CCONTAS), após a devida análise, cuja finalidade é reportar as demonstrações da execução orçamentária, financeira, patrimonial e de resultados relativos ao período abrangido pelo processo e verificar o atendimento dos aspectos legais a que estão sujeitos os atos de gestão, concluiu que as contas analisadas não apresentam restrições à aprovação, sendo possível o julgamento no sentido da Regularidade, conforme disposto na Instrução n.º 43/25 – CCONTAS (peça 6).
Sem objeções, o Ministério Público de Contas (MPC), por intermédio da 1ª Procuradoria de Contas, subsidiado pela análise técnico-contábil da unidade técnica deste Tribunal de Contas e constatada a inexistência de quaisquer restrições, manifestou-se igualmente pela regularidade das contas em exame, consoante Parecer nº 540/25 - 1PC (peça 7).
É o breve relatório.
2. FUNDAMENTAÇÃO
No que se refere aos requisitos formais, o processo encontra-se regular para o devido processamento, uma vez que atendeu ao disposto na Instrução Normativa nº 189/2024[1] e está tempestivo, conforme o prazo estipulado no caput do art. 225 do Regimento Interno.
No mérito, considerando a documentação constante dos autos, bem como o teor da Instrução nº 43/25 - CCONTAS, que instruiu o feito em exame, depreende-se que a prestação de contas apresentada observou os parâmetros dispostos na Instrução Normativa n.º 189/2024, assim como os demais critérios técnicos e legais aplicáveis.
Em virtude da simetria na manifestação da unidade técnica, aliada ao Parecer do Parquet de Contas, adota-se o entendimento manifestado por esses órgãos, pois estão presentes elementos suficientes para o convencimento do voto a ser proferido.
Conclui-se, portanto, que, não tendo sido verificadas restrições, a presente Prestação de Contas Anual deve ser aprovada e considerada regular.
3. VOTO
Ante o exposto, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005, VOTO pela REGULARIDADE da Prestação de Contas apresentada pela CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. VALDECIR JOSÉ RATKO.
Nestes termos, com o trânsito em julgado do presente, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos moldes dos artigos 398, § 1º e 168, VII, do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
Julgar pela REGULARIDADE da Prestação de Contas apresentada pela CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. VALDECIR JOSÉ RATKO.
Nestes termos, com o trânsito em julgado do presente, remeter os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos moldes dos artigos 398, § 1º e 168, VII, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-172735/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE VENTANIA
INTERESSADO:-SEBASTIAO FERREIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 1950/25 - SEGUNDA CÂMARA
Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Ventania. Referente ao exercício financeiro de 2024. Instrução da Unidade Técnica pela regularidade com recomendação de atualização do SICAD. Parecer do Ministério Público de Contas pela regularidade. Pela Regularidade das contas prestadas com recomendação.
1. RELATÓRIO
Tratam os autos de Prestação de Contas apresentada pela CÂMARA MUNICIPAL DE VENTANIA, referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. SEBASTIÃO FERREIRA.
Após devida análise, a Coordenadoria de Contas (CCONTAS) destacou que, a instrução tem por finalidade reportar as demonstrações da execução orçamentária, financeira, patrimonial e de resultados relativos ao período abrangido pelo processo e verificar o atendimento dos aspectos legais a que estão sujeitos os atos de gestão, nos termos da Constituição Federal, art. 31, da Lei Complementar nº 113/2005 e do Regimento Interno - Resolução nº 01/2006 e atualizações, o exame realizado no processo deteve-se na verificação da observância de procedimentos aplicáveis à Administração Pública e na avaliação de pontos de controle atinentes ao cumprimento de princípios constitucionais e de normas pertinentes, especialmente a Lei Complementar nº 101/00.
Efetivado o exame da prestação de contas, as demonstrações da execução orçamentária, financeira, patrimonial relativa ao exercício financeiro de 2024, e de resultados relativos ao período abrangido pelo processo e verificar o atendimento dos aspectos legais a que estão sujeitos os atos de gestão, as contas não apresentam restrições, sendo possível o julgamento no sentido da Regularidade, com a recomendação que o cadastro do responsável pela contabilidade da entidade seja atualizado junto ao Sistema de Cadastro de Entidades do Tribunal (SICAD), a fim de que passe a constar também o número do seu registro profissional junto ao CRC, conforme disposto na Instrução n.º 53/25 – CCONTAS[2].
Sem objeções, o Ministério Público de Contas (MPC), por intermédio da 1ª Procuradoria de Contas, subsidiado pela análise técnico-contábil da unidade técnica deste Tribunal de Contas, constatado a inexistência de quaisquer restrições, manifestou-se igualmente pela regularidade das contas em exame, consoante Parecer n.º 542/25 - 1PC[3].
É o breve relatório.
2. FUNDAMENTAÇÃO
No que se refere aos requisitos formais, o processo se encontra regular para o devido processamento, uma vez que atendeu ao disposto na Instrução Normativa n.º 189/2024[4] e se encontra tempestiva, conforme prazo estipulado no caput do art. 225[5] do Regimento Interno.
No mérito, considerando a documentação constante dos autos, bem como o teor da Instrução nº 53/25 – CCONTAS, que instruiu o feito em exame, depreende-se que a prestação de contas apresentada observou os parâmetros dispostos na Instrução Normativa n.º 189/2024, assim como os demais critérios técnicos e legais aplicáveis, não resultando em apontamentos, recomendações ou restrições.
Em virtude da simetria na manifestação da unidade técnica, aliada ao Parecer do Parquet de Contas, cinjo-me ao entendimento entabulado por estes órgãos, posto que, fazem-se presentes elementos suficientes para o convencimento do voto a ser proferido.
Conclui-se, portanto, uma vez que não foram verificadas restrições que a presente Prestação de Contas Anual deve ser aprovada e considerada regular, a Coordenadoria de Contas observou a ausência do número do CRC do contador da Câmara Municipal de Ventania no SICAD, razão pela qual acolho o opinativo da unidade no que diz respeito a expedição de recomendação ao Ente para que o cadastro do responsável pela contabilidade da entidade seja atualizado junto ao Sistema de Cadastro de Entidades do Tribunal (SICAD), a fim de que passe a constar também o número do seu registro profissional junto ao CRC.
3. VOTO
Ante o exposto, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005, VOTO pela REGULARIDADE da Prestação de Contas apresentada pela CÂMARA MUNICIPAL DE VENTANIA, referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. SEBASTIÃO FERREIRA e pela expedição de RECOMENDAÇÃO ao Ente para que o cadastro do responsável pela contabilidade da entidade seja atualizado junto ao Sistema de Cadastro de Entidades do Tribunal (SICAD), a fim de que passe a constar também o número do seu registro profissional junto ao CRC.
Nestes termos, com o trânsito em julgado do presente, remetam-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para os devidos registros e, na sequência, à Diretoria de Protocolo para encerramento, nos moldes dos artigos 398, § 1º e 168, VII, do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
Julgar pela REGULARIDADE da Prestação de Contas apresentada pela CÂMARA MUNICIPAL DE VENTANIA, referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. SEBASTIÃO FERREIRA e pela expedição de RECOMENDAÇÃO ao Ente para que o cadastro do responsável pela contabilidade da entidade seja atualizado junto ao Sistema de Cadastro de Entidades do Tribunal (SICAD), a fim de que passe a constar também o número do seu registro profissional junto ao CRC.
Nestes termos, com o trânsito em julgado do presente, remeter os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para os devidos registros e, na sequência, à Diretoria de Protocolo para encerramento, nos moldes dos artigos 398, § 1º e 168, VII, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2024, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, e dá outras providências.
2. Peça n.º 06.
3. Peça n.º 07.
4. Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2024, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, e dá outras providências.
5. Art. 225. O prazo final de encaminhamento da Prestação de Contas Anual é 31 de março, relativo ao exercício financeiro anterior, para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo, compreendendo este último às administrações direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações e fundos especiais.

PROCESSO Nº:-177648/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZIANA
INTERESSADO:-JOAQUIM PEPINELI DE ARAUJO, WALLACE JOSE MAIA
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 1951/25 - SEGUNDA CÂMARA

Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Luiziana. Exercício financeiro de 2024. Relatório da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas pela regularidade. Pela Regularidade das Contas prestadas.

1. RELATÓRIO

Tratam os autos de Prestação de Contas Anual apresentada pela CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZIANA, referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. JOAQUIM PEPINELI DE ARAUJO.

Após devida análise, a Coordenadoria de Contas (CCONTAS) destacou que, efetivado o exame da prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2024 e à luz das constatações relatadas, as contas não apresentam restrições, sendo possível o julgamento no sentido da Regularidade, conforme disposto na Instrução nº 158/25 - CCONTAS (peça 7).

Por seu turno, o Ministério Público de Contas (MPC), por intermédio da 1ª Procuradoria de Contas, subsidiado pela análise da unidade técnica deste Tribunal de Contas, manifestou-se igualmente pela regularidade das contas em exame, consoante Parecer nº 577/25 - 1PC (peça 8).

É o breve relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Quanto aos requisitos formais, em observância à Instrução Normativa nº 189/2024[1], o processo se encontra regular para o devido processamento.

No que toca à tempestividade, depreende-se que a presente Prestação de Contas foi autuada em 26 de março de 2025. Portanto, atendeu ao prazo estipulado no art. 225, caput[2], do Regimento Interno do TCE/PR.

No mérito, considerando a documentação constante dos autos, bem como o teor da Instrução nº 158/25 - CCONTAS, que instruiu o feito em exame, depreende-se que a prestação de contas apresentada observou os parâmetros dispostos na Instrução Normativa nº 189/2024, assim como os demais critérios técnicos e legais aplicáveis, não resultando em apontamentos, recomendações ou restrições.

O entendimento da unidade técnica foi acompanhado pelo Douto Ministério Público de Contas.

Em virtude da simetria na manifestação da unidade técnica, aliada ao Parecer do Parquet de Contas, cinjo-me ao entendimento entabulado por estes órgãos, posto que, fazem-se presentes elementos suficientes para o convencimento do voto a ser proferido.

Conclui-se, portanto, que a presente Prestação de Contas Anual objeto de exame deve ser aprovada e considerada regular.

3. VOTO

Ante o exposto, com fulcro no art. 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005, VOTO pela REGULARIDADE das contas anuais prestadas pela CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZIANA, referente ao exercício financeiro de 2024, apresentada nos termos do art. 23 e seguintes da Lei Orgânica c/c art. 224 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Com o trânsito em julgado do presente, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:

Julgar pela REGULARIDADE das contas anuais prestadas pela CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZIANA, referente ao exercício financeiro de 2024, apresentada nos termos do art. 23 e seguintes da Lei Orgânica c/c art. 224 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Com o trânsito em julgado do presente, remeter os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.

Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades municipais do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2024, compreendendo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, e dá outras providências.
2. Art. 225. O prazo final de encaminhamento da Prestação de Contas Anual é 31 de março, relativo ao exercício financeiro anterior, para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo, compreendendo este último às administrações direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações e fundos especiais.

PROCESSO Nº:-607882/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA
INTERESSADO:-ARLENI CAMARA DE OLIVEIRA, CULESTINO KIARA, FERNANDA DO NASCIMENTO LISBOA PINTO, ITALO DANIEL PIEREZAN, IZABELA FAVERO, JANICE COSTA LEMES CAVALHEIRO, JOAO BATISTA FELICIANO, JUNIOR MOTTER, MARCELO DE SOUZA RIBEIRO, MICHELLI CRISTIANE FREITAG MACORIM, MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, NELSON SINIGAGLIA JUNIOR, RITA DE JESUS
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO TIAGO ALVAREZ PEDROSO
ACÓRDÃO Nº 1970/25 - SEGUNDA CÂMARA

Admissão de pessoal complementar – Concurso Público regulado pelo Edital nº 01.002/2019. Município de Cafelândia. Processo de seleção regular. Registro com determinação.

RELATÓRIO

Trata-se de admissão complementar de pessoal promovida pelo Município de Cafelândia por meio do processo seletivo regulamentado pelo Edital nº 01.002/2019 (peça 34 do processo vinculante TC nº 476310/19), em cargos diversos.

Em análise final, a Coordenadoria de Atos de Pessoal, verificando a ausência de irregularidades, opinou pelo registro das admissões, com aplicação da multa prevista no art. 87, II, "a", da Lei Orgânica TCE/PR ao gestor responsável pelo Município de Cafelândia a época dos fatos, diante dos atrasos no envio dos dados formadores dos processos de admissão a este Tribunal, além da expedição das seguintes determinações (Instrução nº 3743/25 - COAP – Fase 4, peça 20):

a. que observe os prazos fixados na IN nº 142/2018, para envio da documentação referente às fases da admissão.

b. que em futuros certames, garanta meios de comprovação da notificação pessoal do interessado além da mera publicação do Edital de Convocação.

O Ministério Público de Contas (MPC) acompanhou o entendimento da unidade técnica, opinando pelo registro com a emissão das determinações sobreditas, sem prejuízo da aplicação da multa (Parecer nº 433/25 - 7PC, peça 23).

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Considerando que o presente processo foi devidamente constituído, na forma definida pela Instrução Normativa nº 142/2018, e que não foi identificada qualquer irregularidade que macule o processo de seleção, as presentes admissões devem ser registradas[1].

Nesse sentido, adoto como razões de decidir e parte integrante do presente voto a Instrução nº 3743/25 – COAP – Fase 4 (peça 20) e o Parecer nº 433/25 – 7PC (peça 23) do Ministério Público de Contas.

Deixo de propor a recomendação sugerida pela unidade técnica no item "a", por considerá-la desnecessária, eis que trata do mero cumprimento de norma literal de ato normativo desta Corte.

Acolho a determinação proposta pela unidade técnica e pelo Ministério Público de Contas no item "b", visto que a mera publicação do edital de convocação não basta para comprovar que as convocações foram efetivamente realizadas, devendo ser obrigatoriamente observado o que dispõe o art. 11, IV, "d", da Instrução Normativa nº 142/2018[2], que contém diretrizes para a utilização de meios alternativos de convocação.

Por fim, deixo de propor a imputação de multa em razão do descumprimento dos prazos previstos na Instrução Normativa nº 142/2018, por não ter havido prejuízo à fiscalização do Tribunal e diante de reiteradas decisões recentes desta Corte, que dispensaram a multa em casos análogos.

VOTO

Ante ao exposto, proponho:

I - Registrar as admissões descritas na peça 20, fls. 5 a 10, com fundamento no artigo 1º, IV, da Lei Complementar nº 113/2005;

II - determinar ao Município de Cafelândia que, nos próximos certames de admissão de pessoal, garanta meios de comprovação do chamamento dos candidatos além da mera publicação do edital de convocação, documentando tais atos mediante expedição de certidão, cópia de envio de e-mail, telegrama, correspondência, etc., nos termos exigidos pela Instrução Normativa nº 142/2018, art. 11, IV, "d";

III - encaminhar os autos, após o trânsito em julgado da decisão, à Coordenadoria de Atos de Pessoal, para os fins do art. 175-H, inc. V, do Regimento Interno e, em seguida, à Coordenadoria de Medidas Executórias, para anotação da recomendação. Ao final, à Diretoria de Protocolo, para encerramento e consequente arquivamento dos autos.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO, por unanimidade, em:

I - Registrar as admissões descritas na peça 20, fls. 5 a 10, com fundamento no artigo 1º, IV, da Lei Complementar nº 113/2005;

II - determinar ao Município de Cafelândia que, nos próximos certames de admissão de pessoal, garanta meios de comprovação do chamamento dos candidatos além da mera publicação do edital de convocação, documentando tais atos mediante expedição de certidão, cópia de envio de e-mail, telegrama, correspondência, etc., nos termos exigidos pela Instrução Normativa nº 142/2018, art. 11, IV, "d";

III - encaminhar os autos, após o trânsito em julgado da decisão, à Coordenadoria de Atos de Pessoal, para os fins do art. 175-H, inc. V, do Regimento Interno e, em seguida, à Coordenadoria de Medidas Executórias, para anotação da recomendação. Ao final, à Diretoria de Protocolo, para encerramento e consequente arquivamento dos autos.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.

Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.

TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Relator

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. Rol dos admitidos se encontra na peça 20, p. 5 a 10.
__2__. Art. 11 - (...)
IV - (...)
d) para candidatos que não atenderam à convocação, cópia do ato de convocação, acompanhado da respectiva publicação e informação acerca da prática de meios alternativos de convocação (telefonema, e-mail, carta, telegrama, etc);

PROCESSO Nº:-663588/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE - FEAS
INTERESSADO:-ABNER ALVES FERREIRA, ADRIANA DE FATIMA DE OLIVEIRA, ADRIANA MARIA BARBOSA, ADRIANA MARIA PINHEIRO MILITAO, ADRIANA ROSA DE ARAUJO, ADRIANA SANTOS OLIVEIRA MARTINS, ADRIANA SILVA DA SILVA, ADRIANE DE ALMEIDA GOES DA CONCEICAO, ADRIANE MARIA MORAES DA SILVA, ADRIANE PAMPUCHE GONCALVES, ADRIELE DA TRINDADE BARBOSA, ADRIELLE FERNANDA DE CARVALHO, ALAN JACOB DA ROSA, ALCILENE BANDEIRA ALMEIDA, ALESSANDRA CARLA DE ANDRADE, ALESSANDRA DE MOURA, ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA DE OLIVEIRA, ALESSANDRA LOPES, ALESSANDRA MOREIRA NONATO, ALEX ALVES CAMARGO, ALEXANDRA DA SILVA, ALEXANDRA DE CAMPOS, ALGIMIRO VARGAS SOARES, ALICE BUCK, ALINE BRITO FREITAS DE QUEIROGA, ALINE CRISTINA COLACO DE ANDRADE MARTINS, ALINE FAYAD SANCHES, ALINE GLEYCE DOS SANTOS, ALINE LUNARDON, ALINE MACIEL ANTUNES, ALINY BATISTA DA SILVA, ALISSON PIRES BARBOSA, AMABILE GOMES DA SILVA ROCHA CASAGRANDE, AMANDA CAROLINA SEIKA, AMANDA CRISTINE VANDERLEI, AMANDA DE ALMEIDA CATAO, AMANDA FERRAZ BARBOZA, AMANDA JACINTO GRZEBIENIAK DE OLIVEIRA, AMANDA KHETLEEN GUSSO, AMANDA LAMOGLIA BITTENCOURT, AMANDA LIBERATORE FERRARIS, AMANDA PRADO PECINATO, AMAURI ANSELMO GIOVELLI JUNIOR, AMAURY FREITAS MIRANDA, ANA BEATRIZ ALVES DA COSTA, ANA BEATRIZ DAMIANI FERREIRA, ANA BEATRIZ MARTINS, ANA CARINE BRAGANHOLO PIO GONÇALVES, ANA CAROLINA BREDOW, ANA CAROLINA FINGER, ANA CAROLINA JARDIM SILVA, ANA CAROLINA VIEIRA AZEVEDO, ANA CAROLINE SILVA, ANA CLARA BELIZARIO, ANA CLAUDIA PEDRO CASARIN, ANA CLAUDIA PEREIRA DIAS MACHADO, ANA FLAVIA FILIPCZAK, ANA ISABEL GOMES DE ARAUJO, ANA KAROLINE NITZ, ANA LETICIA MULLER DOS SANTOS, ANA LUIZA CAMPOS BUFFARA, ANA MARIA MACHICADO DE UGARTE, ANA MARIA REGO COSTA, ANA PAULA FERNANDES FELICIO DE SOUSA, ANA PAULA FERREIRA DE ARAUJO, ANA PAULA FROTA DA ROCHA, ANA PAULA MAZORCA, ANA PAULA NUNES CARDOSO, ANA PAULA ROSA ISQUIERDO, ANA PAULA RUTHES, ANA PAULA SIMON TEODORO, ANA PAULA SOUZA DA SILVA, ANA PAULA TROMBETTA KAPPES, ANARELLI PEDROSO BARBOSA, ANDERSON BRANDTT, ANDERSON PERRONI CUSTODIO, ANDERSON TIAGO SILVA DOS SANTOS, ANDERSON VILELA DE FREITAS, ANDRE LUIZ CARVALHO FERREIRA, ANDREA GONCALVES DE CARVALHO, ANDREIA APARECIDA DOS SANTOS, ANDREIA APARECIDA REIS COSTA, ANDREIA DA GAMA, ANDREIA DAL BOSCO, ANDREIA DIAS CHAGAS, ANDREIA MARA SANTOS, ANDREIA SANCHES, ANDREIA TEIXEIRA DOS SANTOS, ANDREISSE OLIVEIRA NOGUEIRA, ANDRESSA ALINE OLEKSZECHEN, ANDRESSA ALVES DO NASCIMENTO GUEDES, ANDRESSA CRISTIANE DO AMARAL, ANDRESSA CRISTINE SYRING CARDOSO, ANDRESSA WAGNER ROCHA, ANDREZZA DE BAIRROS CASSOL, ANDRIELE LARA AFANI, ANE GABRIELA DE LIMA DA SILVA, ANGELA CATARINA DO NASCIMENTO TORRES, ANGELA GASPAR DOS SANTOS, ANGELA LACERDA, ANGELITA FERNANDES, ANGELITA MACHADO, ANNA CRISTINA SIELSKI, ANNA GABRYELLE DA SILVA, ANNA SALLUM POSNIK, ANTONIO MANOEL RODRIGUES DA SILVA, ANY THAIS COLECHA, APARECIDA DO ESPIRITO SANTO, ARIADNE CRISTINE POZZA, ARIANE FAGUNDES DE BASTOS DE CARVALHO, ARIANNE CRISTINA FERNANDES MONTECCHI, ARIANNE MARIS MUNHOZ CRETELLA, ARIELLY VANESSA DOS SANTOS, ASHILEY DE SOUZA, AUANA VIEIRA, AUDILENE KARINE BIANCHI MARTINS, AUDREISLAINE PEDRO DE LIMA, AURO EDER PEREIRA, BARBARA PADILHA PILATI, BEATRICIA ARAUJO SONSIN, BEATRIZ CASSAROTTI, BEATRIZ COSTA QUEIROZ, BEATRIZ DA SILVA GONCALVES, BEATRIZ LUIZA SANTOS DA ROCHA, BEATRIZ LUVIZOTTO LEMOS, BEATRIZ MIGLIORINI ANACLETO, BEATRIZ SALOMAO CASTILHO FIORI, BEATRIZ SILVA BRITO, BELISA BRUNOW VENTURA BIAVATTI, BERNADETE RODRIGUES DE ALMEIDA, BETANIA SALES SILVA, BIANCA GONCALVES OTILIO, BIANCA MANFROI DA SILVA, BIANCA MEIRA DOS SANTOS, BIANCA RIZZARDI, BRUNA BATISTA RAVAZZI, BRUNA BUENO KERCHER NOBRE, BRUNA CRISTINA NUNES DA SILVA, BRUNA DA SILVA ANDRADE, BRUNA ELISE CIABOTTI, BRUNA LUIZA DRANKA BUENO, BRUNA RODRIGUES, BRUNA TREVISAN VERNIZI, BRUNO BENEDITO DA SILVA, BRUNO DE FARIA MELQUIADES DA ROCHA, BRUNO RODRIGUES DA SILVA, BRUNO ROSSETTO, BRUNO SANTANA BATISTA, BRUNO VINICIUS STRUZIK, CALLIANA LOPATA, CAMILA AKEMI AOTO, CAMILA CALIXTO, CAMILA DA SILVA, CAMILA DE FREITAS NOGUEIRA, CAMILA DE LIMA CUNHA, CAMILA DOS PASSOS FERNANDES, CAMILA FRANCIELI CORDEIRO, CAMILA GONCALVES DOS SANTOS, CAMILA JOVIANO GOMES, CAMILA LUIZA BRANCO DE SOUZA, CAMILA MORDASKI FERREIRA, CAMILA PEREZ PEREIRA, CAMILA PUCCI IANICK, CAMILA RODRIGUES, CAMILA VITORIA DE ALMEIDA RAMOS, CAMILI APARECIDA VOITKI, CAMILLA DOS SANTOS RACOSKI, CAMILLA GIOVANA MACCARINI, CAMILLI MARTINS, CAONI MARTINS DA SILVA, CARINA HITNER, CARINE PUZZI ROMANINI, CARLA CAROLINA SOMMER, CARLA ROBERTA CAMARGO DOS SANTOS, CARLOS ALBERTO DE JESUS JUNIOR, CARLOS CESAR CAETANO, CARLOS DENER PIRES JULIO, CARLOS EDUARDO DA ROCHA OMOTO, CAROL MOTINHO SILVA SA, CAROLINA FERREIRA, CAROLINA FRANZE MATIODA, CAROLINA MARTORANI NOGUEIRA, CAROLINA MENDES FRUSCA DO MONTE, CAROLINA PEREIRA, CAROLINA SYCHOCHI TEHRY, CAROLINE ANGELICA TABALIPA, CAROLINE DE FATIMA TENEDINE MONTOWSKI, CAROLINE DE SOUSA DOS REIS, CAROLINE DE SOUZA FRANQUETO, CAROLINE GODARTH, CAROLINE PRISCILA DOS SANTOS, CAROLINE SAYURI HAMASAKI, CAROLINE SUCHARSKI VIENSCOSKI, CASSIA MATSUMURA LIMA, CASSIO LAMBLET KATZER, CATIA MARTINS DIAS DAS CHAGAS, CELIA REGINA RODRIGUES DE MIRANDA, CELIO LEANDRO SHILIPAK FURIN, CHAIMAA GHANEM, CIDENEI COSTA DALAGRAMA, CIRO RIBAS NETO, CLARISSA REGINA BONA JOSEFI, CLAUDENISSE APARECIDA DOS SANTOS SALDANHA, CLAUDETE PEREIRA DOS SANTOS, CLAUDIA HEINZEN RIBAS, CLAUDIA MARA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, CLAUDIA MARIA FAVRETTO DE OLIVEIRA, CLAUDIA MENDES TAGATA, CLAUDIA SANCHES BRELAZ, CLAUDIANA DE SOUSA SILVA, CLAUDIMARA TEREZINHA MACHADO, CLAUDIR BISCAIA MENDES, CLEIA LUCIA CARVALHO PRATES, CLEITON JOSE DA SILVA, CLEMILDA BATISTA RODRIGUES DE ARAUJO, CLEOPATA BORGES DOS SANTOS, CLEUSA MACIEL TRUBER, CLEVERSON DE SOUZA DE MIRANDA, CRISTIAN SMAHA, CRISTIANE DA COSTA PERES, CRISTIANE DE OLIVEIRA, CRISTIANE DE OLIVEIRA CARVALHO, CRISTIANE DO ROCIO DE FRANCA DA LUZ, CRISTIANE GONCALVES, CRISTIANE HUBSCH, CRISTIANE NIEDERHEITMANN, CRISTIANE SERAFIM, CRISTIANE VIEIRA DA CRUZ TODA, CRISTINA DA SILVA BALIERO, CYNTHIA GASTALDON, DAGMAR DA LUZ OLIVEIRA, DAIANE APARECIDA DA CRUZ, DAIANE ASSIS FERMINO DA SILVA, DAIANE FERNANDES BARBOSA SILVA, DAIANE FREITAS CARNEIRO, DAIANE ISIDORO, DAIANE ROSA SCHWEBEL, DAMARIS WICHINIEVSKI, DANIEL FIX, DANIEL PEREIRA DOS SANTOS, DANIELA DEMARTINI, DANIELE ALVES BENEDITO DE CARVALHO, DANIELE DE SOUZA, DANIELE DRESCHER AVILA, DANIELE FERNANDES, DANIELE MELO, DANIELI KNAUT, DANIELLE APARECIDA KLETTKE, DANIELLE DE CACIA VEIGA, DANIELLE DEL SANTO, DANIELLE FARIAS DOS SANTOS, DANIELLE MIDORI SHIMABUKURO, DANIELLE WEGRZYN MARTINEZ, DANIELLI REGINA MACHADO, DARCILIA CORREIA BORBA, DAVID OLIVEIRA CAMPOS PACHECO, DAYANE MACHADO DIAS, DAYANE PEREIRA CARNAUBA, DAYANE PEREIRA DA SILVA, DAYANE PROENCA DOS ANJOS, DEBORA APARECIDA PINTO, DEBORA FERNANDES DE LIMA, DEBORA PINHEIRO SILVA, DEBORAH AMANDA DOS SANTOS ROSA, DEISE NAJI GOMES KRISTOCHIK, DEISI BEATRIZ DOS SANTOS, DENISE DE OLIVEIRA, DENISE MARIA CADENA FONSECA, DERLY BONELAR SOUTA FILHO, DIANA MACIEL DE PAIVA, DIEGO RIBEIRO ROCHA, DINA LADISLAU DOS SANTOS, DIOGO WALLACE ROCHA, DIRCELENE LOTH RIBEIRO OLIVEIRA, DIRCELIA FREITAS DE DEUS, DIVA APARECIDA MARQUES DA ROSA, DOROTILDE APARECIDA LEMOS VAZ, DOUGLAS ROVER BARBOSA, DUANA DOS SANTOS BICUDO, DUILIO DALLA COSTA NETO, DULCICLEIDE RODRIGUES SANTOS, DYENIFER COUTINHO, EDAIANE MARIANO DE BRITO, EDCLEIDE SOARES DA SILVA, EDILAINE APARECIDA ORCHEL, EDILENE SOARES CARLOS DOS SANTOS, EDIMAR FRANCISCA DOS SANTOS VIEIRA, EDIMARA MACHUGA, EDINA FERNANDA DA COSTA DE SOUZA, EDINEIA DA SILVA, EDLA KLUK RIBEIRO, EDNA DE FATIMA ROQUE CERQUEIRA, EDNILSON CORDEIRO DA CRUZ, EDUARDA BRITO DOS SANTOS, EDUARDA LUISA ROCHA CORTI, EDUARDA NUNES VENTUROZO, EDUARDA PRIBBNOW DA CRUZ, EDUARDO DE SOUZA SOMENSI, EDUARDO DOS SANTOS ROSSI, EDUARDO JOSE VARGAS, EDUARDO SBRANA SERUR DOS SANTOS, EDUARDO SOCCIO VITAL, EDUARDO THOMAS FERREIRA OLIVEIRA, EDUARDO YUSKE OKU, ELAINE CRISTINA DE PAULA, ELAINE FERNANDES DE SOUZA, ELAINE FERREIRA WANDERLEY, ELAINE RODRIGUES DA SILVA, ELENA LOMBA DE OLIVEIRA, ELENARA DA SILVA COELHO, ELENILTON DOMINGOS, ELENIR DOS SANTOS, ELEVIANE DA APARECIDA COSTA ROSA, ELIANE APARECIDA PIZZI, ELIANE APARECIDA SLOBODA, ELIANE FERNANDES DA SILVA, ELIANE LEDERER CRUZ, ELIANE MARIA NICODEMOS LIMA, ELIANE NESTOR, ELIANE SANTANA DA CRUZ, ELIANE WECK ROSA, ELIAS RODRIGO DE PAULA, ELIEZER ALVES PEREIRA, ELISANA DOS SANTOS PEREIRA, ELISANDRA GARCIA MACHADO, ELISANGELA BAZILESKI DE MENEZES, ELISANGELA FERREIRA ALVES, ELISANGELA LAGES TEIXEIRA, ELISIA DA LUZ ZIMERMANN, ELIZABETH LIMA MACIEL TAVARES, ELIZABETH PRADO RAMALHO, ELIZAMA FARIAS, ELIZAMA KLUK, ELIZANGELA DE ALMEIDA REIS, ELIZIA MARA DE SOUZA, ELLENN SILVA GUIMARAES, ELOISA DA SILVA CONCEICAO, ELOISA PRESTES SANTOS LIMA, ELSA MAGALHAES, ELUANE REGINA MICHALOVICZ, ELZA TALITA KOSINSKI DE OLIVEIRA, EMANUELLE NUNES DE SOUZA, EMILY CAROLINE RAINIERI, ENI ANTUNES RODRIGUES DA VEIGA, ENZO BARBOSA AIRES PINHEIRO, ERIC GOMES DA SILVA, ERIC HENRIQUE BATISTA SCHMIDT, ERICA PEDRI, ERICA PIRES LOPES DA SILVA, ERIKA FERNANDA MODESTO, ERIKA NEVES QUINTIAN, ERIVELTO RODRIGUES DA SILVA, ERNESTO LEANDRO DA SILVEIRA NETO, ESAU FERNANDES DOS PRAZERES, EVANILDA FATIMA DOS SANTOS, EVELYN CAROLINA RIBAS, EVELYN CAROLINE DOS SANTOS, EVELYN CRISTINA SOCZEK PEREIRA, EVELYNE COSTA RODOLFO DOS SANTOS, EZEQUIEL GRANGEIRO DE CARVALHO CABRAL, FABIANA APARECIDA FERNANDES, FABIANA DENICE DA SILVA, FABIANE BRUNETTO DAL PRA, FABIANE DE SANTANA SANTOS, FABIANO GREGORIO, FABIANO VIEIRA, FABIO JOSE PINTO GROCHOVSKI, FABIOLA CRISTINA BRUNETTA, FABIULA MARQUES DE SOUZA VICENTE, FELIPE CALDERON SCARIN, FELIPE DALLA POLLA, FELIPE FRANCO DE CAMPOS, FELIPE GIRARDI CAVALCANTE, FELIPE LEORNE DAVID, FERNANDA AKEMI NAGAZAVA, FERNANDA ANTUNES SIQUEIRA, FERNANDA CRISTINA CORSI, FERNANDA DE LARA DEMETRIO, FERNANDA JACANA DE FREITAS, FERNANDA JOLY MACEDO, FERNANDA LEAL CARDOSO, FERNANDA REIKDAL DE OLIVEIRA PIMENTEL, FERNANDA RIGONATO DE CARVALHO, FLAVIA EVANGELISTA RODRIGUES, FLAVIA PAULA DA SILVA DE OLIVEIRA, FLAVIA RENATA BERNEGOSSI SODRE, FLAVIA RIBEIRO COSTA, FLAVIA STICA RITZDORF DE MELLO, FLAVIANE ZENI BATISTA, FLORA MANZANO MASCARENHAS, FRANCELISE MINSKI, FRANCIELE APARECIDA DOS SANTOS, FRANCIELE CEZARIO DOS SANTOS, FRANCIELE DO ROCIO YAMANOUCHI, FRANCIELLE DA SILVA ROSA DA COSTA, FRANCINE LOHANY SCHLOSSER NEVES, FRANCINI LOUREIRO DE ALMEIDA, FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE - FEAS, GABRIEL BARBOSA DE OLIVEIRA, GABRIEL MACEDO RIBEIRO, GABRIEL MORYAMA MANCHINI, GABRIEL REZENDE DOS SANTOS, GABRIEL WIELIVSKY ROCHA, GABRIELA DO VALE SILVA, GABRIELA MARIA ARENHART SOARES, GABRIELA PROVIN DE SOUZA, GABRIELA SORAYA MARTINI, GABRIELE APARECIDA ERARDT DELGADO, GABRIELLE LORENSETTI LOPES, GABRIELLE WAKED MUTTI, GEANI DA CRUZ BATISTA, GEISIANE MARQUES TEODORO DIAS, GEIZIBEL

RAZZOTTO PEREIRA, GENIMARA MACHADO DO AMARAL, GEOVANA COELHO LEMGRUBER PORTO, GEOVANA CRISTINA DOMINGUES FACCHI, GERALDO KARAM JOAQUIM MOUSFI, GERBSON VIEIRA DO NASCIMENTO, GIAN CARLOS MACIEL, GIANE SULAMITA BERTOLI, GILSON JOSE FERREIRA DOS SANTOS, GIOVANA MEMARI PAVANELLI, GIOVANNA MARIA LAMONATTO, GIOVANNA SCORSIN VIEIRA, GISELLE CAROLINE NUNES DE MORAIS, GISELLE RIBAS LIMA, GISLAINE BORGES FERNANDES, GISLAINE CORDEIRO GRUBER, GISLEINE DE FATIMA ROSA, GIULIA COUTINHO KOBAYACHI, GIULIA DE PAULA, GIULIA VITTORIA AMBROGI PEREIRA, GLACIENE RODRIGUES DOS PASSOS, GLEICIANE MARINHO SANTOS, GLEWKY SUENE DIAS SOUZA, GLEYCE CRISTINA DOS SANTOS PREHS, GLEYCE SOUZA DA SILVA, GRACIELE CRISTIANE BARANEK, GRACIELI APARECIDA AMARO DE OLIVEIRA, GRAZIELA SOUZA DA SILVA, GREICE GABRIELE DOS SANTOS WEBER, GUILHERME GRZELKOVSKI, GUILHERME ROCHA LOURES PACHECO BARBOSA, GUILHERME SKURA, GUSTAVO OSMARIN TOSTI, HECTOR SALVADOR, HELEN CRISTIANE DOS SANTOS JULA, HELEN CRISTINA ALVES DE LIMA TEIXEIRA, HELENA SANTOS HORTZ, HELIDA PEREIRA GONCALVES TREMBULAKI, HELLEN TATIANE DE PONTES, HELOISA BEATRIZ FUCHS, HELOISE VERIDIANE DA SILVA, HELTON KAZUHIRO SAKAKIBARA DE ALMEIDA, HERICKA LAIS ALMEIDA SILVA, HUDISILENE FELIX SILVA, HUDSON FAMELI, HUGO GOMES DA SILVA, IARA DE JESUS RAMOS DOS SANTOS, ILIANE DE FATIMA BUDAL, INDIAMARA GONCALVES DA SILVA, INGRID BEATRIZ SCHETZ ZAWIERUCHA, INGRID BIANCA MUNIZ FREITAS, INGRID OLIVEIRA HOEGEN, INGRID TIEMI SILVA, IRACI DE FATIMA DA ROCHA, IRAILDE MARCIANO GOMES, IRANI DE JESUS DE OLIVEIRA COELHO, IRANI FRANCISCA DA SILVA COELHO, ISABELA CASTILHO PELLIS, ISABELA FRACARO, ISABELA PAULA MUNDIM MARTINS, ISABELI EMILY CHEVONIK, ISABELLA DA SILVEIRA CALGAROTO, ISABELLA MORAES ROCHA, IVANA PEREIRA DA SILVA, IVONE APARECIDA DE SIQUEIRA MARTINS, IVONE GONCALVES DA ROCHA, IZABEL CORDEIRO DE ANDRADE, IZABEL CRISTINA HANEMANN, IZABEL CRISTINA LEINIG ARAUJO, IZADORA DE FATIMA SANTOS, JAÇANÃ VINKERT CONCEIÇÃO, JACKSON PEREIRA LESSAS, JADER GABRIEL MILSTED, JAIR HENRIQUE MUNHOES DOS SANTOS, JAIRO DE LIMA CEZAR, JANAINA APARECIDA POSSEBON, JANAINA DA CUNHA VALLE, JANAINA DE MATTOS MORAES, JANAINA GOMES HEUKO, JANAINA MARIA MARTINS DE SOUZA, JANAINA PIECZEKOLAN, JANE MARTINS SIMOES, JANIFER FURTADO MARQUES, JAQUELINE DO CARMO SANTANA BUSQUETTE, JAQUELINE SUREK, JAYNNE MARA DA COSTA THEOTONIO KOCHINSKI, JEFFERSON DOUGLAS SAMPAIO DA SILVA, JEFFERSON OLIVEIRA DA SILVA SACRAMENTO, JEFFERSON WILLIAM DE OLIVEIRA SANTOS SILVESTRI, JENNEFER LUANA DOS SANTOS COSTA, JESSICA ALINE RIBEIRO, JESSICA AYRES CORREIA PINTO, JESSICA BEATRIZ OLIVEIRA DA LUZ, JESSICA DE ANDRADE CHAVES, JESSICA ENDY SCARIOT COSTA, JESSICA FRANCIELE LOPES SILVA, JESSICA KARINE MACHADO GOMES, JESSICA LETICIA SARE, JESSICA LOPES CORDEIRO, JESSICA RAMIN CALADO, JHENIFER RODRIGUES DE LARA, JHENIFFER CRISTINA RAMOS CARNEIRO, JHENNEFER DAY MAIA DE ALMEIDA BRILHANTE, JHENNYFER CRISTINA PORTO DE MATOS ROCHA, JHESSICA CAROLINE BATISTA DA SILVA, JHULIA FERNANDA BRASIL DA COSTA, JHULIANA JUNGLES POLATO, JOANAINA SKODOSKI FERRAZ SILVA, JOAO ANTONIO TURCO BARAUCE, JOAO ANTONIO VALE DOS SANTOS, JOAO GABRIEL CAVAZZANI DOUBEK, JOAO GUILHERME PONTES DE SOUZA, JOAO GUILHERME WOLFF ATHAYDE, JOAO GUSTAVO FARIAS RIBEIRO, JOAO MARQUETTI NETO, JOAO PAULO ROBSON MARTINS, JOAO PEDRO MARCATO, JOAO PEDRO URSULINO DE CAMARGO, JOAO RICARDO DA CUNHA, JOAO RICARDO DUARTE NADAL, JOCASTA JUCIMARA SOARES CORDEIRO, JOCIEL PAULINO DA SILVA, JOELIZE CEVE DULA, JOELMA MEDEIROS, JONATHAN VANTIENEN SANTOS, JONHATAN DIEGO SOARES FERREIRA FURQUIM, JORDANA ANITA TOSATO MILSTED, JORGE JOSE EDUARDO FILHO, JOSE VITOR GOMES DA SILVA, JOSEANE PALHANO JUSTINO, JOSENILDE OLIVEIRA DOS SANTOS, JOSETE DE CAMPOS COSTA, JOSIANA DARC DANTAS SANTOS, JOSIANA MARIA DOS SANTOS, JOSIANE APARECIDA DE MORAES SILVA, JOSIANE APARECIDA KUNTZ DA SILVA, JOSIANE CRISTINA LOPES, JOSIANE DA SILVA SCARANTE, JOSIANE JESUS DA SILVA, JOSLI CRISTINA DE LIMA VAZ TORRES, JOYCE BOEIRA MOREIRA ANDRADE, JUAREZ BERGER JUNIOR, JUCELIA DA SILVA SANTOS, JUCILEIDE DANIELI MARCELINO, JUCINEIA PEREIRA DOS SANTOS, JULIA APARECIDA PADILHA, JULIA BEATRIZ LOPES, JULIA DO CARMO MACHADO KNEIPP LOPES, JULIA KAISS BONAMIGO, JULIA MACEDO DE BRITTO, JULIA ZERBINI AGOSTINETTO GRACZKOWSKI, JULIANA ANDREA OLINISKI, JULIANA APARECIDA DOS SANTOS, JULIANA CRISTINA DA SILVA, JULIANA DE LUNA VASEL, JULIANA DOS REIS DA COSTA, JULIANA FRANCISQUINI, JULIANA KATO DA SILVA, JULIANA MARCHIORO SOUZA MACALOSSI, JULIANA MARIA BRANCO DOS SANTOS, JULIANA SANTA BARBARA FONSECA, JULIANE DA SILVA DE LIMA, JULIE RENATA DO ROSARIO, JULIELE RAMOS DA ROCHA, JULIO CESAR ALVES DA ROCHA FILHO, JUSSARA TEIXEIRA DOS SANTOS, KADER OSMAN, KAOANA CRUZ DA SILVA, KAREN CRISTINA JACINTO FERREIRA SANTOS, KAREN GONCALVES PRA RIBAS, KAREN NICOLLY DE OLIVEIRA, KARIN CRISTINE GABARDO, KARIN DE CASTRO MOTA, KARIN KELL KOPPE, KARIN LUIZA DAMMSKI, KARIN SCHWALBE, KARINA VICENTE SARAIVA LORENTE, KARINE APARECIDA CAGGIANO MARTINS, KARLA LIDIAN SIQUEIRA, KARLA MULINARI VICINI, KAROLAEN NAYARA DE PAULA CAMARGO, KAROLINE BATISTI RIATO NAVARRO, KAROLINE SILVA FERREIRA, KASSIANE APARECIDA BORGES, KATHERINE BESSA CHAO, KATIA APARECIDA DE OLIVEIRA, KATIA ASSUNCAO DA SILVA E SILVA, KATIA BARBOSA, KATIA CAETANO DE LIMA, KATIA KAMILE DOS SANTOS LAVANDOSKI, KELI KEILA KUCKLA, KELLY APARECIDA LAIBIDA, KELLY FREITAS STEVENS MARCHESINI, KELLY MIRANDA PINHEIRO, KELLY ROBERTA BARROS DOS SANTOS RIBEIRO, KELRE WANNLEN CAMPOS SILVA ARAUJO, KEMILI PARENTI PEROTTO, KETLYN FERNANDA BEZERRA, KETTLYN APARECIDA CARVALHO AMARAL, LAIANE RIBEIRO FABRICIO, LAIS CRISTINA GIACOBBO, LAIS FAVA EMERY, LAOANE GUIMARAES MARTINS, LARISSA BRAGA BARBOSA, LARISSA DE ANDRADE LIMA BARBOSA, LARISSA DEBONI, LARISSA DOS SANTOS MARTINS, LARISSA KETLYN PIRES, LARRAYLA CRISTINA DE SOUZA OLIVEIRA PINTO, LAURA ROBERTA DOS SANTOS MEDEIROS, LAURA SANTANA DE OLIVEIRA, LAYARA DE SOUZA FIGUEIREDO, LEA MARISA DOS SANTOS, LEANDRA VALIM DE SOUZA, LEANDRO GUSTAVO ROUSIS COELHO, LEANDRO TAVARES DA SILVA, LEANE DHARA DALLE LASTE, LEDA PAULA GUTZEIT, LEIA DE BARROS, LEIDIELY GOMES MORAES, LEIRIANE LEMES DA SILVA, LEODIR MARCOS DE SA RIBAS, LEONARDO AUGUSTO DOS SANTOS, LEONARDO BULOW, LEONARDO CAR PIRES, LEONARDO CORDEIRO MARCAL, LEONARDO GUEDES, LEONILDA MATIAS DE SOUZA PENCAI, LETICIA CAMILA DUDA PEREIRA, LETICIA CRISTINE DA SILVA, LETICIA DE PAULA ASSIZ, LETICIA DOTTI DE MELO, LIDIANE CAROLINE SILVA, LILIAM MARIA DOS SANTOS, LILIAN RODRIGUES FORTE, LILIANE GOSLAR DA SILVA, LISANDRA MALHOVANO SANCHEZ, LIZAMAR DE LIMA ROCHA, LORENA DENIPOTI, LORENA DIOGO GUTIERREZ, LORRAINE PAIVA DOS SANTOS, LOUISE CABRAL MARTINS, LOUISE STAHLSCHMIDT LIMA, LUANA LIMA DE BASTOS, LUANY VICTORIA WEIBER DE BARROS, LUCAS BAGGIO, LUCAS EDUARDO VENANCIO DE MATOS, LUCAS PIMENTEL DE LARA, LUCAS RAFAEL SLEDZ, LUCCAS LIMA DA SILVA, LUCELIA DOS SANTOS BRANDES, LUCI MARA KOCHINSKI BLASZCZAK, LUCIA DE FATIMA QUINOR DA SILVA, LUCIANA ALVES, LUCIANA MARAGNO CORREA, LUCIANA SIQUEIRA DE OLIVEIRA, LUCIANE APARECIDA DOS SANTOS COLACO, LUCIANE DIAS DE PONTES, LUCIANE GOMES PEREIRA GONCALVES, LUCIMAR JOSIANE DE OLIVEIRA, LUCIMARA CRISTINA DA SILVA RONSSEM, LUCIMERI NUNES DE MENEZES, LUCIO FLAVIO BENINI LAGE, LUCIO WALI MAINARDES DA VEIGA, LUDMILA LAMIA DAMO SANTANA, LUIGI TARANTINO, LUISA GIAMBARRESI DELORENZI, LUIZ CARLOS PELAQUINI, LUIZ FELIPE THOMAZ MOREIRA, LUIZ GUILHERME COUTINHO VIEIRA DE SOUZA, LUIZ GUSTAVO ESMANHOTO FRANCO, LUIZA DO PRADO ESCUCIATTO, LUIZA FELTRAN VIEIRA, LUSIMAR DOS SANTOS SOBRINHO, LUZIA DE OLIVEIRA CORREIA, LYGIA FERNANDA FERREIRA, MAGNO BRASIL RODRIGUES FURTADO, MAHAIN LOHANNE WIECZORKOVSKI VANES, MAIRA REGIANE JULIO KAPASSI DE CARVALHO, MANOELA ANDREIS FERREIRA, MANUELI KUBIS CORDEIRO DE MIRANDA, MARCEL PODOLAN, MARCELA CORREIA SICURO COSTA, MARCELA DA CRUZ MORAES, MARCELLA LOUREIRO PALMA, MARCELO LIMA DA SILVA, MARCELO QUINTINO SUERO, MARCIA ALVES PEREIRA DA SILVA, MARCIA DA SILVA, MARCIA DENISE SCHMITT, MARCIA MAIDANCHEN, MARCIA REGINA PANICIO, MARCIA ROSANE FABIENSKI PINTO, MARCIA VIEIRA BATISTA DOS SANTOS, MARCILENE DO PRADO, MARCILENE RODRIGUES SANTIAGO, MARCOS LUCAS MATEUS SILVA, MARCOS RAKSA CANTUARIO, MARCOS RODRIGO DOS SANTOS JULIAO, MARESA GABRIELI RIBEIRO, MARIA ANGELICA VIEIRA LIZAMA, MARIA APARECIDA MICHALSKI, MARIA BERNADETE LISSA BRITES, MARIA CARLA DOS SANTOS, MARIA CELITA FLARON, MARIA CLEUSA CASTRO DOS SANTOS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA, MARIA CRISTINA LARA SANTOS, MARIA DO ROCIO CAMARA, MARIA EDUARDA CAMPAGNARO, MARIA EDUARDA DA SILVA ROSSATO, MARIA EDUARDA GONCALVES SILVA, MARIA EDUARDA TABORDA MARIA, MARIA EUNICE DE SOUZA FILHA, MARIA FERNANDA CARVALHO STEGG DA SILVA, MARIA GABRIELLA TELES DE CASTRO ARAUJO, MARIA HELENA MUNIZ, MARIA JULIA BRANCO RODRIGUES, MARIA LUCIA DOS SANTOS, MARIA LUIZA DOS SANTOS, MARIA MADALENA DA SILVA, MARIA MARTA PROXIMA FERREIRA, MARIA REGINA DE MELLO, MARIA ROBERTA BIANCHINI FERNANDES, MARIA ROSANE MAIDANCHEN, MARIA SOLANGE SILVA GOUVEIA, MARIANA BITENCURT LISTON, MARIANA FARIAS, MARIANA MIYAZAKI SOLANO VALE, MARIANA RUSGOSKI, MARIANA SANCHEZ MALAGUTTI, MARIANE APARECIDA DA SILVA MAGALHAES CHUEDA, MARILDA APARECIDA RAMOS DE SOUZA, MARILEI INES NOSCHANG, MARILENA BRANDAO DOS SANTOS, MARILIA ALEXANDRE TEIXEIRA FRANCO, MARILSA PEREIRA DOMINGUES DOS SANTOS, MARILYN CRISTINA DOS SANTOS, MARINA BAKRI, MARINA DE OLIVEIRA, MARINA FERREIRA RIBEIRO, MARINA HELLER, MARISE ROCHA DE MOURA, MARJORIE COELHO DOMINGUES, MARLUCIA MACIEL RODRIGUES, MARTA MARINHO DA SILVA, MARTHA MARTINS DA SILVA SOUZA, MARYANE ISABELE CRUZ, MATEUS FRANZONI BOCHNIA, MATEUS RICARDO ULSAN LOURENCO, MATHEUS GABARDO STOPPA, MATHEUS VINICIUS CONTE LABA, MATHEWS RAPHAEL VIEIRA SANTANA, MATHYELE CANDIDO DOS SANTOS, MAUREEN MAGALHAES JAMUR, MAUREN OLIVEIRA NERY ANGELICO, MAURICIO LUIS VIECILI, MAYARA DE OLIVEIRA BARBOSA, MAYARA SANTAREM DE OLIVEIRA, MAYARA SANTOS, MENIVEA SUELI DE SOUZA, MICHELE CHEMIN DOS SANTOS, MICHELE DOS SANTOS RIBEIRO, MICHELI REGINA ANTUNES, MICHELLE CARMINATTI, MIRIAN ALINE ANSCHAU, MIRIAN APARECIDA CANDINHO, MIRIAN CAROLINE BANHUKI PROCRIFKA GALVAO, MIRIAN MARTINS DA SILVA, MOISES BALDOCHI GOULART, MONICA GROCHEVICZ, MONIQUE ROSMAM SCHAAF, MORGANA SUELEN MIO, MYDIA CAROLINE DOS SANTOS QUINTINO, MYRIAM DE LIMA RAMAGEM MARTINS, NAIARA CRISTINA DA SILVA HACHIGUTI, NAIARA CRISTINA SANTOS FOICINHA, NAIARA DA SILVA PALMAS, NAIR APARECIDA TOTE, NATACHA CRISTINA APARECIDA DA SILVA, NATALI MAYARA DE JESUS PEREIRA, NATALIA DE SOUZA COSTA, NATALIA FRANCO SCHELETZ, NATALIE PARRILHA LOGULLO, NATANNA FALINSK, NATASSJA BOSZCZOWSKI, NATHALI NUNES CAVASCAN, NATHALIA DA ROSA KAUER, NATHALIA GOBBI GOULART, NEIVA DE SOUSA FERREIRA DE LIMA, NELCI APARECIDA CARDOSO, NELLY LUZ RODRIGUEZ FLORES, NEUZA VIEIRA DE LARA, NILCEIA ALVES DA LUZ, NILMAR QUINTANILHA, NILTON MARCOS DARIVA JUNIOR, NOELY LAITZ FARIAS, NOEMI MEIRELES DA SILVA, NOEMI OLIVEIRA, OHANA DE NOVAES CENSI, PAMELA PATRICIA FERREIRA, PAOLA SROUR VRUBEL, PAOLLA BOAZEGEVSKI VELHO, PATRICIA CRESTO PAULA, PATRICIA DOS SANTOS OLIVEIRA, PATRICIA FERREIRA BRASIL, PATRICIA GARCIA XAVIER, PATRICIA GISELLE TORRES, PATRICIA GRITTEN GONCALVES, PATRICIA KANOFRE KUHS, PATRICIA LIMA FERREIRA, PATRICIA LONGATO, PATRICIA PEREIRA NATEL, PATRICIA PRADO BALADO LASSECK, PATRICIA RIGONI ANDREATTA ZANARDI DE OLIVEIRA, PATRICIA SIMONE FERREIRA, PATRICIA SOUZA LIMA ANDRADE BORGMANN, PATRICIA VIEIRA, PATRICIA VITACHI CESARIO, PATRICIA WENDT GALVAO, PATRICK AUERBACH, PATRICK FERNANDES DE SOUZA, PAULA ALVES DE MIRANDA, PAULA FERNANDA GREGHI PASCUTTI, PAULA JULIANA DE MELO, PAULA VITORIA ALVES BARBON, PAULO CESAR CARDOSO DA ROCHA

POMBO, PAULO HENRIQUE PARIZOTTO BICA, PAULO ROBERTO PANCHENIAK NEUMANN, PEDRO PAULO DE CARVALHO JERICO, PERCILIA PIOKER CUNHA, PITER PENNA PORTO, POLYANA HENRIQUES MOREIRA GUIDONI, POLYANA LORENA DIAS BATISTA, PRICILA MADALENA TALASZ AIOLFI, PRICILA TEREZINHA BERTOJA, PRISCILA APARECIDA DE ALMEIDA LIMA, PRISCILA FALCAO DREHER, PRISCILA GORNIAK ONOFRE, PRISCILA HOFFMANN DEMETRIO, PRISCILA PANEK, PRISCILA ZELASKOS PEREIRA DE MEDEIROS, QUELEN PATRICIA RODRIGUES CARVALHO, RAFAEL ANDRE CORSSINI, RAFAEL GUSTAVO JUTTEL CASTRO, RAFAELA CHIUCO ZENI, RAFAELA CORREIA SCOTTI, RAFAELA CRISTINA BECHER MACIEL, RAFAELA CRISTINA MORGADO, RAFAELA FERREIRA RODRIGUES, RAFAELA GASPARELLO OLENIKI, RAFAELA LINO DA SILVA, RAFAELA LUIZA NICOLAU DOS SANTOS, RAFAELA SCUISSIATTO, RAFAELLO LOPES GENNARI, RAISA LORENA NORBERTO, RAISSA SANTANA BUENO, RALLYANA DERKCZ, RAMON EDUARDO SZYMCZAK CONDE, RAMON MORAES PASSOS, RAQUEL DANIELE DE MATOS, RAQUEL GUEDES SOBREIRA, RAQUEL MADALENA PFEIFFER, RAUANI MLYNARCZYK, RAYANA GABRIELA GODOY, RAYANNE BRANDAO DOS SANTOS, RAYRA CAMILA DE FAVERI CARVALHO, REGIANE APARECIDA DA SILVA, REGIANE DOS SANTOS COELHO, REGIANE TEIXEIRA DE FARIA, REGINA KLUTCKOWSKI GRACIANO, REGINALDO BATISTA SOARES, RENATA CONSTANTINO GAMO, RENATA DE BARROS DE SOUZA, RENATA GREGAREK, RENATA HOFIUS FUTATA, RENATO DALMAGRO, RICARDO JUNGLES CHAN, RITA DE CASSIA ALMEIDA VANZELLA, RITA DE CASSIA FARIA PEREIRA ALVES, RIVALDO SAMPAIO DE LIMA, ROBERTA MOURA FERRAZ PEREIRA DE MELLO, ROBSON DOUGLAS DE OLIVEIRA, ROCIANE FREITAS DA SILVA, RODRIGO ANDREOLA SERRAGLIO, RODRIGO DE AGUIAR ALVES, RODRIGO FERREIRA DOS SANTOS, RODRIGO GUEDES DE ALVARENGA, RODRIGO TRINDADE LIMONGI MARQUES DE ABREU, ROGERIO FERREIRA DE LARA, RONALDO RAMOS LIMA, ROSA EMILIA DOS REIS, ROSA MARIA LOPES LANG, ROSANA ALVES MARTINS, ROSANA APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS, ROSANA DE OLIVEIRA, ROSANA MARIA RODRIGUES DE PAULA, ROSANA OLIVEIRA DA SILVA RIBEIRO, ROSANA RAMOS DE LIMA, ROSANA SANCHES DA SILVA, ROSANGEL CASTELLANO CHAGAS, ROSANGELA APARECIDA DE JESUS, ROSANGELA DA ROCHA SCHINEMAN DE OLIVEIRA, ROSANGELA LIMA DE SIQUEIRA BUENO DA SILVA, ROSANGELA LOURENCO DAMANN, ROSANGELA OLIVEIRA DE SOUZA, ROSECLEIA BARTOFOSQUI ZOCA, ROSELI TEIXEIRA DOS SANTOS KICOT LIMA, ROSELI XAVIER BERTIOTI, ROSEMARI TEIXEIRA DE CAMPOS, ROSENILDA DA SILVA, ROSILENE ROSA DO PARAIZO DE OLIVEIRA, ROSIMARA AURELIANO TRAVASSOS, ROSIMEIRE DE MATOS, ROSIMEIRE DE VARGAS HARDT, ROSSANA SPOLADORE, RUBEANA CESAR OLIVEIRA, RUBENS SANTOS SALU, RUBIA ALEXANDRA FACHINI, RUBIA VIEIRA DE LIMA KINTOPP, RYANI BOZA MUCHINSKI, SABRINA ASATO, SABRINA FAVERO SUTHOVSKI, SABRINA SCARDANZAN MACHADO, SAMARI DA CRUZ SILVA DE PAULA, SAMUEL BATISTA DA LUZ, SAMUEL PENHA FIRMINO, SANDRA LUCIA VIEIRA ULINSKI AGUILERA, SANDRA MARIA LEITE DA SILVA, SANDRA RODRIGUES DA SILVA, SANDRO CROUCE, SANTIAGO SEBASTIANI, SARA MARQUES CARDOSO, SARA STEPHANY BOBEKI PEREIRA, SARAH SILVEIRA DE SOUZA MENDES, SELMA ANGELINO, SELY RAMIRE PERUCCI, SEZIFREDO PAULO ALVES PAZ, SHEILA PAULA ADAMCZYK, SHEYLA MEIRELES PEREIRA, SIDINEIA APARECIDA FRANCISCO DE ABREU OLIVEIRA, SIDNEI ARAUJO AMORIM, SILEI FRANCA, SILMARA DO ROCIO VALLE, SILVANA APARECIDA PIRES DOS SANTOS, SILVANA DA SILVA DA COSTA, SILVANA DE PAULA PEDROSO, SILVANA RODRIGUES, SILVANA SCARDANZAN MACHADO, SIMONE APARECIDA PORTALUPI, SIMONE DA ROCHA ANDRADE DE BORBA, SIMONE DE ALMEIDA STOCCO DA SILVA, SIMONE DE ANDRADE, SIMONE MARIA DE SOUZA KOVALSKI, SIMONE NOGUEIRA SILVEIRA, SIMONE PEREIRA, SIMONE REGINA MARTINS, SIMONE TEREZINHA DAMACENA, SINDY ROBERTA PEREIRA, SIRLENE ALVES POLO, SOELI LENARTOVICZ, SOFIA KRISTHINE PESCH KRUKLIS, SOFIA SANTOS LIMA FIGUEIREDO, SONIA PERES FERREIRA, SOPHIA JARBAS BRAZ, STEPHANIE MARTINOWSKI HENRIQUES GUIA, SUE ELAINE CONCEICAO SABINO, SUELEN LIMA MENDES, SUZANA MARGARIDA RABELO AMORIM, SUZANA PATRICIA DE SOUZA, TACIANE ELISABETE CESCA, TAINARA AUGUSTA AMARAL DOS SANTOS, TAIS AGUSTINHO DA SILVA, TAIS CAPUCHO SANTOS, TALITA DE CASSIA PIANOVSKI, TAMI LARA ZANI DA SILVA, TAMIRIS GONCALVES DE ARAUJO, TAMMY STEPHANIE MASSOLIN ALBRECHT COSTA, TANIA CRISTINE HADAS, TANIA MARA ARRUDA, TARCIO FELIPE DA SILVA SANTOS, TATIANA LUCIMARA DOS SANTOS BARBOSA, TATIANA NASCIMENTO CUTRIM, TATIANE MARIA DE ANDRADE, TATIANE PATYK RAKSA, TATIANE STANISLOVSKI, TATIANE VEIGA REICKDAL CHAVES, TAYANA MENDES DE PAIVA, TAYNA CAROLINE HARTMAN, TAYNA ELEONAI OLIVEIRA ROCHA BATISTA, TAYS RAFAELLY BOBATO, THAIS BARBOZA, THAIS CAROLINA AMARO, THAIS DE SOUZA PRESTES, THAIS MORALES LOPES RABELLO, THAIS RAFAELE MACHADO DA SILVA, THAIS VIVIANE DOS SANTOS, THAISA SVOBODA PEREIRA MUNOZ, THAISE CRISTINE DE SOUZA DE LIMA, THALITA AGUIAR DO AMARAL, THALITA CAROLINE MOREIRA, THALITA ZANATTO PINTO, THALYS HENRIQUE LIMA, THALYTA SILVA BATISTA, THAYANA DA SILVA FORAGI, THAYANE ANGELICA RODRIGUES FARIAS, THAYANE DE CASSIA ALVES COUTINHO, THAYNA SKROBOT, THAYS IZADORA BORTOLOSO DA SILVA, THERESA CRISTINA CAWAHISA, THIAGO MANOEL NASCIMENTO, THIFANNY PEREIRA ZBUINOVICZ, TIAGO RIBEIRO ALGOZO, TUANI KELER DA SILVA, URIAH MARTELLI GLAZA, VALDECI DE OLIVEIRA, VALDETE DA CRUZ SIQUEIRA, VALDETE VIEIRA DA SILVA, VALDIRENE DO NASCIMENTO SANTOS PINHEIRO, VALERIA MATUCHESKI, VALERIA THAMIRIS DELFINO DO AMARAL, VANDA OLIVEIRA DA SILVA, VANESSA ALESSANDRA FERRAZ LANDIN, VANESSA CRISTINA DOS SANTOS BARBOZA, VANESSA CRISTINA LOURENCO PIMENTEL, VANESSA DOS REIS SILVA, VANESSA FRACARO, VANESSA GRIGORIO DA SILVA, VANESSA LEAL DE LIMA DE MOURA, VANESSA MACHADO DOS SANTOS, VANESSA RODRIGUES DE LIMA, VANILSA BUENO MENDES, VANUZA DO ROCIO FERREIRA, VANUZA PEREIRA DA SILVA MALAQUIAS, VICTORIA LANGER CECHIN, VILAINE ALVES DOS SANTOS SILVEIRA, VITOR MACHADO GUIMBALA, VITORIA ANDRADE MAIA DE FREITAS GUIMARAES, VITORIA COUTINHO COSTA, VIVIAN CRISTIANE RIBEIRO, VIVIAN MISSIMA JECOHTI, VIVIANE ALVES DIAS, VIVIANE HELOIZA APOLINARIO DOMINGUES, VIVIANE RODRIGUES RAMOS, VIVIANE RODRIGUES TULIO DRULLA, WAGNER AUGUSTO SCHIEL, WANDERSON MIRANDA DA SILVA, WANESSA APARECIDA DA COSTA, WANIA RODOWANSKI, WANNESSA COLACO DO NASCIMENTO, WEILLA GOMES FERREIRA, WELLYSAMA DE SOUZA, WESLLEY ELIZANDRO LUCIANO, WESLLEY THIAGO NASCIMENTO, WILDNICE NUNES OTAVIANO, WILHAN FERREIRA, YARA ZANCANARO, YURI CESAR LOPES SILVA, YURI LOBO RAMOS, ZENAIDE BARBOSA VIEIRA
ADVOGADO / PROCURADOR:-PEDRO HENRIQUE IGINO BORGES
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO TIAGO ALVAREZ PEDROSO
ACÓRDÃO Nº 1971/25 - SEGUNDA CÂMARA

Admissão complementar de Pessoal – Processo Seletivo Público regulado pelo Edital nº 01/2022. Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS. Processo de seleção regular. Registro.

RELATÓRIO

Trata-se de admissão complementar de pessoal promovida pela Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS, por meio do processo seletivo regulamentado pelo Edital nº 01/2022 (peça 28 do processo vinculante TC nº 710198/21), em cargos diversos.

Verificando o regular trâmite do certame, a unidade técnica opinou pelo registro das admissões em análise, com a expedição da seguinte determinação ao ente (Instrução nº 3055/25 - COAP – Fase 4, peça 21):

a) Observar os prazos fixados na IN nº 142/2018, para envio da documentação referente às fases da admissão.

O Ministério Público de Contas (MPC) acompanhou o entendimento da unidade técnica, opinando pelo registro com a emissão da determinação sobredita (Parecer nº 456/25 - 3PC, peça 24).

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Considerando que o presente processo foi devidamente constituído, na forma definida pela Instrução Normativa nº 142/2018, e que não foi identificada qualquer irregularidade que macule o processo de seleção, as presentes admissões devem ser registradas[1].

Nesse sentido, adoto como razões de decidir e parte integrante do presente voto a Instrução nº 3055/25 – COAP – Fase 4 (peça 21) e o Parecer nº 456/25 - 3PC (peça 24) do Ministério Público de Contas.

No entanto, deixo de propor a recomendação sugerida pela unidade técnica, por considerá-la desnecessária, eis que trata do mero cumprimento de norma literal de ato normativo desta Corte.

VOTO

Ante ao exposto, proponho:

I – Registrar as admissões descritas na peça 21, fls. 7 a 92, com fundamento no artigo 1º, IV, da Lei Complementar nº 113/2005;

II - Encaminhar os autos, após o trânsito em julgado da decisão, à Coordenadoria de Atos de Pessoal, para os fins do art. 175-H, inc. V, do Regimento Interno. Ao final, à Diretoria de Protocolo, para encerramento e consequente arquivamento dos autos.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO, por unanimidade, em:

I - Registrar as admissões descritas na peça 21, fls. 7 a 92, com fundamento no artigo 1º, IV, da Lei Complementar nº 113/2005;

II - encaminhar os autos, após o trânsito em julgado da decisão, à Coordenadoria de Atos de Pessoal, para os fins do art. 175-H, inc. V, do Regimento Interno. Ao final, à Diretoria de Protocolo, para encerramento e consequente arquivamento dos autos.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.

Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.

TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. Rol dos admitidos se encontra na peça 21, p. 7 a 92.

PROCESSO Nº:-173847/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO MATEUS DO SUL
INTERESSADO:-EDENILSON KUJAWA
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO TIAGO ALVAREZ PEDROSO
ACÓRDÃO Nº 1980/25 - SEGUNDA CÂMARA

Prestação de contas anual. Instituto de Previdência de São Mateus do Sul. Exercício de 2024. Regularidade.

RELATÓRIO

Trata-se de prestação de contas do Instituto de Previdência de São Mateus do Sul, relativas ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do senhor Edenilson Kujawa.

A Coordenadoria de Contas opinou pela regularidade das contas (Instrução nº 202/25-CCONTAS, peça 8).

O Ministério Público de Contas pronunciou-se no mesmo sentido da unidade técnica (Parecer nº 529/25-5PC, peça 9).

É o relatório.

VOTO

Considerando que os autos foram devidamente constituídos, na forma definida pela Instrução Normativa nº 189/2024, e que não foi identificada qualquer irregularidade quanto aos itens objeto de análise e que compõem o escopo definido normativamente, as contas devem ser julgadas regulares.

Desta feita, adoto como razões de decidir e parte integrante do presente voto a Instrução nº 202/25-CCONTAS e o Parecer nº 529/25-5PC do Ministério Público de Contas.

Pelo exposto, nos termos do art. 16, inc. I, da LC nº 113/2005, proponho o voto pela regularidade das contas do exercício de 2024 do senhor Edenilson Kujawa, responsável pelo Instituto de Previdência de São Mateus do Sul no período.

Após certificado o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme os art. 398, § 1º e 168, VII, do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO, por unanimidade, em:
Julgar pela regularidade das contas do exercício de 2024 do senhor Edenilson Kujawa, responsável pelo Instituto de Previdência de São Mateus do Sul no período, nos termos do art. 16, inc. I, da LC nº 113/2005.
Após certificado o trânsito em julgado desta decisão, remeter os autos à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme os art. 398, § 1º e 168, VII, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-179896/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ESPERANÇA NOVA
INTERESSADO:-EDSON JAQUES SANTOS
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO TIAGO ALVAREZ PEDROSO
ACÓRDÃO Nº 1982/25 - SEGUNDA CÂMARA
Prestação de contas anual. Instituto de Previdência de Esperança Nova. Exercício de 2024. Regularidade.
RELATÓRIO
Trata-se de prestação de contas do Instituto de Previdência de Esperança Nova, relativas ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do senhor Edson Jaques Santos.
A Coordenadoria de Gestão Municipal opinou pela regularidade das contas (Instrução nº 1490/25 - CGM, peça 8).
O Ministério Público de Contas pronunciou-se no mesmo sentido da unidade técnica (Parecer nº 530/25 - 3PC, peça 10).
É o relatório.
FUNDAMENTAÇÃO
Considerando que os autos foram devidamente constituídos, na forma definida pela Instrução Normativa nº 189/2024, e que não foi identificada qualquer irregularidade quanto aos itens objeto de análise e que compõem o escopo definido normativamente, as contas devem ser julgadas regulares.
Desta feita, adoto como razões de decidir e parte integrante do presente voto a Instrução nº 1490/25 – CGM e o Parecer nº 530/25 - 3PC do Ministério Público de Contas.
VOTO
Pelo exposto, nos termos do art. 16, inc. I, da LC nº 113/2005, proponho o voto pela regularidade das contas do exercício de 2024 do senhor Edson Jaques Santos, responsável pelo Instituto de Previdência de Esperança Nova no período.
Após certificado o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme os art. 398, § 1º, e 168, VII, do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO, por unanimidade, em:
Julgar pela regularidade das contas do exercício de 2024 do senhor Edson Jaques Santos, responsável pelo Instituto de Previdência de Esperança Nova no período, nos termos do art. 16, inc. I, da LC nº 113/2005.
Após certificado o trânsito em julgado desta decisão, remeter os autos à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme os art. 398, § 1º, e 168, VII, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-316249/25
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
INTERESSADO:-ADRIANO RAMOS, MARCELO ELIAS ROQUE, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
ADVOGADO / PROCURADOR: CLAUDIA JACOB ROCKEMBACH, LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO, LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE, MIRIAM CIPRIANI GOMES-CLAUDIA JACOB ROCKEMBACH, LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO, LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE, MIRIAM CIPRIANI GOMES
RELATOR:-CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 12/25 - SEGUNDA CÂMARA
Embargos de Declaração - Alegação de erro material na decisão – Embargos de Declaração anteriores opostos pelo ex-gestor e não pelo Município como constou na decisão recorrida - Conhecimento e provimento dos embargos – Correção do erro material.
RELATÓRIO
Trata-se de embargos de declaração interpostos por Marcelo Elias Roque, ex-gestor do Município de Paranaguá, em relação ao Acórdão 1457/25 (peça 66), que conheceu e deu provimento aos embargos de declaração opostos contra o Parecer Prévio nº 146/25 (peça 57), concedendo efeitos infringentes aos declaratórios, a fim de excluir a ressalva das contas do exercício de 2023.
Alega o embargante que os novos declaratórios visam exclusivamente corrigir erro material, uma vez que o Acórdão 1457/25 (peça 66) fez menção ao Município de Paranaguá como embargante e não ao seu ex-gestor Sr. Marcelo Elias Roque.
Ressaltou que os embargos foram opostos pelo ex-gestor Marcelo Elias Roque, conforme evidenciado nas peças nº 60 e 61. Considerando que os embargos foram interpostos em 2025, sob a gestão de um novo prefeito municipal, a correção do erro material foi considerada fundamental para evitar possíveis nulidades ou danos processuais às partes envolvidas, dada a natureza da prestação de contas do ex-gestor.
É o breve relatório.
FUNDAMENTAÇÃO
ADMISSIBILIDADE
Considerando que estão presentes os requisitos de admissibilidade do recurso, manifesto-me pelo seu conhecimento.
MÉRITO
Assiste razão ao recorrente ao afirmar que o recurso em análise é a modalidade apropriada para que o interessado possa esclarecer sua decisão, sanando eventuais vícios como omissão, obscuridade ou contradição, além de corrigir erros materiais.
Em que pese tenha sido excluída a ressalva das contas do exercício de 2023, em que figurava como gestor o Sr. Marcelo Elias Roque, já que as contas são do gestor e não do Município, este Relator não se opõe ao acolhimento dos embargos de declaração. A correção é pertinente para que conste de forma clara que o embargante anterior foi o ex-gestor, Sr. Marcelo Elias Roque e não o Município de Paranaguá, assegurando assim a correta atribuição de responsabilidades no processo.
- Dessa forma, voto no sentido de que a decisão consubstanciada no Acordão 1457/25 (peça 66), seja corrigida para que conste que o conhecimento e provimento, bem como os efeitos infringentes concedidos no Acórdão 1457/25 (peça 66) são relativos aos embargos de declaração opostos pelo ex-gestor, Sr. Marcelo Elias Roque e não pelo Município de Paranaguá como constou.
- Após o trânsito em julgado da decisão, pela remessa dos autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para os registros e medidas necessárias à efetivação das decisões exaradas neste feito.
- Encerrem-se os autos
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade, em:
Julgar no sentido de que a decisão consubstanciada no Acordão 1457/25 (peça 66), seja corrigida para que conste que o conhecimento e provimento, bem como os efeitos infringentes concedidos no Acórdão 1457/25 (peça 66) são relativos aos embargos de declaração opostos pelo ex-gestor, Sr. Marcelo Elias Roque e não pelo Município de Paranaguá como constou.
Após o trânsito em julgado da decisão, remeter os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para os registros e medidas necessárias à efetivação das decisões exaradas neste feito.
Encerrar os autos.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 24 de julho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 12.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente



Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Sem publicações

Conselheiro IVAN LELIS BONILHA

PROCESSO N.º: 671270/20
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE IBAITI
INTERESSADO: ANA CELIA DE OLIVEIRA, ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, DANILO JOSE GONCALVES, JUVENTINO ANTONIO DE MOURA SANTANA, MARCOS ALVES DE ALMEIDA, MUNICÍPIO DE IBAITI, ORLEY BARBOSA RIBAS JUNIOR, ROBERTO REGAZZO, SIDNEI BRAZ GOULART, WALDIRENE APARECIDA VIGILATO ROCHA
PROCURADOR/ADVOGADO: RAPHAEL ALEXANDRE SILVESTRI
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO: 1133/25
Considerando a juntada dos documentos apresentados pelo Município de Ibaiti à

peça 261, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para que os aprecie.
Publique-se.
Curitiba, 24 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 193235/22
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
INTERESSADO: ADEMAR NITSCHKE, BOLSA DE LICITACOES E LEILOES DO BRASIL, ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
PROCURADOR/ADVOGADO: AMANDA SCHNEIDER DE ALMEIDA PRIOTTO, JULIA VINHESKI, THIAGO ANTONIO DE LEMOS ALMEIDA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO
DESPACHO: 1146/25
Diante da análise contida na Instrução 131/25 – CAIS (peça 76), fica o Município de Ponta Grossa intimado, mediante a publicação deste despacho[1], sobre a necessidade de se comprovar, até a data de 15/12/2025, o cancelamento do convênio firmado com a BLL Bolsa de Licitações e Leilões e de encaminhar o procedimento licitatório a ser realizado para a contratação do serviço de oferta de plataforma digital, em cumprimento às determinações contidas nos itens I e II do Acórdão 497/25-STP (peça 67).
Retorne à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar – CAIS, em atenção ao contido no art. 175-S, IV[2], do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 25 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
__1__. RI. Art. 383 (...) § 4º Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação do ato no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)
__2__. Art. 175-S. Compete à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar: (Incluído pela Resolução n° 131/2025) (...) IV – monitorar o cumprimento das determinações e a implementação das recomendações expedidas em processos de sua competência. (Incluído pela Resolução n° 131/2025)

PROCESSO N.º: 457187/25
ENTIDADE: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 1163/25
Trata-se de Denúncia, com pedido de medida cautelar, apresentada por [art. 33 da Lei Complementar nº 113/05], em face de ato emitido pelo Prefeito do Município de [art. 33 da Lei Complementar nº 113/05] que dispõe sobre o pagamento parcelado de valores retroativos decorrentes de benefícios funcionais devidos aos servidores públicos municipais, relativos a exercícios anteriores, que estaria utilizando parte dos valores devolvidos pela Câmara Municipal.
Alegam os denunciantes que o ato teria criado uma obrigação financeira que extrapola o mandato do Chefe do Poder Executivo e o atual ciclo orçamentário, sem comprovação de lastro nos instrumentos de planejamento fiscal, afrontando diretamente as normas de finanças públicas (LRF, arts. 16 e 17) e o sistema de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA).
Apontam também supostas irregularidades relativas à ausência de contabilização de juros do débito e imposição de renúncia à ação judicial, havendo possibilidade de incidência de prescrição antes do pagamento.
Afirmam que este Tribunal firmou entendimento no Acórdão nº 256/25-STP (processo nº 435800/16), no sentido de que projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo para apreciação do Poder Legislativo que acarretem aumento de despesas devem estar acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que a norma deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
Ao final, pleiteiam pelo recebimento da Denúncia, com o deferimento da cautelar para efeito de suspender a eficácia do ato, em especial o seu cronograma de pagamentos e o prazo para adesão dos servidores e, no mérito, pela anulação do ato, com aplicação de sanções aos responsáveis, com base no art. 85 da Lei Complementar nº 113/2005.
É o relatório.
Preliminarmente, considero necessária a citação do Município denunciado para que se manifeste sobre os fatos narrados na exordial e sobre o pedido de medida cautelar, no prazo de 02 (dois) dias.
À Diretoria de Protocolo para proceder à citação, observado o disposto no art. 405 do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 25 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 433375/18
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
INTERESSADO: A. GERUNTHO FILHO & CIA. LTDA., ADELMAR GERUNTHO FILHO, C A F - SERVICOS MEDICOS LTDA, CARDIO VIDA CASCAVEL CLINICA MEDICA LTDA, CARLOS HENRIQUE HAMAMOTO MITSUGUI, CLINICA CARDIOLOGICA CASCAVEL LTDA, CLINICA DE PSIQUIATRIA DR RENATO UCHOA LTDA, CLINICA MEDICA JUAREZ LTDA - FISIO CENTER, CLINICA MEDICA SANTA EDVIRGES LTDA, CLINICA SALUTIS S/C LTDA, CLIVATI CLINICA MEDICA LTDA, DELLA PASQUA & SCHOELER LTDA, DORACI MARIA BACCIN, FELIPE HENRIQUE FAGUNDES MARCHIORO, FELIPE MARCHIORO SERVICOS MEDICOS LTDA, FISCO & SATO LTDA., GABRIEL BONOMETTI MARGRAF, GERALDO PANDOLFO, GERMANO BONAMIGO, GERSON LUIZ BREDT JUNIOR, JAIME LUÍS BASSO, JOSE ENERON DA SILVA TELLES, JOSE RENATO DA FROTA UCHOA JUNIOR, JOSE SILVESTRE DELLA PASQUA, LAURINDO SPEROTTO, LINO LADISLAU VINCENZI OSTROSKI, MAGALI DORNELES DOS SANTOS MENEZES (FALECIDO(A) EM 2018), MARCELO PANDOLFO, MARIA AMELIA STACH, MARIO CEZAR RODRIGUES JUAREZ, MARTA REGINA CLIVATI, MUNICÍPIO DE CÉU AZUL, OSTROSKI MEDICINA LTDA, P. TRANMONTIM MAQUES, PAULO TRANMOTIN MARQUES, PEREIRA E STACH OFTALMOLOGIA LTDA, SILVANA CARLA FISCO ROCHA, TAKASHI ONUKA, TAKASHI ONUKA E CIA LTDA
PROCURADOR/ADVOGADO: ALEXANDRE ARNALDO STACH, ANA CLARA PASTORI CEOLIN, DALVA FERNANDA RIBEIRO, DORALICE FAGUNDES DOS SANTOS MARCHIORO, ELYEZER RODRIGUES, FERNANDO GRUBER, IVAN SOMMARIVA, JACKSON MAFFESSONI, JOSE FALABELLA NETTO, JURANDIR RICARDO PARZIANELLO JUNIOR, LEONARDO PARZIANELLO, LIA ISABEL IAKMIU PENDIUK, LUCIANA ELIZABETE LENHART, LUIZ JADILMO BEDATTY, MARCIO BARRETO, MICHEL TRINDADE AMARILHO, NAURETE FONINI, TANIA CRISTINA DE PAULA SOMMARIVA, THIAGO EDUARDO SEEFELD
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO: 1164/25
Intimem-se Jaime Luís Basso e Germano Bonamigo para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se sobre o contido na Instrução 717/25 da Coordenadoria de Gestão Municipal (peça 418), apresentando todas as justificativas, informações, documentos, peças de processos administrativos e demais elementos que considerem pertinentes às razões que aduzam e ao esclarecimento dos fatos.
A ausência de resposta poderá resultar na procedência da tomada de contas extraordinária, com a aplicação, aos responsáveis, das sanções previstas na Lei Complementar Estadual 113/2005 e no Regimento Interno deste Tribunal – entre elas, a inclusão na lista dos responsáveis com contas irregulares e a aplicação de multas administrativas.
À Diretoria de Protocolo para atendimento, na forma regimental, e controle de prazo.
Após, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 25 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº: 663697/24
ENTIDADE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
INTERESSADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO: 1167/25
Trata-se de Requerimento Externo instaurado em virtude de ofício remetido pela Procuradoria-Geral do Estado para informar acerca do teor de ordem judicial proferida no âmbito do processo nº 0006819-80.2024.8.16.0004, do 15º Juizado Especial da Fazenda Pública de Curitiba.
O Juízo havia deferido tutela provisória em benefício do autor, Sr. JOSÉ CARLOS DA SILVA MAIA, para suspender os efeitos do Acórdão nº 1171/23-STP desta Corte de Contas que, em sede de Recurso de Revista, manteve a decisão consubstanciada no Acórdão nº 598/22-S1C, de minha relatoria, proferido na Tomada de Contas Extraordinária nº 639805/19.
Por força do Despacho nº 1564/24-GCILB (peça 7), este expediente foi encaminhado à então Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para os registros pertinentes, a fim de dar cumprimento à decisão judicial.
Após, mediante a Informação nº 395/25-DIJUR (peça 15), a Diretoria Jurídica noticiou que, no mérito, "a pretensão externada pelo autor foi julgada improcedente" pelo Poder Judiciário.
Declaro ciência de aludida decisão judicial de mérito.
Conforme bem ponderou a Diretoria Jurídica, com o resultado do julgamento pela improcedência da ação, a eficácia da tutela provisória concedida ao autor deixou de subsistir.
Em observância ao Despacho nº 3136/25-GP (peça 16), encaminhe-se à Coordenadoria de Medidas Executórias para que promova o levantamento da suspensão dos efeitos do Acórdão nº 598/22-S1C, mantido pelo Acórdão nº 1171/23-STP.
Após, retorne à Diretoria Jurídica para continuidade do acompanhamento da demanda.
Publique-se.
Curitiba, 28 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro

Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

PROCESSO Nº:-455036/25
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE APUCARANA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE APUCARANA, SOUTHERN MOWING SERVICOS LTDA
PROCURADOR:-
DESPACHO:-864/25
I. Trata-se de Representação da Lei de Licitação, com pedido cautelar, formulada por Southern Mowing Serviços Ltda, em face do Município de Apucarana em face da habilitação da empresa Nivisa Soluções Ambientais Ltda no Pregão Eletrônico n° 22/2025 cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação de serviços de corte raso, poda e coleta de resíduos vegetais.
II. A representação aponta a ocorrência de vício insanável na documentação apresentada pela empresa habilitada, consistentes em:
"a) Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) inválida, conforme parecer do próprio Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR);
b) Ausência de comprovação de vínculo empregatício do responsável técnico com a empresa licitante, em desacordo com as exigências do edital;
c) Apresentação de atestados técnicos sem a devida CAT, com objetos incompatíveis com o escopo do edital e, ainda, oriundos de municípios com população inferior a 50.000 habitantes, contrariando expressa disposição editalícia;
d) Falta de regularidade da empresa e de seu responsável técnico perante o CREA/CRBio."
III. Preliminarmente, observo que não há informações suficientes nos autos que permitam, nesse momento, realizar de forma adequada juízo de admissibilidade do feito.

IV. Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP/ para intimar, por meio de ofício, o Município de Apucarana, na pessoa de seu representante legal, para que em 5 (cinco) dias, conforme artigo 404 do Regimento Interno, contados da juntada do aviso de recebimento (AR) aos autos, apresente: (a) manifestação preliminar quanto aos fatos que servem de substrato a presente representação; (b) cópia integral dos autos do processo licitatório em análise; (c) informação quanto ao atual estado do certame, eventuais contratos dele derivados e respectivos pagamentos.
V. Após, regressem os autos para o exercício do juízo de admissibilidade.
Curitiba, 24 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-686634/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ
INTERESSADO:-AGNALDO CARVALHO GUIMARAES, ANTONIO CASAGRANDE, BALTAZAR BRAVO COCO, CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ, DAVID RENAN COSTA MIRANDA DOS SANTOS, FERNANDO JULIO NOGUEIRA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ, ROMUALDO DE JESUS BENATTI, RUBENS RIBEIRO DA SILVA
PROCURADOR:-
DESPACHO:-865/25
Por meio do Despacho n.° 405/25 – GCDA (peça 76), acatei o opinativo do Ministério Público de Contas (peça 57) e determinei a intimação do Município de São Jorge do Ivaí, na pessoa de seu representante legal, e do procurador jurídico da Câmara Municipal para apresentarem informações complementares. Nesta mesma oportunidade, determinei nova expedição de ofício ao Ministério Público do Estado do Paraná para encaminhar a este Tribunal de Contas cópia do Procedimento Preparatório n.° MPPR 0081.24.000094-3 em trâmite na Promotoria de Justiça de Mandaguaçu e que trata dos mesmos fatos analisados neste feito. Também solicitei informações sobre eventual conversão em inquérito civil e/ou ajuizamento de ação civil pública.
O Parquet Estadual apresentou resposta juntamente com a documentação pertinente às peças 83/85, da qual se extrai que o referido procedimento preparatório foi convertido em inquérito civil.
O procurador jurídico da Câmara Municipal também se manifestou à peça 92.
Porém, decorreu o prazo sem que houvesse resposta do Município.
Com isso, retornem os autos à unidade técnica e, na sequência, ao Ministério Público de Contas para as respectivas manifestações conclusivas.
Curitiba, 24 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-430475/25
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE IRACEMA DO OESTE
INTERESSADO:-FERNANDO AUGUSTO BRITO, MUNICÍPIO DE IRACEMA DO OESTE
PROCURADOR:-
DESPACHO:-867/25
Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido de medida cautelar, formulada por Fernando Augusto Brito em face do Município de Iracema do Oeste, em razão de possíveis irregularidades na Dispensa de licitação n.° 14/2025, que culminou na contratação do INSTITUTO DE PESQUISAS, PÓSGRADUAÇÃO E ENSINO DE CASCAVEL – IPPEC para a realização do Concurso Público n.º 01/2025.
O representante sustenta que o Município de Iracema do Oeste, por meio do Decreto n.º 041/2025, aprovou a contratação direta do Instituto IPPEC para a organização de seu concurso público. Alega que tal contratação se fundamentou no art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, porém o instituto contratado não possui a "inquestionável reputação ética e profissional" exigida pela legislação, uma vez que é alvo de investigações relacionadas a fraudes em concursos públicos, incluindo venda de cargos, direcionamento de licitações, preenchimento fraudulento de gabaritos, simulação de concorrência para burlar a lei e utilização de empresas laranjas.
Informa, ainda, que, em consulta ao Portal da Transparência do ente, a referida contratação não se encontra disponível para consulta, constando apenas o edital das contratações, o que viola o princípio da transparência.
Acrescenta que o Município tem priorizado modalidades de licitação presenciais em detrimento das eletrônicas, sem justificativa plausível, em desacordo com o previsto na Lei n.° 14.133/2021.
Instado a se manifestar preliminarmente, o Município informou que o Processo de Dispensa de Licitação nº 014/2025 (e não o Processo nº 015-2025, como mencionado inicialmente), está disponível na íntegra no Portal de Transparência do Município.
Quanto à adoção do sistema presencial nas licitações, sustentou que tal prática está respaldada pelo art. 176 da Lei n.° 14.133/2021, que prevê para os Municípios de menor porte um prazo para adaptação às exigências e formalidades, salientando que a realização do concurso público é um dos fatores para a adoção da modalidade eletrônica, considerando o investimento a ser despendido para capacitação dos servidores.
Afirmou que foram realizadas cotações com 7 (sete) bancas localizadas nas imediações do Município de Iracema do Oeste, sendo que o envio das solicitações de propostas foi motivado pela proximidade das empresas. Acrescentou que antes da formalização da solicitação foi realizada consulta no histórico dos sites institucionais de cada empresa, constatando-se que estavam ativas e realizando concursos em outros Municípios, razão pela qual foram solicitadas as cotações para a prestação do serviço.
Quanto à inquestionável reputação ética e profissional da empresa, o Município informou que, após a coleta de orçamentos, foram consultados todos os documentos necessários para a habilitação da empresa, incluindo certidões e declarações. Também declarou que foi realizada uma consulta neste Tribunal de Contas do Estado do Paraná e no sistema de Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), não sendo encontrado qualquer impedimento para o Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel – IPPEC.
Destacou que o Município não tinha conhecimento dos fatos apontados pelo representante e que as condições mencionadas não evidenciam indícios de irregularidades no processo de Dispensa de Licitação n° 014-2025 do Município.
Relatou que o referido concurso público foi realizado após a instauração do Inquérito Civil nº 0204.23.000452-3 pela Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Aurora, que tinha por objeto apurar possível desvio de função e burla de concurso público por parte do Município de Iracema do Oeste, em relação a 13 servidores comissionados.
Após diversas tratativas, firmou-se um Termo de Ajustamento de Conduta entre o Município e o Ministério Público Estadual, no qual o ente se comprometeu a realizar concurso público para o preenchimento de cargos e, após a homologação do concurso, proceder à exoneração dos 13 servidores comissionados.
Informou que, em razão disso, o Ministério Público Estadual tem acompanhado todas as etapas do processo do concurso público. Também destacou que este Tribunal de Contas está acompanhando o processo referente a este concurso público e, até o presente momento, não indicou irregularidade que possam comprometer a sua realização.
Por fim, comunicou que as provas foram aplicadas na data de 20.07.2025, estando aguardando a correção das provas realizadas e a divulgação do resultado.
É o relatório.
Ao cotejar as alegações apresentadas na exordial com os esclarecimentos trazidos em sede de manifestação preliminar, verifico que não restou demonstrado, ao menos nessa fase de cognição sumária, a plausibilidade jurídica necessária para a concessão da medida cautelar.
Observa-se que o processo administrativo de dispensa de licitação encontra-se disponibilizado no Portal da Transparência do Município. Também cabe ressaltar que não prospera a alegação de irregularidade na realização de licitação presenciais em detrimento das eletrônicas, tendo em vista que, por se tratar de Município de pequeno porte, tal prática está respaldada pela Lei n.° 14.133/21.
Quanto à alegação de que a empresa contratada não demonstrou inquestionável reputação ética e profissional, entendo que, ao menos com base nos elementos contidos até o momento nos autos, não restou evidenciada a plausibilidade jurídica em relação a esse ponto, tendo a Municipalidade demonstrado que adotou os procedimentos necessários para averiguar a idoneidade da empresa a ser contratada.
Logo, acolho os esclarecimentos apresentados pela Municipalidade e deixo de conceder a medida cautelar.
Quanto ao juízo de admissibilidade do feito, entendo necessário, primeiramente, solicitar informações complementares à unidade técnica.
Desse modo, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP) para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente manifestação a fim de subsidiar o juízo de admissibilidade desta representação, devendo informar, inclusive, se a referida contratação do IPPEC para a realização do concurso público n.º 01/2025 foi analisada em procedimento específico deste Tribunal de Contas.
Curitiba, 24 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-394916/25
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, JACIR DANELLI, MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU
PROCURADOR:-
DESPACHO:-879/25
I. Trata-se de Representação formulada pela Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu noticiando o descumprimento de jornada de trabalho por servidora pública do Município de São Pedro do Iguaçu. A inicial aponta que a servidora em questão possui carga horária de 40 horas semanais em São Pedro do Iguaçu, a qual não vem sendo cumprida desde que passou a exercer de maneira cumulativa cargo público em outro Município.
II. Solicitadas informações preliminares, o Município representado informou já ter respondido à Representação n° 362274/24 que versou sobre irregularidades na redução de carga horária de servidores e que em agosto de 2024 a carga horária foi adequada. Especificou que quanto à servidora mencionada na inicial, houve ajuste com a Administração Pública de modo que foi realizado acordo de redução de jornada com os descontos correspondentes que se deram de setembro a dezembro de 2024.
Com a troca de gestão em janeiro de 2025, a servidora gozou de férias em janeiro e novamente solicitou a concessão da redução da carga a partir de fevereiro de 2025.
Após inúmeros debates, houve a negativa na concessão do benefício de redução de jornada e, então, a servidora solicitou a sua exoneração do cargo público, a qual foi concedida pela Portaria n° 270/25 de 26 de maio de 2025, tendo descontado as horas não laboradas relativas aos meses de fevereiro, março, abril e maio.
Aduziu que a servidora ocupava o cargo desde 2016 e sua nomeação a cargo público do Município de Ouro Verde do Oeste ocorreu em 16 de fevereiro de 2024, não tendo conhecimento da acumulação de cargos.
Não promoveu a abertura do PAD porquanto a servidora foi notificada a retornar à carga horária de 40 horas semanais em 16 de maio de 2025 e sua exoneração se deu em 26 de maio de 2025.
III. Consoante se verifica, as informações do Município foram corroboradas pela documentação comprobatória dos fatos. No que pertine ao exercício de 2025, o imbróglio a respeito da redução de jornada perdurou nos primeiros meses do ano e, após a negativa pela municipalidade, a servidora pediu a exoneração, tendo sido descontadas quando da ruptura do vínculo com o Município os valores correspondentes às horas não trabalhadas.
No que tange ao exercício de 2024, também foram descontadas as horas não laboradas pela servidora, situação que restou demonstrada pelas folhas de pagamentos do período.
IV. Desta forma, tendo em vista que a situação trazida na inicial restou identificada pelo Município que também promoveu as medidas que reputou pertinentes para a compatibilidade entre as jornadas de trabalho e remuneração, tendo ao cabo a servidora requerido sua exoneração do cargo, compreende-se que houve a perda do objeto da Representação, restando obstada a análise de mérito do feito, razão pela qual deixo de receber o presente expediente.
V. Encaminhe-se ao Ministério Público de Contas para ciência e, posteriormente, retornem os autos conclusos para aguardar o decurso do prazo recursal e para

comunicar em sessão do Tribunal Pleno, em conformidade com o artigo 436, parágrafo único, IV, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITCEPR).
VI. Na sequência, à Diretoria de Protocolo para encerramento, com fulcro no artigo 398, § 2º, do RITCEPR, e arquivamento, nos termos do artigo 168, VII, do mesmo diploma regimental.
Curitiba, 25 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO

PROCESSO N.º: 443178/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA
INTERESSADOS: DABE CONFECCOES LTDA, DAVID RAFAEL FERREIRA DE SOUZA, MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA
PROCURADORES:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO N.º: 847/25

Trata-se de Representação da Lei de Licitações (peça 03), apresentada pela Dabe Confecções Ltda., em face do Pregão Eletrônico n.º 36/2025 promovido pelo Município de Jaguariaíva, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes escolares.
Na exordial, o Representante informa que: "anteriormente, houve a publicação do edital – Pregão Eletrônico 24/2025, também para aquisição de uniformes escolares, sendo na oportunidade impugnado por esta empresa, tendo em vista o ínfimo prazo concedido para apresentação das amostras e a quantidade absurda de 164 laudos a serem apresentados. Em resultado, houve a revogação do certame." (peça 03, fl. 01).
Contudo, o autor sustenta que ainda que se trate de novo procedimento licitatório com alteração no prazo para apresentação de amostras, persistem supostos vícios no processo licitatório, notadamente possível indícios de direcionamento e exigências que comprometem a ampla competitividade. Ainda, ressalta a ausência de publicidade do Estudo Técnico Preliminar, em desacordo com a Lei n.º 14.133/2021 e a IN SEGES n.º 58/2022, bem como a exigência de composições não usuais e a manutenção da obrigação de apresentar 164 (cento e sessenta e quatro) laudos a serem entregues na fase das amostras, número que considera desproporcional.
Ademais, realizou comparações com pregões anteriores, quais sejam n.º 98/2022 e n.º 59/2023, o que supostamente reforçam a incoerência da atual exigência, visto que aqueles adotaram composições e número de laudos compatíveis com a realidade do setor.
Frente ao exposto, o Representante conclui que: "houve falha no ETP pela Prefeitura em não observar as especificações usuais de mercado e exigir tão somente os laudos necessários para atestar a qualidade e não utilizando tais documentos como um meio dificultador para diversos interessados da área em participar da contratação." (peça 03, fl. 03).
Por fim, requer (peça 03, fl. 03):
a) O conhecimento desta representação;
b) Concessão de medida cautelar para suspensão do Pregão Eletrônico nº 36/2025;
c) Determinação para que a Prefeitura de Jaguariaíva/PR apresente os estudos técnicos e justificativas;
d) Aplicação das sanções cabíveis em caso de direcionamento;
e) Comunicação formal à Prefeitura para imediata retificação do edital ou revogação do certame.
É o relatório.
O presente feito foi a mim distribuído por sorteio, conforme Termo de Distribuição n.º 3889/25 (peça 06). No entanto, verifico a existência de conexão com o processo de Representação da Lei de Licitações – Pregão n.º 354876/25, de minha relatoria.
Desta forma, considerando que o processo de Representação da Lei de Licitações – Pregão n.º 354876/25 possui o mesmo objeto da presente Representação, e com fundamento no art. 364, caput, do Regimento Interno[1], encaminhem-se o feito à Diretoria de Protocolo, para que promova o apensamento desta Representação à Representação da Lei de Licitações – Pregão n.º 354876/25, devendo este último figurar como processo principal e, logo após, para que promova intimação do Município de Jaguariaíva, na pessoa de seu representante legal, para que apresente manifestação quanto aos apontamentos de supostas irregularidades constantes no presente feito, especialmente quanto a medida cautelar pleiteada em face do Pregão Eletrônico n.º 36/2025, que será apensada ao principal, no prazo de 05 (cinco) dias.
Publique-se.
Curitiba, 18 de julho de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
1. Art. 364. O apensamento é a vinculação de um processo a outro, determinado pelo Relator, para fins de análise e decisão única, de modo uniforme para os processos apensados.

PROCESSO N.º: 420526/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ
INTERESSADOS: EMBRACOL TRANSPORTES LTDA, MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ, RILDO BERNARDES DE CAMARGO
PROCURADORES:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO N.º: 883/25

Retornam os autos de Representação da Lei de Licitações, com pedido cautelar, apresentada por EMBRACOL TRANSPORTES LTDA[1], em face do MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ[2], devido a supostas irregularidades contidas no Pregão Eletrônico n.º 024/2025, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de TRANSPORTE ESCOLAR, com fornecimento de veículos, motoristas devidamente habilitados e demais encargos, destinados aos alunos da Rede Pública de Ensino Estadual e Municipal, bem como da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), no trajeto casa/escola e escola/casa, em rotas localizadas nas áreas rurais e urbanas do Município de São Pedro do Ivaí – PR" (peça 4, fl. 1).
A Representante alega, em síntese, que o Edital do certame se encontra, aparentemente, eivado de irregularidades passíveis de ofensa ao interesse público, à economicidade, à eficiência, à igualdade, à impessoalidade, à isonomia, à legalidade, à moralidade e à probidade administrativa.
Nesse sentido, segundo a Representante: a) não foi quantificada, na planilha de composição de preço das propostas, anexa ao edital (Anexo VII), os custos com os monitores, exigidos para a operação das linhas 2 e 3 do transporte escolar; b) o item 19.2 do Termo de Referência incorre em equívoco ao prever que o reajuste se dará pela aplicação do INPC/IBGE, visto que os serviços a serem prestados no presente certame referem-se a serviços contínuos com predominância de mão de obra, o que atrai a aplicação do art. 135 da Lei n.º 14.133/2021, e, portanto, o edital deve prever a repactuação mediante demonstração analítica da variação dos custos, com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra; c) é ilegal e desproporcional a exigência de apresentação dos documentos complementares, pelo licitante melhor classificado, no prazo de 2 horas; d) não há razões para a Administração deixar de informar se a prestação de serviços iniciar-se-á no ano letivo de 2025 ou no ano letivo de 2026, em atenção à boa-fé objetiva; e) o item 16.8 do Edital estabelece multa de 0,5% por dia de atraso sobre o valor total da operação (e não sobre o valor da parcela inadimplida), em violação ao princípio da razoabilidade previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
Ao final, a Representante pleiteia a concessão de medida cautelar para suspender o certame e, no mérito, a readequação do edital, nos termos da Representação.
Pelo Despacho n.º 769/25 – GCFSC (peça 12), previamente ao juízo de admissibilidade e análise da medida cautelar requerida, determinei a intimação do Representado, na pessoa de seu representante legal, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para apresentação de manifestação preliminar quanto às alegações de supostas irregularidades constantes na presente Representação.
O Representado se manifestou às peças 15/20, afirmando que "a improcedência da representação é à medida que se impõe em razão de que todos os atos administrativos, foram amparados pela Constituição, leis, princípios, jurisprudência e doutrinas, demonstrando a ausência total de fundamentação das alegações da Representante, devendo esta ser arquivada ou julgada improcedente." (peça 15, fl. 14).
Para tanto, alega, em síntese, que:
(i) a Representante não participou do certame, carecendo de legitimidade para a apresentação da Representação, inexistindo qualquer dano à empresa ou ao erário e que a Representação não poderia ser utilizada como uma ferramenta de contestação abstrata ou de interesses particulares;
(ii) o processo licitatório foi regularmente precedido de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, devidamente instruídos e compatíveis com os princípios do planejamento e eficiência previstos na Lei n.º 14.133/2021;
(iii) a contratação dos monitores escolares nas Linhas 2 e 3 foi informada no Termo de Referência e considerada pelas empresas participantes, sendo incluída pela empresa vencedora do certame, de modo que a suposta "inexequibilidade" alegada não se sustenta na prática;
(iv) a repactuação seria um instituto complementar ao reajuste, de modo que a aplicação do INPC como índice de reajuste seria uma prática comum, e que a apresentação de planilha de custos já contemplaria a previsão do art. 135 da Lei de Licitações sobre repactuação;
(v) o prazo de 2 horas para o envio dos documentos complementares está fundamentado na necessidade de agilidade e eficiência no processo licitatório, sendo que o serviço de transporte escolar seria de baixa complexidade e que por isso, a celeridade na apresentação desses documentos é fundamental para que a contratação seja formalizada rapidamente, além de ser possível a prorrogação do prazo pela Pregoeira, caso solicitado;
(vi) a fixação da multa de 0,5% por dia de atraso sobre o valor total da operação decorre da necessidade de desestimular atrasos na execução de um serviço essencial à política pública educacional, e que a cláusula foi estruturada para garantir resposta imediata à inadimplência, preservando o interesse público e o direito à educação dos estudantes; e
(vii) conforme item 16.1 do Edital, o início da prestação dos serviços se dará imediatamente após a formalização contratual e emissão da Ordem de Serviço, com início previsto para o segundo semestre letivo de 2025, o que é plenamente coerente com o calendário escolar municipal.
Por fim, destaca que caso o certame venha a ser suspenso por decisão cautelar, o Município considera adotar a contratação emergencial com a empresa vencedora do certame, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.
É o relato.
Retornam os autos a este Relator, para análise da concessão da medida cautelar pleiteada pela Representante em sua exordial e juízo de admissibilidade.
Compulsando aos autos, constata-se que, aparentemente, as alegações trazidas no bojo da Representação detêm fundamento, pois apesar de instada a realizar as adequações, a Representada negou de forma integral a mudança das cláusulas do edital, mesmo as que seriam de fácil mudança, sem qualquer tipo de impacto, como a indicação do ano-letivo ao qual o edital se refere.
Contudo, no caso concreto, em face da natureza do objeto da representação (transporte escolar rural e urbano de crianças e de pessoas com deficiência), e do fato de que já há um vencedor no certame, que começará a realizar os serviços no prazo de 5 dias após a expedição da Ordem de Serviço, conforme cláusula 16.1 do edital do certame, a concessão da medida cautelar, no presente caso, poderá originar um dano inverso, que ocorre quando o dano resultante da concessão da medida for superior ao que se deseja evitar, pelo fato de poder gerar dano irreparável à parte contrária, no caso, toda a população do Município de São Pedro do Ivaí. Por essa razão, indefiro o pedido cautelar de suspensão do certame, diante da magnitude do dano inverso que poderá ocorrer a partir da adoção de tal medida.
Contudo, para melhor análise de mérito dos apontamentos de possíveis irregularidades destacadas pela Representante à peça 3, entendo pelo recebimento da presente Representação para melhor apreciação técnica e o seu regular trâmite.
Portanto, considerando que estão presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e seguintes da Lei Complementar n.º 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno, entendo pelo RECEBIMENTO da presente Representação, para aprofundamento do mérito que envolve a presente Representação e INDEFIRO o pedido de medida cautelar pelas razões expostas.
Diante do exposto, decido:
1) RECEBER o presente expediente como Representação da Lei de Licitações, nos

termos da fundamentação e com fundamento no art. 32, XII do Regimento Interno[3], para melhor apreciação técnica e o seu regular trâmite.
2) Encaminhar os autos à Diretoria de Protocolo para:
(i) AUTUAÇÃO, como interessados:
- MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ;
- RILDO BERNARDES DE CAMARGO, Prefeito do Município
- DÉBORA PEREIRA BATISTA BIAZIM, Pregoeira;
- LUCIANA FONSECA, Secretária de Educação, Cultura e Esportes, responsável pelo Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência;
- ADRIANA MARQUES DA FONSECA, Diretora do Departamento de Licitação, responsável pelo Edital; e
- ÉDER DOLCI ISALBERTI, Secretário Municipal de Compras, corresponsável pelo Termo de Referência.
(ii) CITAÇÃO, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos arts. 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno[4]:
- do MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ, por meio de seu representante legal;
- de RILDO BERNARDES DE CAMARGO, Prefeito do Município;
- de DÉBORA PEREIRA BATISTA BIAZIM, Pregoeira;
- de LUCIANA FONSECA, Secretária de Educação, Cultura e Esportes, responsável pelo Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência;
- de ADRIANA MARQUES DA FONSECA, Diretora do Departamento de Licitação, responsável pelo Edital; e
- de ÉDER DOLCI ISALBERTI, Secretário Municipal de Compras, corresponsável pelo Termo de Referência.
Os interessados terão o prazo de 15 (quinze) dias úteis para se manifestarem sobre os termos desta Representação, juntando aos autos os documentos que entenderem relevantes para o deslinde do feito.
Transcorrido o prazo para a apresentação de defesa, encaminhe-se os autos à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar e ao Ministério Público de Contas para manifestações.
Publique-se.
Curitiba, 24 de julho de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____

__1__. REPRESENTANTE.
__2__. REPRESENTADO.
__3__. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro: (...)
XII - exercer o juízo de admissibilidade, presidir a instrução, relatar e adotar as medidas necessárias, inclusive de natureza cautelar, nos processos de denúncia e representação, bem como na hipótese do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e nas comunicações originárias da Ouvidoria; (Incluído pela Resolução nº 58/2016)
__4__. Art. 278. A denúncia e representação tramitarão em regime de urgência, devendo: (Redação dada pela Resolução n° 2/2006) (...)
II - em 10 (dez) dias ser despachada pelo Conselheiro Relator, que mandará citar o responsável para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, observado o disposto nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso II, do art. 35, da Lei Complementar n° 113/2005; (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)

Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Sem publicações

Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Sem publicações

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

PROCESSO N º:-389246/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE SARANDI
INTERESSADO:-CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS SANTA PAULA LTDA, MUNICÍPIO DE SARANDI
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-AMANDHA OBERST JACINTO, MAURICIO DOMINGOS
DESPACHO:-986/25
DESPACHO
Tratam os autos de Representação, com pedido de medida cautelar, apresentada nos termos do artigo 170, § 4º, da Nova Lei de Licitações[1] pela empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SANTA PAULA LTDA, em face do MUNICÍPIO DE SARANDI/PR, dando conta de possíveis irregularidades no procedimento licitatório de Pregão Eletrônico n° 9-0012/2025, cujo objeto é o "Registro de Preços para contratação de empresa especializada para realização de coleta e análises clínicas de exames laboratoriais, que será o custeados com recursos da Resolução o SESA nº 1413/2023 e parte pela Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR, destinado aos pacientes atendidos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), Vigilância Epidemiológica, SAE/CTA, Auditoria e Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas do Município de Sarandi/PR.", com valor máximo de contratação de R$ 2.674.696,40, critério de seleção de menor preço por lote e sessão realizada no dia 11/04/2025.
Como anteriormente pontuado, aduz a representante que o Município teria aceitado a proposta da empresa LABORATÓRIO GALLI LTDA. sem que esta tenha cumprido as disposições do Edital. Defende que o pregoeiro não seguiu o procedimento previsto no item 35 do edital[2], que previa a apresentação e proposta pelo valor total do lote, e exigiu que as propostas fossem apresentadas em grupos de 10 itens, justificada como limitação do sistema "compras.gov.br", o que teria prejudicado a empresa e contrariado disposição expressa do edital. Argumenta que a proposta vencedora possuiria indícios de inexequibilidade, por ser 66% inferior ao valor máximo cotado pela Administração e não foram realizadas diligências com a finalidade de comprovar a exequibilidade. Por fim, defende que a empresa vencedora teria apresentado documentação da Matriz e da filial de modo alternado, em descumprimento à exigência do edital de que a documentação deve ser vinculada ao estabelecimento que irá prestar os serviços.
Requereu o reconhecimento de nulidade da sessão de 11/04, com determinação de alteração ou republicação do edital; a desclassificação da empresa LABORATÓRIO GALLI LTDA. e, alternativamente, a realização de diligências para confirmação da real viabilidade da proposta.
Previamente ao juízo de admissibilidade e análise do pedido cautelar, determinei a oitiva do Município para manifestação prévia, conforme Despacho nº 739/25-GCAZ[3].
Após prorrogação de prazo[4], em resposta, o Município apresentou esclarecimentos acerca dos pontos apontados como irregulares e a íntegra do processo licitatório[5].
É o breve relatório.
A análise detida das informações constantes no processo é suficiente para se concluir pela inadmissibilidade da representação.
A argumentação da representante é afeta a três questões diversas, sendo que nenhuma restou demonstrada com indícios mínimos a justificar a admissibilidade da representação.
Primeiramente, a argumentação de que a proposta era exigida pelo valor do lote e seria irregular a exigência de apresentação por itens, para o qual não estava preparada, com violação aos princípios da licitação, não se sustenta.
As afirmações são ilógicas dentro das previsões do edital e da própria definição de licitação por lotes/grupos. Esta consiste exatamente na junção de vários itens para aquisição conjunta e não uma aquisição de um lote global independente dos itens que a compõem.
Daí se extrai a impossibilidade de sua afirmação no sentido de estar preparada apenas para a licitação por lote. Ora, partindo-se da premissa de que o lote é composição dos itens é inequívoco que a licitante deveria ter o preço e o quantitativo de todos os itens que compõem o lote para chegar no seu valor.
Veja-se que o edital trouxe a previsão de que a proposta deveria ser decomposta em itens, com indicação do preço e quantidade desde a proposta inicial, conforme item 20:
20 O licitante deverá enviar sua PROPOSTA INICIAL mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
I. valor unitário do item;
II. quantidade do item cotado (não poderá ser diferente da descrita na Tabela 1 do Anexo I);
Na manifestação preliminar o Município justificou tecnicamente a adoção da licitação por lote/grupo, no sentido de permitir a realização de mais de um exame a partir de cada coleta e que a ausência de indicação do preço de cada um dos itens poderia levar ao jogo de planilhas, o que se revela correto.
Sobre a alegação de fracionamento dos itens em grupos de 10 pelo sistema, o Município informou que apesar dessa informação padrão, o sistema compras.gov.br abre e mantém disponíveis todos os itens que compõem os lotes de modo simultâneo, o que ocorreu por mais de uma hora no certame em análise, e exige o cadastro do preço de cada item para composição do lote, inexistindo no sistema possibilidade de lance pelo valor global de cada lote. Argumentou que, a redação literal do item 35 do edital deve ser considerada de modo conjunto com as demais disposições, em uma interpretação sistemática, considerando que várias disposições exigiam a apresentação dos preços unitários.
A manifestação do Município se revela correta, descabe uma interpretação meramente literal do item 35, tendo em vista as demais disposições do edital, a própria lógica da licitação por lotes/grupos e a necessidade de se evitar jogo de planilhas, com a indicação do preço de cada item que compõe o lote. O que se revela a partir da referida disposição, apesar de sua ambiguidade, é o valor pelo qual se considerará a proposta na classificação entre elas, especialmente pelo fato de dispor sobre a fase competitiva.
Sobre a inexequibilidade da proposta, é fato que a legislação traz previsão de desclassificação de propostas inexequíveis, ao passo que prevê uma presunção relativa quando inferiores a 75% do valor orçado pela administração no caso de serviços de engenharia[6].
No caso, o edital do certame ainda trouxe no item 59 que as propostas com valor inferior a 50% do valor orçado pela administração teriam indício de inexequibilidade e previu diligências para comprovação desse indício, ao passo que o item 60 previu a possibilidade de diligências caso existissem indícios de inexequibilidade[7].
A tese da representante foi no sentido de que a apresentação de proposta com 66% de desconto em relação ao preço orçado pela administração seria indício que obrigaria a realização da diligência prevista em edital, o que tornaria a classificação da primeira colocada, sem essa efetivação, irregular.
Ocorre que a previsão legal não constitui obrigação de consideração da inexequibilidade, e sim uma presunção relativa, cujo entendimento foi fixado na Súmula 262 do TCU, ainda na vigência da Lei 8.866/93:
Súmula 262 – O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas a e b, da Lei nº 8.666/1993, conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
Veja-se que a obrigatoriedade de dar a possibilidade de o proponente demonstrar a exequibilidade da proposta era medida adequada quando a administração entendia, por presunção legal, que a proposta era inexequível, consistente em uma obrigação em favor da preservação da proposta com o menor preço.
A questão em análise vai além, porque o Município sequer entendeu necessária a realização da diligência, a par de o valor da proposta ser substancialmente inferior ao valor orçado pela administração.
Na manifestação preliminar a justificativa se revelou rasa, no sentido de que seria comum a existência de descontos superiores a 50% em certames dessa natureza. A realidade é que esse percentual de desconto não se revela normal e demonstra ou indício de inexequibilidade ou inadequação da pesquisa de preços realizada, até por fatores alheios à administração.
Não obstante, o que interessa à análise da admissibilidade da representação consiste, assim, na legalidade do tratamento desse indício pela administração, sempre com a premissa de que a busca pelo menor preço, critério de seleção do fornecer no caso, é a razão do certame.
No contexto, a justificativa apresentada na resposta ao recurso administrativo foi no sentido de que "A proposta vencedora foi aceita pela Administração sem necessidade de diligência, amparada por documentação técnica e atestados de capacidade

operacional".
A análise do processo revela que, diferentemente das obras e serviços de engenharia, a nova legislação não traz uma presunção de inexequibilidade em razão do percentual de desconto sobre o preço máximo para o objeto licitado, ao passo que o edital trouxe essa presunção como indício que poderia ensejar a realização de diligências pelo pregoeiro, especificamente para demonstrar: I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, condições constantes no item 59.1 do edital.
Veja-se que o edital não estabeleceu uma obrigatoriedade da diligência. Na realidade trouxe a previsão de um indício que poderia ser confirmado com as medidas constantes no item 59 do edital ou com as diligências do item 60. A afirmação de que a documentação técnica e atestados de capacidade técnica demonstraram a capacidade da empresa para executar o objeto foi reputada suficiente para afastar o indício consistente no alto percentual de desconto constitui análise de acordo com o edital e medida que consiste em mérito administrativo.
A argumentação do representante é baseada exclusivamente no percentual de desconto, o que foi tratado pela administração. A diligência, no caso, não é imposição legal, de modo que descabe sua imposição sem elementos que demonstrem a insuficiência da atividade administrativa na valoração da proposta ou inexistência dos fundamentos apresentados.
Daí que não cabe a incursão do controle externo dentro desta análise, já que a diligência era facultativa pela previsão editalícia. Apenas a demonstração, pelo representante, de que aqueles elementos inexistem, ou de que as condições dos incisos I e II do art. 59 estariam configuradas justificariam a revisão do mérito administrativo pela Corte, por inexistência dos motivos determinantes do ato.
Isso porque, no caso, não se trata de descumprimento da legislação ou de cláusula expressa do edital, mas valoração da suficiência, ou não, dos elementos já constantes no processo licitatório para a consideração de exequibilidade da proposta ou realização de diligências para que o proponente comprovasse a exequibilidade.
Tendo o Município avaliado a proposta, com ciência do alto percentual de desconto e considerado, em razão da documentação constante nos autos do processo licitatório, que a empresa possui capacidade de executar o objeto licitado no preço ofertado, descabe nova valoração desses elementos de mérito administrativo pela Corte.
Por fim, a alegação de que haveria ilegalidade na participação da empresa em razão da apresentação de documentos da matriz restou esclarecida, deixou-se claro no processo licitatório que a empresa participou a partir de sua matriz, com indicação de seu endereço no Município de Paiçandu na proposta[8] e apresentação de todos os documentos a ela referentes, afirmação incontroversa constante no próprio corpo da representação.
O que restou indicado no procedimento como dentro do Município é o posto de coleta, para o qual a empresa indicou a localização de sua filial, o que atende ao item 65 do edital[9], bem como ao item 9 – II[10], que exigia a existência de ponto de coleta local. O mero uso de espaço de filial não representa que esta realizará os serviços. Ademais, a interpretação da representante no sentido de vincular o estabelecimento da licitante à localização do posto de coleta levaria a uma situação na qual apenas empresas com sede ou filial no Município poderiam participar do certame, o que até afastou nas suas alegações e seria contrário ao princípio da ampla competitividade.
Dessa forma, restaram esclarecidas as supostas irregularidades apontadas na representação, decorrentes da sistemática da licitação por lotes/grupos e correta interpretação do edital, não existe justificativa para admissibilidade da representação.
Ante o exposto, considerando que as irregularidades alegadas na inicial restaram afastadas com a análise da manifestação preliminar e da íntegra do processo licitatório, concluo não haver fundamentos hábeis a ensejar o recebimento da presente exordial, motivos pelos quais, com fundamento no art. 32, XII, e 276, §3º, ambos do RITCEPR, deixo de receber a presente Representação.
Considerando o não recebimento da representação, deixo de conceder a cautelar pleiteada, uma vez que ausentes os requisitos legais, especialmente o fumus boni iuris, tendo em vista os fundamentos apresentados.
Para além, diante do juízo negativo de admissibilidade da presente Representação, determino:
a) A remessa do processo ao Ministério Púbico de Contas para ciência deste despacho;
b) Comunicação desta decisão ao Tribunal Pleno na forma do art. 436, parágrafo único, IV, do RITCE/PR;
c) Após, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do artigo 398, §2º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
Publique-se.
Gabinete, em 25 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. *Art. 170. Os órgãos de controle adotarão, na fiscalização dos atos previstos nesta Lei, critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco e considerarão as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação, observado o disposto no § 3º do art. 169 desta Lei.*
(…)
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.
2. *35 O LANCE deverá ser ofertado pelo valor total do lote.*
3. *Peça nº 12.*
4. *Peça nº 19.*
5. *Peças nº 23-30*
6. *Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:*
I - contiverem vícios insanáveis;
II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.
§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.
§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.
7. *59 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*
59.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
60 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
8. *Peça 30, pág. 74.*
9. *65 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos devera o estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos devera o estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.*
10. *CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO*
9 LOTE 01 - Do local e prazos para coleta dos materiais:
(...)
II. O munícipe se apresentará no ponto de coleta dos materiais (deverá ser no Município de Sarandi/PR, de forma a evitar o deslocamento dos munícipes para outras cidades), entregando o termo de autorização para que seja coletado os materiais e posteriormente realizar as análises clínicas e apresentar os resultados dos exames.

PROCESSO N º:-238783/25
ORIGEM:-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
INTERESSADO:-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-987/25
DESPACHO
Trata-se de processo de Homologação de Recomendações em decorrência de fiscalização desempenhada, em caráter extraordinário ao PAF, realizada pela 1ª Inspetoria de Controle Externo (1ª ICE), no âmbito da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), tendo como foco a integridade das informações contábeis, relativas à caixa e equivalentes da SANEPAR, cujas recomendações sugeridas foram homologadas pelo Acórdão nº 1069/25-STP[1].
Conforme Instrução nº 25/25-1ICE[2], de modo geral, a entidade vem cumprindo adequadamente as recomendações, com indicação específica daquelas implementadas e daquelas em processo de implementação.
Diante do contexto e da natureza das providências necessárias ao atendimento das recomendações expedidas, entendo adequado o opinativo da unidade técnica pela concessão de prazo de 180 dias para atendimento das recomendações que se encontram em fase de implementação.
Assim, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para que providencie a INTIMAÇÃO da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, via ofício, com aviso de recebimento, para que, no prazo de 180 dias, apresente relatório detalhado das ações implementadas, evidenciando de forma clara e objetiva o progresso alcançado na execução de medidas para cumprimento das recomendações homologadas pelo Acórdão nº 1069/25-STP pendentes de cumprimento.
Após, retornem.
Gabinete, em 25 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. *Peça nº 7.*
2. *Peça nº 12.*

PROCESSO N º:-431366/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE RIO NEGRO
INTERESSADO:-ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, DAVANTI ENGENHARIA LTDA, MUNICÍPIO DE RIO NEGRO
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-CAMILA LUNARDI STEINER, MARCELO BEAL CORDOVA
DESPACHO:-988/25
DESPACHO
Retornam os autos de Representação da Lei de Licitações, nos termos do art. 170, §4º, da Lei n.º 14.133/2021, formulada pela empresa DAVANTI ENGENHARIA LTDA contra o MUNICÍPIO DE RIO NEGRO/PR, por meio da qual relata possíveis irregularidades na interpretação e execução da Ata de Registro de Preços n.º 343/2024[1], oriunda do Pregão Eletrônico n.º 091/2024, cujo objeto se consubstancia na "Elaboração de projetos de engenharia para pavimentação de vias públicas", conforme especificações previstas no Edital e Termo de Referência[2].
A empresa Representante alega ter sido contratada para elaboração de projetos executivos de engenharia com levantamento topográfico para pavimentação de diversas vias públicas do município, incluindo projetos de calçadas e rampas de acessibilidade, com quantitativo estimado de 200.000,00 m².
Relata ter executado projetos para diversas ruas, totalizando 123.605,81 m² considerando tanto pista quanto calçada, mas que ao apresentar a primeira medição dos serviços, foi informada que as extensões de calçada deveriam ser excluídas da medição, permanecendo apenas as extensões de pista (101.151,74 m²), resultando em alegado prejuízo de R$ 22.454,07.
Nesse contexto, a Representante aponta as seguintes irregularidades no procedimento, em síntese:
a) Interpretação inadequada do Termo de Referência: O município teria excluído indevidamente as áreas de calçadas do cálculo de pagamento;
b) Enriquecimento ilícito da Administração: A execução de serviços de projeto de calçadas sem a correspondente remuneração configuraria enriquecimento ilícito, violando princípios constitucionais;
c) Inconsistência entre especificação técnica e forma de pagamento: O Termo de Referência exige a elaboração de projetos de calçadas, mas estas não seriam remuneradas, criando contradição interna no instrumento convocatório.
Em nova petição[3], a Representante requereu, em caráter de medida cautelar, a

determinação da "escorreita medição dos serviços, por m² de projeto, sem exclusão das calçadas", baseando-se, em parte, na alegação de que o Edital de Pregão Eletrônico n.º 039/2025, com objeto semelhante, teria sido lançado sem a vedação à medição do m² de calçadas.

Preliminarmente ao juízo de admissibilidade e da análise do pedido cautelar, requereu-se a manifestação prévia do Município, nos termos do caput do art. 404[4] do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, a fim de que se manifestasse acerca de cada um dos supostos vícios apontados pela Representante, assim como apresentasse justificativas técnicas e jurídicas aptas a demonstrar a legalidade do procedimento adotado, nos termos do Despacho n.º 876/25 – GCAZ[5].

Instado a se manifestar, o Município de Rio Negro apresentou os devidos esclarecimentos[6], nos quais expôs, de forma fundamentada, a metodologia adotada, bem como demonstrou a regularidade dos procedimentos administrativos, com especial destaque para os seguintes aspectos:

Quanto à metodologia de cômputo, o município esclareceu que o Termo de Referência estabelece expressamente que os projetos se referem às extensões das vias "entre espelhos de meio-fio", ou seja, a área entre espelhos de meio-fio não inclui as calçadas, por estarem situadas além do limite definido pelo meio-fio. Adicionalmente, explicou que o objeto da contratação constitui projeto executivo integral de pavimentação de vias urbanas, no qual todos os elementos técnicos integram uma unidade indivisível, conforme orientação técnica do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP - OT-IBR 001/2020).

Em relação ao alegado enriquecimento ilícito, o município demonstrou que todos os custos foram considerados na formação do preço máximo unitário (R$ 11,38/m²), sendo que a própria representante ofertou valor significativamente inferior (R$ 1,00/m²), representando desconto de 91,22% sobre o valor máximo, evidenciando que considerou o negócio viável com a metodologia estabelecida no edital.

Quanto à fundamentação técnica e legal, o Município indicou respaldo nas Leis n.º 14.133/2021 e n.º 10.098/2000, ao afirmar que os projetos executivos de pavimentação urbana constituem conjuntos técnicos indivisíveis, nos quais todos os elementos, como pista de rolamento, calçadas, drenagem e sinalização, compõem uma solução técnica integrada, em conformidade com as disposições da Lei n.º 10.098/2000, que trata da acessibilidade urbana.

No que tange à clareza do edital, demonstrou que o edital foi claro quanto à metodologia "entre espelhos de meio-fio", sendo de conhecimento de todos os licitantes desde a fase preparatória do certame.

Quanto à alegada mudança de critérios, refutou a alegação da Representante sobre modificação de metodologia no Pregão Eletrônico n.º 039/2025, esclarecendo que no novo certame seguiu-se a mesma forma de pagamento por m² contado entre espelhos de meio-fio, nos exatos termos do Pregão Eletrônico n.º 091/2024, inclusive sendo objeto de pedido de esclarecimento específico sobre o ponto por parte de empresa interessada.

É a síntese dos fatos e da manifestação prévia.

Passo à análise da admissibilidade do feito, do pleito cautelar e das justificativas apresentadas em sede de manifestação prévia.

Com base nas informações prestadas pelo Município de Rio Negro, entendo que os esclarecimentos apresentados são suficientes e consistentes para afastar as supostas irregularidades apontadas pela Representante.

No tocante à interpretação do Termo de Referência, verifica-se que a metodologia aplicada pelo município encontra respaldo técnico adequado. O Termo de Referência é claro ao dispor:

“Refere-se o presente Termo de Referência à elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para pavimentação de diversas vias públicas do município à serem definidas, incluindo-se o Distrito do Lageado dos Vieiras e do Distrito da Fazendinha, com quantitativo de área pavimentada aproximada de 200.000 m², ou seja, entre espelhos de meio – fio”.

A expressão "entre espelhos de meio-fio" possui significado técnico específico na engenharia rodoviária, referindo-se efetivamente à área da pista de rolamento, excluindo naturalmente as calçadas que se situam além desse limite físico. Tal interpretação é coerente com a terminologia técnica consagrada e foi estabelecida no instrumento convocatório.

O edital estabelece que o objeto da contratação consiste na “contratação de empresa especializada para a elaboração de projetos de engenharia para pavimentação”, observadas as condições, quantidades e demais exigências previstas no instrumento convocatório e em seus anexos, conforme se verifica:

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Máx. Unitário	Preço Máx. Total
1	200.000,00	M2	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA COM LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PARA PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, À SEREM DEFINIDAS.	11,3800	2.276.000,0

Ainda, o mesmo Termo de Referência prevê que o projeto executivo deve contemplar: “A EMPRESA deverá fornecer o Projeto Executivo, contemplando os seguintes serviços:

- Levantamento Topográfico (planialtimétrico, cadastral e seção transversal quando necessário)
- Relatório fotográfico de todas as vias anterior as intervenções
- Estudos Geotécnicos e Hidrológicos (ensaios e sondagens)
- Projeto Geométrico
- Projeto de Terraplanagem
- Projeto de Drenagem
- Projeto de Pavimentação
- Projeto de Sinalização horizontal e vertical
- Projeto de acessibilidade (rampas e passeios)
- Especificação Técnica
- Orçamento
- Cronograma Físico Financeiro de Execução
- Questionário ambiental
- Parecer urbanístico
- Estudo de tráfego”

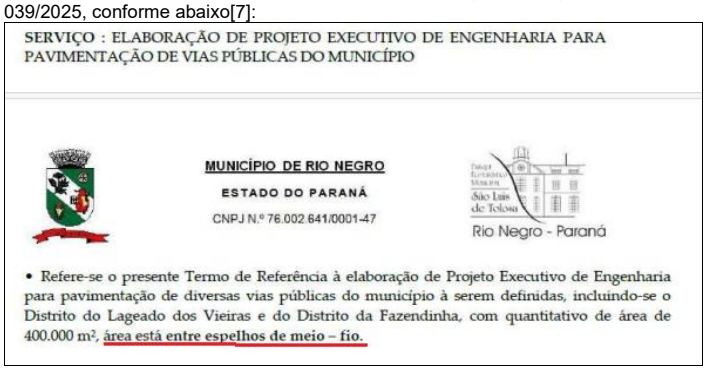
Verifica-se que o Termo de Referência definiu, de maneira clara e objetiva, a necessidade de apresentação do projeto executivo em sua integralidade, incluindo todos os elementos técnicos indispensáveis à adequada execução da pavimentação urbana. Entre os itens exigidos, constam não apenas os projetos básicos de engenharia, mas também aspectos específicos como acessibilidade, sinalização, drenagem, estudo de tráfego, parecer urbanístico e demais componentes que asseguram a conformidade técnica e legal da contratação.

Ou seja, da análise conjunta da planilha orçamentária e das disposições constantes do Termo de Referência, especialmente no que se refere à indicação de que os 200.000,00 m² correspondem à área pavimentada “entre espelhos de meio-fio”, infere-se que a metragem considerada para a elaboração do projeto de pavimentação limita-se à faixa de rolamento, excluídas as calçadas. Tal interpretação decorre do fato de que o valor máximo estimado para a licitação foi calculado com base nesse critério. Ressalte-se, contudo, que a apresentação dos projetos complementares, como os referentes à acessibilidade, permanece obrigatória, por integrarem o escopo do projeto executivo de pavimentação.

Relativamente ao alegado enriquecimento ilícito, constata-se que a argumentação municipal é pertinente. O fato de a própria representante ter ofertado lance com substancial desconto sobre o valor máximo estimado, conhecendo previamente o escopo completo dos serviços e a metodologia de medição, indica que considerou a contratação economicamente viável nas condições propostas. Tal circunstância compromete a alegação de prejuízo ou enriquecimento indevido da Administração.

Sobre a suposta inconsistência técnica, as informações prestadas esclarecem que não há contradição entre exigir a elaboração de projetos de calçadas e remunerar o conjunto por área de pista. Projetos executivos de pavimentação urbana constituem unidades técnicas integradas, nos quais diversos elementos (terraplanagem, drenagem, pavimentação, sinalização, calçadas e acessibilidade) compõem uma solução única, sendo tecnicamente adequado o pagamento por unidade principal de medida.

Quanto à questão procedimental, merece destaque o equívoco da Representante ao alegar mudança de critérios em certame posterior. A documentação apresentada pelo município comprova que foi mantida a mesma metodologia no Pregão Eletrônico n.º 039/2025, conforme abaixo[7]:

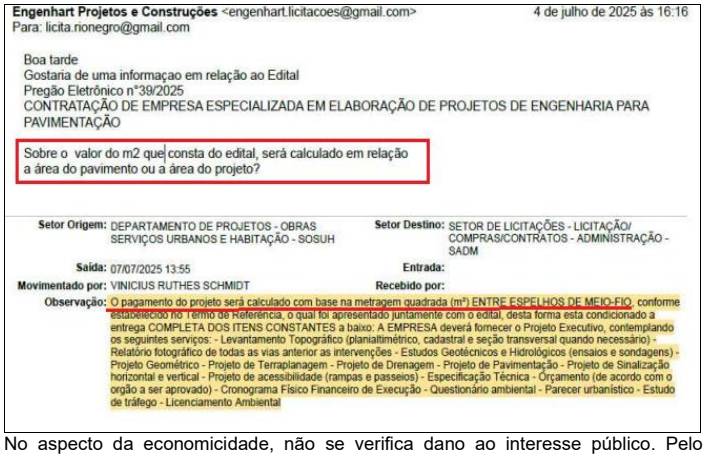

SERVIÇO : ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE RIO NEGRO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

São Luis de Tolosa
Rio Negro - Paraná

• Refere-se o presente Termo de Referência à elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para pavimentação de diversas vias públicas do município à serem definidas, incluindo-se o Distrito do Lageado dos Vieiras e do Distrito da Fazendinha, com quantitativo de área de 400.000 m², área está entre espelhos de meio – fio.

Tal ponto, foi, inclusive, objeto de questionamento específico por parte de interessado, sendo esclarecido pelo Município que o pagamento do projeto será calculado com base na metragem quadrada (m²) ENTRE EIXOS DE MEIO-FIO, conforme mencionado no edital:


Engenhart Projetos e Construções <engenhart.licitacoes@gmail.com> 4 de julho de 2025 às 16:16
Para: licita.rionegro@gmail.com

Boa tarde
Gostaria de uma informaçao em relação ao Edital
Pregão Eletrônico n°39/2025
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO

Sobre o valor do m2 que consta do edital, será calculado em relação a área do pavimento ou a área do projeto?

Setor Origem: DEPARTAMENTO DE PROJETOS - OBRAS SERVIÇOS URBANOS E HABITAÇÃO - SOSUH
Setor Destino: SETOR DE LICITAÇÕES - LICITAÇÃO/ COMPRAS/CONTRATOS - ADMINISTRAÇÃO - SADM
Saída: 07/07/2025 13:55
Entrada:
Movimentado por: VINICIUS RUTHES SCHMIDT
Recebido por:
Observação: O pagamento do projeto será calculado com base na metragem quadrada (m²) ENTRE ESPELHOS DE MEIO-FIO, conforme estabelecido no Termo de Referência, o qual foi apresentado juntamente com o edital, desta forma esta condicionado a entrega COMPLETA DOS ITENS CONSTANTES a baixo: A EMPRESA deverá fornecer o Projeto Executivo, contemplando os seguintes serviços: - Levantamento Topográfico (planialtimétrico, cadastral e seção transversal quando necessário) - Relatório fotográfico de todas as vias anterior as intervenções - Estudos Geotécnicos e Hidrológicos (ensaios e sondagens) - Projeto Geométrico - Projeto de Terraplanagem - Projeto de Drenagem - Projeto de Pavimentação - Projeto de Sinalização horizontal e vertical - Projeto de acessibilidade (rampas e passeios) - Especificação Técnica - Orçamento (de acordo com o orgão a ser aprovado) - Cronograma Físico Financeiro de Execução - Questionário ambiental - Parecer urbanístico - Estudo de tráfego - Licenciamento Ambiental

No aspecto da economicidade, não se verifica dano ao interesse público. Pelo contrário, o certame resultou em significativa economia aos cofres municipais, com a obtenção de proposta substancialmente inferior ao valor máximo estimado.

Sob o prisma da segurança jurídica, a interpretação municipal mantém coerência com a legislação aplicável e com as práticas técnicas consolidadas, não se identificando violação aos princípios licitatórios ou irregularidades procedimentais relevantes.

Especificamente quanto ao pedido cautelar, vale registrar que o não recebimento da peça representativa leva, por via de consequência, à não concessão da medida cautelar pleiteada. Ademais, verifico que o próprio pedido de "escorreita medição dos serviços, por m² de projeto, sem exclusão das calçadas", conforme postulado pela Representante, confunde-se diretamente com o cerne da questão de mérito desta Representação. Acolher tal pleito em sede cautelar significaria, de pronto, decidir a controvérsia principal, esgotando o objeto da Representação sem a necessária instrução probatória e o aprofundamento das análises técnicas e jurídicas indispensáveis para o adequado deslinde da questão.

Logo, considerando que os esclarecimentos prestados pelo Município de Rio Negro foram devidamente fundamentados, afastando satisfatoriamente as supostas irregularidades apontadas, e tendo em vista que não se identificam elementos hábeis a ensejar o recebimento da peça representativa, tampouco para a adoção de qualquer medida de urgência, com fundamento no art. 32, XII, e 276, §3º, ambos do RITCEPR, DEIXO DE RECEBER a presente Representação.

Em que pese o não recebimento formal da presente peça representativa, considerando o caráter pedagógico que orienta a atuação do controle externo, reputo oportuno consignar algumas observações destinadas ao aprimoramento de futuras licitações do Município, sem o peso formal de uma Recomendação expedida por este Tribunal.

Primeiramente, quanto à clareza dos instrumentos convocatórios, recomenda-se que em futuros certames sejam incluídas cláusulas ou itens específicos detalhando minuciosamente como será realizada a medição dos serviços e a respectiva forma

de pagamento. Tal detalhamento deve ir além da mera utilização de termos técnicos, especificando claramente quais elementos serão considerados ou excluídos do cômputo final, preferencialmente com exemplos práticos ou ilustrações que eliminem qualquer margem de dúvida interpretativa.
Tal medida preventiva contribui para a redução de pedidos de esclarecimentos desnecessários durante o certame, eventuais problemas na fase de execução contratual e, consequentemente, representações evitáveis junto aos órgãos de controle, poupando tempo e recursos tanto da Administração Municipal quanto deste Tribunal de Contas.
Em segundo lugar, considerando que no presente caso a empresa ofertou proposta com desconto superior a 91% sobre o valor máximo estimado (R$ 1,00/m² versus R$ 11,38/m²), recomenda-se que a Administração Municipal avalie com maior rigor a possível inexequibilidade de propostas em futuros certames. A Lei n.º 14.133/2021, em seu art. 59, § 4º, estabelece que "no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração". Embora o presente certame tenha resultado em contratação aparentemente regular, a aplicação rigorosa desse dispositivo legal pode prevenir situações futuras em que propostas excessivamente baixas comprometam a qualidade dos serviços ou gerem conflitos contratuais posteriores, preservando tanto o interesse público quanto a segurança jurídica das contratações.
Nestes termos, diante do juízo negativo de admissibilidade desta Representação da Lei Licitações, DETERMINO:
a) A remessa do processo ao Ministério Púbico de Contas (MPC) para ciência deste despacho;
b) Comunicação desta decisão ao Tribunal Pleno na forma do art. 436, parágrafo único, inciso IV, do RITCE/PR[8];
c) Após, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
Publique-se.
Gabinete, em 25 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. *Peça n.º 06.*
2. *Peças n.º 04/05.*
3. *Peças n.º 17 e 18.*
4. *Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.*
5. *Peça n.º 19.*
6. *Peças n.º 21 a 25.*
7. *Peça n.º 24, fl. 11.*
8. *Art. 436. Nas sessões ordinárias, será observada, preferencialmente, a seguinte ordem de trabalho: [...]*
Parágrafo único. Incluem-se nas comunicações a que se refere o inciso II, dentre outros casos previstos nesse Regimento: [...]
IV - Arquivamento de denúncias e representações em juízo de admissibilidade;

PROCESSO N º:-243131/10
ORIGEM:-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JURANDA
INTERESSADO:-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JURANDA, VILSON BAHLS FABRICIO
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-989/25
BAIXA DE RESPONSABILIDADE E ENCERRAMENTO
Tendo em vista a Instrução nº. 524/25, (peça n°35), da Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX), autorizo a Baixa de Responsabilidade pecuniária e a expedição de Certidão de Quitação de Débito do Sr. VILSON BAHLS FABRICIO, CPF nº 566.306.899-68, exclusivamente em relação ao item VII – subitem “a” do Acórdão nº 3442/2012 - Segunda Câmara (peça 25 – folha 3).
Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) para emissão da Certidão de Quitação de Débito, nos termos do art. 175-L, XIII, do Regimento Interno e posterior registro.
Após, à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivo, tendo em vista seu integral cumprimento, mediante o art. 398, § 1º, do Regimento Interno
Publique-se.
Gabinete, em 25 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-572728/23
ORIGEM:-FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO DEFICIENTE DE CURITIBA
INTERESSADO:-ASSOCIAÇÃO DO DEFICIENTE MOTOR DE CURITIBA, BERENICE CONCEICAO DA SILVA SCHUMACHER PEREIRA, FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO DEFICIENTE DE CURITIBA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS, IVONETE WANDEMBRUCK, MARIA ALICE ERTHAL, MUNICÍPIO DE CURITIBA
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-990/25
Retornam os autos da CMEX com a Instrução 520/25 na qual a unidade se manifesta favoravelmente à apresentação semestral em 10/01/2026 da entidade requerente:
“Veja-se que o último pagamento informado nos autos (peça 47, fl. 1) teve vencimento em 14/06/2025. Nessa linha, em atenção ao termo inicial previsto no art. 21, entende-se que pode ser fixado o prazo semestral com vencimento para 10/01/2026, em lugar da mencionada data de 02/02/2026, para que o Município de Curitiba comprove o recebimento das parcelas vincendas de julho a dezembro de 2025.”
Diante do exposto acolho a Instrução 520/25(peças 57) para fixar a data de 10/01/2026, nos referidos moldes.
Encaminhem-se os autos para a CMEX para os fins do art. 175-L, I do Regimento Interno deste Tribunal.
Gabinete, em 25 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-315397/24
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS, VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-991/25
DESPACHO
O Acórdão 1011/25 (peças 35), determinou a CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, com o retorno dos autos para que fosse efetuada a devida citação do interessado e assegurado o contraditório, nos termos do Parecer nº 1224/24 (peça 32), do Ministério Público de Contas.
Na sequência o município requereu 30(trinta) dias para o exercício do contraditório e da ampla defesa (peças 42), e não obstante as manifestações de peças 10-14, 20-21 27-28, defiro o pedido de prorrogação, em homenagem ao Acórdão 1011/25 (peças 25) para citar o interessado e lhe assegurar o contraditório em 30 (trinta) dias, nos termos do Parecer nº 1224/24 (peça 32), do Ministério Público de Contas.
À Diretoria de Protocolo para regularizar a relatoria do processo e intimar o interessado, nos termos do art. 168, XIII, a do Regimento Interno deste Tribunal.
Gabinete, em 25 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-180320/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE PLANALTINA DO PARANÁ
INTERESSADO:-CELSO MAGGIONI
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-994/25
Trata-se de Prestação de Contas Anual, apresentada pelo Prefeito do Município de Planaltina do Paraná, Sr. Celso Maggioni, referente ao exercício financeiro de 2024.
A Coordenadoria de Contas (CCONTAS), em primeira análise, entendeu que as contas apresentadas, nos aspectos de interesse, estão dentro dos índices legais previstos, não havendo incidência dos vetores referenciais estabelecidos no Anexo II da Instrução Normativa nº 172/2022.
Assim, opinou pela desnecessidade de intimação da parte para apresentação do contraditório, sendo este o mesmo entendimento do Relator.
Isto posto, encaminhem-se os autos para manifestação do Ministério Público de Contas, após, retornem-se conclusos para providências.
Gabinete, em 28 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-196421/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
INTERESSADO:-ADEMAR LUIZ BURCKHARDT, CARLOS DOS SANTOS, MOISES APARECIDO DE SOUZA
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-998/25
DESPACHO
Trata-se de prestação de contas anual do MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, referente ao exercício de 2024, de responsabilidade de ADEMAR LUIZ BURCKHARDT, CARLOS DOS SANTOS e MOISES APARECIDO DE SOUZA.
A Coordenadoria de Contas (CCONTAS), na Instrução nº 844/25 (peça 12), nos moldes da normativa n. 172/20221 desta Corte, opina pela emissão de parecer prévio pela REGULARIDADE das contas em relação à Execução Orçamentária e Financeira, contudo, quanto à Avaliação da Atuação Governamental foram atribuídas pontuações negativas ao município.
Em atenção ao princípio constitucional do contraditório e ampla defesa, bem como ao disposto no art. 26, §§ 2º e 3º, da citada normativa, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para que proceda, por meio eletrônico, a INTIMAÇÃO de ADEMAR LUIZ BURCKHARDT, a fim de que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a análise efetuada pela unidade técnica, em especial quanto à Avaliação da Atuação Governamental, conforme indicado nas Tabelas 46 e 47 da Instrução n. 844/25 (peça 12).
Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de contraditório, retornem os autos a este Gabinete, conforme o art. 26, § 4º da Instrução Normativa n. 172/22.
Publique-se.
Gabinete, em 28 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-296264/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE TOLEDO
INTERESSADO:-ANTONIA APARECIDA MARTINS DE LIMA ANDRADE, CAROLINE RECALCATTI, LEANDRO MARCELO LUDVIG, LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT, MARCOS ANDRE PORTELA DE ANDRADE, MARIO CESAR COSTENARO, MARLENE DA SILVA, MARTA FATH, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE TOLEDO, RONI ALVARENGA DE MELLO PADILHA, VANESSA FABIANA DA SILVA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-999/25
DESPACHO
Trata-se de Embargos de Declaração proposto pelo Município de Toledo em face do Despacho nº 786/25 - GCAZ (Peça nº 16) em razão de erro material decorrente da indevida inclusão do atual Secretário de Recursos Humanos (Sr. Leandro Marcelo Ludvig) como parte destes autos.

Em suma, argumenta-se que o Sr. Leandro Marcelo Ludvig é o atual Secretário de Recursos Humanos e foi nomeado por meio da Portaria nº 05/2025 (fl. 2 da Peça nº 35) e que não assinou nenhuma das fichas de avaliação, eis que a assinatura aposta nas cópias acostadas nas folhas 12, 16, 22 e 27 da Peça nº 15 refere-se à autenticação dos documentos com os originais (fl. 2 da Peça nº 31). Ao final, é requerida a retificação do Despacho nº 786/25 - GCAZ (Peça nº 16) a fim de excluir o Sr. Leandro Marcelo Ludvig do polo passivo desta Representação.
Este Relator, por meio do Despacho nº 885/25 - GCAZ (Peça nº 33), requisitou, a título de diligências, a entrega da cópia dos atos de nomeação e exoneração do(s) Secretário(s) Municipal(is) de Recursos Humanos a fim de viabilizar a identificação do(s) agente(s) público(s) que ocupou(aram) o cargo entre o período de janeiro de 2020 a dezembro de 2024.
Em atenção à requisição de documentos e informações expedida por meio do Despacho nº 885/25 - GCAZ (Peça nº 33) o jurisdicionado, mediante Petição Intermediária nº 450859/25 (Peça nº 42), comprovou que entre o período de entre o período de janeiro de 2020 a dezembro de 2024 o cargo de Secretário de Recursos Humanos foi ocupado por: (i) Cláudia Carneiro da Silva durante o período de 21/01/2019 a 31/12/2020 e (ii) Marta Fath durante o período de 21/01/2019 a 31/12/2020.
É o relatório.
Com fulcro no § 4º do art. 490 do Regimento Interno[1], passo a decidir os embargos de declaração independentemente de nova autuação e sem submetê-lo ao órgão colegiado, eis que foi interposto contra decisão monocrática.
Os documentos acostados nas folhas nº 5 a 34 da Peça nº 31 indicam que o Sr. Leandro Marcelo Ludvig, não figurou, de fato, como agente público responsável por avaliar a Sr. Marlene da Silva, o que dá ensejo ao provimento aos embargos de declaração em razão de erro material condizente com a inserção equivocada do referido servidor no polo passivo desta Representação.
Por outro lado, rememoro que os boletins de avaliação da Servidora Marlene da Silva relativos aos primeiros semestres avaliativos (06/2018 a 12/2018; 12/2018 a 06/2019 e 06/2019 a 12/2019) foram elaborados em bloco no dia 29/10/2020, sendo somente um antedatado para o dia 29/07/2020 (fls. 12, 16, 22 e 27 da Peça nº 15). Os elementos de informação disponíveis na Peça nº 42 indicam que em tais datas a Sra. Cláudia Carneiro da Silva ocupava o cargo de Secretária Municipal de Recursos Humanos.
À vista disso, remeta-se os autos para Diretoria de Protocolo (DP) para que se adote as seguintes providências:
a) EXCLUIR o nome do Sr. Leandro Marcelo Ludvig do polo passivo desta Representação em razão da sua ilegitimidade passiva, nos termos da fundamentação desta decisão;
b) CITAR, preferencialmente de forma eletrônica, a Ex-Secretária Municipal de Recursos Humanos, Sra. Cláudia Carneiro da Silva, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da juntada do Aviso de Recebimento aos autos, apresente defesa quanto às irregularidades apontadas nesta Representação (Peças nº 3 a 7), eis que era a responsável pela pasta há época em que os boletins de avaliação da Servidora Marlene da Silva relativos aos primeiros semestres avaliativos (06/2018 a 12/2018; 12/2018 a 06/2019 e 06/2019 a 12/2019) foram elaborados.
Decorrido o prazo supra, com ou sem resposta da origem, encaminhe-se o feito para instrução conclusiva da Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS) e manifestação meritória do Ministério Público de Contas (MPC), conforme arts. 278, § 2º[2], e 282, §2º[3], do Regimento Interno.
Após, retornem os autos conclusos para julgamento.
Publique-se.
Gabinete, em 28 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____

__1__. Art. 490. Cabem Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito suspensivo, quando a decisão:
[...]
§ 4º O relator poderá decidir os embargos de declaração independentemente de nova autuação e sem submetê-lo ao órgão colegiado quando interpostos contra decisão monocrática.
__2__. Art. 278. A denúncia e representação tramitarão em regime de urgência, devendo:
[...]
§ 2º Em 30 (trinta) dias, após a instrução conclusiva e da manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal, ser encaminhada pelo Conselheiro Relator para inclusão em pauta e julgamento na primeira sessão imediata, com preferência sobre os demais feitos.
__3__. Art. 282. A representação prevista na Lei n° 8.666/1993 será autuada, distribuída e encaminhada ao Conselheiro Relator, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do art. 125, IV, da Lei Complementar n° 113/2005.
[...]
§ 2º A representação, no que couber, seguirá o mesmo procedimento previsto nesta Seção.

PROCESSO N º:-451436/25
ORIGEM:-FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE IMBITUVA
INTERESSADO:-COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO, FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE IMBITUVA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1000/25
DESPACHO
Trata-se de Representação proposta pela COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO (CAGE), nos termos do inciso VI do artigo 32 Lei Complementar Estadual nº 113/2005[1] c/c §1º do art. 267-A e §3º do art. 277 do Regimento Interno[2], em face do FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE IMBITUVA e seus representantes: CLAUNEI GALVAO DA SILVA, Presidente; AMILTON TIAGO DE SOUZA, Gestor de Recursos; EMERSON JOSE PEDROSO, Presidente do Comitê de Investimentos; e MAIARA HASS, Membro do Comitê de Investimentos, além da empresa CRÉDITO E MERCADO ENGENHARIA FINANCEIRA LTDA.
Em suma, foram relatadas na Proposta de Representação (Peça nº 3) as seguintes possíveis irregularidades:
Achado nº 1 – Aplicação Financeira em Desacordo com a Política de Investimentos (fls. 2 a 8 da Peça nº 3): Relata-se que em 15 de março de 2024, o Comitê de Investimentos aprovou, por unanimidade (Ata nº 038/2024), a aplicação de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) em uma Letra Financeira emitida pelo Banco Master (CNPJ 33.923.798/0001-00), com prazo de vencimento até 17 de março de 2034 e remuneração de IPCA + 6,90%. O investimento foi realizado em um ativo classificado pela Fitch Ratings como “BBB”, abaixo do rating mínimo de “BBB+” exigido pela Política de Investimentos do próprio RPPS. Além disso, não foi apresentada documentação de análise formal do risco de crédito, configurando, portanto, descumprimento do item 18 da Política de Investimentos do RPPS e da Portaria MTP nº 1.467/22. Ao final, a unidade de fiscalização expediu as seguintes sugestões: (i) a expedição de determinação para que o gestor do RPPS de Imbituva e os membros do comitê de investimentos convoquem Assembleia Geral para deliberação quanto à manutenção ou desinvestimento da letra financeira, descrevendo e fundamentando os critérios técnicos utilizados, no prazo máximo de 60 dias a contar da ciência desta determinação; (ii) a imputação de multa administrativa prevista no art. 87, IV, “g”, ao gestor do RPPS e aos membros do comitê de investimentos indicados no período de 15 de março de 2024 a 15 de julho de 2025 em razão da omissão e negligência verificada, contrariando os dispositivos da Portaria MTP n° 1.467/2022, da Resolução CMN n° 4.963/2021 e da própria Política de Investimentos do FUNPREV e (iii) a imputação de multa administrativa prevista no art. 87, IV, “g”, da Lei Orgânica do TCE/PR, à empresa CRÉDITO E MERCADO ENGENHARIA FINANCEIRA LTDA, CNPJ 20.306.104/0001-36, em razão da omissão e negligência constatadas na prestação dos serviços contratados, uma vez que, mesmo ciente da irregularidade do investimento realizado pelo FUNPREV, deixou de emitir parecer técnico adequado, de orientar pela não realização da operação e de alertar formalmente a entidade acerca do descumprimento da Política de Investimentos do próprio ente, contribuindo, assim, para a materialização do ato irregular.
Achado nº 2 – Ausência do Devido Registro da Operação na APR – Autorização de Aplicação e Resgate (fls. 9 a 12 da Peça nº 3): Relata-se que operação da analisada no Achado nº 1, constatou-se também a ausência do devido registro na Autorização de Aplicação e Resgate (APR), em afronta ao disposto no art. 116 da Portaria MTP nº 1.467/2022. A falha compromete os controles internos, a transparência e a rastreabilidade das aplicações do RPPS, expondo a entidade a riscos jurídicos e financeiros. O preenchimento da APR constitui etapa essencial da governança dos investimentos, pois viabiliza o controle dos limites legais, o acompanhamento da exposição da carteira e a fiscalização por parte dos órgãos de controle interno e externo. A unidade de fiscalização expediu as seguintes sugestões: (i) a expedição de determinação para que o gestor do RPPS de Imbituva e os membros do comitê de investimentos façam constar da APR o investimento realizado e, em sendo o caso, o desinvestimento ou a manutenção do investimento da Letra Financeira, no prazo máximo de 60 dias, a contar da ciência desta determinação e (ii) a imputação de multa administrativa prevista no art. 87, IV, “g”, ao gestor do RPPS de Imbituva e aos membros do comitê de investimentos indicados no período de 15 de março de 2024 a 15 de julho de 2025, em razão da omissão e negligência verificada, contrariando os dispositivos da Portaria MTP n° 1.467/2022, da Resolução CMN n° 4.963/2021 e da própria Política de Investimentos do FUNPREV.
Os autos foram instruídos com a narrativa dos fatos (Peça nº 3) e com cópia da documentação probatória que alicerçou a proposta de representação (Peças nº 4 e 5)
É o breve relatório.
Em sede de juízo de cognição sumária, tenho que a narrativa (Peça nº 3) goza de verossimilhança por afigurar-se coerente e coesa em sua argumentação e por estar acompanhada de documentação comprobatória (Peças nº 4 e 5) mínima e hábil a demonstrar, a priori, possível violação de diversas disposições da Lei Federal nº 9.717/1998, da Resolução CMN nº 4.963/2021 e da Portaria MTP nº 1.467/2022 em razão das seguintes condutas: (a) aplicação financeira em desacordo com a política de investimentos (fls. 2 a 8 da Peça nº 4) e (b) ausência do devido registro da operação na APR – Autorização de Aplicação e Resgate (fls. 9 a 12 da Peça nº 4).
Dessa forma, considerando a natureza dos fatos narrados na proposta de representação, entendo que as informações constantes nos autos são suficientes ao juízo de admissibilidade do feito, motivo pelo qual RECEBO a presente Representação. À vista disso, remeta-se os autos para Diretoria de Protocolo para que se adote as seguintes providências:
c) INTIMAR, na condição de interessado e preferencialmente na forma eletrônica, o FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE IMBITUVA, na pessoa do seu representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados nos termos regimentais, apresente manifestação, caso queira, acerca das irregularidades narradas nesta Representação (Peça nº 4);
d) CITAR, preferencialmente na forma eletrônica, o Presidente do Fundo de Previdência Municipal de Imbituva, Sr. Claudinei Galvão da Silva, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da juntada do Aviso de Recebimento aos autos, apresente defesa quanto às irregularidades apontadas nos Achados nº 1 e 2 desta Representação (Peça nº 3).
e) CITAR, preferencialmente na forma eletrônica, o Gestor de Recurso do Fundo de Previdência Municipal de Imbituva, Sr. Amilton Tiago de Souza, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da juntada do Aviso de Recebimento aos autos, apresente defesa quanto às irregularidades apontadas nos Achados nº 1 e 2 desta Representação (Peça nº 3).
f) CITAR, preferencialmente na forma eletrônica, o Presidente do Comitê de Investimentos do Fundo de Previdência Municipal de Imbituva, Sr. Emerson José Pedroso, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da juntada do Aviso de Recebimento aos autos, apresente defesa quanto às irregularidades apontadas nos Achados nº 1 e 2 desta Representação (Peça nº 3).
g) CITAR, preferencialmente na forma eletrônica, o Membro do Comitê de Investimentos do Fundo de Previdência Municipal de Imbituva, Sra. Maiara Hass, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da juntada do Aviso de Recebimento aos autos, apresente defesa quanto às irregularidades apontadas nos Achados nº 1 e 2 desta Representação (Peça nº 3).
h) CITAR, preferencialmente na forma eletrônica, a empresa Crédito e Mercado Engenharia Financeira Ltda., na pessoa do seu representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da juntada do Aviso de Recebimento aos autos, apresente defesa quanto às irregularidades apontadas nos Achados nº 1 desta Representação (Peça nº 3).
Independentemente de resposta da origem, remeta o feito para instrução conclusiva da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (CAGE) e manifestação meritória do Ministério Público de Contas (MPC), conforme arts. 278, § 2º[3], e 282, §2º[4], do Regimento Interno.

Por fim, retornem conclusos a este Gabinete.
Publique-se.
Gabinete, em 28 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____

__1__. Art. 32. A representação será encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas:
[...]
VI – por meio de outras medidas previstas em Regimento Interno ou outros atos normativos do Tribunal de Contas do Estado.
__2__. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
§ 1º Será protocolada proposta de instauração de tomada de contas extraordinária, caso presentes os requisitos do art. 262, ou de representação, se verificada ilegalidade que demande a adoção imediata de providências necessárias ao exato cumprimento da lei, ressalvada a preferência pela utilização do instrumento previsto nos § 2° e § 3° deste art. 267-A.
[...]
Art. 277. A representação será encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas pelos interessados e autoridades, na forma prevista no art. 32, I a VI, da Lei Complementar nº 113/2005.
[...]
§ 3º A representação poderá ser proposta pelas unidades técnicas do Tribunal de Contas e pelas comissões especiais formadas para a execução de fiscalizações, observada a necessidade de encaminhamento pelo respectivo dirigente ou responsável e o disposto no art. 267-A, § 1º, deste Regimento Interno.
__3__. Art. 278. A denúncia e representação tramitarão em regime de urgência, devendo:
[...]
§ 2º Em 30 (trinta) dias, após a instrução conclusiva e da manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal, ser encaminhada pelo Conselheiro Relator para inclusão em pauta e julgamento na primeira sessão imediata, com preferência sobre os demais feitos.
__4__. Art. 282. A representação prevista na Lei n° 8.666/1993 será autuada, distribuída e encaminhada ao Conselheiro Relator, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do art. 125, IV, da Lei Complementar n° 113/2005.
[...]
§ 2º A representação, no que couber, seguirá o mesmo procedimento previsto nesta Seção.

PROCESSO N º:-441159/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
INTERESSADO:-CEK INFORMATICA LTDA, JOÃO DOUGLAS FABRÍCIO, MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-CELLEN MACHADO DE OLIVEIRA
DESPACHO:-1002/25

DESPACHO

Os presentes autos foram instaurados em razão da petição protocolada pela empresa CEK INFORMÁTICA LTDA, por intermédio de sua advogada, Dra. Cellen Machado de Oliveira, OAB/RS sob nº 91.512, na qual aponta supostas irregularidades no procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº 86/2024, do Município de Campo Mourão.

Por intermédio do Despacho nº 903/25 (peça 07), determinei a intimação do Município de Campo Mourão para que, nos termos do art. 404 do Regimento Interno, prestasse esclarecimentos preliminares especificamente sobre a "(...) desclassificação da empresa Representante." haja vista que os demais fatos narrados já são objeto de análise no Processo, em trâmite neste Tribunal, sob nº 783650/24.

Atendendo a solicitação deste Tribunal, o Município de Campo Mourão apresentou manifestação à peça 11, da qual destaco os seguintes trechos:

(i) "Destacamos nobre Conselheiro, que a marca e modelo Taw, já é conhecida da administração Municipal haja vista equipar inúmeras salas com perfeito e pleno aproveitamento. Sendo, portanto, marca, produto e equipamento, de domínio das equipes técnicas internas, professores e alunos.";

(ii) "A experiência adquirida da equipe técnica no uso e nas práticas vivenciais, atribuem ao parecer técnico importante valor, na medida que foi emitido por quem não apenas conhece as necessidades dos professores, mas também conhece o mercado, as soluções existentes e a solução a qual já utiliza.";

(iii) "Conforme informado pelo pregoeiro no chat do sistema o início da fase de recursos, a empresa CEK INFORMATICA apresentou suas razões recursais as quais foram INDEFERIDAS por razões técnicas ainda mais ampliadas.";

(iv) "Ao formular seu recurso contra a habilitação da empresa Talkandwrite, a empresa CEK INFORMATICA estabeleceu a necessidade de revisão dos atos da administração, levando a revisita da equipe técnica na documentação apresentada pela empresa CEK INFORMATICA.";

(v) "Foi observado que a empresa CEK INFORMATICA omitiu na sua proposta ajustada a exigência de que o padrão de conexão adotado para a caneta e carregador seja USB C, padrão de mercado.";

(vi) "A empresa CEK INFORMATICA, ao formular seu recurso também apresentou, documentação do fabricante com registro na ANATEL, onde consta claramente que o produto da marca PENBOARD está registrado e homologado na ANATEL com comunicação inferior tipo micro USB.";

(vii) "Portanto, em total desconformidade com o padrão USB tipo C, exigido no edital.";

(viii) "A omissão proposital de trecho de informação fundamental na proposta de preço, motivou a equipe técnica a avançar nas pesquisas, identificando no manual do fabricante PENBOARD, de fato, se tratar de produto que não dispunha da solução no padrão de comunicação da caneta com USB tipo C.";

(ix) "Excelência, a Administração por sua equipe técnica não se apoia apenas no edital para justificar o atendimento da exigência para fornecimento de equipamento com padrão de comunicação tipo C, mas sim em todo o mercado de equipamentos eletrônicos recém lançados e em lançamento. Enquanto o padrão tipo C, exigido no edital é padrão de mercado, o padrão micro USB oferecido na marca PENBOARD teve sua tecnologia lançada em 2007.";

(x) "Do ponto de vista das garantias, ficou evidente a ausência de garantia do software, tendo em vista que o software livre OpenBoard, da marca PENBOARD, conforme página 31 do manual em que consta explicitamente que "não há garantia para este software livre", tampouco seria possível a empresa CEK INFORMATICA alterá-lo, haja vista não ser a sua desenvolvedora (Free Software Foundation Inc.)";

(xi) "Por esta razão, ao contrário do que pretendia a empresa CEK INFORMATICA, a revisita aos seus documentos expôs além das desconformidades listadas no julgamento do recurso, demais novas desconformidades, levando a ser mantido INDEFERIDO seu pleito recursal.";

(xii) "Conforme cediço a Administração Pública não possui discricionariedade para adquirir produtos em desacordo com as normas por ela definido, tampouco da ABNT, cujo cumprimento é obrigatório. Essa exigência está amparada pelo Código de Defesa do Consumidor (art. 39, inciso VIII), pela Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) e por pacífica jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que reconhece a necessidade de seguir padrões técnicos para garantir a qualidade e a eficiência do gasto público. A comercialização de produtos em desconformidade para a finalidade pretendida é, por decorrência lógica, inviável.";

(xiii) "Relativamente à exigência de laudos/certificados do Inmetro ou outro laboratório credenciado por ele, que garantem que os móveis atendem às normas específicas da ABNT, trata-se de exigência de habilitação técnica, que passou a ser cobrada do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.";

(xiv) "O objetivo de tal exigência visa garantir um padrão de qualidade e assegurar perfeito funcionamento do mobiliário, com comprovação de estabilidade, ergonomia, resistência e durabilidade dos itens a serem adquiridos.";

(xv) "Não é demais ressaltar que cabe à administração exigir qualidade em seus fornecimentos, com vistas a evitar desperdício de dinheiro público. Essa exigência atende ao interesse público e não se mostra desmedida ou desarrazoada.";

Em nova manifestação, às peças 13 a 21, o município apresentou argumentos detalhados, pelos quais requereu o não recebimento da Representação.

Apesar da ausência de previsão legal, a parte Representante apresentou "contrarrazões" a manifestação preliminar do município.

Após o breve relato, passo a decidir.

Conforme informado no Despacho nº 903/25 (peça 07), parte dos argumentos trazido pelo Representante já é objeto de análise no Processo sob nº 78365-0/24, em trâmite neste Tribunal de Contas.

Quanto a suposta irregularidade na desclassificação da Representante, entendo que, neste momento de cognição sumária, após as manifestações do município, não há elementos que legitimem a concessão da medida liminar para suspensão do certame. Isso porque a empresa supostamente ofertou produto que não atendeu aos requisitos do edital.

Apesar disso, entendo que a denúncia trazida na petição da Representante, sobre suposto direcionamento de certames licitatórios para os produtos da empresa TALKANDWRITE INFORMATICA LTDA, merece atenção e análise por parte deste Tribunal de Contas, especialmente diante da afirmação do Município de que os equipamentos da "(...) marca e modelo Taw, já é conhecida da administração Municipal haja vista equipar inúmeras salas com perfeito e pleno aproveitamento. Sendo, portanto, marca, produto e equipamento, de domínio das equipes técnicas internas, professores e alunos.".

Tal afirmação parece indicar a preferência do município pela marca, situação, essa, que deve ser excepcional e justificada nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/21.

Por derradeiro, quanto as "contrarrazões" apresentadas pela parte, entendo que seu recebimento desencadearia a necessidade de nova manifestação do município, tornando incompatível com a celeridade da análise da medida de urgência requerida. Porém, ressalto que mesmo diante da ausência de previsão legal, os documentos devem ser mantidos aos autos e interpretados como complementação da petição inicial para fins da análise técnica.

Dessa forma, sem conceder a medida liminar requerida, nos termos dos fundamentos apresentados, recebo a presente Representação para apuração da existência de irregularidades na desclassificação da Representante e para verificação da existência de indícios de irregularidade e existência de direcionamento de licitações para equipamentos marca e modelo Taw, fora das hipóteses ou sem atender aos requisitos da Lei nº 14.133/21.

Pelo exposto, determino o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo (DP) para citação do Município de Campo Mourão e seu gestor municipal para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contraditório.

Findo o prazo, com ou sem a manifestação do município, os autos devem ser encaminhados à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS) para manifestação.

Após, ao Ministério Público de Contas para emissão de Parecer.

Publique-se.
Gabinete, em 28 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-190350/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ
INTERESSADO:-MARCO ANTONIO BALDAO
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1004/25

Trata-se de prestação de contas anual do MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, referente ao exercício de 2024, de responsabilidade de MARCO ANTONIO BALDAO.

A Coordenadoria de Contas (CCONTAS), na Instrução n. 717/25 (peça 12), nos moldes da normativa n. 172/20221 desta Corte, opina pela emissão de parecer prévio pela REGULARIDADE das contas em relação à Execução Orçamentária e Financeira, contudo, quanto à Avaliação da Atuação Governamental foram atribuídas pontuações negativas ao município.

Em atenção ao princípio constitucional do contraditório e ampla defesa, bem como ao disposto no art. 26, §§ 2º e 3º, da citada normativa, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para que proceda, por meio eletrônico, a INTIMAÇÃO de MARCO ANTONIO BALDAO, a fim de que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a análise efetuada pela unidade técnica, em especial quanto à Avaliação da Atuação Governamental, conforme indicado nas Tabelas 46 e 47 da Instrução n. 717/25 (peça 12).

Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de contraditório, retornem os autos a este Gabinete, conforme o art. 26, § 4º da Instrução Normativa n. 172/22.

Gabinete, em 28 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-199358/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

INTERESSADO:-IVAN REIS DA SILVA
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1005/25

Trata-se de prestação de contas anual do MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, referente ao exercício de 2024, de responsabilidade de IVAN REIS DA SILVA.

A Coordenadoria de Contas (CCONTAS), na Instrução n. 712/25 (peça 14), nos moldes da normativa n. 172/20221 desta Corte, opina pela emissão de parecer prévio pela REGULARIDADE das contas em relação à Execução Orçamentária e Financeira, contudo, quanto à Avaliação da Atuação Governamental foram atribuídas pontuações negativas ao município.

Em atenção ao princípio constitucional do contraditório e ampla defesa, bem como ao disposto no art. 26, §§ 2º e 3º, da citada normativa, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para que proceda, por meio eletrônico, a INTIMAÇÃO de IVAN REIS DA SILVA, a fim de que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a análise efetuada pela unidade técnica, em especial quanto à Avaliação da Atuação Governamental, conforme indicado nas Tabelas 46 e 47 da Instrução n. 712/25 (peça 14).

Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de contraditório, retornem os autos a este Gabinete, conforme o art. 26, § 4º da Instrução Normativa n. 172/22.

Gabinete, em 28 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-183826/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE NOVA SANTA BÁRBARA
INTERESSADO:-CLAUDEMIR VALERIO
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1006/25

DESPACHO

Em face da Instrução n.º 351/25 (peça n.º 12), da Coordenadoria de Contas (CCONTAS), encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para que proceda à intimação, via comunicação processual eletrônica, do Sr. Claudemir Valerio, CPF n.º 563.691.409-10, Prefeito Municipal do Município de Nova Santa Bárbara, a fim de lhe assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, exclusivamente em relação à Avaliação da Atuação Governamental nas áreas de Transparência e Relacionamento e de Administração Financeira, conforme indicado na Tabela 42.

Observe-se o prazo regimental de 15 (quinze) dias para eventual manifestação, nos termos do art. 389 do Regimento Interno.

Decorrido o prazo, à Coordenadoria de Contas (CCONTAS) para nova análise.

Gabinete, em 28 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA

Sem publicações

Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Sem publicações

Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA

PROCESSO Nº-158305/24
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE ARAPOTI
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
INTERESSADOS:-ADRIANA BORGES DE OLIVEIRA ENDO, AGATHA BARRETO, ALCILENE GUALDA DOS SANTOS, ALINE DE OLIVEIRA MARIA, ALLANA GOMES MACHADO, AMANDA BATISTA DE ALMEIDA, ANA CAROLINA SOARES DE JESUS, ANA ELISA PIERRE BRYK, ANA KAROLINA DE ABREU, ANA LUCIA FARIA MILECH, ANA MARCIA DA SILVA, ANDRE HENRIQUE DE LIMA, ANDRE LUIZ VIEIRA, ANDREIA APARECIDA RODRIGUES, ANDRESSA CARINE KRETSCHMER, ANGELICA CRISTINA DE MELO DE SA, ANGELITA DE OLIVEIRA MACHADO, ANTONI VAL VERDE DE CASTRO, ARIADINI JANDELLI, AYARITSA EDUARDA PACHE DE ANDRADE, BRUNA DE OLIVEIRA RODRIGUES, CAMILA DAL DEGAN GARCIA, CAMILA SANTOS BUENO DA SILVA, CAMILLA ANTONIA DO NASCIMENTO, CAROLINE GOMES DA SILVA, CATARINA SCHOLZE DE SOUZA, CIBELE DE CASSIA PAZ DOS SANTOS, CIBELE MARIA SOARES DOS SANTOS, CINTIA HAYUMI TAO, CIONARA LISBOA DOS SANTOS, CLAUDIA MARIA DE SOUZA, CLEIDE REGINA COLADEL, CLICIANE DE FATIMA SANTANA PENTEADO, CYNTHIA RAFAELA DIAS GERING, DAIANE DA SILVA BRAZ, DAIANE MAYARA FERREIRA, DANAINE ELLIN BORDIGNON VIEIRA, DANIELA FIGUEREDO DOS SANTOS, DENILSON CESAR TAVARES, DENISE CRISTIANA DE JONGE KOK, DEYSE MICHELLY DAL MOLIN, DULCIENE SAMPAIO DE MACENA, EDUARDA ANTUNES DA FONSECA, EDUARDA PAES DOS SANTOS, ELAINE DE FATIMA SIMÕES, ELIS REGINA DE ARRUDA, ELISANDRA RIBEIRO ALPES, ELLEN MARIA FERREIRA DE LIMA, ESTEFAN LIBERATO ASSI, EVANIZE PAULINE BORGES, FABIO ANTUNES, FERNANDA LOPES DE MELO, FLAVIA RACIR DE MIRANDA, FRANCIELI DE SOUZA GOUVEIA, FRANCISLAINE MICHALOSKI TOLENTINO, GABRIELA SOARES BUENO, GABRIELA SOARES DE OLIVEIRA, GEZIANE CUNHA DE PAULA, GISELE LAVES DIAS NASSAR, GUILHERME AUGUSTO TAVERNA BOBECK, GUILHERME CANTIDES SOUZA DE OLIVEIRA, GUILHERME OTAVIO DIAS DE SOUZA, IASMYN DE FATIMA NOGUEIRA, IGOR LUNARDELLI, IRANI JOSE BARROS, ISA KARINA ZESEZYCHI, IVONE MARIA LABRES DA SILVA, JANAINA DE JESUS MESSIAS, JANINE APARECIDA DA MATA CORREIA, JAQUELINE VALERIO DA SILVA, JENNIFER DA SILVA MACHADO, JESSICA NENEN DE MELO, JESSICA VAN DEN BERG, JESSICA VANESSA DA SILVA LUCIANO, JOAO BATISTA DIAS, JOAO EDUARDO SIENKIEWICZ, JOELMA APARECIDA RODRIGUES DE ANDRADE, JOICE KELE SELATCHEK DA SILVA, JOSEMAR CAMARGO PEREIRA, JOSIANE ROSA RODRIGUES DOS SANTOS PEREIRA, JOUBERT BISCAIA TURKIEWICZ, JULIANA APARECIDA MORAIS, KAMILA DE ALMEIDA OLIVEIRA, KARINA APARECIDA FURTUOSO DIAS, KEDELYN CARINE GALVAO DA SILVA, LARISSA DE CASSIA REIS ANTUNES, LEANDRA CASTRO DE ARAUJO, LEANDRO APARECIDO MENDES, LETICIA LEANDRO, LETICIA MACHADO DE CAMARGO, LORENA DE LOURDES PEREZ, LORENA DE MARQUI LOPES DA SILVA, LORIVAL ESDRA DE OLIVEIRA PIRES FERREIRA, LUANDRA ESTER DOS SANTOS CARNEIRO, LUCAS WILLIAM GROTH DE OLIVEIRA, LUCIANE LIMA DA SILVA, LUCIELI DE FATIMA PEREIRA DA SILVA, LUCIENE VITORINO DA SILVA ROCHA, LUCIMARA AMOREU, LUIS GUSTAVO SANTOS DA SILVA, MAICON JOSE MARTINS ALVES, MARCELO MOREIRA ALVES, MARCOS EDUARDO FURTUOSO DELGADO, MARIA CAROLINA FURQUIM GUERKE, MARIA CECILIA PEREIRA, MARIA EDUARDA ELIAS PEREIRA, MARIA SUELI DO PRADO AMARAL, MARIANA FARIAS, MARIANA MACEDO RIBAS, MARLI ANTUNES BISPO, MATHEUS GARCIA BORGES MATUCHESKI, MATHEUS HENRIQUE FARIA BUENO, MATHEUS LEANDRO DE MELO, MAYARA CRYSTIANE DA SILVA, MERIELY KOCH, MEYRYELLY KAROLAYNE CORREA, MICHAEL APARECIDO MACHADO, MICHELE APARECIDA XAVIER ALVES, MICHELE PEREIRA, MIGUEL ANGELO GUIMARAES, MILCA LIMA DA SILVA, MIRIAM CRISTINA GUERRA, MUNICÍPIO DE ARAPOTI, MYLENA CRISTINA BARBOSA, PALOMA MARTINS JOSE OLIVEIRA, PATRIC DA ROSA CAMARGO, PAULA IARA BUENO GARCIA, RAFAELA DA PAIVA ROLIM MOREIRA, RAFAELA DA SILVA ISIDORO, RAFAELE DOS SANTOS SOARES, RAMON CORREA BUENO, RAULLIANE CRISTINA DE LIMA ANTONIO, RAYSSA PITARELLO FIATS, RENATO DE ANHAIA, ROSEMARA DE JESUS, ROSENI MARIA DE OLIVEIRA FREITAS, RUTE DA COSTA AGOSTINHO, SUELEN DE MATOS MARINS, SUELI DA SILVA, SUELLEN VIVIAN CARLOS SOWINSKI, THALYSON DE ALMEIDA DOS SANTOS, THAYNA URBES DE OLIVEIRA, VALDIRENE DE OLIVEIRA, VANESSA MARIA LOPES MACELLARO GRACIANO, VANESSA MARTINS DA COSTA PASSOS, VANESSA VIDAL TEIXEIRA SIEJKA, VERA LUCIA DOS SANTOS, VICTORIA KAROLINE CARDOSO SANTOS, VINICIUS LOPES GEFUNI, VITORIA ROSA, YOHAN BRENO DE ANDRADE DE MELO
DESPACHO 435/25

Considerando o disposto no art. 1º, inciso VIII[1], da Instrução de Serviço nº 032/2012[2] c/c o art. 1º da Instrução de Serviço nº 053/13[31 e considerando as manifestações uniformes da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do representante do Ministério Público, determino o encerramento do processo, haja vista o contido no art. 398 do Regimento Interno[4].

Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as providências cabíveis, nos termos do art. 168, inciso VII, do Regimento Interno[5].

Publique-se.

Curitiba, 28 de julho de 2025.
Luciano Dinis de Souza
Auditor de Controle Externo

_____

__1__. Art. 1º - Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, ACE JERUSA HELENA PIAZ KLOCK, matrícula nº 51.281-8, e ACE MARCELO DA SILVA BENTO, matrícula nº 50.719-9, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:
(...)
VIII- autorização e determinação de encerramento e arquivamento de processos, acolhendo pareceres uniformes da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
__2__. Publicada no periódico 'Atos Oficiais Eletrônicos' nº 333 de 20/01/2012, fls. 139 e 140.
__3__. Art. 1º O caput do art. 1º, da Instrução de Serviço nº 50/2013, publicada no periódico "Diário Eletrônico do Tribunal de Contas" nº 603, de 21/03/2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 1º Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, EDGAR ANTONIO DOS SANTOS, Analista de Controle, matrícula nº 51.250-8, LUCIANO DINIS DE SOUZA, Analista de Controle, matrícula nº 51.738-0, MARCELO DA SILVA BENTO, Analista de Controle, matrícula nº 50.719-9, e PAULA FONSECA CAMERA, Analista de Controle, matrícula nº 51.702-0, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:"
__4__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 2º O relator poderá determinar o encerramento do processo, em sede de juízo de admissibilidade, nas hipóteses previstas regimentalmente. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 3º Nos demais casos o encerramento de processo dependerá de decisão colegiada. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 4º Os processos julgados regulares com ressalvas, ou contendo determinações e recomendações, após as devidas anotações e cumprimento das eventuais comunicações, serão encerrados, mediante despacho do Relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
__5__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
(...)
VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO Nº-595558/23
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
INTERESSADOS:-ANDERSON MANIQUE BARRETO, CASSIA REGINA EIDELWEIN, DANIELI APARECIDA AMERSCHMIDT, EDSON NUNES CALIXTO, GABRIEL VINICIUS GAIEVSKI, INGRID CARLETTO DALMOLIN, JOCIMARA CATELI FLORIANO, JOICE MARIA SANGALETTI, LUMA MIRANDA, MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, SADIA KIRCHOFF CASANOVA
DESPACHO 437/25

Considerando o disposto no art. 1º, inciso VIII[1], da Instrução de Serviço nº 032/2012[2] c/c o art. 1º da Instrução de Serviço nº 053/13[3] e considerando as

manifestações uniformes da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do representante do Ministério Público, determino o encerramento do processo, haja vista o contido no art. 398 do Regimento Interno[4].
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as providências cabíveis, nos termos do art. 168, inciso VII, do Regimento Interno[5].
Publique-se.
Curitiba, 28 de julho de 2025.
Luciano Dinis de Souza
Auditor de Controle Externo

_____

1. Art. 1º - Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, ACE JERUSA HELENA PIAZ KLOCK, matrícula nº 51.281-8, e ACE MARCELO DA SILVA BENTO, matrícula nº 50.719-9, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:
(...)
VIII- autorização e determinação de encerramento e arquivamento de processos, acolhendo pareceres uniformes da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
2. Publicada no periódico 'Atos Oficiais Eletrônicos' nº 333 de 20/01/2012, fls. 139 e 140.
3. Art. 1º O caput do art. 1º, da Instrução de Serviço nº 50/2013, publicada no periódico "Diário Eletrônico do Tribunal de Contas" nº 603, de 21/03/2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 1º Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, EDGAR ANTONIO DOS SANTOS, Analista de Controle, matrícula nº 51.250-8, LUCIANO DINIS DE SOUZA, Analista de Controle, matrícula nº 51.738-0, MARCELO DA SILVA BENTO, Analista de Controle, matrícula nº 50.719-9, e PAULA FONSECA CAMERA, Analista de Controle, matrícula nº 51.702-0, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:"
4. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 2º O relator poderá determinar o encerramento do processo, em sede de juízo de admissibilidade, nas hipóteses previstas regimentalmente. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 3º Nos demais casos o encerramento de processo dependerá de decisão colegiada. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 4º Os processos julgados regulares com ressalvas, ou contendo determinações e recomendações, após as devidas anotações e cumprimento das eventuais comunicações, serão encerrados, mediante despacho do Relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
1. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
(...)
VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO

PROCESSO N.º:-612626/24
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA
INTERESSADO:-DANIEL INOCENCIO DE OLIVEIRA, FABIO AUGUSTO DA SILVA, FLAVIA DE SOUZA SOARES PAIVA, FLAVIANO ASSIS DE OLIVEIRA, JOSE LAZARO FERRAZ, JOSE LUCAS DOS SANTOS, JULHANA BARBOSA DA SILVA, KARINA DE CASSIA CORREA, LORENA DA SILVA ALVES, MATHEUS THEOPHILO DA CRUZ, MONIQUE FERNANDES DA SILVA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, SILENE APARECIDA DOS SANTOS, TANIA OLIVEIRA DE VASCONCELOS, WILLYS MANOEL BARBOSA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 59/25
Trata-se de admissão complementar de pessoal promovida pelo Município de São José da Boa Vista por meio do concurso regulamentado pelo Edital nº 72/2019 (peça 28 do processo vinculante TC nº 469179/19), em cargos diversos[1].
Em consonância com as manifestações uniformes da Coordenadoria de Atos de Pessoal (Instrução nº 7599/25 – COAP – Fase 4, peça 9) e do Ministério Público de Contas (Parecer nº 518/25 – 2PC, peça 12), que opinaram pela legalidade do ato, determino o registro das contratações em tela, na forma do art. 134 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e do art. 428, inc. II, do Regimento Interno.
Após certificado o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP) para as anotações pertinentes e à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme os art. 398, § 1º, e 168, VII, do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 23 de julho de 2025.
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Relator

_____

1. Rol de admitidos constante na peça 9 – p. 10 a 13.

PROCESSO N.º:-299700/22
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO, OBERDAM JOSE DE OLIVEIRA, PARANAPREVIDÊNCIA
PROCURADOR:-ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, FABIANO JORGE STAINZACK, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCAS HENRIQUE OSHIMA MARINO, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA DOS SANTOS, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, YARA MARIA MIRANDA
DESPACHO N.º:-122/25
Com base na Instrução nº 7867/25-COAP (peça 78), determino a baixa de responsabilidade da PARANAPREVIDÊNCIA, relativa ao do Acórdão nº 3859/23-S2C (peça 29).
Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) para a emissão da respectiva certidão de quitação de obrigação e anotações pertinentes.
Atendidas as formalidades legais, com fundamento no art. 398, §1º, do Regimento Interno, o processo ficará encerrado e deverá seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no art. 168, VII, do mesmo diploma legal.
Publique-se.
Curitiba, 28 de julho de 2025.
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Relator

Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

Sem publicações

Conselheira Substituta MURYEL HEY

Sem publicações

Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO

Sem publicações



Sem publicações

Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar

Sem publicações



Sem publicações



TCEPR

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

PORTARIA N° 42/2025
O PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, no exercício das atribuições institucionais estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Paraná, na Lei Complementar Estadual n° 113/2005, na Lei Complementar Estadual n° 85/1999 e no Regimento Interno do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná,
RESOLVE:
Art. 1º. Designar a estagiária de pós-graduação Jessica Blaszczyk Dornelas, matrícula 833029, para atuar junto ao Núcleo de Apoio Estratégico, com a atribuição de acompanhar os projetos especiais em curso.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor imediatamente.
Publique-se, cumpra-se e comuniquem-se.
Curitiba, 28 de julho de 2025.
- assinatura digital -
GABRIEL GUY LÉGER
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

PORTARIA N° 43/2025
Procedimento de Apuração Preliminar n° 21/2025
CONSIDERANDO a Instrução de Serviço n° 71/2021, que regulamenta o Procedimento de Apuração Preliminar no âmbito do Ministério Público de Contas do Paraná;
CONSIDERANDO o dever do Ministério Público de Contas na promoção da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais no âmbito do controle externo da gestão pública;
CONSIDERANDO as informações relevantes contidas na Notícia de Fato n° 32/2025 que apontam para possível irregularidade dos atos praticados pelo Município de Nova Santa Bárbara, consistente na falta de previsão de mandato para o exercício da função de controle interno no Munícipio;
RESOLVE:
I - Instaurar Procedimento de Apuração Preliminar – PAP n° 21/2025, no intuito de verificar a ocorrência de irregularidades na falta de previsão de mandato para o exercício da função de controle interno no Munícipio.
II - Nos termos do art. 9º, parágrafo único da Instrução de Serviço nº 71/2021, ficam os integrantes do Núcleo de Análise Técnica do Ministério Público de Contas autorizados a promover todas as diligências necessárias ao pleno esclarecimento dos fatos e à instrução do Procedimento, podendo, inclusive, solicitar informações e documentos, por quaisquer meios de comunicação, resguardadas as competências exclusivas dos membros do Ministério Público de Contas para a produção de prova testemunhal e para firmar requisições.
III - Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias úteis para apresentação do relatório conclusivo sobre os fatos objeto de apuração.
Publique-se, registre-se e autue-se.
Curitiba, 29 de julho de 2025
Gabriel Guy Léger
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

TCEPR

ATOS DIVERSOS

Resenhas de Distribuição

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4013/2025
Processo Nº: 458167/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 09:56:56
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: DANIEL RODRIGO DE SOUZA, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, LUIZ GOULARTE ALVES
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4014/2025
Processo Nº: 458175/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 09:57:53
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, GILMAR MARTINS DE OLIVEIRA, LUIZ GOULARTE ALVES
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4015/2025
Processo Nº: 458213/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 09:58:42
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, LUIZ GOULARTE ALVES, RENATO SCHRAMM
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4016/2025
Processo Nº: 458256/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 09:59:37
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, LUIZ GOULARTE ALVES, VALMILTON ALEXANDRE DE SANTANA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4017/2025
Processo Nº: 458272/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 10:00:41
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, HELIO RIBEIRO COELHO, LUIZ GOULARTE ALVES
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4018/2025
Processo Nº: 167006/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 10:46:47
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
Interessado: ALINE DA SILVA ARAUJO, DÉCIO MACHADO, DENILSON BAITALA, DIEGO KUCHAR LIMA, DIEGO MICHEL ALVES DE FRANCA, GUILHERME GUIMARAES KOMECHE, ISABELA FANELLI BARRETO, IVAN CARLOS PARECY JUNIOR, JOSIANE FILUS, KAUANA APARECIDA LEMOS E OUTROS.
Exercício: 2018
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 632599/18, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4019/2025
Processo Nº: 459732/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 10:54:42
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
Interessado: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, W. M. CARLI PROJETOS DE ILUMINAÇÃO LTDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4020/2025
Processo Nº: 460340/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 10:42:18
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: AUTARQUIA MUN. DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PUB. DO MUNICIPIO DE CAMBÉ
Interessado: ANDREIA CRISTINA DA SILVA, CARLOS ALBERTO SERPELONI
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4021/2025
Processo Nº: 459821/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 11:00:00
Assunto: DENÚNCIA
Entidade: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
Interessado: ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4022/2025
Processo Nº: 645842/24
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 11:05:56
Assunto: REPRESENTAÇÃO
Entidade: MUNICÍPIO DE RONCADOR
Interessado: MUNICÍPIO DE RONCADOR, PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE IRETAMA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4023/2025
Processo Nº: 838934/24
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 11:49:52
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
Interessado: ANA CLAUDIA SOUZA, ANA ROSA FELIPOUSKI, CELSO FERNANDO GOES, DAIANE DE ALMEIDA, DENILSON BAITALA, EDIMARA VAN HAANDEL, ELISIANE SOUZA BIANKI, FABIANA CRISTINE ANTONIUCCI DE LIMA QUEIROZ, FRANCISCA DA LUZ MENDES DOS SANTOS, GLORIA MARIA ROCHA RIBEIRO E OUTROS.
Exercício: 2018
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 632599/18, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4024/2025
Processo Nº: 202251/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 11:56:20
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
Interessado: DENILSON BAITALA, ELISANGELA RODRIGUES DE SOUZA, MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
Exercício: 2018
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 632599/18, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4025/2025
Processo Nº: 76431/23
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 12:01:25
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA
Interessado: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA, JOEL CARDOSO, LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4026/2025
Processo Nº: 461931/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 16:15:40
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: JANE LUCIA GIRARDI DA SILVA, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4027/2025
Processo Nº: 460986/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 16:40:33
Assunto: CERTIDÃO LIBERATÓRIA
Entidade: MUNICÍPIO DA LAPA
Interessado: DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4007/2025
Processo Nº: 432923/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 08:44:19
Assunto: RECURSO DE REVISTA
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, ANNE GRAZIELA MANCINI, ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, LEONILDO MANCINI (FALECIDO(A) EM 2024), LORENA ANGELICA MANCINI, MARIA ANTONIA FATIMA REAL MANCINI
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4008/2025
Processo Nº: 404881/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 08:51:09
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: AUTARQUIA MUN. DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PUB. DO MUNICIPIO DE CAMBÉ
Interessado: ANDREIA CRISTINA DA SILVA, CLAUDIA ELENA ANTONIO CARMONA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4009/2025
Processo Nº: 438581/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 08:54:54
Assunto: RECURSO DE REVISTA
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO AZUL
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO AZUL, JUSSARA APARECIDA MOREIRA MARTINS, MARIANO VICENTE TYSKI, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4010/2025
Processo Nº: 441396/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 09:31:07
Assunto: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Entidade: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
Interessado: ANDRESSA DA CRUZ, MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, VILSON ROGERIO GOINSKI, WILLER ARIEL CHEVONICA
Exercício:
Modalidade de distribuição: distribuído a(o) relator(a) do processo originário conforme Art. 477, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4011/2025
Processo Nº: 459635/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 09:34:01
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Interessado: H R PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº4012/2025
Processo Nº: 458086/25
Data e hora da distribuição: 28/07/2025 09:55:45
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, LUIZ GOULARTE ALVES, RONALDO BATISTA ALVES
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

Editais

Sem publicações

Despachos

PROCESSO Nº.:-216503/25
ENTIDADE:-FUMPISUL - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PIRAÍ DO SUL
INTERESSADO:-ARI CEZAR MOREIRA
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-151/25
Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 165/2023, do Relator deste Processo, Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:
1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 969/25 (peça processual nº 8), da Coordenadoria de Contas, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:
Responsáveis para intimação:
- ARI CEZAR MOREIRA – CPF 092.146.909-87

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
CCONTAS, 28 de julho de 2025.

VALDIR FALCÃO DE CARVALHO NUNES
Matrícula 52.176-0
Supervisor do Processo de Prestação de Contas
Documento assinado digitalmente
Ato emitido por ROSANE DO ROCIO TOSATO ZINHER
Auditora de Controle Externo - Contábil - Matrícula nº 51.099-8

PROCESSO Nº.:-164570/25
ENTIDADE:-FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SAO TOME - FUNPREST.
INTERESSADO:-MARTA MARQUES ROCHA
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-152/25
Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 165/2023, do Relator deste Processo, Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:
1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 977/25 (peça processual nº 9), da Coordenadoria de Contas, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:
Responsáveis para intimação:
- MARTA MARQUES ROCHA – CPF 017.038.459-43

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
CCONTAS, 28 de julho de 2025.
VALDIR FALCÃO DE CARVALHO NUNES
Matrícula 52.176-0
Supervisor do Processo de Prestação de Contas
Documento assinado digitalmente
Ato emitido por ROSANE DO ROCIO TOSATO ZINHER
Auditora de Controle Externo - Contábil - Matrícula nº 51.099-8

PROCESSO Nº.:-193562/25
ENTIDADE:-FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
INTERESSADO:-JOSE CARLOS DE MACEDO
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-153/25
Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 165/2023, do Relator deste Processo, Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:
1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 978/25 (peça processual nº 9), da Coordenadoria de Contas, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:
Responsáveis para intimação:
- JOSE CARLOS DE MACEDO – CPF 638.866.779-15

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
CCONTAS, 28 de julho de 2025.
VALDIR FALCÃO DE CARVALHO NUNES
Matrícula 52.176-0
Supervisor do Processo de Prestação de Contas
Documento assinado digitalmente
Ato emitido por ROSANE DO ROCIO TOSATO ZINHER
Auditora de Controle Externo - Contábil - Matrícula nº 51.099-8

PROCESSO Nº.:-177052/25
ENTIDADE:-FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE IMBITUVA
INTERESSADO:-CLAUNEI GALVAO DA SILVA
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-154/25
Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 165/2023, do Relator deste Processo, Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:
1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 979/25 (peça processual nº 8), da Coordenadoria de Contas, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:
Responsáveis para intimação:
- CLAUNEI GALVAO DA SILVA – CPF 835.408.909-63

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
CCONTAS, 28 de julho de 2025.
VALDIR FALCÃO DE CARVALHO NUNES
Matrícula 52.176-0
Supervisor do Processo de Prestação de Contas
Documento assinado digitalmente
Ato emitido por ROSANE DO ROCIO TOSATO ZINHER
Auditora de Controle Externo - Contábil - Matrícula nº 51.099-8

PROCESSO N º-308480/24
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COLORADO
INTERESSADO-ARNALDO GOMES, DENIS HENRIQUE RODRIGUES DE JESUS, FRANCIELE DA SILVA FERREIRA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2204/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COLORADO, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7896/25 - COAP peça nº 22:
- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COLORADO – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 28 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-286605/24
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COLORADO
INTERESSADO-DENIS HENRIQUE RODRIGUES DE JESUS, FRANCIELE DA SILVA FERREIRA, MARIA APARECIDA LOURENCO DOS SANTOS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2205/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COLORADO, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7899/25 - COAP peça nº 28:
- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COLORADO – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 28 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-798762/24
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO-ALCINEU GRUBER, ANA CAROLINA SPANHOLLI, LEONALDO PARANHOS DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2206/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7284/25 - COAP peça nº 16:
- INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 28 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-798797/24
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO-ALCINEU GRUBER, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, VILMAR INACIO SCHERER
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2207/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7286/25 - COAP peça nº 16:
- INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 28 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-386297/22
ORIGEM-FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE

LONDRINA
INTERESSADO-LEONI RODRIGUES DE CAMPOS, LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2208/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7919/25 - COAP peça nº 15:
- FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 28 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-24295/25
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-CARLOS ALBERTO LIMA DA SILVA, CLAUDIO STABILE, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2209/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7318/25 - COAP peça nº 24:
- PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 28 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-567930/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAÍ
INTERESSADO-ANA PAULA SANTAROSA PREVIATTO, APARECIDA DO CARMO LIMA, CASSIANE OLIVEIRA DE SOUZA, FRANCIELLE MARTINS DOS SANTOS, FREONIZIO VALENTE, JESSICA ROSA MARTINS, JOAO CARLOS DA SILVA MENDES, JULIZELMA SANTOS MEIRA, LIDIONEIA BARBOZA DA ROCHA, LUCAS SANCHES PEREIRA, MARIA APARECIDA BARBARA FREITAS ARAUJO, MARIANA CORDEIRO FRAILE, RODRIGO MORETE SAVALLETE, RONALDO LUCIANO DA SILVA, ROSANA DE MORAIS LOPES, ROSELI SALVADOR
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2211/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAÍ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7890/25 - COAP peça nº 11:
- MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAÍ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 28 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-117920/25
ORIGEM-MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
INTERESSADO-ADALGISA MEIRE MATOS DE AGUIAR, ADRIELE GOMES DA SILVA, ALEXANDRA POMAGERSKI VOGLER, ALEXSANDRA SILVA DE MATTOS, ALICE MAYARA PEDROSO CARNEIRO, ALINE ELISE DIEHL, ALINE FALCAO DA SILVA DE ARAUJO, AMANDA ALVES DOS SANTOS SCHANHUK, ANA CAROLINA HENRIQUE FORBECK, ANA ELOISA GIOVANETTI, ANA LUCIA NIERADKA, ANA MARIA SWIERK, ANA PATRICIA VIEIRA NADZEIA, ANA PAULA ANNIES FREIRE RODRIGUES, ANA PAULA POCZAPSKI, ANA PAULA WOJCIECHOWSKI DAL COL, ANGELA MARIA BOIANO TERNA, ANIELE APARECIDA GONCALVES, ANNE CAROLINE FERREIRA ZYNCZAK, ARIANE BRAGION PEREZ REDA, BIANCA SIUTA BOMFIM, BRUNA KRACHINSKI, BRUNA MANOEL MARCINIAK, CAMILA CAMARGO DE OLIVEIRA, CAROLINE CABRAL, CAROLINE DE ANDRADE FERREIRA, CINTIA FERNANDA CAVAGNARI, CLAUCIA DE FATIMA LOBODA, CRISTIANE PARETA JABUR, DALETE WELLEN DE FRANCA PINTO, DANIELE APARECIDA SILVA, DANIELE PEREIRA DOS SANTOS, DAYANE JONECK HOLM, DIRNELI APARECIDA ALVES DA SILVA, EDENIZE APARECIDA ANDRADE, EDNA TURONE, ELIANE MARIA DOS REIS, ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, ERICK VINICIUS OLICHESKI ALVES, FELIPE ALEXANDRE, FLAVIA GONCALVES VITKOSKI, FRANCIELE FERREIRA DO NASCIMENTO, GABRIELE MELCHIOR DE LARA, GABRIELLY SEVERINO DE MELLO, GEANICE APARECIDA EURICO AJUZ, IULY CAROLINE FERREIRA, JANAINA FERREIRA NUNES, JENIFER RAYANE KRACHINSKI, JENYFER FERNANDA ALMEIDA, JESSICA ENI MENDES, JESSICA FABIANE PATECK DE MOURA, JESSICA MONTEIRO STOCCO, JESSICA SOARES OPPATA, JOAO VITOR DA SILVA GUERA, JOCIELE DE PAULA SOUZA, JOCIELE FERNANDES DOS SANTOS MIRANDA, JOICE JULIANE PIMENTEL, JOSELIANE EVELISE BOA DE CARVALHO PUTENIK, JULIA MARINS MAINARDES, JULIANA LARISSA BARBOSA, JULIANE RODRIGUES CAVALCANTE, KARINE DE FATIMA BARBATO, KATHLYN CRISTINA DE MOURA BRANDT, KELLI SANDRINO TROYAN, KETER DAIANE ALVES DE LIMA, KETLYN HALLES, KIMBERLY CHAMBREK HAMILKO GONCALVES, LARISSA BARBOSA, LARISSA FLUGEL PINTO, LARISSA JULIANE DE ALMEIDA, LARISSA RENATA MUNHOZ SENEIKO, LAYSA ADRIELY FERREIRA DE LIMA, LETICIA APARECIDA ANDRADE, LETICIA CRISTINA SANTANA PRADO, LETICIA PEREIRA ANSBACH, LINIKY DOS SANTOS ULINICK, LORAINE ISABELLY XAVIER ROSA, LUANA CAROLINE REINA WILL, LUANA JABONSKI, LUIZ AUGUSTO RODRIGUES, LUIZA DE AVILA ROGALLA, LUMA COSSETI, MAIZA DE CASSIA GANDIN PAES, MARCOS AURELIO DE OLIVEIRA, MARIANA MELLO MAZEPA, MARILEIA VALENTIM DE OLIVEIRA MILDENBERGER, MARLEY DARNIELLY RIBAS MARIANO, MAYARA APARECIDA DE PAULA MENDES SIMEZIK, MONICA LILIANE MARTINI, NAYLA CAROLINE MARIA SMANIOTTO, NEIZELI DANIELE DE LIMA, PALOMA DE FREITAS, RAQUEL MAINARDES SUKOSKI, REBEKA LUZ ALMEIDA SANTOS, ROSANGELA APARECIDA LORENO, SELMA TERESINHA DE PAULA, SHEILA CRISTINA JACUMASSO, TAILAINE DIAS MAYER, TATIANA DA LUZ STREMEL, TATIANE CRISTINE FERREIRA, TATIANE MARQUES DA SILVA, TAYLINE FERNANDA DE ALMEIDA, THACIANE ANDREIA VIEIRA DOS SANTOS, THAISY MARIA DE CASTRO, VALDELIRIO PAVILAKI KAPP, VALERIA VANTROBA, VANESSA DE OLIVEIRA E SOUZA FERRAREZI, VANIA APARECIDA NEVES RAMOS, VERA LUCIA KAPP MADUREIRA, VILMARI DA SILVA MACHADO, VITORIA ISABELE HAS, VIVIAN DA CRUZ BORGES, YASMIN FERNANDES TEIXEIRA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2214/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 18) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação termina em 01/08/2025.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
COAP, em 28 de julho de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-117912/25
ORIGEM-MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
INTERESSADO-AMANDA RODRIGUES DE SOUZA, ANA CAROLINE MARTINS DE MELO, BEATRIZ DOS SANTOS, BRUNA JULIANE SCHMIDT, CHRISTOPHER PIMPAO FERREIRA DOS SANTOS, DAIANE BEZERRA DA SILVA, DANIELE CRISTINA DO NASCIMENTO, DYENEFFER RIBEIRO SANTIAGO, ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, FABIANA CAROLINE GONCALVES, FABIANE NUNES MENDES, FABIANO SCHUPCHEK DE ANDRADE DE PONTES, FRANCIE CAROLINE TONSE, FRANCIELE ANDJESKI, GABRIELY ALINE LOURENCO DE SOUZA, GISELA GIACOBBO, JOICE DA SILVA TRESKA, JORDANA EMANUELA NOVAK, JULIANA APARECIDA DE LIMA, LORENA CAUS HERTEL SOUZA, MARCOS ANDRE PERES DE MATTOS, MARIELE APARECIDA R DO PRADO TEIXEIRA, NATASHA KOCHAN, NICOLE CANAREK DOERR, PATRICIA DOS SANTOS LARA, PRISCILA BARBOZA MACHADO, RAYANA MILENA KREMER, REGINALDO DE SOUZA, TATIANE DA SILVA LUZ, TAYNARA DO ROCIO DE CAMPOS, THAIS LUANA DIAS BATISTA, THALLYTA MAZARI DAS CHAGAS, ZELIA HEMETÉRIO BUENO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2215/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 19) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação termina em 29/07/2025.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
COAP, em 28 de julho de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-420018/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
INTERESSADO-ALINE NASCIMENTO DA SILVA, AMAURI SEMCZUK, ANA HELENA DOS SANTOS, ANGELO CASSIO BARBOSA DOS SANTOS, BARBARA POLYANA FERNANDES DA SILVA, BEATRIZ DANTAS DO NASCIMENTO, CAIO JESUS VIANEDA, CAMILA DE JESUS VIEIRA, CAREM JORJIANE MERSENBURG GONCALVES, CINTIA RIBEIRO VALENCIA DA SILVA, DIEGO MAXUEL GOMES, DOUGLAS BALDESSAR BARBOSA JUNIOR, EDUARDO BARROS FERNANDES, EDUARDO STRESSER PEREIRA, ELAIJA GUERRA FERREIRA, ELIANE PATRICIA RAUBER, EMILE MEIRELES DA ROSA, FELIPE DA SILVA FERREIRA, FELIPE DE OLIVEIRA LEITE, GEZIANE ZELLA ALVES, INGRID AIMEE DO CARMO RODRIGUES, IVANIO JUNIOR VACZ LEAL, JACIRLEIDE DE MELO SILVA, JAQUELINE CRISTIANE MELETA, JESSICA CHRISTINE DOS SANTOS, JONATHAN DE AZEVEDO STANTE, KALIL MOHAMED CHIAH, LETICIA COSTA DE SOUZA, LETICIA SWIATOSKI, LICIA GERVAZONI, LILIANA MARIA DOTTI PERTERCEN MOREIRA, LORETA SILVA OZELIN, MARCUS ROBERTO OZIECKI, MELINA MARY BRUCH, NICOLLY FERREIRA BORGES, PATRICIA CORDEIRO, PATRICIA DA SILVEIRA

MEDEIROS, PRISCILA RODRIGUES MACEDO, RAYANA GABRIELA GODOY, RENAN FELIPE DE ASSIS BEHET RODRIGUES, RODOLFO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA, RUDISNEY GIMENES FILHO, SABRINA DOS SANTOS TOME, SAMUEL DE SOUZA ALVES, SANDRO GIOVANI GRASSMANN, SHEILA DOS SANTOS EIGLMEIER, VANESSA VITKOVSKI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2216/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7945/25 - COAP peça nº 91:
- MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 28 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

Informações

Sem publicações

Atos de Alerta Municipais

Sem publicações

TCEPR
COORDENADORIA-GERAL

Sem publicações

TCEPR
ATOS NORMATIVOS

Sem publicações

TCEPR
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

GP - Despachos

PROCESSO Nº:-451383/25
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MARILENA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE MARILENA
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-3149/25
Trata-se de Requerimento Externo-Gestão Fiscal Municipal instaurado por determinação constante do Acórdão nº 1528/25-STP, com vistas a reapreciação do percentual de aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino sobre a receita líquida de impostos, relativo ao exercício de 2024, do Município de Marilena.
Autos encaminhados à Coordenadoria de Contas que apontou a autuação anterior de requerimento com o mesmo objeto, por parte da municipalidade, expediente nº 379933/25, o qual já foi analisado e teve como resultado a recomposição do índice de 23,40% para 25,04%, apurado na data-base de 31/12/2024. Ao final, tendo em vista a recomposição do citado índice, entendeu que este expediente havia perdido o objeto e sugeriu o seu encerramento. (Instrução nº 913/25-CCONTAS, peça 5)
Por meio do Despacho nº 866/25-CGF (peça 6), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização recomendou a remessa do expediente à Diretoria de Protocolo, para o seu arquivamento, corroborando com o entendimento da unidade anterior.
Ante o exposto, considerando as manifestações uníssonas das unidades técnicas, determino a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para o seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, 25 de julho de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-455990/25
ENTIDADE:-4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO:-4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-3153/25
Retornam os autos com o Despacho nº 1148/25 por meio do qual o Conselheiro Ivan Lelis Bonilha autoriza o acesso pela 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de União da Vitória ao processo nº 310224/25.
Diante disso, encaminhe-se este Requerimento Externo à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado, bem como do processo cujo acesso foi autorizado.
Outrossim, em atenção ao Ofício nº 643/2025, referida unidade técnica deverá enviar resposta ao solicitante observando-se, no que couber, o disposto no art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017.
Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 25 de julho de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Art. 7º O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
2. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-451154/25
ENTIDADE:-PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
INTERESSADO:-PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-3157/25
Retornam os autos com a Informação nº 34/25 (peça 4) por meio da qual a 6ª Inspetoria de Controle Externo exara ciência acerca do contido no Ofício nº 0876/2025 (peça 2) pelo qual a Procuradoria-Geral de Justiça encaminha, para conhecimento, cópia integral do Processo SEI nº 19.19.9011.0018365/2025-24, referente ao repasse de valor do Fundo Nacional de Segurança Pública ao Estado do Paraná para a redução das mortes violentas intencionais, o enfrentamento ao crime organizado e a proteção patrimonial por meio de ações de prevenção à criminalidade e fomento à defesa social.
A unidade técnica de fiscalização destaca que, "anteriormente, deu ciência em relação à referida transferência nos autos nº 446878/25".
Ao final, informa que, com base no art. 157, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno, serão adotadas as providências de análise e fiscalização que se mostrarem cabíveis.
Diante disso, encaminhe-se este Requerimento Externo à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado.
Outrossim, referida unidade técnica deverá enviar resposta à Procuradoria-Geral de Justiça mediante mensagem eletrônica para o e-mail gabinete@mppr.mp.br.
Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 25 de julho de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-451103/25
ENTIDADE:-PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

INTERESSADO:-PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-3158/25

Retornam os autos com a Informação nº 35/25 (peça 4) por meio da qual a 6ª Inspetoria de Controle Externo exara ciência acerca do contido no Ofício nº 0877/2025 (peça 2) pelo qual a Procuradoria-Geral de Justiça encaminha, para conhecimento, cópia integral do Processo SEI nº 19.19.9011.0018345/2025-79, referente ao repasse de valor do Fundo Nacional de Segurança Pública ao Estado do Paraná com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.

Ao final, informa que, com base no art. 157, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno, serão adotadas as providências de análise e fiscalização que se mostrarem cabíveis.

Diante disso, encaminhe-se este Requerimento Externo à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado.

Outrossim, referida unidade técnica deverá enviar resposta à Procuradoria-Geral de Justiça mediante mensagem eletrônica para o e-mail gabinete@mppr.mp.br.

Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.

Gabinete da Presidência, 25 de julho de 2025.

-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-408054/25
ENTIDADE:-1ª VARA DO TRABALHO DE FRANCISCO BELTRÃO
INTERESSADO:-1ª VARA DO TRABALHO DE FRANCISCO BELTRÃO
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-3159/25

Retornam os autos com o Despacho nº 875/25 (peça 11) por meio do qual a Coordenadoria-Geral de Fiscalização, "considerando os elementos constantes nos autos, em especial a reiterada revelia do Município de Nova Prata do Iguaçu em ações trabalhistas", identifica indícios de possível deficiência na atuação administrativa quanto à representação judicial do ente público.

Observa que tal circunstância, embora não conclusiva, pode indicar omissão no dever de assegurar a adequada defesa dos interesses municipais, com potenciais impactos sobre os princípios da legalidade, eficiência e proteção ao erário, previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal.

Diante desse cenário, propõe a autuação do presente feito como Representação, nos termos dos artigos 277 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal.

Pelo exposto, tendo em vista o contido no art. 32, II, da Lei Orgânica deste Tribunal, e, ciente esta Presidência, devem os autos ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para reautuação do feito como Representação, sorteio de relator e regular processamento nos termos do art. 277, §2º do Regimento Interno.

Antes, porém, referida unidade técnica deverá remeter cópia do presente despacho ao Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Francisco Beltrão, mediante mensagem eletrônica para o e-mail vdt01fnb@trt9.jus.br, em atenção ao ofício expedido nos autos de ATOrd 0000171-18.2025.5.09.0094.

Gabinete da Presidência, 25 de julho de 2025.

-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-454277/25
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-3160/25

Retornam os autos com os Despachos nº 868/25 e n° 143/25 por meio dos quais a Coordenadoria-Geral de Fiscalização e a Coordenadoria de Contas se manifestam em atenção ao requerimento formulado pelo interessado.

Diante disso, encaminhe-se este Requerimento Externo à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao requerente.

Outrossim, referida unidade técnica deverá enviar resposta ao solicitante observando-se, no que couber, o disposto no art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017.

Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.

Gabinete da Presidência, 28 de julho de 2025.

-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 7º O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__2__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-566450/23
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE IMBITUVA
INTERESSADO:-ALEX RIBEIRO, ARTUR TESSAROLI BRANDL, BERTOLDO ROVER, CELSO KUBASKI, ELIAMAR SOARES POSSIDONIO, ELIZANDRA RIBEIRO ANTUNES, EMELIN KAUANE DOS SANTOS GALVAO, FABIELI FERREIRA VAZ, GEREMIAS DOS SANTOS, GILSIANE ELIAS GOMES, GRAZIELLE LEMES LEAL, JEAN CARLOS DA SILVA MACHADO, JOSE CARLOS CORDEIRO, JOSEFA SCHIMIT, JOSLAINE LEMOS DALZOTO, JULIANE PEDROSO MARTINS, LEANDRO DE OLIVEIRA, MUNICÍPIO DE IMBITUVA, NATANAEL PEREIRA, PAMELA SUELEN PINTO, PATRICIA CRISTINE DA SILVA OLIVEIRA, REGIANE SCHENEMANN, ROSANGELA APARECIDA FERREIRA, ROSECLEIA MARIA ALESSI IENKE, ROSELENE CIOTA, THIAGO ROBERTO SUREK
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
DESPACHO:-3161/25

Tratam os autos de Admissão de Pessoal encaminhados pelo Município de Imbituva, decorrente do Concurso Público regulamentado pelo Edital n° 02/2023, para provimento dos cargos de Agente de Endemias e Agente Comunitário de Saúde.

Após regular tramitação e decisão pelo registro dos atos de admissão (peça 75), a municipalidade juntou petição solicitando que a validade do certame fosse alterada no banco de dados do SIAP, de 01 (um) para 02 (dois) anos, tendo em vista o cadastramento errôneo por parte do seu Departamento de Recursos Humanos. (peças 84 a 86)

A Coordenadoria de Atos de Pessoal, considerando que o requerido pela municipalidade se enquadraria no caso de "alteração de banco de dados", sugeriu o desentranhamento das peças 84 a 87, a autuação de um requerimento externo e, com fito de dar celeridade ao solicitado, diligência à origem para que a municipalidade juntasse a respectiva documentação comprobatória. (Instrução nº 7659/25-COAP, peça 87)

Ante o exposto, determino a remessa deste expediente à Diretoria de Protocolo para o desentranhamento das peças indicadas pela unidade técnica, autuação como requerimento externo – alteração de banco de dados e, nos termos da determinação constante à peça 82, a continuidade no arquivamento deste protocolado.

Na sequência, no bojo do requerimento externo recém autuado, a citada diretoria deverá encaminhar comunicação ao Município de Imbituva, na forma do art. 7º1 da Instrução de Serviço nº 115/2017, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente a documentação comprobatória inerente a alteração solicitada.

Após, permaneça o requerimento externo – alteração de banco de dados na citada unidade para controle de prazo.

Havendo resposta da municipalidade, autorizo a posterior remessa do requerimento à Coordenadoria de Atos de Pessoal.

Gabinete da Presidência, 28 de julho de 2025.

-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-389238/25
ENTIDADE:-PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E URBANISMO DE CURITIBA
INTERESSADO:-PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E URBANISMO DE CURITIBA
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-3168/25

Trata-se de Requerimento Externo encaminhado pela Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo de Curitiba, por meio do qual, com vistas à instrução do procedimento que acompanha a licitação e contratação de nova concessão para o transporte público coletivo da cidade de Curitiba, solicitou atualizações quanto ao andamento da Tomada de Contas Extraordinária nº 613873/20, informações acerca da participação desta Corte no debate relacionado aos editais de licitação da concessão de transporte coletivo de Curitiba, apresentação de eventuais relatórios produzidos em reuniões envolvendo o Município de Curitiba e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Esclarecimentos quanto a existência de mecanismos de integração com a região metropolitana, no novo contrato, e ocorrência de tratativas conjuntas com a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP).

O relator do Recurso de Revista nº 743452/21, ao qual foi apensada a Tomada de Contas Extraordinária nº 613873/20, Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, informou que o citado processo estaria concluso em seu gabinete, aguardando inscrição em pauta de julgamento. (Despacho nº 998/25-GCILB, peça 4)

Autos encaminhados à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão e à unidade que desenvolve auditoria com o objetivo de avaliar a conformidade do edital de licitação para concessão do serviço de transporte público de passageiros da Região Metropolitana de Curitiba, 5ª Inspetoria de Controle Externo, que prestaram as informações quanto ao solicitado na inicial, no âmbito das respectivas competências. (peças 7 e 10)

Ante o exposto, considerando as manifestações das unidades técnicas, determino a remessa deste requerimento à Diretoria de Protocolo para comunicação à Promotoria solicitante na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017, disponibilização de cópia do presente expediente e, após, para o seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.

Gabinete da Presidência, 28 de julho de 2025.

-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__2__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-811234/23
ENTIDADE:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
INTERESSADO:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-3170/25

Trata-se de requerimento externo protocolado após o recebimento de ofício da Procuradoria-Geral do Estado (Ofício nº 481/2023), por meio do qual prestava informações acerca de decisão judicial exarada nos autos da Ação Ordinária nº

0001935-42.2023.8.16.0004, a qual suspendia a exigibilidade da sanção pecuniária imposta no Acórdão nº 2493/22-STP, proferido na Representação nº 498555/21.
A Diretoria Jurídica indicou que a citada decisão judicial já havia sido objeto de deliberação por parte do relator do processo nº 498555/21, peça 430 do processo retromencionado (peça 4), e, posteriormente, noticiou a prolação de sentença pela improcedência dos pedidos constantes da ação judicial, com o respectivo trânsito em julgado da decisão na data de 08/06/2025 (peça 12).
O relator da Representação nº 498555/21, Excelentíssimo Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, exarou ciência quanto a decisão judicial e determinou a juntada de cópias de peças deste expediente ao processo de sua relatoria (peça 14), sendo o expediente encerrado após o cumprimento, por parte da Diretoria de Protocolo, da citada determinação (peça 15).
Após o encerramento, por meio da Certidão de Juntada nº 391216/25 e anexo (peças 18 e 19), a Procuradoria-Geral do Estado informou que o Estado fora intimado para indicar conta a fim de que a multa depositada no âmbito do Processo n.º 0001935-42.2023.8.16.0004, relativa ao Acórdão nº 2493/22, fosse convertida em renda e, em consequência, solicitou informações acerca do procedimento necessário a tal conversão.
A Diretoria Jurídica, por meio da Informação nº 329/25-DIJUR (peça 20), opinou pela remessa dos autos à Coordenadoria de Medidas Executórias e, subsidiariamente, à Diretoria de Finanças, para manifestação quanto ao solicitado.
A Coordenadoria de Medidas Executórias, mediante a Informação nº 3751/25-CMEX (peça 22), apresentou listagem com as sanções impostas pelo Acórdão nº 2493/22-STP, informou que os montantes estavam inscritos em dívida ativa sob os números 3483041-0 e 3483046-0 e concluiu que a conta "deveria ser informada pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, para compensar nas respectivas dívidas ativas, que posteriormente deverá fazer a distribuição dos valores conforme os artigos 103, X e 104, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005".
A Diretoria de Finanças, indicando não existir conta a ser informada por esta Corte, corroborou com a conclusão da unidade anterior quanto a indicação da conta por parte da Secretaria de Estado da Fazenda. (Informação nº 425/25-DF, peça 23)
Ante o exposto, considerando as manifestações das unidades técnicas, determino a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia deste expediente ao requerente e envio de resposta por meio de mensagem eletrônica para o e-mail carlosxavier@pge.pr.gov.br, constante à peça 19.
Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do expediente nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, 28 de julho de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

GP - Termo de Ajuste de Gestão

Sem publicações

GP - Portarias

PORTARIA N° 762/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XLVI, alínea "c", do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Processo nº 458325/25-TC, resolve
CONCEDER
de acordo com o artigo 91, da Lei nº 19.573/2018, de 02 de julho de 2018, ao servidor ARTHUR LUIZ HATUM NETO, Matrícula nº 50.683-4, ocupante do cargo de Auditor de Controle Externo, AC, Nível I, Referência 11, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, 4 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, em pessoa da família, no período de 21 a 24 de julho de 2025.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 28 de julho de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA N° 763/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c o disposto no artigo 16, incisos XL e XLVI, alínea "b", do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo nº 439711/25, da 4ª Inspetoria de Controle Externo,
RESOLVE
I. PRORROGAR pelo período de 4 (quatro) meses, a partir de 1º de junho de 2025, a equipe de trabalho, junto a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, instituída pela Portaria nº 524/25, disponibilizada no DETC nº 3439 de 12 de maio de 2025.

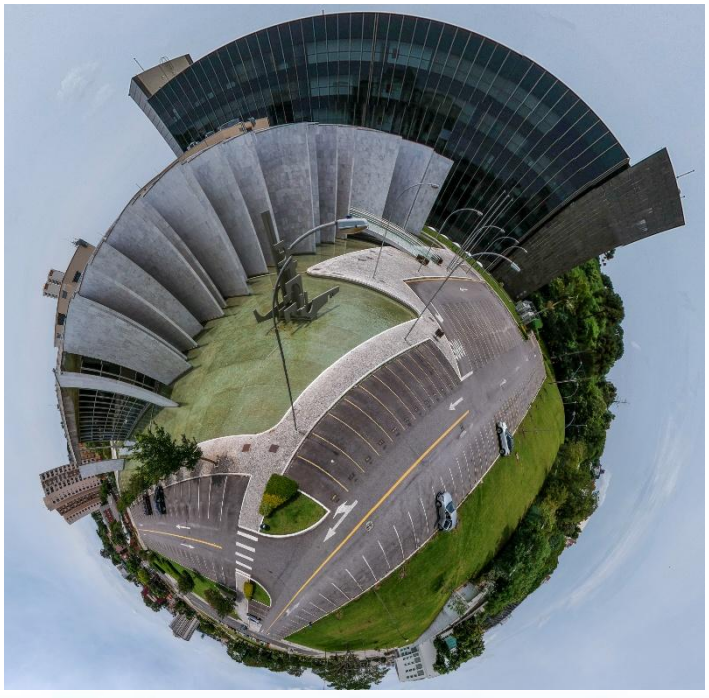
SERVIDOR	MATRÍCULA	FUNÇÃO
DENIS FLORENTINO	51.861-1	Coordenador
MARCELO RASERA	51.814-0	Integrante Técnico
THIAGO MATTIOLY ANDRADE	52.245-7	Integrante Técnico
FERNANDO HAUER RUPPEL	51.617-1	Integrante Técnico
JOAO CARLOS STEC	51.766-6	Integrante Técnico
TIAGO MALER FERNANDES	51.969-3	Integrante Técnico
EDUARDO REAL DE SOUZA	52.081-0	Integrante Técnico
JOSE MARCELO CHUMBINHO DE ANDRADE	51.186-2	Integrante Técnico
RODRIGO DUARTE DAMASCENO FERREIRA	51.461-6	Integrante Técnico

II. CONCEDER ao coordenador a percepção de gratificação pelo exercício de encargos especiais, previstas no artigo 3º, § 4º da Lei nº 17.423/2012, pelo período de 4 (quatro) meses, a partir de 1º de junho de 2025.
III. CONCEDER aos demais servidores integrantes da auditoria a percepção de gratificação pelo exercício de encargos especiais, previstas no artigo 3º, III, "b", da Lei nº 17.423/2012, pelo período de 4 (quatro) meses, a partir de 1º de junho de 2025.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 28 de julho de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente



Sem publicações





COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2025/2026

TCEPR

Tribunal Pleno

Conselheiro Presidente
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiro Vice-Presidente
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiro Corregedor-Geral
- José Durval Mattos do Amaral

Conselheiros
- Fernando Augusto Mello Guimarães
- Fabio de Souza Camargo
- Maurício Requião de Mello e Silva
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Claudio Augusto Kania
- Tiago Alvarez Pedroso
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Procurador-Geral do MPC-PR.
- Gabriel Guy Léger

Secretária do Tribunal Pleno – STP
- Maria Augusta Camargo De Oliveira Franco

Primeira Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Maurício Requião de Mello e Silva

Conselheiros Substitutos
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária da Primeira Câmara – 1ª SECAM
- Mariana Amaral Porto

Segunda Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Fernando Augusto Mello Guimarães

Conselheiros
- Fabio de Souza Camargo
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Tiago Alvarez Pedroso
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Claudio Augusto Kania

Secretária da Segunda Câmara – 2ª SECAM
- Maria das Graças Greco

Corregedoria-Geral

Conselheiro Corregedor-Geral – CG
- José Durval Mattos do Amaral

Coordenadora da Corregedoria
- Flavia Cristiane Buch

Ministério Público de Contas

Procurador Geral
- Gabriel Guy Léger

Procuradores
- Valéria Borba
- Kátia Regina Puchaski
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Michael Richard Reiner
- Flávio de Azambuja Berti
- Juliana Sternadt Reiner

Diretor do MPC
- Barbara Krysttal Motta Almeida Reis.

Conselheiros – Diretores de Gabinete

Diretor de Gabinete Fernando Augusto Mello Guimarães– FAMG
- Davi Gemael de Alencar Lima

Diretor de Gabinete Conselheiro Ivan Lelis Bonilha – GCILB
- Daniele Carriel Stradiotto

Diretor de Gabinete Conselheiro José Durval Mattos do Amaral – GCJDMA
- Celia Cristina Arruda

Diretor de Gabinete Conselheiro Fabio de Souza Camargo – GCFSC
- Cássia Peixoto Doerr

Diretora de Gabinete Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares – GCIZL
-

Diretor de Gabinete Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva– GCMRMS
- Rodolfo Brandao de Proença Jaruga

Diretor de Gabinete Conselheiro Augustinho Zucchi– GCAZ
-

Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete

Gabinete do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – GASRVF
- Jaqueline Lebbos Favoreto

Gabinete do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro – GATBC
- Felipe Medeiros Vedana

Gabinete do Conselheiro Substituto Claudio Augusto Kania – GACAK
- Marcelo da Silva Bento

Gabinete do Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso – GATAP
- Melissa Trento

Gabinete do Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa – GALFSC
- Suzana Aparecida de Oliveira

Gabinete da Conselheira Substituta Muryel Hey – GAMH
- Jaime Lins e Mello Neves

Gabinete do Conselheiro Substituto José Maurício de Andrade Neto – GAJMAN
- Liliana Almeida Costa dos Santos

Inspetorias de Controle Externo

1ª Inspetoria de Controle Externo – 1ª ICE
- Luciane Maria Gonçalves Franco

2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ª ICE
- Joelcio Luiz Kloss

3ª Inspetoria de Controle Externo – 3ª ICE
- Rita De Cássia Bompeixe Carstens Mombelli

4ª Inspetoria de Controle Externo – 4ª ICE
- Rodrigo Duarte Damasceno Ferreira

5ª Inspetoria de Controle Externo – 5ª ICE
- Mauro Munhoz

6ª Inspetoria de Controle Externo – 6ª ICE
- Márcio José Assumpção

7ª Inspetoria de Controle Externo – 7ª ICE
-

Administrativo

Diretoria-Geral – DG
- Cinthya Pedron Caciatori

Gabinete da Presidência – GP
- Lohaide Cristine Souza

Ouvidor de Contas
- Ederson Patrick Severo Machado

Diretoria Administrativa – DA
- Rafael Eisfeld Santos

Escola de Gestão Pública – EGP
- Wilmar Da Costa Martins Junior

Diretoria de Comunicação Social – DCS
- Nilson Pohl

Diretoria Financeira – DF
- Anderson Regis Saladino

Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP
- Vivianeli Araujo Prestes

Secretaria de Governança, Planejamento e Gestão Estratégica - SEPLAN
- Ralph Nowakowski Biscouto

Diretoria Jurídica – DIJUR
- Rodrigo Martins De Oliveira Silva Pinto

Diretoria de Protocolo – DP
- Caroline Lemes Karam De Meneses

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI
- Wellington Glass Da Silva

Controladoria Interna – CI
- Ana Carolina Da Rocha

Gabinete de Assessoria Militar
- **Ten.-Cel Edivan Sharles Fragoso**

Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF
- Rafael Morais Gonçalves Ayres

Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX
- Juliano Woellner Kintzel

Coordenadoria de Obras Públicas – COP
- Paulo Augusto Daschevi

Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE
- Marcus Vinicius Machado

Coordenadoria de Contas– CCONTAS
- Eduardo Schnorr

Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar – CAIS
- Thiago Napoli Ciriaco Dias

Coordenadoria de Auditorias – CAUD
- Roberto Alves Ribeiro

Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF
- Vinicius De Souza Oliveira

Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social - CACS
- Luiz Henrique Xavier

Coordenadoria de Atos de Pessoal - COAP
- Danielle Cristina Jaques Urban

Estúdio de Inovação
- Cleiton Eduardo Saturno